

# Caminhos e Perspetivas do Associativismo Cultural na Madeira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Lénia Carina Castro Serrão**  
MESTRADO EM GESTÃO CULTURAL



UNIVERSIDADE da MADEIRA  
*A Nossa Universidade*  
[www.uma.pt](http://www.uma.pt)

outubro | 2013

**Caminhos e Perspetivas  
do Associativismo Cultural na Madeira**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Lénia Carina Castro Serrão**

MESTRADO EM GESTÃO CULTURAL

ORIENTAÇÃO

Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento

## **AGRADECIMENTO EM JEITO DE DEDICATÓRIA**

Este “parto” é de muitas “mães”, de muitas forças que reuni em prol do término de um estudo cheio de percalços. No meio de doenças, desistências, retornos e ausências, foi a **associação** de incentivos que me permitiu chegar à meta, num estudo que desde logo me cativou o interesse e empenho. É pela súpula de variados acontecimentos, que não posso deixar de agradecer e dedicar a concretização deste meu objetivo a todos aqueles que me têm acompanhado, a todas as luzes que me guia(ra)m:

Ao meu pai, por ter partido sem saber o que significava desistir. Quero agradecer-lhe pela força, pela referência sempre positiva, pela imagem que aligeira a ausência, de um mestre que nos ensinou a valorizar e a ser felizes com o que temos. E à luz que hoje caminha com ele, pela proteção e zelo.

À minha fadinha-lapinha, a minha irmã, presente de Natal recebido em maio de 1994, pelas vezes que desculpou a minha ausência e apoiou o meu estudo. Sempre pequenina no meu trato, gigante no meu coração e orgulho.

À minha lua, mãe protetora, lutadora, sempre atenta e disponível, cheia de coração e força, minguante nas reprimendas.

Ao meu Pampim, pelo incentivo, pelos carinhos e compreensão; pelas vezes que me roubou à preguiça e desânimo e me “forçou” a trabalhar.

A todos os meus familiares pelos momentos de descontração e sorrisos.

A todas as minhas amigas, sobretudo à minha parceira de batalhas universitárias, pelo companheirismo, motivação e apoio mútuo.

Aos meus colegas de trabalho, pelo afeto, compreensão e profissionalismo.

A todos os dirigentes associativos entrevistados, que anuíram despender do seu tempo e informações, sem as quais não poderia concluir este estudo.

À minha orientadora, pela persistência na conclusão da minha investigação e por me ter transmitido sempre crença nas minhas capacidades.

A todos os docentes do meu percurso académico, desde a primária ao fecho de mais um ciclo, por nunca me desproverem de espaço ao saber.

Ao CITMA/ARDITI pelo voto de confiança na minha investigação.

Bem hajam.

## RESUMO

As primeiras formas do associativismo na Madeira remontam ao século XVIII. Ainda que já existisse atividade cultural, as associações principiaram por fazer jus às necessidades sociais do povo madeirense, determinadas pelo panorama socioeconómico advindo das várias crises a que a agricultura madeirense de então esteve sujeita.

Foi nesta senda que os madeirenses, ao descobrirem o poder do contributo coletivo, na defesa do ideal comum, se desdobraram na criação de uma multiplicidade de associações que, transcendendo o âmbito social, se direccionaram para o ensino, para o desenvolvimento e fomento de atividades culturais, nas áreas da música, artes performativas, artes plásticas, entre outras, contribuindo, assim, para a sedução e elevação intelectual de públicos que hoje superam em número os consumidores associados, numa prática registada ao sabor de apoios e de tentativas de autossustentabilidade financeira, em que o dirigente associativo assume, cada vez mais, o papel de gestor cultural.

A falta de (re)conhecimento sobre a dinâmica do associativismo cultural madeirense pareceu-nos merecedora de estudo, sendo nosso propósito traçar o seu percurso, desde as origens até à atualidade, através de um enquadramento teórico e do inventário das associações culturais criadas na Madeira. Num segundo momento da nossa investigação, apurámos uma amostra associativa, por seleção racional, e analisámos as entrevistas efetuadas aos dirigentes das associações culturais em causa, de forma a perceber e caracterizar o associativismo cultural praticado na Madeira, bem como aferir a ação participativa dos cidadãos, na era da democratização cultural e do consumo imediato, em que é manifesto o decréscimo de apoios financeiros e adesão dos sócios.

Apesar das dificuldades, estas coletividades espelham a sua importância na mudança de mentalidades face à valorização do património imaterial madeirense, visível não só no público local que hoje frequenta as suas atividades, mas também no interesse e adesão do público estrangeiro.

## **ABSTRACT**

The earliest forms of associations in Madeira occur back to the eighteenth century. Despite the existence of cultural activity, associations started to live up to the social needs of the people of Madeira, given the socio-economic scenario arising from the various crises that agriculture from the island was subjected by then.

It was in this spirit that the locals, discovering the power of the collective contribution in defense of a common cultural ideal, unfolded in a multiplicity of associations that transcended the social context, for education, development and promotion of cultural activities in the areas of music, performing arts, fine arts, among others, contributing to the seduction and intellectual elevation of audiences, who now outnumber consumer associates, in a practice shrouded in support and attempts to finance self-sustainability, in which the association leader assumes more and more the role of cultural manager.

The lack of (re)cognition about the dynamics of cultural associations in Madeira seemed to us worthy of study, given its impact. It was our purpose to trace the associative cultural route, from its origins to the present day, through the theoretical framework and inventory of cultural associations created on the Island. In a second stage of our research, we found a sample of associations, by rational selection, and analyzed interviews applied to the leaders of cultural associations in order to characterize and perceive the cultural associations practiced in Madeira, as well to assess the participatory action of the Madeiran citizens in the age of cultural democratization and immediate consumption, in which the decrease of financial support and adherence of members is a fact.

Despite the difficulties, these collective entities reflect their importance in changing mentalities given the appreciation of the intangible heritage of Madeira, visible not only in the local public who now attends their activities, but also in the interest and public support abroad.

## **PALAVRAS-CHAVE**

- 1 – Associação
- 2 – Cultura
- 3 – Sociedade
- 4 – Desenvolvimento
- 5 – Património
- 6 – Gestão

## **KEYWORDS**

- 1 – Association
- 2 – Culture
- 3 – Society
- 4 – Development
- 5 – Heritage
- 6 – Management

## ÍNDICE GERAL

Agradecimento em jeito de dedicatória.....	i
Resumo.....	ii
Abstract .....	iii
Palavras-chave / Keywords.....	iv
Índice Geral.....	v
Índice de Figuras.....	viii
Índice de Tabelas.....	viii
Lista de Abreviaturas.....	ix

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1. Apresentação e Relevância do Tema .....	2
2. Organização do Trabalho.....	5
3. Metodologia .....	7

<b>CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>9</b>
1. Binómio <i>Cultura / Associação</i> .....	10
1.1. Cultura .....	11
1.2. Associação.....	14
2. Contexto Legislativo: A Liberdade de Associação.....	18
3. Especificidades das Associações .....	24
3.1. Distinção face a outras coletividades: Sociedade, Fundações, Cooperativas e Academias .....	24
3.2. Constituição de uma Associação .....	25
3.3. Tipos de “Personalidade Jurídica”.....	26
3.4. Estatuto de “Utilidade Pública.....	27

<b>CAPÍTULO II - NA SENDA DO ASSOCIATIVISMO PORTUGUÊS: DO CONTINENTE AO ARQUIPÉLAGO .....</b>	<b>30</b>
1. Primórdios do Associativismo em Portugal.....	31
1.1. As Casas do Povo .....	33

1.2. A FNAT/INATEL .....	34
2. Antecedentes Socioculturais do Associativismo Madeirense.....	36
2.1. A Constituição de Associações na Madeira.....	39
3. Associativismo Cultural na Madeira: do “Ciclo de Ouro” do Séc. XX.....	43
3.1. Particularidades das Associações Culturais do Séc. XIX e XX.....	48
3.2. Caracterização do Associativismo Cultural, no final do Séc. XX: o ano de 1995 em números .....	51
4. Associações Culturais da Região Autónoma da Madeira no Séc. XX.....	55

### **CAPÍTULO III - AMOSTRA ASSOCIATIVA CULTURAL: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....70**

1. Apresentação das Associações Culturais:	
A) Associação Cultural e Desportiva de São João .....	71
B) Associação Cultural e Recreativa do Estreito de Câmara de Lobos (ACRE) ...	73
C) Associação Cultural Encontros da Eira .....	74
D) Associação Cultural Lírios do Norte .....	76
E) Associação Desportiva e Cultural de São Paulo .....	77
F) Associação Desportiva e Cultural do Faial .....	77
G) Associação dos Amigos da Arte Inclusiva – Dançando Com a Diferença.....	79
H) Associação dos Amigos do Conservatório de Música da Madeira .....	81
I) Associação Musical e Cultural Xarabanda .....	82
J) Porta 33 - Associação Quebra Costas .....	84
K) Associação Sócio-Cultural da Fonte .....	85
L) Ateneu Comercial do Funchal.....	88
M) Cine Forum do Funchal - Forum de Arte Ciência e Cultura (FACIC).....	91
N) TEF - Teatro Experimental do Funchal, Associação Cultural. ....	93
2. Análise dos dados .....	96
2.1. Categoria I – Motivo do surgimento da associação.....	98
2.2. Categoria II – Área(s) de intervenção predominante(s) .....	100
2.3. Categoria III – Recursos Humanos.....	102
2.4. Categoria IV – Sócios.....	104
2.5. Categoria V – Infraestruturas. ....	109

---

2.6.	Categoria VI – Fontes de Rendimento .....	111
2.7.	Categoria VII – Necessidades da Associação e as seguintes subcategorias... 113	
2.8.	Categoria VIII - Papel do dirigente cultural equivalente a gestor cultural .....	115
2.9.	Categoria IX - Visão sobre o associativismo cultural .....	118
<b>CONCLUSÃO</b> .....		<b>129</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....		<b>138</b>
<b>WEBGRAFIA</b> .....		<b>144</b>
<b>APÊNDICES</b> .....		<b>146</b>
	Apêndice A - Guião da Entrevista .....	147
	Apêndice B – Listagem das Associações.....	152
	Apêndice C – Esquema geral da codificação das entrevistas.....	189
	Apêndice D - Breve enumeração dos equipamentos culturais da RAM.....	192

## ÍNDICE DE FIGURAS

Ilustração 1 - Distribuição das Associações no Arquipélago da Região Autónoma da Madeira.....	3
Ilustração 2 - Diário do Governo .....	18
Ilustração 3 – Gráfico 1: Categorização das Associações da RAM.....	57
Ilustração 4 - Gráfico 2: Percentagem por acumulação das classificações do domínio associativo .....	58
Ilustração 5 - Gráfico 3: Número de associações culturais por concelho .....	64
Ilustração 6 - Gráfico 4: Associações por área de intervenção.....	66
Ilustração 7 – Esquema das Categorias.....	97
Ilustração 8 – Categoria I: Motivo do surgimento.....	98
Ilustração 9 - Gráfico 5: Motivos (Frequência de respostas).....	99
Ilustração 10 - Gráfico 6: Áreas de Intervenção (Amostra).....	100
Ilustração 11 - Esquema categoria III e subcategorias.....	102
Ilustração 12 - Esquema categoria IV e subcategorias .....	104
Ilustração 13 - Gráfico 7: Papel dos sócios.....	106
Ilustração 14 - Gráfico 8: Disponibilidade de espaços .....	110
Ilustração 15 - Gráfico 9: Fontes de subsistência .....	111
Ilustração 16 - Esquema categoria VII e subcategorias .....	113
Ilustração 17 - Gráfico 10: Dirigente no papel de gestor cultural.....	115
Ilustração 18 - Mapa de árvore: categoria IX e subcategorias.....	119

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Quantificação dos Sócios.....	105
Tabela 2 – Nível de participação dos sócios.....	108

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ACIF – Câmara da Comércio e Indústria da Madeira

ARM – Arquivo Regional da Madeira

DGAJ - Direção Geral da Administração da Justiça

DRAC – Direção Regional dos Assuntos Culturais

DRAF – Direção Regional dos Assuntos Fiscais

DRAPL – Direção Regional da Administração Pública

DRE – Direção Regional da Educação

DREER - Direção Regional de Educação Especial e Reabilitação

FNAT – Federação Nacional para a Alegria no Trabalho

IBTAM – Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artesanato da Madeira

INATEL – Instituto Nacional do Aproveitamento dos Tempos Livres

INE – Instituto Nacional de Estatística

PIB – Produto Interno Bruto

POD – Programa Ocupacional de Desempregados

POT – Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados

RAM – Região Autónoma da Madeira

RNPC – Registo Nacional de Pessoas Coletivas

SCM – Sociedade de Concertos da Madeira

# **INTRODUÇÃO**

## **1. APRESENTAÇÃO E RELEVÂNCIA DO TEMA**

“O homem é essencialmente um ser de cultura” (Cuche, 1999, p. 23) e, simultaneamente, um ser social por excelência. A fusão destas duas características assenta no seguinte pressuposto: desde que existe diálogo entre os indivíduos, as associações refletiram o agrupamento dos ideais comuns a um grupo, onde a cultura não ficou excluída.

Com origem nas primeiras sociedades filarmónicas nos finais do séc. XVIII, início do séc. XIX, as associações culturais acompanharam todos os acontecimentos históricos que, ora condicionaram, ora beneficiaram o associativismo português, nomeadamente:

- o 5 de outubro de 1910, com a difusão dos ideais republicanos, que promoveu não só a liberdade de expressão, mas também a liberdade de reunião e de associação;

- os mecanismos gerados pela ditadura do Estado Novo, que levaram ao controlo, repressão e tomadas de decisões administrativas sobre as associações;

- as condições propícias geradas pelo 25 de abril de 1974 que não só libertaram a ação coletiva e restituíram o direito à associação, como desburocratizaram o seu processo de criação e organização, apoiando-o e conferindo-lhe autonomia no pressuposto de que não fosse colocado em causa o regime democrático. Foi o desabrochar de toda uma variedade de associações, que favoreceram, a nível nacional, o desenvolvimento sociocultural, em que se assiste, cada vez mais, à emergência de um movimento social focado na promoção da cultura, seja ela lúdica ou científica.

Na Madeira, o panorama cultural desde cedo se caracterizou pela predominância de um associativismo advindo da participação coletiva nas *soirées*, tertúlias, debates e da constituição de agremiações e academias. À semelhança do contexto continental, com o 25 de abril conquistou-se outra dinâmica, quando o direito à livre associação voltou a ser legitimado, pois, até então, as associações culturais circunscreviam-se maioritariamente a bandas filarmónicas e outros agrupamentos musicais.

As associações culturais só se consolidaram na Madeira após 1835, tentando envidar esforços para preservar o conhecimento local, as tradições e dinamizá-las por outros concelhos, procurando trazer alguma inovação à cultura madeirense e contribuir para a divulgação da imagem externa da ilha.

Apesar de existirem em número substancial e assumirem um papel de relevo na sociedade madeirense, as informações disponíveis sobre as associações culturais locais são

insuficientes para traçar o percurso do associativismo cultural na região, motivo que nos levou a considerar como campo empírico da nossa investigação as associações culturais criadas na Região Autónoma da Madeira procedendo, para tal, à sua identificação, inventariação e classificação consoante o âmbito e dinâmica de atuação.

É, pois, nosso objetivo contribuir para o (re)conhecimento do associativismo cultural na ilha, por intermédio da reunião e exposição de todos os dados, pesquisas e conclusões possíveis, desde as suas origens à atualidade, que permitam transpor a noção difusa, folclorizada por vezes, destas coletividades, através das suas ações integradas, participadas e identitárias.

Nos dias de hoje, e desconhecendo a distribuição destas coletividades na nossa ilha, um primeiro cenário poderia ser o fornecido pelo Google:

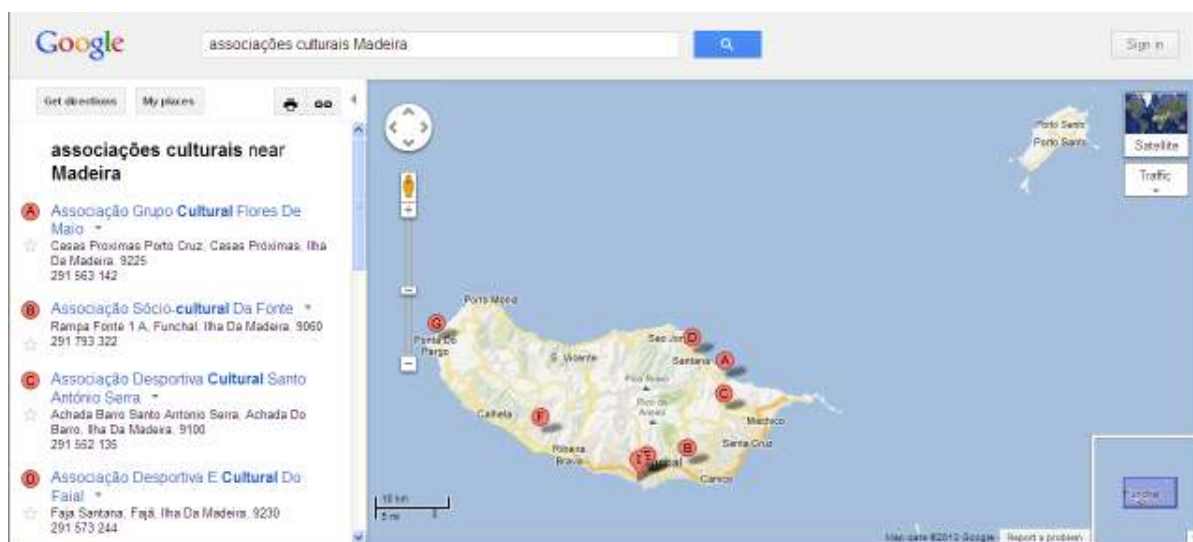


Ilustração 1- Distribuição das Associações no Arquipélago da Região Autónoma da Madeira, segundo o motor de pesquisa do Google, retirado de <http://maps.google.pt/maps>, acedido no dia 2 de março de 2013

#### Legenda:

- A. Associação Grupo Cultural Flores de Maio
- B. Associação Sócio-Cultural da Fonte
- C. Associação Desportiva Cultural Santo António Serra
- D. Associação Desportiva e Cultural do Faial
- E. Centro Cultural Luís Camões
- F. Centro Cultural e Recreio Pontassolense
- G. Associação Desportiva Cultural Ponta Pargo
- H. TEF - Teatro Experimental do Funchal
- I. Associação Regional de Canoagem da Madeira (ARCM)
- J. Câmara Municipal de São Vicente

Na realidade, podemos, desde já, adiantar que a escala do mapa, no que respeita ao concelho do Funchal, por exemplo, seria demasiado pequena para abarcar os marcadores de sinalização, pelo que, após o travejamento da realidade associativa, esperamos poder contribuir para a atualização da dimensão e divulgação das associações culturais da Região Autónoma da Madeira já que

A Cultura da Região (...) tem para com as diversas entidades culturais que operam nas ilhas da Madeira e do Porto Santo o reconhecimento de que são elas que contribuem de uma maneira especial e única, consoante a especificidade da sua ação, para a dinâmica da oferta cultural existente na sociedade madeirense, sendo igualmente um factor decisivo de afirmação externa da identidade histórico-cultural madeirense (Madeira Cultura, 2011).

É pela multiplicidade de atividades, projetos, públicos e influências dispersas pela ilha que nos sentimos instigados a considerar o associativismo cultural como protagonista do nosso estudo, por julgarmos que, com esta investigação, estaremos a desvendar uma perspetiva do cenário cultural regional ainda pouco explorado. Estamos, contudo, cientes de que a destriça entre as associações de desporto, de lazer e de instrução e/ou ensino popular, por vezes é ambígua, atendendo a que, elas próprias, refletem dinâmicas culturais que também mereciam ser estudadas. Contudo, restringiremos a nossa investigação às associações cujos estatutos e atividade reflitam predominância, a nível cultural.

Segundo o levantamento da *Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto*, com referência ao ano de 2007, a nossa ilha detinha 3,8% da totalidade de associações portuguesas “de Cultura, Recreio e Desporto”, do total de 2632 associações coletadas neste organismo. Apesar de termos conhecimento que as associações culturais da Madeira, incluídas neste cômputo, representam uma minoria da realidade associativa, consideramos que a contribuição insular poderá ultrapassar o percentil estimado, pelo que urge descobrir a mancha gráfica real que ilustre a sua dimensão.

## **2. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

Principiaremos a contextualização da nossa pesquisa com a definição dos conceitos-chave que dominam a nossa dissertação - **associação** e **cultura** - apesar da dificuldade em atribuir-lhes uma significação consensual.

No enquadramento teórico, para além de nos debruçarmos sobre as especificidades das associações culturais, partiremos para o desenho do panorama que levou à criação do associativismo cultural em Portugal, bem como da legislação que no decurso dos anos regulamentou este tipo de entidades. Só após a contextualização enunciada, estaremos aptos a perceber como se fundaram as associações culturais madeirenses e a perceber o seu enquadramento, numa visão sobre o seu percurso até às formas que hoje conhecemos.

Neste sentido, para darmos início ao nosso estudo sobre o associativismo cultural na Madeira, sentimos a necessidade de efetuar um levantamento (até agora inexistente) que nos permitisse identificar a totalidade destas associações dispersas pela ilha, para, posteriormente, passarmos ao seu estudo mais incisivo, através da análise da realidade associativa.

Após o reconhecimento prévio, do quadro de associações culturais existentes, o estudo enveredará pela revisão bibliográfica disponível, de forma a caracterizarmos os antecedentes que permitiram a introdução, o desenvolvimento e o potencial das associações culturais na RAM.

Feita a contextualização, o *corpus* da investigação será dividido em dois grandes momentos, a saber:

- No primeiro momento, faremos uma análise do universo associativo cultural regional, com base na bibliografia existente, consulta dos estatutos disponíveis no Arquivo Regional da Madeira (apuramento das características semelhantes entre as associações culturais do século XIX e XX) e interpretação dos dados obtidos após a classificação das associações reunidas no decurso da investigação.

- Num segundo momento, após apresentação da amostra de associações culturais apuradas no ponto anterior, daremos início à investigação de campo, possível através da análise das entrevistas submetidas aos dirigentes e do recurso a bibliografia disponível, artigos de periódicos regionais e publicações autónomas das próprias associações culturais. É nossa pretensão aferir que motivos levaram (e continuam a levar) ao surgimento destas

coletividades; descobrir as suas áreas primordiais de intervenção, o papel dos sócios, a caracterização dos recursos humanos, fontes de subsistência e porque estamos numa era em que a gestão se revela uma ferramenta indispensável para a otimização de recursos, será igualmente relevante refletir sobre o papel do dirigente enquanto gestor cultural.

Concluiremos o nosso estudo com o balanço e o contributo do associativismo cultural na Madeira e refletiremos sobre o futuro destas associações, num mundo cada vez mais cibernético e impessoal.

Certos de que chegaremos a ilações e constatações pertinentes no contexto do panorama associativo cultural da Madeira, ultimaremos a nossa dissertação com a bibliografia e apêndices que suportam toda a nossa pesquisa.

### **3. METODOLOGIA**

Segundo Christian Maroy, “cada investigador tende frequentemente a desenvolver o seu próprio método em função do seu objeto de investigação, dos seus objetivos, dos seus pressupostos teóricos ou de outros fatores contingentes” (Maroy, 1997, p. 117). Este argumento, por si, espelha o enfoque misto da nossa pesquisa científica, porque, ao reconhecermos a necessidade de compreender e explicar, com caráter científico, a natureza do fenómeno associativo, vimo-nos sujeitos a congregar várias técnicas, quer do **conhecimento dedutivo**, por intermédio das pesquisas, recolha de dados, análise estatística, medição numérica, estabelecimento de padrões e questões, quer do **conhecimento indutivo**, através da interpretação contextual, da flexibilidade de questões, contato direto com a amostra em estudo e formulação de hipóteses.

Deste modo, numa fase inicial recorreremos ao método quantitativo, até à obtenção de uma amostra viável para constituir e validar o nosso universo de estudo. Contudo, e porque o rigor das técnicas utilizadas não davam espaço à subjetividade inerente ao campo a que pertence a cultura, num segundo momento, socorremo-nos da metodologia qualitativa, para o estudo e reflexão do contexto associativo cultural regional.

As nossas técnicas de recolha, ao longo do estudo, compreenderão as pesquisas e recolhas de documentos, a análise documental, a observação direta e a entrevista semiestruturada. A entrevista tem como propósito o de obter descrições do mundo do entrevistado de forma a interpretar o significado do fenómeno em análise, pelo que será direcionada aos dirigentes culturais: “(...) pessoas que estejam imersas na cultura estudada e que dominem perfeitamente a sua linguagem: são estas pessoas, mais do que o investigador, que são consideradas como peritos conhecedores da cultura.” (Fortin, 1999, p. 154).

O guião da entrevista<sup>1</sup> é composto por questões fechadas, para informações formais que caracterizam cada associação (identidade) e questões abertas acerca do contexto associativo de cada entidade, num pressuposto metodológico que valida a perspetiva participativa, dado o contato direto obrigatório com o universo em estudo. A escolha da técnica da entrevista reveste-se como o “modo particular de comunicação verbal, que se

---

<sup>1</sup> V. Apêndice A – Guião da Entrevista.

estabelece entre o investigador e os participantes com o objectivo de colher dados relativos às questões de investigação formuladas” (Fortin, 1999, p. 245).

Testámos inicialmente a técnica do inquérito, disponível para preenchimento online, para apuramento dos dados gerais das associações, contudo, após o envio a uma amostra aleatória de sete associações, apenas obtivemos um preenchimento, mesmo após lembretes telefónicos, pelo que tivemos que abandonar este método.

O guião da entrevista é composto por dez grupos de questões, subdivididos num total de catorze, das quais nove são questões fechadas (dados de identificação, formação e súmula da atividade associação) e cinco são questões abertas (perceção da evolução e impacto da existência de cada associação na sociedade madeirense).

A entrevista foi submetida a onze associações culturais, e ocorreu entre junho de 2012 e agosto de 2013. Tendo em conta o âmago da investigação, optámos pela técnica de amostragem não probabilística, por seleção racional, que nos permitiu reduzir o *corpus* de análise segundo o critério de características típicas entre as associações culturais apuradas, de forma a reconhecer as várias unidades de significações e estreitar o universo das mais de cem associações, para uma amostra viável, conforme se poderá perceber mais adiante.

A maior parte das entrevistas não foi realizada na sede das associações. Tal deveu-se à circunstância de todos os dirigentes estarem a exercer funções laborais, pelo que, para facilitar o agendamento da entrevista, se optou por lugares onde o entrevistado já estivesse presente e o investigador fosse ao seu encontro.

A duração das entrevistas, apesar de variável mediante a disponibilidade e fluência do discurso dos dirigentes associativos, manteve-se na média dos 40 minutos. O registo foi maioritariamente feito por anotação, mas também fomos autorizados a registar, em gravação áudio, alguns encontros, para posterior tratamento. Após o apuramento dos dados, e auxiliados pelas informações complementares disponíveis sobre cada entidade inquirida, faremos uma análise de conteúdo, com o intuito de aferirmos os aspetos comuns e divergentes das associações culturais em estudo. Note-se que os depoimentos reproduzidos no decurso da dissertação não foram objeto de intervenção linguística.

Revelou-se fundamental o recurso a várias técnicas, analíticas e teóricas, adequadas à investigação em causa, para que a flexibilidade da recolha de dados, a sua validade interna e o seu tratamento pudessem fluir em tempo útil, sem que tais procedimentos comprometessem os resultados da nossa dissertação.

# **CAPÍTULO I**

## **ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## **1. BINÓMIO CULTURA / ASSOCIAÇÃO**

Do cômputo de definições lidas e apreendidas no decurso da licenciatura em Ciências da Cultura, tornou-se notório, desde cedo, que a Cultura vai além do conjunto de valores, condutas e saberes que caracterizam um povo. Da mesma forma, aprendemos que a noção de “povo” ou a noção de cultura só existe graças à associação de ideais e discussão de ideias; graças a proliferação do Eu para com o Outro; à democratização do livre pensamento e escuta do coletivo.

Na cultura deixa de haver um só indivíduo para se dar primazia ao conjunto, a uma associação de indivíduos que discutem, definem e modificam o seu conhecimento no tempo, atualizando-o, sem, contudo, deixar de eternizar as suas raízes.

Na vasta bibliografia que retrata a Antropologia Cultural, desde logo se enfatizou a importância do ato de se associar, através do qual foi permitida a sobrevivência do Homem e o seu enriquecimento cultural:

Ao Estado cabe o papel de democratizar o acesso à cultura (...); às associações, pela massa humana que comportam, devem colaborar de forma bastante activa, assumindo um papel de parceiro social, que tem de ser reconhecido, valorizado e aumentado (Rebelo, 2007, p. 49).

Por caminharem lado a lado, pode-se afirmar que “(...) não há Homem sem Cultura, nem Cultura sem Sociedade” (Lima, 1982, p. 39). O conceito de “sociedade”, aqui, abarca a noção de associação por assumir o relacionamento com os elementos que a compõem, ou seja, os “socius” (latim).

As colectividades têm uma frase, base das suas actividades, frase que define as suas actividades, é-me impossível não reproduzir: Sem Associativismo, não há Cultura, Recreio e Desporto em Portugal (Confederação do Desporto de Portugal, 2002, p. 55).

Apesar das inúmeras definições que cada um dos lexemas-chave comporta, é nosso interesse saber distinguir a “associação” dos outros tipos de entidades, assim como facultar o nosso entendimento sobre “cultura” para que posteriormente se possa adequar o adjetivo às instituições, já que “É da natureza do homem viver em sociedade, mas a organização da vida em sociedade releva da Cultura” (Cucho, 1999, p. 80).

## 1.1. CULTURA

O substantivo “Cultura” mantém a forma latina<sup>2</sup> que outrora assumira os significados de cultivar, habitar, prestar culto e proteger. Tem um conceito tão vasto que abarca várias realidades, como a “cultura da terra”, a “cultura microbiana” ou a “cultura física”, pelo que se torna quase impossível reunir uma definição consensual: “Não há cultura que não tenha significação para os que nela se reconhecem” (Cuche, 1999, p. 179).

Desde a Antiguidade ao Iluminismo, o conceito de cultura modificou-se para abarcar a “ação que o homem realiza (...) no sentido de aperfeiçoar as suas qualidades e promover a cultura do espírito” (Ferin, 2002). Enquanto a “civilização” representava o processo de minorar as diferenças entre os povos, acentuando o que havia em comum, a cultura salientava as diferenças nacionais e as particularidades do grupo; a forma de ser e de estar coletivamente no mundo.

Na maioria das definições da antropologia, a cultura é entendida como o conjunto de comportamentos sociais, pensamentos, escritos, ritos, costumes, normas, tabus, crenças e produções artísticas, artesanais e industriais que distinguem o Homem dos outros seres vivos. Os Humanistas consideravam a “(...) cultura um padrão ideal de desenvolvimento intelectual, moral e artístico. No Renascimento, os artistas e os pensadores achavam que rivalizavam com Deus por participarem da criação (...) e [pela] confiança no poder ilimitado do homem.”, no entanto, foi neste período que, despontou a autonomização do pensamento humano, proporcionado pela “emancipação antropológica, expansão, exaltação de valores humanistas e ascensão da burguesia letrada e urbana” (Pires, 2004, p. 35).

A partir do século XVIII, o conceito passou a incorporar o processo criativo, permitindo a transição do enfoque do desenvolvimento individual para o social, numa “visão antropológica da cultura fundada numa mundividência de “carácter” etnocêntrico e etnográfico” (Ferin, 2002), em que se passa da cultura da terra à cultura do espírito, através da associação de áreas específicas como a “cultura das letras”, “cultura das artes”, “cultura das ciências”.

Segundo a conceção simbólica, a cultura deveria representar o padrão de significados implícitos nas formas simbólicas, sendo, por isso, entendida como uma ciência

---

<sup>2</sup> V. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Academia das Ciências de Lisboa.

interpretativa. Em contraposição, Marx defendeu que a cultura se caracterizava pelos condicionamentos sociais e económicos, pelas forças e relações de poder.

O equilíbrio da definição começou a ser alcançado com Émile Durkheim ao defender que a cultura assumia a função integradora da sociedade, enquanto conjunto coeso de unidades sociais, possuidoras de leis próprias, por intermédio de um sistema de representações coletivas. No seguimento destes princípios, em pleno séc. XX, Talcott Parsons definiu a cultura como sendo um sistema complexo e relativamente coerente de significados, normas e valores que orientam a ação social.

Se outrora a cultura era subjetiva, baseada na tradição oral, práticas e crenças, em que predominava o antropocentrismo, hoje, na sequência dos conhecimentos literários e filosóficos obtidos através da criação do sistema político e social, deixou-se o teocentrismo para dar lugar a uma certa tendência antropomórfica, ou de otimismo antropocêntrico (Pires, 2004, p. 35), à passagem “de l’homme agi” à “l’homme agissant” (Billaud, 1996, p. 37), responsável pelo conjunto de saberes. Só a partir do século XIX é que a cultura deixa de pertencer às elites sociais: de instrumento aristocrático transformou-se numa atividade coletiva “concebida como um filtro através do qual as pessoas modelam e interpretam as suas acções” (Fortin, 1999, p. 154).

Atualmente, a cultura é o produto de todas estas definições e de toda a subjetividade que comporta; é a responsável por fazer com que cada indivíduo se sinta membro de uma sociedade e passe a ser definido por ela, não pela sua maneira de ser natural:

É pressuposto errado afirmar-se que a cultura intelectual, como forma de expressão, tem necessariamente de resultar de influências mesológicas ou ecológicas, de refletir o *meio* e o *modo* existenciais em que se cria e desenvolve (Pestana C. A., 1985).

Mais recentemente, a cultura tem sido vista como uma “criação coletiva, uma estrutura que vai sendo continuamente constituída, criada pela família, pela comunidade e não como um sistema permanente de símbolos” (Pires, 2004, p. 38). Reflete a interpretação simbólica, o fenómeno de enculturação (aprendizagem cultural) e a sua partilha social, “A cultura é a esfera geral do conhecimento e das representações do vivido na sociedade histórica dividida em classes” (Debord, 2012, p. 117).

Já o atributo de *cultura local*, segundo Mike Featherstone, é um conceito relacional, que jaz na memória coletiva, pois remete para o conjunto de conhecimentos comuns aos habitantes de um espaço relativamente limitado, “cujos habitantes mantêm entre si estreitas

relações interpessoais”. Incorpora ritos, normas, símbolos e cerimónias que “contribuem para reforçar os elos que ligam os indivíduos a um lugar e a partilha de um sentimento “comum face ao passado” (Featherstone, 1997, pp. 90-91) num retorno às culturas locais.

Com o pós-modernismo e na junção da recuperação do antigo, com a descoberta do novo, deparamo-nos com a noção não de cultura local, mas de culturas locais, em que no mesmo espaço, e sem qualquer distinção hierárquica, estas podem ser comparadas entre si (reconstrução de espaços urbanos na Zona Velha, em partilha com o museu Story Center; público da animação noturna vs público que recorre às feiras de artesanato). Induz as pessoas “na reconstrução de localidades do passado (em termos físicos) onde a preservação do real se confunde com a simulação.” (Featherstone, 1997, p. 96). As identidades, os percursos e paisagens refletem, simultaneamente, uma cultura expressiva (externalização e objetivação dos sentimentos, gostos e preferências dos sujeitos), uma “cultura de confrontos dos sujeitos uns com os outros e de todos com os ambientes físicos, tecnoinformativos e sociais que os rodeiam” (Fortuna, 1999, p. 1) e uma cultura intimista, de internalização (condição ontológica).

O adjetivo “Cultural”, por sua vez, remete-nos para tudo o que é relativo a cultura ou é próprio dela, quer em termos de herança, produção, modos de vida, organização do território, quer em termos de identidade social e estruturas associativas. Abriu-se o leque científico da cultura em áreas de saber como, tais como “Multiculturalismo”, “Estudos Culturais”, “Sociologia da Cultura”, “Teoria da Cultura”, “Economia da Cultura”, “Cultura Política”, “Marketing Cultural”<sup>3</sup>.

Desta diversidade de relações resultam as uniformidades diferenciais a todos os substantivos que a ela se subjuguem, como acontece com as associações culturais:

O sector caracteriza-se cada vez mais por inter-relações estreitas e variadas entre a vida cultural (instituições culturais e socioculturais públicas: teatros, museus, centros artísticos, sítios artísticos urbanos ou rurais, escolas de arte e de música, etc.) e a economia cultural (mercado da música, da arte, da literatura e do livro, produção cinematográfica, televisão e vídeo; fotografia, design, artes plásticas e espetáculos, arquitetura, profissões de arte, protecção dos monumentos históricos, turismo) (Associação de Promoção e Desenvolvimento de Barroso, 1999, p. 26).

Além das infraestruturas especializados no domínio cultural (teatros, museus, etc), há uma espacialidade também ela social: “a cultura surge transformada em ingrediente de renovação potencial da vida social” (Fortuna, Identidades, Percursos, Paisagens Culturais, 1999, p. 410).

---

<sup>3</sup> Cf. (Baptista, 2009).

## 1.2. ASSOCIAÇÃO

Desde os seus primórdios, o Homem aprendeu a negociar e a aliar-se a outros membros com ideais e necessidades semelhantes. Para Toqueville, o Homem fundou, através da interajuda, os alicerces do associativismo, a liberdade e igualdade e permitiu que os ideais de cumplicidade, benevolência e identidade coletiva perdurassem no tempo e nas mais diversas formas de associações. Esta mesma origem é suportada por Billaud:

L’homme a été confronté à des besoins. Pour les satisfaire, il lui a fallu inventer des outils et créer un lieu de vie : l’organiser, le structurer. C’est à ce moment-là qu’il invente la culture, en dépassant la simple adaptation à un environnement et en créant des comportements sociaux (Billaud, 1996, p. 11).

Em 1762, com o Contrato Social, Jean-Jacques Rousseau propunha o equilíbrio entre o indivíduo e o cidadão, moralmente superior, através do desenvolvimento de uma consciência sociavelmente responsável, tornando o indivíduo num ser participativo em questões públicas, na senda do bem comum: “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça, contudo, a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes” (Rousseau, 1999, pp. 20-21). No nosso país, já em 1876, Costa Goodolphim advogava que “A associação, como hoje existe, é nova em Portugal; a associação porém no sentido geral é uma instituição velha” (Goodolphim, 1876, p. 66).

Apesar de Rousseau ter defendido que a família estaria na base do primeiro sentimento de pertença a uma coletividade, Herskovits sustenta que o termo “associações” surge “consistentemente” utilizado pela primeira vez com R. H. Lowie, em 1920, para referir-se a “unidades sociais não baseadas no factor parentesco”: “A associação de indivíduos não parentes de nascimento dá origem a uma ampla categoria de formas que variam desde a fraternidade de sangue e a amizade institucionalizada até às “sociedades” secretas e não secretas de vários géneros” (Herskovits, 1948, p. 93). Félix M. Keesing (1961), por sua vez, fala de “associações voluntárias” como “grupos reunidos à base de uma escolha electiva”.

Recorrendo à teoria de Richard Dawkins (1976) sobre a memética, não será absurdo afirmar que, da mesma forma que a família é responsável pela transmissão dos *genes* (unidade biológica de transmissão), as associações fornecem *memes* (unidades culturais de transmissão de informação no contexto da memória coletiva) aos seus

associados e simpatizantes (não-sócios que frequentam, com regularidade, as atividades organizadas pelas associações).

Citando o mesmo dicionário de que nos munimos para definir os conceitos anteriores, verificámos que, segundo a Academia das Ciências de Lisboa, “associação”, do Latim *associare*, formado de *socius* ‘companheiro’, define-se por intermédio da

(...) união, combinação de substâncias ou coisas de modo a que se completem, valorizem ou produzam um determinado resultado; ato ou efeito de associar. Processo de suscitar a ligação entre dois ou mais elementos para a realização de um fim comum. União duradoura e organizada de pessoas ou entidades com determinado objetivo comum. Agrupamento organizado e voluntário de pessoas ou de entidades com um determinado objetivo comum.= AGREMIACÃO, ORGANISMO SOCIEDADE.

Hoje, as sociedades modernas são compostas por organizações formalmente constituídas, quais agentes de mudança e, simultaneamente, de resistência, em permanente reconstrução, a que as associações culturais não são exceção. Segundo Hall, as organizações afastam-se do conceito de “massas inertes” e incorporam um tipo de

(...) colectividade com uma fronteira relativamente identificável, uma ordem normativa, escalas de autoridade, sistemas de comunicação e sistemas de coordenação de afiliação; essa colectividade existe numa base relativamente contínua em um ambiente e se engaja em actividades que estão relacionadas, usualmente, com um conjunto de objectivos” (Hall, 1984, p. 23).

Esta noção é complementada com a inclusão do sujeito: “uma organização é um conjunto de indivíduos que interagem. O que fizerem com as suas relações definirá o que é a organização” (Teixeira, 1995, p. 162).

Através da interação, as pessoas trocam experiências, associam-se, formam grupos, desenvolvem perceções, atualizam os seus paradigmas e tentam dar resposta ao conjunto de necessidades comuns. Para Artur Martins, os fundamentos que sustentam as associações visam a

Vontade de resolver coletivamente, necessidades culturais, recreativas, desportivas e sociais que, quer o Estado, quer individualmente, não é possível resolver; Vontade de livre e espontânea associação baseada na entre ajuda, fraternidade, solidariedade e participação; Expressão organizada de indivíduos que se designam por associados e que tenham os mesmos objetivos (...); Dirigentes associativos voluntários e benévolos legitimados através de eleições democráticas (...) (Leitão, Ramos, & Silva, 2009, p. 30).

O Homem, enquanto ser autónomo e gestor das suas próprias experiências, associa-se a um grupo de pertença, ou de referência, cujos paradigmas culturais ditam a sua adesão, já que as associações centram a sua finalidade na satisfação das necessidades dos

seus associados e dos seus semelhantes. Para que possam ser livres de se governarem a si próprias de acordo com os seus estatutos, devem, na sua maioria, ser independentes dos poderes públicos, ainda que subsistam com alguns dos seus apoios financeiros.

Pelo exposto, cada associação possui integridade própria, assim como um sistema de valores e áreas de complexidade de costumes, que fazem com que os membros se identifiquem e partilhem objetivos comuns, revelando-se mutuamente interatuantes. Mais do que ter um lugar de destaque na sociedade, ser membro de uma associação representa prestar soluções às necessidades sentidas não só pelos próprios (associados) mas também pelos membros da sua comunidade.

O fundamento das associações reside no exercício de um conjunto de práticas, através das quais se pretendem suprir as necessidades sociais, culturais, recreativas e desportivas, que nem o Estado nem o indivíduo de *per si* conseguem colmatar. O postulado das associações vai além do seu papel da reestruturação da sociabilidade: fornece as ferramentas que permitem ao indivíduo buscar as respostas aos fenómenos culturais, mas também o dota da capacidade de conjecturar novas questões, de construir novos paradigmas, de onde resultam novas necessidades culturais.

“As representações sociais são conceptualizadas como uma modalidade de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, contribuindo para a percepção de uma realidade comum a um determinado grupo.” (Cabecinhas, 2009, p. 51), onde predominam as representações “emancipadas” (produto da cooperação e circulação de ideias) e “hegemónicas”.

A associação representa, pois, a “expressão organizada de indivíduos que se designam associados e que tenham os mesmos objetivos” (Leitão, Ramos, & Silva, 2009), que se relacionam de forma inter e intra grupal, cujo contributo social se reflete na formação de uma cidadania ativa, assente nos princípios da ética e solidariedade, em que se rentabilizam as potencialidades individuais e coletivas, através do desenvolvimento de competências e “estimulando a assunção de responsabilidades, a rentabilização de recursos e o trabalho de equipa” (*Ibidem*).

João Lopes contribui com outra distinção: “práticas associativas criativas” e “práticas associativas expressivas” (Lopes J. T., 2000). Das “criativas” constam as associações relacionadas com o teatro amador, com a dança (contemporânea, clássica, folclore, etc.) e com a música (participação vocal ou instrumental em grupos musicais,

coros, ranchos, etc.). As “práticas associativas expressivas”, por sua vez, remetem para a participação em associações recreativas ou coletividades locais; jogar às cartas, xadrez, bilhar, num grupo habitual; fazer campismo e caravanismo, entre outras.

As associações, ao facilitarem os meios para o lazer, cultura e desporto, transformaram-se em instituições cooperantes para o desenvolvimento destas capacidades nos seus sócios, familiares e comunidade participante. “Todos os indivíduos são ativos na sua construção social da realidade, mas esta construção é efetuada em rede, no seio dos grupos sociais” (Cabecinhas, 2009, p. 55), por intermédio dos elementos informativos, cognitivos, ideológicos e normativos que estas instituições fornecem.

No que diz respeito ao *movimento associativo*, ou *associativismo*, verificámos que é o sistema que remonta às primeiras manifestações de agregação com vista à constituição de associações populares. Segundo Alcides A. Monteiro (2004), a importância das associações reside nos vários papéis que assumem, desde a mediação entre os indivíduos e o Estado, à exploração das capacidades e virtualidades dos territórios em que se integram, à dinamização de diversas intervenções culturais, desportivas, de recreio, educação, ação social, património, economia, entre outros.

Esta atividade resulta do “direito de constituir grupos. Organizá-los e reuni-los com o escopo de tratar assuntos de interesse comum é um direito humano”<sup>4</sup>, conforme atesta a *Human Rights Education Associates*.

O associativismo acaba por representar o ato de um indivíduo (ou coletividade) associar-se ou unir esforços em prol de um ideário comum, independentemente do seu estrato, com vista à intervenção social e exercício da democracia.

A expressão *associativismo* designa, por um lado a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns.<sup>5</sup>

Sobre as associações culturais, com a componente recreativa (de recreio ou tempos livres), aferimos que esta designação “traduz o reconhecimento de práticas ancestrais de convívio, de entretenimento e de vivência de identidades diferentes e complementares” (Confederação do Desporto de Portugal, 2002). Para além do semblante lúdico e da sua capacidade instrutiva, pretendia-se que os sócios evitassem o ócio e os maus vícios em prol de práticas que beneficiassem a sua conduta e participação na vida democrática.

<sup>4</sup> [http://www.hrea.org/index.php?doc\\_id=702](http://www.hrea.org/index.php?doc_id=702) acessido no dia 20 de dezembro de 2012.

<sup>5</sup> <http://cultura.madeira-edu.pt/entidades/Entidades/AssociaccedilotildeesCulturais/tabid/330/language/pt-PT/Default.aspx> acessido no dia 17 de Setembro 2012.

## **2. CONTEXTO LEGISLATIVO:** **A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO**

Não obstante os conhecimentos adquiridos no ano curricular do mestrado em Gestão Cultural, o associativismo permaneceu à sombra dos nossos estudos, pelo que nos desdobrámos em áreas como o Direito, Economia e Política, para auferirmos capacidades interpretativas idóneas com vista ao aprofundamento do conhecimento sobre a criação, legislação, desenvolvimento e impacto das associações culturais na sociedade. Como meros interessados, era-nos impossível prever a dimensão legal do mundo associativo.

A primeira referência que registámos na nossa investigação, reporta-se ao ano de 1821, *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, onde se encontram os ecos do Contrato Social:

(...) não podemos ir buscar aos costumes antigos a significação da palavra cidadãos: he preciso pois recorrermos á natureza das associações civis. Não ha duvida que todos os Portuguezes de ambos os hemisferios compõem a Nação Portuguesa, todos entrão no nosso pacto social, todos os Portuguezes são partes contratantes deste mesmo pado; todos entra ao com iguaes direitos (...) In, *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, nº 143, 03/08/1821, p. 1769.

A primeira referência legal, após imensas pesquisas entre os vários diários e jornais oficiais, levou-nos à Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1838, assinada por D. Maria, onde, na secção “Dos Direitos e Garantias dos Portugueses”, consta o artigo abaixo reproduzido do Diário do Governo:

### ARTIGO 14.º

**Todos os Cidadãos têm o direito de se associar na conformidade das Leis.**

§ 1.º — São permitidas, sem dependência de autorização prévia, as reuniões feitas tranquilamente e sem armas.

§ 2.º — Quando porém se reunirem em lugar descoberto, os Cidadãos darão previamente parte à autoridade competente.

§ 3.º — A força armada não poderá ser empregada para dissolver qualquer reunião, sem preceder intimação da autoridade competente.

§ 4.º — Uma Lei especial regulará, enquanto ao mais, o exercício deste direito.

**Ilustração 2 – art.º 14, do Diário do Governo nº 98, 24 de abril de 1838**

Note-se que em 1867 já eram cobrados emolumentos para a aprovação de estatutos.

Na “2ª Repartição”, publicada em Diário do Governo, a 14 de fevereiro de 1907, “DOM Carlos, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc.” decretou a lei que

viria a conceder alguma liberdade aos condicionalismos sentidos pelos impulsores do associativismo:

A todos os cidadãos no gozo dos seus direitos civis podem constituir-se em associação, para fins conforme às leis do reino, sem dependência de licença ou aprovação dos seus estatutos pela autoridade pública (...) uma vez que previamente participem ao competente governador civil a sede, o fim e regime interno da sua associação.

Esta mesma lei, além de revogar as leis que ditavam indicações contrárias, proibiu a reunião fora das sedes e a discussão de assuntos “alheios aos fins da sua constituição”.

A Constituição de 21 de Agosto de 1911<sup>6</sup>, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, circunscreve a liberdade de associação ao ponto 14º do artigo número 3, designadamente: “O direito de reunião e associação é livre. Leis especiais determinarão a forma e condições do seu exercício”.

No âmbito internacional, a 10 de dezembro de 1948, foi proclamado, na *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (art.º 20) o “direito à liberdade de reunião ou de associação pacífica”; a 4 de novembro de 1950, a *Convenção Europeia dos Direitos do Homem* reforçou que “Qualquer pessoa tem direito à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação” (art.º 11); a 16 de dezembro de 1966, após aprovação da Assembleia Geral da ONU, o *Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos* também consagrou o direito “Toda e qualquer pessoa tem o direito de se associar livremente com outras (...)” (art.º 22).

Em Portugal, o nacionalismo corporativo do Estado Novo, para sujeitar os interesses atomizados aos interesses nacionais, publicou, a 20 de Maio de 1954, o Decreto-lei que condicionou a atividade das associações, através do seu controlo administrativo. A 24 de Novembro de 1971, sob o Decreto-lei nº 520, também as cooperativas passaram a estar sujeitas ao mesmo regime das associações.

Só a 7 de Novembro de 1974 é que os decretos-lei portugueses, acima referidos, foram revogados e reconheceu-se que:

O direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade. O Estado de Direito, respeitador da pessoa, não pode impor limites à livre constituição de associações, senão os que forem direta e necessariamente exigidos pela salvaguarda de interesses superiores e gerais da comunidade política. No processo democrático em curso, há que suprimir a

---

<sup>6</sup> [http://debates.parlamento.pt/Constituicoes\\_PDF/CRP-1911.pdf](http://debates.parlamento.pt/Constituicoes_PDF/CRP-1911.pdf)

exigência de autorizações administrativas que condicionavam a livre constituição de associações e o seu normal desenvolvimento.<sup>7</sup>

Para a sua formalização e aquisição de personalidade jurídica bastava o “ato do depósito dos estatutos” no governo civil. Foi este decreto-lei (nº 594/74), com 18 artigos incisivos sobre as normas das associações, que desencadeou o “boom” deste tipo de coletividades, ao devolver o livre arbítrio às associações, desde que estas não promovessem a violência ou incitassem revoltas políticas.

Há autores que consideram a alínea 4 da Constituição (“Não são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista”)<sup>8</sup> como uma restrição à liberdade de organização, contudo a proibição refere-se à base de constituição das organizações e não ao conteúdo do que é nelas discutido, ou estaria violado o direito da liberdade de expressão.

O Código Civil de 1966, em comparação com o Código em vigor (Lei 23/2013, de 5 de março) torna notória a dependência do reconhecimento do Estado, através do art.º 158, para com a Aquisição da personalidade das associações:

- 1 – As associações e fundações adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento, salvo disposição especial da lei.
- 2 – O reconhecimento é individual e da competência do Governo, ou do seu representante no distrito quando a actividade da associação ou fundação deva confinar-se na área dessa circunscrição territorial.

O presente Código Civil inclui 35 artigos que regulamentam as associações - art.º 157 a 184 e 195 a 201 - desde a sua constituição e extinção, às normas que devem conduzir a gestão interna das associações sem personalidade jurídica.

A *Constituição da República Portuguesa*, aprovada a 2 de Abril de 1976, incluía, no artigo 46º a “Liberdade de Associação”.

Para além das várias alterações a que se procedeu no decreto anteriormente referido, verificámos que estas só pretenderam introduzir algumas atualizações, sem que se adulterassem os seus princípios, que se traduzem, segundo João Alves (Alves, 2008, p. 14 e 15), nos seguintes:

- a liberdade individual de constituição de associações;

---

<sup>7</sup> Decreto-lei nº 594/74, de 7 de Novembro de 1974.

<sup>8</sup> <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>, acedido no dia 8 de agosto de 2012.

- o direito de adesão a associações existentes em condições de igualdade;
  - o direito da não coação para inscrição ou permanência numa associação;
  - a proibição “de intervenções arbitrárias do poder político”;
  - a proibição de associações armadas (militares), “organizações fascistas ou racistas, que promovam a violência e cujos fins sejam contrários à lei penal”.
- a proibição de o Estado dissolver ou suspender a atividade de qualquer associação, exceto através de decisão judicial e para com os casos previstos no diploma legal (art.º 46, nº 2);
- o direito a “prossegurem os seus fins livremente”, sem interferência das autoridades públicas;
  - o direito à constituição livre, sem submissão a autorizações prévias ou administrativa (importante para as que não formalizaram o seu registo);
  - o direito à “liberdade e autonomia interna”;
  - a predominância da vontade geral e “do método democrático”.

A Lei nº 123/99, de 20 de Agosto, por sua vez, pormenoriza o apoio estatal, dentro do associativismo cultural, às bandas de música e filarmónicas e o Decreto-Lei 128/2001 acrescenta os critérios que levaram à exclusão “(...) das escolas de música e conservatórios do ensino particular e cooperativo que tenham celebrado ou que estejam em condições de celebrar contratos de associação com o Ministério da Educação” para com a classificação de associações culturais.

Uma inovação que pretende não só agilizar o processo burocrático, mas também incentivar os interessados no movimento associativo, prende-se com a criação da Lei n.º 40/2007, de 24 de Agosto, na qual se aprovou um “regime especial de constituição imediata de associações e atualiza o regime geral de constituição previsto no Código Civil”.

Segundo João Alves (Alves, 2008, p. 11), o direito de associação confere um direito negativo e positivo: negativo, “de defesa, sobretudo perante o Estado, proibindo a intromissão deste, quer na constituição de associações ou na sua organização e vida interna”, garantindo, cumulativamente, o direito, a liberdade e a garantia que permite às associações subsistirem enquanto organismos independentes da esfera política.

O direito positivo, segundo o mesmo autor, traduz-se na possibilidade de os cidadãos se organizarem, na liberdade de atuação do cidadão e a ausência de interferências estatais, como as autorizações administrativas.

Ao longo da Constituição da República Portuguesa, podemos denotar a diferenciação que já é atribuída aos vários tipos de associações, através de imposições ou limitações específicas às seguintes associações;

- associações políticas (art.º 51);
- associações sindicais (art.º 55),
- associações públicas (sujeitas às normas da Administração Pública- art.º 165 e art.º 267);
- associações de consumidores (art.º 60);
- associações representativas de beneficiários da Segurança Social (art.º 63);
- associações representativas das famílias (art.º 67);
- associações juvenis (art.º70);
- associações de fins culturais<sup>9</sup> e de defesa do património cultural (art.º73);
- associações de professores, alunos, pais, comunidades e instituições de carácter científico (art.º 77);
- associações e coletividades desportivas (art.º 79).

Através do conhecimento prévio da existência de leis específicas, acrescem a esta diferenciação, na lei geral que representa o texto constitucional, outros tipos de associações, de que são exemplo as Casas do Povo.

No livro *Legislação sobre Associações* (Mendes & Ferreira, 2008), os autores reconhecem 31 tipos de associações (Parte II), das quais constam as Associações políticas, de jovens, de pais, de defesa do consumidor, de defesa do ambiente, religiosas, de solidariedade social, mutualistas, de mulheres, de educação popular, sindicais, desportivas, etc. No entanto, as associações de domínio cultural circunscrevem-se aos “C. C. D. – Centros de Cultura e Desporto”, onde são invocados os estatutos do INATEL. Para além das associações mencionadas, constam as “Casas do Povo”.

---

<sup>9</sup> “3 - O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.” **Constituição da República Portuguesa 2005, art.º 73, n.º 3.**

De acordo com (Alves, 2008, pp. 141-147) existem os seguintes tipos de associações, com leis específicas: Partidos Políticos, Associativismo juvenil, Associações de pais e encarregados de educação, Associações de defesa dos consumidores, Associações de defesa do ambiente, Associações de defesa do património cultural, Associações religiosas, Associação profissional dos militares, Associações de polícias, Associações de solidariedade social, Associações mutualistas, Associações de mulheres, Associações de empregadores, Associações sindicais, Associações desportivas, Associações de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, Casas do Povo, Associações de família, Associações de bombeiros, Associações de agricultores, Associações de caçadores, Associações de Imigrantes, Associações de pessoas portadoras de deficiência, Associações de defesa dos investidores em valores mobiliários, Associações de educação popular, Grupo organizado de adeptos, Associações de defesa dos utentes de Saúde, Associações de senhorios, inquilinos e comerciantes, Associações representativas dos municípios e freguesias, Agências de desenvolvimento regional, Associações de utilizadores do domínio público hídrico e Fundações (assimiladas no Código Civil).

De todos os tipos de associações listadas e legislações específicas relacionais, constatou-se que a relação das associações culturais com a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, onde o legislador remete para as Associações de defesa do património cultural.

Pelo exposto, podemos verificar que não há uma legislação específica para as associações culturais, mas antes a conjugação das leis gerais (Código Civil, Constituição Portuguesa) e enquadramento da lei específica das Associações de defesa do património cultural e a Lei n.º 123/99, de 20 de Agosto, que regulamenta o *Apoio à Actividade Musical de Bandas de Música, Filarmónicas, Ranchos e Outras Associações Culturais*. A acrescentar ao enquadramento legal já mencionado, consideramos pertinente referir a Portaria n.º 79/2001, publicada no JORAM n.º 62, de 17 de julho, aprovada pelo então Secretário Regional do Turismo e Cultura, uma vez que estipula o *Regulamento de Atribuição de Apoio Financeiro a Projetos de Interesse Cultural*, através do estabelecimento de normas para efeitos de candidaturas a contratos-programa de dinamização cultural ou protocolos de desenvolvimento e cooperação cultural. Esta portaria tem sido alvo de retificações pontuais, no entanto, tem sido mantido a substância inicial que originou a sua publicação (ex. alteração do período de candidaturas – Portaria 130/2006, JORAM n.º 139, I Série, de 2 de novembro).

### **3. ESPECIFICIDADES DAS ASSOCIAÇÕES**

#### **3.1. DISTINÇÃO FACE A OUTRAS COLETIVIDADES: SOCIEDADE, FUNDAÇÕES, COOPERATIVAS E ACADEMIAS**

Uma organização representa o conjunto de pessoas que trabalham juntas e coordenam as suas ações de forma a alcançarem uma grande variedade de objetivos, ou resultados desejados a médio e longo prazo. Este lexema, por si, abarca vários tipos de coletividades, na qual se incluem as associações, as sociedades, as fundações, as cooperativas, federações, uniões e confederações.

Enquanto organizações sem fins lucrativos, as associações têm como elemento essencial o “conjunto de pessoas que se juntam para prosseguir um determinado fim” (Andrade & Franco, 2007, p. 26) pelo que se distanciam das instituições com fins lucrativos, nomeadamente de empresas e **sociedades** pois estas têm como primeira finalidade o mercado, a atividade financeira ou a obtenção de lucro.

Conforme a noção expressa no Código Civil<sup>10</sup>, art.º 980, o Contrato de Sociedade “é aquele em que duas ou mais pessoas se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício em comum de certa atividade económica, que não seja de mera fruição, a fim de repartirem os lucros resultantes dessa atividade”. Note-se, contudo, a existência de associações culturais denominadas “sociedade”, porém é de salientar que este registo só ocorreu nas associações mais primitivas, pelo que a sua designação se manteve, apesar de o objeto social se reportar ao associativismo.

A legislação que rege as associações abrange outras coletividades, das quais destacamos as associações de classes, associações juvenis, sindicatos, cooperativas, casas do povo e fundações. As associações que nos propomos estudar, pela sua especificidade e pelo critério de delimitação escolhido, não abarcam as entidades anteriormente referidas, até porque as associações culturais não possuem as mesmas características de uma **fundação**, porque não subsistem devido à existência e obtenção de retorno de investimento face a património herdado (o elemento fundamental é o património afeto a um ou a um conjunto de fins, que devem ser suficientes para garantir a sua prossecução).

---

<sup>10</sup> Lei n.º 23/2013, de 05/03.

Uma associação cultural distingue-se também de uma **cooperativa**, apesar de existirem algumas semelhanças na sua génese, contudo, as cooperativas podem perseguir fins económicos - “uma ‘democracia participativa’ inseparável da ‘realização da democracia económica, social e cultural’”. (Miranda & Medeiros, 2005)”; possuem uma composição e capital variável em que “através da cooperação e entreatajuda dos seus membros (..) visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais” (Andrade & Franco, 2007, p. 27). Implica a participação económica dos membros.

Já em relação às **academias**, as diferenças ocorrem mais nos regulamentos e formalidades internas da coletividade, próprias da herança deixada por Platão, do que propriamente na legislação aplicada. De cariz mais elitista, aliado ao “supraconhecimento”, as academias, desde a sua fundação (séc. XVIII), têm como objeto o estudo científico, literário e artístico, a discussão de saberes e a eleição de padrões, num ambiente mais formal que o propiciado pelas associações culturais, em si, mais voltadas para a comunidade.

### 3.2. CONSTITUIÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO

O primeiro fundamento para que se constitua uma associação é a existência de um grupo mínimo de três pessoas. Contudo, uma vez que os órgãos que a constituem obrigam a que, cada um deles possua três elementos, determinam os estatutos, que a sua constituição geral não possa ser inferior a nove elementos (três por cada órgão: Direção, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral). Para além dos elementos e motivação que levam à criação de uma associação, devem estar pré-definidos:

- o seu património social (bens e serviços);
- a denominação da associação, obedecendo aos princípios da “verdade, novidade e exclusividade” (DL129/98);
- a finalidade da associação (objeto social);
- a sede enquanto local de funcionamento da associação;
- as normas de funcionamento (eleições, prazos, admissão/exclusão, de sócios, critérios, regime disciplinar, entre outras);
- a composição dos órgãos sociais.

Após esta determinação de características, o processo de constituição de uma associação, com personalidade jurídica, compreende as seguintes fases<sup>11</sup>:

1. Reunião de fundação e aprovação de Estatutos;
2. Obtenção de Certificado de Admissibilidade e Cartão Provisório (Registo Nacional de Pessoas Coletivas);
3. Escritura pública;
4. Publicações e registos definitivos;
5. Eleição de corpos dirigentes;
6. Outros atos e obrigações legais (Deveres fiscais e inscrição na Segurança Social)

O corpo dirigente é composto por três órgãos:

- Administração ou Direção, de natureza colegial, composto por número ímpar de membros (mínimo de três), sem que sejam obrigatoriamente associados (pode recorrer-se a um Técnico Oficial de Contas, por ex.). É o órgão que detém o poder de gestão da associação;

- Conselho Fiscal, constituído por número ímpar de membros (mínimo de três), que exerce os poderes genéricos de fiscalização e vigilância da área financeira;

- Assembleia Geral, composta pelos restantes sócios, para fins de aprovação de contas, eleição/destituição dos órgãos da associação, alteração de estatutos, extinção da associação, entre outras funções, cujo *quorum* deverá ser sempre respeitado (presença mínima de metade dos associados).

### 3.3. TIPOS DE “PERSONALIDADE JURÍDICA”

Para além desta diferenciação, as associações (culturais ou não) subdividem-se nos dois tipos seguintes:

- **com** personalidade jurídica – é o reconhecimento normativo das associações titulares de direitos e deveres perante terceiros. Para além de possuírem um documento oficial onde constam os estatutos que a orientam, celebraram Escritura Pública (depósito e registo dos Estatutos no notário, que os submete ao Ministério Público para classificação e

---

<sup>11</sup> No sítio do Portal do Cidadão, está disponível um guia sobre “Como criar uma associação”, com todos os trâmites legais e pormenores na elaboração dos documentos necessários: [http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/pt/Dossiers/DOS\\_como+criar+uma+associa++231+++227+o.htm](http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/pt/Dossiers/DOS_como+criar+uma+associa++231+++227+o.htm) ou também é possível obter todas as indicações no sítio sob a responsabilidade da Direção Regional dos Assuntos Culturais, nomeadamente <http://cultura.madeira-edu.pt/entidades/>

instrução das normas específicas - Código Civil ou legislação específica - com posterior publicação em Diário da República ou Jornal Oficial Local, conforme o art.º 158 do Código Civil Português.

- **sem** personalidade jurídica – representam o universo de associações informais, cuja constituição só se formalizou para com os membros, ou seja, sem que tenha ocorrido o registo oficial dos estatutos e em que a organização interna se rege pelas regras estabelecidas pelos associados. Esta condição, per si, não condiciona o exercício da liberdade de associação, nem possui relevância constitucional na diferenciação entre as associações que possuem personalidade jurídica, pelo que estas associações também podem ser sancionadas juridicamente. A inscrição obrigatória, no entanto, restringe-se às associações públicas (ordens profissionais, por ex.).

A diferença entre ambas as características acima expostas “reside, sobretudo, na responsabilidade por dívidas e separação de patrimónios, ocorrendo a separação total apenas nas associações com personalidade jurídica” (Alves, 2008, p. 33). O art.º 167 do Código Civil distingue o ato de constituição e o da formalização dos estatutos, já que o primeiro fornece os elementos caracterizadores da associação, bem como a declaração de vontade dos seus fundadores, enquanto os estatutos ditam o seu regime de funcionamento e as suas características distintivas.

### **3.4. ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA**

O decreto-lei n.º 460/77, de 7 de novembro, constitui a legislação base para a atribuição deste estatuto concedido a associações que desenvolvam, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade “em áreas de relevo social” tais como a cultura, preservação do património cultural, educação, desporto, entre outras, em cooperação com a administração central ou a administração local.

A introdução em Portugal, em agosto de 1986, de uma lei que concedia incentivos fiscais ao financiamento privado da cultura - *Lei do Mecenato* – veio estimular a dinamização cultural e instaurar “(...)o espaço do mercado e a lógica económica, longamente tidos por incompatíveis com os espaços da produção cultural” (Santos & Conde, 1990, p. 375). Esta lei foi revogada, no entanto o Estado manteve o incentivo face a

atribuição de donativos, por parte de indivíduos singulares e/ou coletivos, através da publicação da Lei nº. 53-A/2006, de 29 de dezembro - *Estatuto dos Benefícios Fiscais*, que, tal como a designação sugere, confere os benefícios atribuídos às entidades que apoiem organismos públicos e privados, que desenvolvam atividades nas áreas do social, cultural, ambiental, científico ou tecnológico, desportivo e educacional, através da retribuição de um conjunto de contrapartidas tais como o prestígio do reconhecimento de participação social ativa, a satisfação pessoal e benefícios fiscais que permitem a dedução da totalidade dos donativos concedidos (até 0,8% do volume de negócio) sobre o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e das Pessoas Singulares (IRS):

Partindo das premissas que o Estado não controla a vida cultural e que a cultura não é o somatório de sectores organizados consoante os interesses dos seus agentes, o Governo definiu medidas para áreas específicas da competência do Estado e vê o sector privado como um parceiro fundamental e estratégico no apoio às artes.<sup>12</sup>

Por outro lado, a própria diferenciação, entre associações com/sem personalidade jurídica irá condicionar o reconhecimento da entidade enquanto associação efetiva e permitir-lhe-á obter a condição de “utilidade pública”, após, entre outros requisitos, o seu terceiro ano de exercício.

Esta vantagem confere, às associações, benefícios, regalias e isenções fiscais, bem como publicidade gratuita no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, dos atos que exijam essa publicação. Representa, pois, uma mais-valia para estas coletividades, em termos de redução de custos, atendendo a que a ação da associação cultural distancia-se das atividades económicas do mercado, pelo que as suas fontes de receita tendem cada vez a ser mais limitadas e, por consequência, a sua liquidez financeira cada vez mais diminuta.

De acordo com o portal do Governo Regional da Madeira<sup>13</sup>, só podem ser declaradas de utilidade pública as entidades (associações ou fundações) que cumulativamente, cumpram os seguintes requisitos:

- Desenvolverem, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade em áreas de relevo social tais como: a promoção da cidadania e dos direitos humanos, a educação, a cultura, a ciência, o desporto, o associativismo jovem, (...) a preservação do património cultural;

<sup>12</sup> <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/primeiro-ministro/secretario-de-estado-da-cultura/sobre-o-secretario-de-estado-da-cultura.aspx> acedido no dia 20 de fevereiro de 2013.

<sup>13</sup> <http://www.gov-madeira.pt/madeira/elect/pgrmforms.do2?ENT=PGRM&TAB=INFO>, acedido no dia 24 de janeiro de 2013.

- Estiverem regularmente constituídas e regerem-se por estatutos elaborados em conformidade com a lei;
- Não desenvolvam, a título principal, actividades económicas em concorrência com outras entidades que não possam beneficiar do estatuto de utilidade pública;
- Não sejam enquadráveis em regimes jurídicos especiais que lhes reconheçam a natureza ou, em alternativa, o gozo das prerrogativas das pessoas colectivas de utilidade pública;
- Que possuam os meios humanos e materiais adequados ao cumprimento dos objectivos estatutários;
- Não exerçam a sua actividade, de forma exclusiva, em benefício dos interesses privados quer dos próprios associados, quer dos fundadores, conforme os casos”.

Note-se, contudo, que a atribuição deste estatuto só teve início, no Arquipélago, no ano de 1978, altura em que foi reconhecido este papel apenas à Associação Cristã da Mocidade da Madeira. Nos anos subsequentes, a atribuição foi feita sem grandes excessos: em 2002<sup>14</sup>, este estatuto foi concedido a 134 associações. Em 2012, o total de associações de reconhecida utilidade pública era de 201 coletividades, ou seja, um aumento de apenas 33% em 10 anos, onde é notório o predomínio das associações desportivas e Casas do Povo.

Inteirados sobre as formalidades que caracterizam as associações culturais, para que a sua distinção fosse possível e perceptível em relação às demais entidades, daremos início, no próximo capítulo, à viagem que nos aproximará do percurso associativo cultural madeirense, desde as suas origens à atualidade.

---

<sup>14</sup> Cf. (Lino, 2002, p. 20).

# **CAPÍTULO II**

**NA SENDA DO ASSOCIATIVISMO PORTUGUÊS: DO  
CONTINENTE AO ARQUIPÉLAGO**

## 1. PRIMÓRDIOS DO ASSOCIATIVISMO EM PORTUGAL

“Acreditaie, ó povo, a vossa regeneração está na escola, o vosso conforto na associação” (Goodolphim, 1876, p. 168)

O retrato de Portugal do início do séc. XIX é um cenário de crise, de atraso industrial, pobreza generalizada, elevadas taxas de analfabetismo, invasões francesas, e ausência de um qualquer sistema de proteção social.

Sob a influência do liberalismo, dos ideais propagados pela Revolução Francesa e do advento da Revolução Industrial (sector assalariado), a segunda metade do séc. XIX revela que os espaços de discussão, intervenção social e política, outrora reservados às elites portuguesas, começaram também a surgir no meio operário, apesar dos condicionamentos que os sistemas políticos instituía.

As primeiras coletividades a surtirem destas transformações sociais foram as bandas de música (de que é exemplo a *Banda de Música de Santiago de Riba*, fundada em 1722<sup>15</sup>) juntamente com as associações de socorros mútuos (de ajuda social), que surgiram após a abolição das corporações de artesãos, em 1834, associações de classes, e de instrução e recreio:

Nas várias fases da sua longa vida – a primeira colectividade terá sido fundada em 1722 – o associativismo foi evoluindo nas suas formas de organização, funcionamento e resposta às necessidades das populações, construindo soluções para os problemas que cada um por si não conseguia resolver e substituindo muitas das funções sociais do Estado que, em cada caso concreto, não quiseram, não puderam ou não souberam resolver. (Confederação do Desporto de Portugal, 2002, p. 11)

A criação, ou surgimento, das associações locais emerge, sobretudo, da dupla necessidade de se (re)criarem espaços qualificados que permitissem o desenvolvimento de atividades culturais, de recreação e desporto e, ao mesmo tempo, que fossem espaços de comunicação, interação e de sociabilidade, onde se reconhecessem e permitissem as reivindicações do grupo e proliferasse o sentido de luta por direitos similares, quer para o acesso à cultura, educação ou à mutua ajuda.

O associativismo popular, apesar da sua diversidade e fragmentação, tornou-se não só numa forma de intervenção, mas também de transformação social, assente na solidariedade para com os seus associados. Por se direcionarem para os operários, as

---

<sup>15</sup> cf. (Leitão, Ramos, & Silva, 2009).

associações principiaram por ser “classistas”, atendendo a que o movimento associativo popular não foi homogêneo em relação às camadas sociais, excetuando-se o caso das associações desportivas (interclassistas). No entanto, já em 1838, o patamar da cultura começou a despoletar um novo tipo de agremiação atendendo a que foi nesta data que se fundou a *Sociedade dos Artistas Lisbonenses*.

Em 1852 fundou-se a *Associação dos Tipógrafos do Porto* (entre outras) que tinham como característica comum o *interclassismo* “agrupando assalariados, intelectuais e profissionais liberais” (Medina, História de Portugal, 2002 - 2).

Em 1876, Costa Goodolphim advogava a necessidade emergente de associações para com a classe trabalhadora, nas seguintes vertentes:

- de ajuda: associações de socorros mútuos (em caso de doença e “inhabilidade”), de crédito popular e associações cooperativas de consumo;

- de instrução: “o operário precisa ter uma associação sua (...) onde elle passe uma parte da noite lendo ou estudando em livros ao alcance da sua intelligência” (Goodolphim, 1876, p. 6);

- de culto da moral : associações de “temperança”, para combater a embriaguez, todas com o propósito de tornar cada operário digno do seu estatuto de cidadão: “Que se habitue a ler, a estudar, a discutir e a ter finalmente um trato social”.

Para além da sua relevância no campo social, a partir do séc. XIX, sob a iniciativa do movimento associativo popular, surgem as primeiras coletividades de instrução, cultura, recreio e desporto, em estreita articulação com o cooperativismo, mutualismo e sindicalismo, de cariz menos institucional e mais popular, já que se afastava da ação política para intervir ao nível sociocultural. Pretendia-se combater as dificuldades quotidianas dos trabalhadores e as elevadas taxas de analfabetismo e dotar o operariado português não só de conhecimentos técnicos e mas, também eles, lúdicos, de forma a inculcar o gosto pela cultura e despoletar o interesse pelas artes performativas. Estava, pois, criado o binómio que levaria ao sucesso dos organismos em estudo: cultura e educação para a dinâmica cultural, numa transversalidade que levou a que a animação sociocultural e o desenvolvimento local surjam como eixos concetuais complementares.

O associativismo cultural começou a ganhar força no contexto mundial entre 1925 e 1949 nos Estados Unidos da América, caracterizado pelo “acesso das classes médias a um largo leque de consumos culturais” (Lanfant, 1972): “Il cesse d’être le monopole d’une

élite, d'une aristocratie, l'instrument d'une classe, pour devenir une 'activité' du peuple.” (Billaud, 1996, p. 39).

Na Europa, o sociólogo Joffre Dumazedier identificou a alienação do trabalho, através da ocupação do tempo livre, com o despoletar do desenvolvimento cultural, através da acessibilidade da cultura a todos os interessados, contornando, desta forma, quaisquer processos revolucionários – ideologia de ação sociocultural que viria a refletir-se em toda a legislação criada para com as associações.

Em Portugal, o início do séc. XX ficou marcado pela criação de associações desportivas, associações de beneficência e recreativas, algumas incentivadas pelas próprias igrejas, em prol das suas comunidades.

Contudo, cientes do desenvolvimento e crescente poder das associações, o Estado Novo dotou o país de organismos que contribuíram para a expansão da cultura/educação nos meios mais afastados dos grandes polos (apesar da mediação inicial do Estado e Igreja). Referimo-nos às Casas do Povo, aos Centros de Recreio Populares e à FNAT.

### **1.1. AS CASAS DO POVO**

Em 1933, António Óscar Carmona, António Oliveira Salazar *et alii.* mandaram publicar o Decreto-lei n.º 23.051 no qual se autorizou a “criação em todas as freguesias rurais de organismos de cooperação social, com personalidade jurídica, denominados Casas do Povo (...) mediante a aprovação dos respetivos estatutos, requerida ao Sub secretariado das Corporações e Previdência Social”, por parte de particulares, juntas de freguesia ou “qualquer autoridade administrativa” da respetiva freguesia.

Segundo Carlos Valente (1999, p.152), a criação das Casas do Povo ocorre na senda do programa francês “Euvre du Foyer des Campagnes”, dos anos 30, cujo objetivo era o de criar uma “Maison du Peuple” em cada aldeia, composta por um salão de festas, sala de jogos, bibliotecas e de espaços para a realização de palestras, conferências, audições de rádio e realização de sessões de cinema.

Em Portugal, estes organismos principiaram por assumir os mesmos propósitos das associações mutualistas (de socorros mútuos) e das de instrução e de lazer, na medida em que deveriam auxiliar os seus sócios no caso de “doença, desemprego, incapacidade e velhice”; promover o ensino aos adultos e crianças, bem como incentivar a prática do desporto e atividades de diversão (onde se destacava a referência ao “cinema educativo”).

Outro dos objetivos das Casas do Povo dizia respeito aos “Progressos locais – Cooperação nas obras de utilidade comum, comunicações, serviços de água, higiene pública” (Decreto-lei n.º 23.051). Em 1969, para além dos fins que já possuía, a Lei n.º 2144 veio acrescentar, às Casas do Povo: a representação profissional dos trabalhadores agrícolas, por conta de outrem, o dever de promover a medicina no trabalho e funções de representação profissional das federações (Lei n.º 2144).

Reconhecido o papel fundamental para o desenvolvimento das freguesias, no Decreto-lei n.º 4/82, o Estado, para além de reforçar o apoio às Casas do Povo e determinar a sua classificação como “pessoas coletivas de utilidade pública”, também alterou o seu modelo institucional: “prevendo que, subsidiariamente, se apliquem as disposições legais sobre as associações”. Com esta última medida, e à semelhança do que acontece em todo o associativismo, deixa de haver sócios obrigatórios, já que ninguém pode ser obrigado a associar-se a qualquer organismo desta classificação.

Para além da necessária atualização de papéis, dá-se lugar, em 1990, à desagregação das funções da Segurança Social deste tipo de coletividades

As Casas do Povo passam a ter como propósitos a promoção de atividades socioculturais, a conquista contínua da participação coletiva nessas ações e a contribuição para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde estão inseridas: “associativismo orientado no sentido de uma melhor gestão dos serviços a prestar à população – no campo da formação, do ensino, da proteção social, do ordenamento urbano” (Viegas, 1986, p. 108) – associativismo de expressão, em contraposição ao de reivindicação.

## 1.2. A FNAT/INATEL

Sem um intenso movimento de espiritualização da vida e sem um forte apelo aos valores morais, a obra do Estado Novo poderia renovar materialmente a face da terra portuguesa mas não seria conseguida a sua vitória mais alta: a transformação profunda da nossa mentalidade (...) Não basta facilitar as funções oficiosas dos Sindicatos Nacionais e das Casas do Povo.<sup>16</sup>

Em 1935, sob a designação “Fundação Nacional para Alegria no Trabalho” (hoje INATEL) o Estado Novo introduziu uma organização corporativa que pretendia, por um

---

<sup>16</sup> Decreto-Lei n.º 25 495, de 13 de Junho de 1935

lado, ocupar o tempo livre dos operários “de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”, bem como fomentar o turismo social; por outro lado, pretendia, também, descentralizar as agregações de trabalhadores que ameaçavam a suspeita totalitarista, de forma a “controlar as aspirações e iniciativas de carácter cultural, desenvolvidas a nível social, familiar e individual” (Pinto, 2001, p. 11 a 13)<sup>17</sup>.

Da sua atividade resulta o fomento da cultura popular, a “originalidade da fisionomia nacional”, numa iniciativa que levou Daniel Melo a considerar que “o Estado legitimou a sua postura dirigista, intervindo por isso na construção e transformação da própria cultura popular” através da “desvalorização de certos legados progressistas assentes na democratização cultural e da emancipação social e cívica” (Melo D. , 2010, p. 28) – visão maniqueísta da cultura.

A *Junta Geral das Casas do Povo*, criada em 1945, complementava a missão da FNAT, ao enquadrar a ação das Casas do Povo, levando à dissolução ou suspensão daquelas que não cumprissem com o perfil prático e ideológico do poder central.

Devido à falta de condições de sustentabilidade, a FNAT viu a sua atividade esmorecer no final da década de 50. Foi em sua substituição que surgiu o INATEL (Instituto para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores), entidade que pretendia facilitar o “acesso aos meios e instrumentos de ação cultural, à prática desportiva, à construção recreativa e a estruturas económicas de repouso e lazer” (Pinto, 2001, p. 13) de forma a contribuir, não só para melhores condições de vida, mas também para uma crescente valorização humana e, conseqüentemente, para o progresso social.

Não obstante a tentativa de travar o movimento associativo,

As associações socioculturais independentes representaram um pólo vital de resistência ao projecto totalitário salazarista, devido à sua democraticidade interna e à capacidade de gerar alternativas culturais e sociais e alcance político (Melo D. , 2010, p. 113).

---

<sup>17</sup> O cargo de “delegado” da F.N.A.T. pertencia ao *Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* e o “Conselho de Delegação” era constituído por três membros específicos: representantes dos Sindicatos, Grémios e Casas do Povo.

## **2. ANTECEDENTES SOCIOCULTURAIS DO ASSOCIATIVISMO MADEIRENSE**

Numa ilha tão montanhosa e compacta, não admira que o litoral, de relevo menos acentuado, fosse o palco privilegiado do seu desenvolvimento, pelo que, a concentração e desenvolvimento do espólio cultural acompanhou, apenas até certo ponto, esta concentração cosmopolita. Isto porque a cultura existe onde há civilização, logo, mesmo nos meios mais rurais, não se encontrava o povo desprovido de festejos e atividades específicas da sua localidade.

Como consequência da abolição do sistema dos morgadios e da colônia, a aristocracia fundiária (nobreza e clero) perdeu influência social, ainda que detivesse a supremacia burocrática e económica, gerada pelo desenvolvimento do comércio.

Não obstante as dificuldades agrícolas, que impediram a existência de um equilíbrio entre a produção para exportação (vinho, sobretudo) e para consumo, a partir de 1757, o arquipélago viu-se confrontado com condições climatéricas adversas ao cultivo. Os tempos que se seguiram foram de crise cerealífera e, por consequência, alimentar, ultrapassáveis por intermédio da importação, apesar de limitada, de “grão” de Portugal Continental e do racionamento do mesmo, na distribuição à população.

Em 1847 a situação de miséria repetiu-se: para além dos relatos de mortes e dos assaltos havia também a doença em alguns produtos da terra (*moléstia*, na batata; *mangra*, na vinha). Sem colheitas, sem cereais suficientes, o Estado interveio com a criação de uma espécie de “sopa pública”, de forma a saciar os mais carenciados e, ao mesmo tempo, sossegar tumultos que ameaçavam ganhar forma. Contudo, não foi possível evitar o surto migratório, que levou muitos camponeses desesperados a enveredar, inclusive, pela emigração clandestina, com destino a Demerara, Brasil e Havai.

Este panorama de crise social justifica uma primeira constatação de quem faz o levantamento das associações na Madeira, já que as associações mais primitivas surgem na égide dos mais desfavorecidos: as Associações de Socorros Mútuos ou de Solidariedade Social.

Não havendo um organismo estatal que protegesse os camponeses na situação de doença ou desemprego, a própria sociedade organizava-se em pequenas comunidades para assegurar a proteção e sobrevivência dos seus semelhantes.

Apesar das diversas crises, apesar do isolamento geográfico a que a ilha está sujeita e apesar do afastamento da metrópole, a cultura madeirense remonta ao século da sua colonização (séc. XV), altura que o Visconde do Porto da Cruz designou como *Ciclo Poético da Madeira*. A par dos poetas do continente português, também oito madeirenses alcançaram a eternização dos seus poemas no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. A escrita permitiu, pois, não só a superação dos condicionalismos inerentes à distância para com os grandes pólos culturais, mas também a projeção da literatura regional.

Note-se, contudo, que até ao final do século XIX, o panorama cultural madeirense revelou algum atraso face às demais cidades europeias: à exceção da rede escolar e de algumas manifestações em espaços de debate, a diversidade de estruturas culturais era diminuta. Para tal, contribuíram as elevadas taxas de analfabetismo e o contraste socioeconómico local, que fazia emigrar grande número de madeirenses.

A falta de “contacto com a metrópole e suas instituições culturais levou o estudioso ou o intelectual madeirense a agrupar-se em círculos de estudos, clubes ou tertúlias literárias” (Pestana C. A., 1985). Já o autor José Laurindo Goes referia: “Constituem-se no século XVIII na Madeira sociedades culturais que enformam as “linhas” do academismo” (Goes, 1991, p. 90).

Estávamos, pois, perante as primeiras formas de “associação”, que viriam a contribuir para o associativismo cultural que hoje conhecemos: “progressivamente (...) o veredicto da razão deixa de estar nas mãos dos reis, dos poderes constituídos, das forças conservadoras. Formula-se em cafés e salões, nos jornais e na praça pública” (Ramos, 1994).

O “Movimento Literário Insular”, segundo Álvaro Rodrigues de Azevedo, havia sido dividido pelos períodos “aristocrático”, “monárquico-clerical”, “inter-monárquico liberal” e “monárquico liberal”. Esta delimitação temporal, com início em 1420 e términos em 1872, dá-nos conta de toda uma força associativa de autores que contribuíram para uma atividade cultural dinâmica e assídua.

As primeiras instituições coletivas, de domínio cultural, a serem criadas na ilha foram as **academias**, na primeira metade do séc. XVIII. Destacamos a Assembleia dos Únicos do Funchal (1746), Arcádia Funchalense (1780), a Sociedade Patriótica, Económica, de Comércio, Agricultura, Ciências e Artes (1789-80) e a Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e Artes (1821), pelo seu papel relevante enquanto

instituições pioneiras que permitiram dar início ao movimento associativo regional e pelo facto de terem sido enaltecidas por Álvaro Rodrigues de Azevedo no seu livro *Notas às Saudades da Terra*; por Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo Meneses no *Elucidário Madeirense* e por César Pestana em *A Madeira: Cultura e Paisagem*.

Sobre a Assembleia dos Únicos do Funchal, das breves descrições existentes, ecoam os discursos eloquentes entoados e os debates sobre assuntos literários e históricos entre académicos e letrados.

Em relação à Arcádia Funchalense, de criação inspirada nas Arcádias já existentes em Portugal continental, ficaram os ecos do cultivo e debates das letras. Salientamos o pormenor de no *Elucidário* surgir já a palavra “sócio” para esta entidade cultural: “(...) Valisio Alceo, sócio da Arcadia Funchalense<sup>18</sup>”.

Criada já no séc. XIX, a Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências também nasceu sob os desígnios da inspiração continental, nomeadamente em relação à Academia Real das Ciências de Lisboa. Para além da oficialização dos estatutos, esta instituição, de cariz académico, contabilizou 28 “sócios efetivos” e 24 “sócios honorários”, contudo, estes elementos não se revelaram suficientes para garantir a sobrevivência, além dos dois anos de existência. Fernando Castelo Branco (Branco, 1990, p. 321), no seu artigo sobre a Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências, distingue a biblioteca que foi criada na sede desta associação como sendo a primeira biblioteca da Região, dotada de livros e diários nacionais e estrangeiros e que dispunha da ajuda de um bibliotecário. Para frequentá-la, o público tinha que pagar uma franquia. No Inverno, funcionava das 14h às 17h e no resto do ano, das 16h às 19h.

Este tipo de instituições reflete a emergência de uma esfera cultural autónoma, “cunhada pela igualdade entre os que praticam o confronto de opiniões e ideias” (Ramos, 1994), nascida da crítica literária e da formulação da sociabilidade intelectual madeirense, numa elite favorecida pela formação e conhecimento científico.

---

<sup>18</sup> Cf. P.19.

## 2.1. A CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÕES NA MADEIRA

Para caracterizar os antecedentes das associações culturais madeirenses, Fernando Augusto da Silva e Carlos de Azevedo de Meneses observaram: “É certo que várias agremiações de carácter científico, literário ou artístico se organizaram entre nós, em épocas relativamente afastadas, tendo algumas delas deixado honrosas tradições” (Silva & Meneses, 1998, p. 187).

Das características assumidas pelas primeiras formas de agremiação, pudemos verificar que, à medida que os grupos se formaram, as necessidades de formalização dos estatutos e hierarquias eram cada vez mais indispensáveis, a par da conjugação dos fenómenos do mutualismo, cooperativismo e associativismo.

A consulta do *Elucidário Madeirense*, nos verbetes referentes a associações, mostra-nos que a primeira associação a ser constituída na ilha foi a *Associação Comercial do Funchal*, em 1835<sup>19</sup>, apesar de a sua instalação definitiva só ocorrer em Janeiro de 1836.

Progressivamente, a Madeira, à semelhança do que ocorria no país, refletia a sua adesão ao movimento associativo, através da constituição de agremiações que pretendiam suprir as necessidades insulares. No seguimento da constituição de associações de “Socorros Mútuos” em Portugal Continental, a Madeira também foi profícua na criação destas entidades, não só como forma de colmatar a inexistência de proteção social para com os trabalhadores e povo mais desfavorecido (assistência na doença e desemprego), mas também porque se viveu o surto de cólera, que vitimou cerca de 6.000 pessoas na Madeira, em 1856.

É pelos motivos atrás expostos que nos deparámos com a constituição de associações, na segunda metade do séc. XIX, maioritariamente com finalidades sociais. Do *Elucidário Madeirense* constam o que consideramos ser as associações de maior relevo, existentes à altura da publicação da obra. Da sua totalidade, e para que se possa fornecer a imagem da criação progressiva de associações, enumeramos, cronologicamente, as seguintes:

---

<sup>19</sup> Data também validada por Alberto Vieira, no livro *História da Nau Sem Rumo*.

- *Sociedade de Beneficência do Funchal* (1856). Das mais relevantes e sólidas associações sociais. A sua designação foi alterada e hoje mantém a sua atividade de proteção social enquanto *Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1862*;

- *Associação dos Artistas Madeirenses* (1858). Proporcionou assistência a cerca de 400 operários “e de muitas pessoas categorizadas da sociedade funchalense”;

- *Associação Católica do Funchal* (1874). Assistência “no domicílio as pessoas pobres e doentes”;

- *Associação Madeirense promotora do Bem Público e do Auxílio Mútuo* (1877).  
Concessão de empréstimos;

- *Associação de Protecção e Instrução do Sexo Feminino Funchalense* (1875). Era uma associação de socorros mútuos com a finalidade inicial de socorrer a mulher na doença ou velhice. Em 1876, “esta associação abria uma escola-modelo com aulas e oficinas.” que iam desde o ensino primário ao industrial e profissional; distribuía subsídios e medicamentos. Apesar do elevado número de associadas e receitas arrecadas, não teve longa duração devido à falta de apoios financeiros;

- *Associação Académica do Funchal* (1884). Constituída por alunos do Liceu, chegou a possuir um jornal: *O Académico*;

- *Associação Filantrópica dos Estudantes do Funchal* (1892);

- *Associação Protectora de Estudantes Pobres* (1894). Fornecia subsídios, livros e procedia ao pagamento de matrículas. Publicou um jornal com o mesmo nome na data do seu primeiro aniversário. A título de curiosidade, refira-se que esta instituição promoveu bailes públicos nas suas instalações, dos quais se destacaram os bailes de carnaval;

- *Associação Protectora dos Pobres* (1889).

Foi com este arranque filantrópico- social, que as associações (assim designadas) de “socorros mútuos” consolidaram a junção de intenções na concretização de apoios solidários.

Para além deste tipo de agrupamentos, não podemos deixar de mencionar o papel relevante das **Bandas Filarmónicas**, uma vez que estas incorporaram, igualmente, o espírito associativo e estiveram na base da formação das coletividades culturais.

Apesar de hoje assumirem uma função mais recreativa do que cultural, as Bandas Filarmónicas foram autênticas escolas de música, de disciplina e ética pessoal, compostas

por sócios participantes (instrumentistas) e hierarquias superiores (Direção e Maestro), mais voltadas para a população em geral<sup>20</sup>.

No decurso da nossa investigação, pudemos constatar que a primeira Banda a existir na Madeira foi a Banda Municipal do Funchal. Fundada inicialmente como Filarmónica dos Artistas Madeirenses, esta banda teve origem em 1850, quando um grupo de trabalhadores se reuniu para divulgar as suas músicas e dinamizar o seu tempo livre. Dado o empenho dos executantes, em comunhão com a recetividade do público madeirense, foi-lhe conferido o título de *Banda Municipal do Funchal*, em Abril de 1925 e em Janeiro de 1951, por Decreto lei, o grau de Cavaleiro da Ordem de Instrução Pública<sup>21</sup>.

Vinte anos depois, após a restauração da República, em 1930, também Câmara de Lobos se dotou de um agrupamento musical que permitisse congregar esforços, gostos e talentos musicais, por intermédio da criação da Banda de Recreio Camponês, de origens militares, em Dezembro de 1910. Para além destas duas bandas, outras se criaram e permanecem ainda em exercício nos dias de hoje – cerca de vinte bandas filarmónicas. “Até ao 25 de abril de 1974 estas sociedades foram os conservatórios do povo” (Sardinha & Camacho, 2001, p. 9) extravasando a prática musical: “o teatro, o desporto e até a instrução primária foram alguns dos seus contributos para a evolução global do país” (*idem*), sobretudo nos meios rurais.

Na difusão dos ideais europeus aliados ao cooperativismo, o associativismo ganhou cada vez mais relevo na Madeira, pelo que o seu âmbito de atuação cedo se metamorfoseou noutros tipos de ajuda social, nomeadamente na recreação e cultura. “Na segunda metade generalizou-se a criação de **clubes** destinados ao recreio e distração dos sócios. (...) Estes clubes primavam pela realização de bailes e *soirées* que contavam com a participação de residentes e forasteiros” (Vieira, 2001, p. 14), inclusive personagens ilustres que visitavam a ilha, como foi o caso, em 1885, de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, aclamados no Clube Funchalense, em 1921, de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, no Club Sport Madeira, e da fadista Amália Rodrigues, em 1945, na associação Nau Sem Rumo.

Dos inúmeros clubes que organizaram o folgado dos madeirenses entre a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do seguinte podemos salientar os seguintes: **Clube Económico** (1856), **Sociedade Club Económico** (1856), **Clube Recreativo** (1856), **Clube Aliança** (1867), **Sociedade Clube Funchalense** (1872), **Clube Restauração** (1879), **Novo Clube Restauração** (1908), **Clube Washington**

<sup>20</sup> “O ingresso de um operário numa banda filarmónica era um acontecimento na sua família e na comunidade operária. Constituía uma eleição social, um acesso à cultura” (Flores, 1991, p. 10).

<sup>21</sup> Cf. <http://www.artistas-funchalenses.org/historial.asp>

(1882), **Clube dos Estrangeiros** (1897), **Clube União** (1888), **Clube Recreativo Musical** (1900), **Clube Recreio e Instrução** (1892), **Turf Club** (1900), **Clube Internacional do Funchal** (1896), **Stranger's Club – Casino Pavão** (1906), **The Sports Club** (1901) (...) (Vieira, 2001, p. 15).

Não nos alongaremos na descrição das coletividades enumeradas, atendendo a que possuíam um cariz mais lúdico e de confraternização. Contudo, não podemos deixar de abordar, nos anos 80 do séc. XIX, o surgimento das “esquadras terrestres”, que, apesar de serem associações lúdicas, contribuíram para a originalidade do movimento associativo de então. Constituíram-se quatro associações deste género<sup>22</sup>, mas apesar da sua designação, não possuíam qualquer representatividade militar (“esquadras”); imitavam ritos da Marinha, mas em pleno solo (!): ergueram mastros nas quintas dos sócios e organizavam paradas em que os associados surgiam fardados como se fossem verdadeiros oficiais: “O espírito era levado a sério (...). As atividades resumiam-se a alguns desfiles dominicais e nos dias feriados, passeios a pé ou ao longo da costa (...)” (Vieira, 2001, p. 15).

Para além deste tipo de associações, e desde 1835, com a criação da *Associação Comercial*, deu-se início à constituição de **associações de classes**, das quais destacamos, pela sua versatilidade e abrangência cultural, o *Ateneu Comercial do Funchal* (1899). Esta instituição, para além da defesa comercial, foi a responsável pela promoção de eventos de teatro, concertos, bailes, exposições e concursos; uma força motriz que deu origem ao cartaz turístico que hoje conhecemos como *Festa da Flor*.

É certo que muitas das associações até então enumeradas englobavam uma multiplicidade de objetivos, que variavam entre os educativos, morais, caritativos, reivindicativos, recreativos/lúdicos e culturais, pelo que, tendo criada a nítida imagem da pluralidade de entidades que já existiam no séc. XIX, não se torna difícil imaginar as suas repercussões no decorrer do tempo.

---

<sup>22</sup> *Esquadra Torpedeira*, a *Esquadra Submarina*, a *Esquadra Couraça* e a *Esquadra Independente*, apesar de, em 1935, a associação *Nau Sem Rumo* ter recuperado uma parte do espírito destas coletividades.

### **3. ASSOCIATIVISMO CULTURAL NA MADEIRA: DO “CICLO DE OIRO” AO SÉC. XX**

De entre os organismos culturais que começaram a germinar na Madeira, César A. Pestana salientou a importância dos “vários centros ou instituições culturais ou academias (...), as inúmeras tertúlias literárias, (...) e vários clubes e associações de atividades recreativas e artísticas” (Pestana C. , 1952, p. 35), com destaque para a Assembleia dos Únicos do Funchal, a Arcádia Funchalense, a Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e Artes, o Instituto Cultural da Madeira, a Academia de Música da Madeira e o Instituto Comercial do Funchal, do séc. XIX. Da primeira metade do séc. XX, o autor sobressaiu a Sociedade de Concertos da Madeira, o Orfeão Madeirense, a Orquestra Sinfónica da Madeira e o Ateneu Comercial, agremiações que refletiam a absorção dos padrões clássicos.

O conjunto heterogéneo de entidades culturais reflete, não só o interesse da sociedade madeirense em acompanhar o que se passava no espaço Continental, mas também a própria necessidade de colmatar a inexistência de produtos culturais à disposição dos ilhéus. Extravasava-se o clubismo circunscrito ao “ludismo, ao prazer, recreio e distração (...) que deve muito à presença estrangeira” (Goes, Registos de Ontem, 1991, p. 91).

Várias referências madeirenses consideram que o *Ciclo de Oiro* da Madeira, no domínio da cultura, se enquadra no período entre 1900 e 1950, atendendo a que foi nesta primeira metade de século que se começou a publicar, discutir e criticar o que se fazia nas mais várias áreas do saber, mormente: na historiografia; na literatura (inicialmente poesia, mas gradativamente a literatura de ficção ou inspirada na realidade madeirense obteve reconhecimento para além do espaço insular); nas artes; na musicologia; no teatro; na cinematografia; na filologia, entre outros domínios.

A ilação que se retira é que o séc. XIX permitiu, não só a descoberta dos veículos e temáticas da cultura, mas também a especialização nas mais diversas áreas do saber, nomeadamente com o regresso de novos formados e formadores, importação de conceitos e ideais, progresso contínuo no acesso à informação e acompanhamento de tendências.

Em 1918 constituiu-se o grupo *Artistas Independentes*, liderado por pintores e escritores que organizavam tertúlias onde se debatiam as novas tendências literárias e

artísticas que se experienciavam na Europa e a introdução destes novos conceitos e técnicas no espaço português. Apesar de filiado no grupo dos *Artistas Independentes de Lisboa*, a sua dissolução ocorreu em 1933.

Na música, Acácio Santos, violinista continental, registou o seu espanto, no *Diário de Notícias* de 19 de abril de 1922, acerca da diversidade fecunda de atuações e concertos musicais na ilha: “(...) depois de Lisboa e Porto, é no Funchal onde se realizam maior número de concertos de orquestras sinfónicas”<sup>23</sup>.

Também neste ano, e fruto da especialização de saberes, nasceu a “tertúlia” sobejamente conhecida como *Cenáculo*, “(...) famosa pela categoria intelectual dos seus frequentadores e pela decisiva influência que exerceu no meio cultural e artístico madeirense”. O grupo era composto pela elite madeirense, ou seja, pelos detentores de cargos mais distintos ao nível do ensino, do clero, “funcionalismo e no foro” (Pestana C. A., 1985). Apesar da presença da Igreja, o *Cenáculo* ficou conhecido por ser liberal e eclético; das primeiras instituições que advogaram a liberdade de pensamento entre os próprios membros. Apesar de ter terminado a sua atividade em 1929, este grupo, presidido pelo Major Reis Gomes, que se reunia todas as noites numa sala privada do Golden Gate, foi responsável pela crítica das artes e pela crítica literária que ora lançava para a fama, ora para o insucesso os novos artistas e autores madeirenses. Era de tão suprema importância que o acesso a esta “elite” só se fazia mediante convite próprio para integrar não os “Efetivos”, mas a categoria de “sócios correspondentes”, cuja intervenção na discussão de grupo tinha que ser previamente autorizada.

Pode dizer-se que os “efetivos” correspondiam aos órgãos da direção da associação e os “correspondentes” ao plenário de sócios, apesar de não existirem estatutos que formalizassem esta distinção. “Só nos jantares de confraternização (...) era permitido a todos os sócios, fosse qual fosse o grau da sua cultura, sentarem-se à mesma mesa (...)” (Pestana C. A., 1985).

A Sociedade de Concertos da Madeira, por seu lado, foi criada em 1943 e durante 30 anos impulsionou a animação e formação cultural na Madeira, por intermédio de importantes concertos, palestras e conferências sobre música. Em 1945 a SCM foi responsável pela fundação da Academia de Música da Madeira, em 1946 pela transmissão radiofónica do Posto Emissor do Funchal, em 1948 pela revista *Das Artes e da História da*

---

<sup>23</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, 19/04/1922, p.1.

*Madeira* (o único periódico especializado na cultura e sociedade madeirense da altura) e em 1953, pela abertura do primeiro espaço de Belas Artes. Foi uma das principais agremiações a fomentar o ensino artístico na ilha e a incrementar o ensino na área das Línguas Estrangeiras.

Na realidade, à altura, o núcleo de intelectuais era reduzido, composto maioritariamente pelos madeirenses que tinham seguido os seus estudos fora da ilha e entretanto haviam regressado. Já o consumo dos produtos culturais difundidos era, maioritariamente, feito pelos funchalenses que pertenciam à cultura média e que recorriam a estes eventos mais por afirmação social do que para enriquecimento cultural. Contudo, no final da década de 50, novas estruturas culturais começaram a surgir, a par de novas preocupações e ensejos.

Subordinada aos ideais salazaristas impostos em Portugal, a Madeira viu a sua atividade associativa condicionada pela lei de 20 de Maio de 1954:

Logrou manter uma alternativa cultural, baseada nas sociabilidades locais (ou comunitárias) e numa consciência política democrática, limitando o campo de consolidação estatal. Uma determinada herança da Primeira República, assente no voluntarismo sociocultural, foi assim recuperada e renovada pelo associativismo popular independente. Por outro lado, as próprias categorias do movimento associativo livre foram grandemente apropriadas pelo salazarismo para a concretização do respetivo projeto institucional, prova paradoxal da sua vitalidade (Melo D. d., 1999, p. 126).

No seguimento do atrás exposto, no período da ditadura fascista em Portugal, sobressaíram as atividades protagonizadas pelas Casas do Povo por todo o país. Nos dias de hoje subsistem quarenta Casas do Povo no arquipélago da Madeira e muitas associações afetas a estas coletividades. Muitas Casas do Povo principiaram por ser “Delegações”, mas com o crescimento populacional, cedo conquistaram a sua autonomia administrativa e financeira. Destacamos a *Casa do Povo de Santo António* por ter sido a primeira a iniciar funções, em 1936.

Assumindo funções sociais, instrutivas e de lazer, este género de associações (regidas como tais) foi responsável pela grande dinamização cultural que ocorreu nos meios rurais. As Casas do Povo não só fomentaram o ensino para adultos, como também foram responsáveis pelo gosto crescente pela prática de artes performativas, das quais se destacam as danças tradicionais.

Os grupos folclóricos, por sua vez associados às Casas do Povo, proliferaram por toda a ilha. Dos “ranchos” mais antigos destacamos o Grupo de Romarias Antigas do Rochão (1945) e o Grupo de Folclore da Casa do Povo da Camacha (1948). Estas associações afiguram-se distintas das culturais no sentido em que se mostram mais fechadas sobre si mesmas: “Com pequeno número de aderentes a sua ação não assenta numa dinâmica interna de crescimento mas em práticas esporádicas de atuação para o exterior” (Viegas, 1986, p. 106). Segundo o *Dicionário Enciclopédico do Folclore Português*, e apesar da diversidade (em número) de ranchos folclóricos, as características que definem estes organismos assentam no sentimento de pertença a estruturas nacionais, concelhias, sobretudo, onde sobressaem as especificidades etnográficas locais.

Para além destas, outras instituições remanesceram da influência dos aparelhos de intervenção sociocultural do Estado Novo. É o caso da *Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho* (FNAT), que foi instituída na Madeira já como *Instituto para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores* (INATEL).

A chegada do INATEL à Madeira ocorreu em 1957, mas a sua influência é notória nos dias de hoje, porque, para além de pretenderem homogeneizar as atividades praticadas, a verdade é que foi este organismo que permitiu a criação de várias associações culturais que ainda hoje se mantêm ativas.

Foi após as formações em teatro, as sessões de alfabetização, o estímulo dado a agrupamentos artísticos, a realização de conferências, as publicações e atuações que certos grupos alicerçaram as bases que lhes permitiram estatuir as associações de acordo com as suas áreas artísticas de preferência (teatro, música, dança, literatura, etc.). Das suas atividades no sector cultural da ilha existem ainda panfletos do concerto de Blues e Rock; Ciclos de Teatro dos Trabalhadores; Cinema Itinerante; Cursos de Decoração de Interiores, de Iniciação Musical e à Expressão Dramática; Colóquios; “Teatro vai ao Campo”; Festival da Canção do Faial e Festas da Castanha e Pêro<sup>24</sup>. Para além destes eventos, o INATEL foi a entidade que ajudou a propulsionar as associações culturais que se constituíram após o Estado Novo, através, não só das formações atrás referidas, mas também através de apoios diversos, nomeadamente: cedência de equipamentos/materiais e

---

<sup>24</sup> <http://cp7nene.blogspot.com/search?updated-max=2010-04-17T09:38:00-07:00> acedido no dia 21 de Janeiro de 2012.

divulgação dos eventos a realizar pelas associações de menor projeção. O objetivo resumia-se a cultivar as pessoas para que estas se tornassem sementes no cultivo da Ilha.

Com o 25 de abril, o projeto político apelava à descolonização, à democratização, ao desenvolvimento, através da consciencialização da população para a criação e mudança. Como consequência, despoletou-se e valorizou-se a afirmação da cultura popular.

Se até à “Revolução dos cravos” o associativismo representara o veículo de participação democrática ao cidadão comum,

Após o 25 de Abril de 1974, o crescimento em número e a importância destas associações proporcionou a articulação organizada dos interesses de grupo, potenciando a sua defesa através da representação ou participação junto dos órgãos de poder, tanto a nível local como regional” (Medina, História de Portugal, 2002 - 1).

Os membros são vistos de forma igual: “recusam-se tutelas de natureza económica, social, política, religiosa ou de qualquer outra natureza (...) e assumem-se em comum as responsabilidades de cada coletividade” (Confederação do Desporto de Portugal, 2002, p. 23).

Mais do que um fenómeno reivindicativo com vista à resolução de lacunas sociais, o associativismo foi, desde cedo, uma mais-valia para a sensibilização e criação de necessidades culturais: não só foi veículo para a instrução de adultos e restante comunidade associativa, como ainda os dotou, entre outras faculdades, de capacidade crítica e gosto pela arte. A democratização cultural, enquanto processo de alargamento e difusão do consumo cultural, só foi possível graças à integração dos indivíduos enquanto atores participantes na produção e potencialização da própria cultura, em que as associações foram agentes incessantes no processo da dinâmica cultural e educativa local.

Cerca de metade das associações que hoje temos em Portugal decorrem do 25 de Abril de 1974, a par do substancial aumento do número de associações, mais dois factos se verificaram: as coletividades mais “clássicas” diversificaram em muito as suas atividades e por outro lado, emergiram ou reforçaram-se outros tipos de associativismo: de defesa (património, consumidores, à vítima, etc.); movimento de moradores; juvenil e estudantes; ambiente e ecologia; de pais e da família, pessoa com deficiência etc. (Leitão, Ramos, & Silva, 2009, p. 31).

É pelo exposto que acreditamos no impacto das associações culturais da Madeira, porque em cada uma delas verificamos o exercício de atividades direcionadas para o registo e ensino da cultura tradicional madeirense, sustentada pela vontade dos dirigentes e

colaboradores diretos das associações para acompanharem as novas tendências, cativarem novos públicos e atualizarem, deste modo, os paradigmas do associativismo.

### **3.1. Particularidades das associações culturais do séc. XIX e XX**

Quando nos surgiu o interesse pelo movimento associativo cultural na Região Autónoma da Madeira, investigámos a bibliografia disponível nos espólios das bibliotecas públicas locais e Arquivo Regional da Madeira. Excetuando referências pontuais em livros, revistas ou edições das próprias associações culturais, deparámo-nos com a inexistência de bibliografia de suporte que nos permitisse caracterizar o associativismo cultural a partir da segunda metade do séc. XX na Região Autónoma da Madeira.

No Arquivo Regional da Madeira (e dada a obrigatoriedade do depósito dos Estatutos), encontra-se disponível para consulta um catálogo designado como *Estatutos de associações, corporações de culto, confrarias e outras associações religiosas*, no qual vimos listadas todas as associações cujos estatutos faziam parte integrante da documentação pertencente à Direção Regional de Administração Pública e Local, transitada do Governo Civil. Foi através desta listagem que tivemos o primeiro contacto com a realidade das associações com personalidade jurídica na Madeira.

No ponto “0.1 – Processos de registo de estatutos de associações diversas” constam duzentas e noventa e oito associações, das quais se destacam: associações recreativas, associações de cultura, associações desportivas, associações sociais (solidariedade; socorros mútuos), associações religiosas ou espiritualistas, associações de defesa do ambiente, associações de reunião de classes/profissões, associações de jovens/juventude, associações de pais e encarregados de educação, associações de clubes, associações de investigação científica, Casas do Povo (e associações a elas subordinadas), fundações, entre outras.

Da análise das pastas que incluem os estatutos das associações culturais, pudemos constatar várias aceções no que respeita à constituição destas coletividades, cujas origens abarcam o último quartel do século XIX (1875) até ao fim do século XX (1999).

Na comparação a que procedemos entre os estatutos de 41 associações culturais das pastas do Governo Civil e os de 89 associações da Direção Regional da Administração Pública, verificámos que:

- a. O pedido de deferimento é maioritariamente endereçado ao Governador Civil (Governador do Distrito do Funchal).
- b. As folhas com a redação dos estatutos continham o timbre do pagamento de imposto do selo, de emolumentos e selos na página final, junto à assinatura do notário.
- c. Como principais objetivos, é frequente registar-se a promoção e desenvolvimento cultural. No entanto, até à primeira metade do século XX, a predominância remete para a vertente musical e recreativa: “desenvolvimento da arte musical e recrear os seus associados”;

Instruir os seus sócios na arte musical, de modo a se poderem apresentar dignamente em público;/ b) Dar concertos na sua sede, a que só poderão assistir, além das autoridades civis e militares e demais pessoas convidadas pela Direcção, os sócios protectores e suas famílias;/ c) Abrilhantar, gratuita ou remuneradamente, (...) arraiais, festas de caridade, festas nacionais, etc<sup>25</sup>.

É também frequente encontrarmos como missão a “promoção cultural desportiva e recreativa dos seus associados” (Grupo Desportivo Cultural de Santana; A Portuguesa de Desportos São Martinho; The Anglo American Club; entre outras).

Já no caso das associações culturais constituídas no pós 25 de abril de 1974, notamos uma abertura e desenvolvimento dos objetivos a que se propõem, ainda que a componente recreativa surja sempre associada à cultural. Com maior frequência se impõe o desígnio de “promover e desenvolver actividades desportivas, recreativas e culturais”, no entanto, nas últimas décadas do século XX, as associações culturais começam a delimitar a sua área de intervenção, com referências ao teatro, dança, folclore, artes plásticas: “(...) inventariação, estudo, salvaguarda, defesa e valorização do património natural e cultural da Região da Madeira, nos seus aspectos artístico, arquitectónico, urbanístico, histórico, museológico, etnográfico, (...) linguístico e literário”<sup>26</sup>; “Promover audições musicais no campo cultural da música”<sup>27</sup>; “(...) terá por objecto específico a Música

<sup>25</sup> Estatutos da associação da *Banda dos Artistas Funchalenses*, cota: caixa 1, nº. 38.

Estes objetos são comuns à redação dos estatutos das bandas e outros grupos musicais, como é o caso, por exemplo, da associação *Grupo Musical 10 de Maio de 1937*.

<sup>26</sup> Associação para o Estudo do Património Cultural e Natural da Região da Madeira, 1980.

<sup>27</sup> Associação Banda Municipal de Machico, 1986.

- Instrumentos de Corda”<sup>28</sup>; “(...) tem por fim a exibição de danças folclóricas”<sup>29</sup>  
“(...) promover a realização de actividades de natureza teatral, desenvolvendo e difundindo o gosto pelo teatro”<sup>30</sup>.
- d. A duração da atividade da associação revela-se “ilimitada” ou indefinida (em caso de dissolução, é frequente a referência à deliberação que o património deve ser ou dividido pelos sócios ou entregue a um “estabelecimento de instrução ou caridade”);
  - e. A desvinculação de partidos políticos ou assuntos religiosos é manifesta nos artigos dos estatutos: “São interditas quaisquer manifestações políticas ou religiosas”, referência comum às associações culturais surgidas até 1990. Também era mencionada a proibição dos “jogos de azar”.
  - f. Para além de a constituição dos órgãos dirigentes ser semelhante às de hoje (Mesa da Assembleia, Direção e Conselho Fiscal, a que deve ser acrescido o papel do “regente” no caso das bandas) é comum a condição anual do mandato do presidente da Direção e que o exercício destes cargos não seja passível de remuneração.
  - g. Requisito comum para a admissão de novos sócios: “quem tiver uma ocupação, (...) seja de maior idade e goze de boa reputação moral e civil”/ “todos os indivíduos de boa reputação”. Na sua grande maioria, a eleição dos sócios ocorria por deliberação da Direção ou era votada na Assembleia Geral, sendo contudo, recorrente a seguinte situação: apesar de um interessado ter que ser apresentado, normalmente, por dois sócios, só conquistaria essa qualidade caso a sua proposta fosse aceite pela Direção/ Conselho Diretivo/Comissão Executiva. Por vezes esta sentença recaía numa decisão subordinada ao sistema de bolas brancas e pretas, representando estas últimas a reprovação.
  - h. No que diz respeito aos direitos e deveres dos sócios, em grande número de associações, alertava-se para a expulsão daqueles que tivessem três mensalidades em atraso, face ao pagamento das quotas.
  - i. A diferenciação dos tipos de sócios originou uma pluralidade de categorias distintas, sobretudo até 1980. Foi-nos possível reunir as seguintes tipologias, por ordem de frequência nos estatutos consultados: sócios efetivos, fundadores,

---

<sup>28</sup> Associação Grupo Cultural Flores de Maio, 1986.

<sup>29</sup> Associação "Grupo Folclórico e Cultural - O Santa Luzia", 1988.

<sup>30</sup> Associação Grupo Juvenil e Teatral de Santa Cecília, 1994.

executantes, honorários, titulares, proprietários, subscritores, temporários, dirigentes, ordinários, beneméritos, ativos, juvenis, menores, correspondentes, visitantes, desportivos, atletas, juniores, contribuintes, vitalícios, aderentes, aprendizes, auxiliares, familiares, humanitários, benfeitores, protetores, extraordinários, de mérito e licenciados (caso do Clube Naval). Posteriormente, esta divisão deixa de ser tão notória, limitando-se à condição de admissão dos sócios (sem qualquer adjectivação).

- j. Nas Tunas, Bandas e Grupos musicais também se manifestou a referência às multas face às faltas aos ensaios, que, geralmente, se realizavam duas vezes por semana.
- k. Um dos fatos que se nos revelou de suma importância surgiu quando procedíamos à análise dos estatutos da associação “Grupo Recreativo Desportivo Cultural do Monte”. Criada a 28 de janeiro de 1980, a pasta da constituição da associação inclui um Parecer emitido pela Direção dos Serviços da Administração Local, a conferir legitimidade aos estatutos para que fossem publicados no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira (JORAM), apenas dispensando a publicação no Diário da República<sup>31</sup>.

### **3.2. Caraterização do associativismo cultural, no final do século XX: o ano de 1995 em números**

Segundo o livro do Instituto Nacional de Estatística, em 1995 a Região Autónoma da Madeira possuía 257.290 habitantes, 125 associações e 8855 associados, ou seja, 49 associações por cada 100.000 habitantes (Estatística, 1998, p. 13).

---

<sup>31</sup> Até à criação do JORAM, em 29 de março de 1977, pelo Decreto Regional n.º 6/77/M, de 21 de abril de 1977, a publicação dos estatutos era obrigatoriamente feita no Diário da República (Código Civil). Até então, a Madeira não dispunha deste meio, pelo que, após a sua instituição, a dúvida pairou durante algum tempo quanto à dispensabilidade desta primeira prática em prol do recente instrumento regional. A 14 de fevereiro de 1980, o então Chefe de Gabinete do Governo Regional, “por incumbência do Senhor Presidente” solicitou esclarecimentos ao Diretor da Secretaria Notarial do Funchal:

sobre os motivos por que após a institucionalização constitucional da Autonomia e a criação legal de um Jornal Oficial da Região Autónoma, esses estatutos ainda são enviados ao Diário da República e não ao Jornal Oficial.

O Parecer de 27 de março de 1980, do assessor da Direção dos Serviços da Administração Local, confere legitimidade à publicação no jornal local, sugerindo que seja “fixada orientação favorável à publicação no Jornal Oficial da Região, dos extractos respeitantes a associações cuja actividade deva ser exercida dentro dos limites territoriais do Arquipélago da Madeira”.

Não obstante o crescimento do universo associativo, em 1995, a Madeira contava com 61 associações culturais, num universo total português de 6714, ou seja, 0,9%. Da amostra de associações culturais madeirenses (52), verificou-se que apenas uma tinha a sua atividade suspensa, nove apresentavam “Outras situações” e as restantes estavam em exercício de funções.

No panorama continental, verificou-se que a faixa litoral abarca a maior parte das associações, principalmente no Norte e Centro do país, no entanto, é “nas regiões de Lisboa, Vale do Tejo, Alentejo e Algarve que as associações têm maior dimensão” (*idem*, p.14).

Quando o INE caracterizou a natureza dos associados constatou-se um facto curioso: apesar de as associações serem maioritariamente compostas por indivíduos do sexo masculino, “A Região Autónoma da Madeira regista o mais elevado grau de participação feminina, com uma taxa de 38%” (*ibidem*). No número total de associados também se verificou que a faixa etária global predominante oscilou entre os 20 e os 59 anos.

Da mesma forma que as associações culturais abrangem públicos ecléticos, elas próprias desdobram-se em atividades diversas, quer seja na conjugação da realização de espetáculos musicais, de dança, encenação de peças de teatro, projeção de cinema, concursos de fotografia, defesa do património cultural, incremento da leitura, edição, formação, divulgação cultural, exploração das artes plásticas e expressivas, formação e fomento do artesanato, prática de atividades lúdicas e desportivas, realização de festas e participação em romarias, entres outras.

Desta proliferação de atividades culturais, destacam-se os espetáculos musicais, os teatrais e os de dança, no entanto, “o futebol, o folclore, as bandas e os grupos de cantares tradicionais são as modalidades com maior impacto associativo, ou seja, as que se desenvolvem em maior número de associações” (Estatística, 1998, p. 16), para um público de 3047 sócios. Deste conjunto, verificou-se que 42% são mulheres, mais 6 valores percentuais que em Portugal Continental e que a maior parte compreende idades até aos 39 anos (na Madeira o “pico” ocorre “até aos 19 anos”).

Para o funcionamento das associações, uma vez que vivem de fundos bastante limitados, revela-se imprescindível o esforço voluntário dos sócios, não sendo os cargos remunerados - cerca de 90% dos indivíduos que trabalham nestas organizações contribuem com trabalho benemérito.

Se atentarmos no estudo do INE, verificamos que o total de pessoas ao serviço é composto essencialmente pela massa dirigente (Conselho Administrativo, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, entre outras designações para os órgãos com competências equivalentes) e por 30% de “Outro Pessoal”, que, no nosso entender e conforme nos fomos apercebendo no decurso da pesquisa, engloba as atividades de apoio administrativo, docentes/funcionários públicos em regime de destacamento, entre outros.

Outro dos problemas notado resulta da dificuldade da associação em possuir uma sede própria, com as condições necessárias ao seu bom funcionamento e desenvolvimento. De uma forma primária, mas não menos atual, as associações constituíram-se, tendo como registo da sede, a morada da residência de um dos seus fundadores. Segundo o INE, uma em cada duas associações “dispõe de local próprio, construído para a própria associação, ou adaptado aos objetivos que a associação prossegue”.

Na Madeira, são várias as associações que contam com a cedência de espaços do Estado há já alguns anos, outras conseguem manter os alugueres, enquanto outras ainda vão circulando por instalações que são cedidas, gratuitamente, a curto prazo. “As associações que dispõem de instalações próprias representam 21%” (Estatística, 1998, p. 19).

Pelo exposto, cedo se verifica que, quando um conjunto de pessoas pretende formalizar a sua atividade, a dificuldade surge já na “conquista” de um espaço físico onde a associação possa desenrolar o seu espaço imaterial. Maioritariamente, as associações constituem-se com a morada dos fundadores e, à medida que crescem, vão adquirindo o seu espaço próprio, quer por intermédio do montante apurado em atuações/prestação de serviços, somado aos valores das quotas e jóias, quer por intermédio das contribuições estatais.

Como já foi aludido, as associações culturais principiaram por ser espaços de fruição científico-literária, de discussão intelectual, de aprendizagem recreativa. Para tal, proporcionavam aos seus associados acesso a salas de acervo jornalístico nacional e internacional (em menor número), gabinetes de leitura, bibliotecas, bar, salão de festas, sala de jogos ou de convívio e espaços desportivos.

A subsistência das associações na Madeira difere do panorama continental português, apesar da crise geral, após os anos 80, que refletiu uma diminuição de incentivos e apoio político, dada a “desvalorização progressiva dos direitos sociais, a par

de uma orientação para a remercadorização de bens e serviços” (Rodrigues & Stoer, 1996, p. 19).

Em 1995, enquanto as vendas de mercadorias e prestação de serviços representaram 48% das receitas das associações culturais e recreativas, o Estado contribuiu com 27%. Já na Região Autónoma da Madeira, o caso muda de figura: o Estado é a principal fonte de subsistência (53,4%), num cenário em que a venda/prestação de serviços se traduziu em 20,6% e as quotas, donativos e joias em 11%.

#### **4. ASSOCIAÇÕES CULTURAIS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA NO SÉC. XXI**

Do universo dos estatutos até então apurados, excluimos as associações que transcendem o domínio da cultura, bem como o cômputo das associações juvenis (apesar de algumas se dedicarem a atividades culturais, possuem estatutos e legislação específica), pelo que ficámos com um universo de oitenta e nove associações que considerámos culturais (cerca de 30% das associações oficializadas por intermédio do depósito de estatutos). Destas coletividades constam associações teatrais, musicais, folclóricas, bandas (...) e as que na sua designação se consideram “associação cultural”, mesmo que prossigam outros fins conjuntamente.

Não desconsiderando a relevância do levantamento colhido no Arquivo Regional, quisemos certificar-nos que estávamos a contabilizar todas as associações culturais existentes, cuja constituição tivesse sido formalizada<sup>32</sup>. Para tal, dirigimo-nos a vários organismos públicos (Direção Regional dos Assuntos Fiscais, Direção Geral da Administração da Justiça, Centro de Formalidades de Empresas, Conservatória Regional de Comércio) porém não nos foi possível obter qualquer tipo de listagem esperada. Nalguns serviços, como a DRAF ou a DGAJ, a listagem revelava-se inacessível sem a apresentação dos próprios dados das associações (número de identificação fiscal ou morada). Noutros, como na Conservatória, os registos, para além de estarem inacessíveis sem autorização prévia, estavam manifestamente desatualizados, ainda por informatizar, os registos circunscreviam-se às instituições que tivessem requerido o atributo de “utilidade pública”, sem qualquer garantia que estivesse completo. Ainda assim, esta listagem não nos foi facultada.

A nossa busca culminou com um pedido formal ao Registo Nacional de Pessoas Coletivas, por carta, onde fomos informados dos custos e morosidade de todo o processo, bem como da impossibilidade de reproduzir qualquer dado fornecido.

Para além destas instituições de cariz mais burocrático, também nos debruçámos sobre a informação disponibilizada pela Direção dos Assuntos Culturais, no sítio

---

<sup>32</sup> Note-se que não foi nosso objetivo apenas incluir as associações que se encontram ativas. Na falta de informação atualizada, optámos por reunir todas as coletividades possíveis, uma vez que o estudo não se circunscreve ao presente, mas a uma visão mais alargada sobre a influência do associativismo cultural na RAM.

<http://cultura.madeira-edu.pt>. No separador “Entidades” – “Associações Culturais”<sup>33</sup> verificámos a inclusão de vários organismos subdivididos pela sua área de atividade predominante: *Artes plásticas; Cinema; Dança; Folclore; Fotografia; Literatura; Música; Património; Teatro e Outras áreas*.

Em contraposição com as associações culturais apuradas através dos registos do Arquivo Regional da Madeira, verificou-se a enumeração de associações mais atuais, de mais grupos folclóricos, mais associações ligadas às Casas do Povo e mais associações culturais ligadas às artes performativas (teatro e dança). Em contato com a Direção de Serviços de Dinamização Cultural, foi-nos possível esclarecer que as associações constantes no sítio supra referido representam o universo de associações ainda no ativo.

Foi após a conjugação de várias fontes e apuramento do maior leque associativo possível, que estabelecemos uma listagem geral com 1290 associações<sup>34</sup>. Para tal socorremo-nos de várias procedências, tais como: estatutos das associações, disponíveis no Arquivo Regional da Madeira (DRAPL e Governo Civil); Direção Regional dos Assuntos Culturais; Portal da Juventude da RAM; sítio das páginas amarelas e páginas brancas; Portal da Juventude; levantamento gentilmente cedido pelo Prof. Dr. Adriano Ribeiro; levantamento geral inicial, do dirigente da Associação Cultural Xarabanda, Rui Camacho; levantamento de Artur Quintal; Suplementos do *Diário de Notícias da Madeira*, alusivos aos Subsídios atribuídos às associações; sítio [www.infoempresas.com](http://www.infoempresas.com); sítio [www.racius.com](http://www.racius.com); sítio <http://juventude.gov-madeira.pt/>.

Da simbiose destes dados, resultou uma listagem inicial, em que foram incluídas sociedades, fundações, casas do povo e associações que transcendem o nosso universo de estudo, sendo que todas as coletividades registadas surgiram como associações no nosso campo de pesquisa, daí terem sido integradas no produto obtido.

Não foi nossa pretensão elaborar um mapa de todas as associações com sede na Região Autónoma da Madeira. Na senda da nossa pesquisa, e porque se misturavam vários tipos de associações, acabámos por organizar a informação dispersa, com recurso à ferramenta *Excel*.

---

<sup>33</sup> <http://cultura.madeira-edu.pt/entidades/Entidades/AssociaccediltildeesCulturais/tabid/330/language/pt-PT/Default.aspx> acedido no dia 9 de Setembro de 2011.

<sup>34</sup> Confrontar Apêndice B – Listagem das Associações.

Através da elaboração de um mapa, com a designação e categorização, foi-nos possível chegar à primeira fase do tratamento da recolha: fazer a distinção entre as entidades constituídas como associações culturais e outros tipos de associações.

Esta pesquisa, por si, e além de não estar prevista quando nos propusemos estudar o associativismo na Região Autónoma da Madeira, permitiu-nos perceber a dimensão deste tipo de coletividades, mediante a classificação dos âmbitos de atividade predominantes, no panorama associativo madeirense. Para tal, estabelecemos uma classificação em que, num primeiro momento, subdividimos as 1290 coletividades em Associações Ambientais, Associações Culturais, Associações Desportivas, Associações de Instrução (Educação Popular), Associações Juvenis/Estudantes, Associações de Pais, Associações Políticas, Associações Recreativas, Associações Religiosas/Espirituais, Associações Sociais (inclui Associações de Solidariedade Social, Humanitárias, de Empregadores e Trabalhadores) e agrupámos as associações que conjugam vários âmbitos na categoria “Outras Associações” (ex. Ordens). Note-se, contudo, que existe um número considerável de associações de intervenção vária, o que se verifica principalmente, na fusão da cultura, desporto e recreio. Para ilustrar as percentagens que constituem o mundo associativo apurado, construímos o gráfico abaixo inscrito.

### Quantificação, por categoria, do tipo de associações na RAM

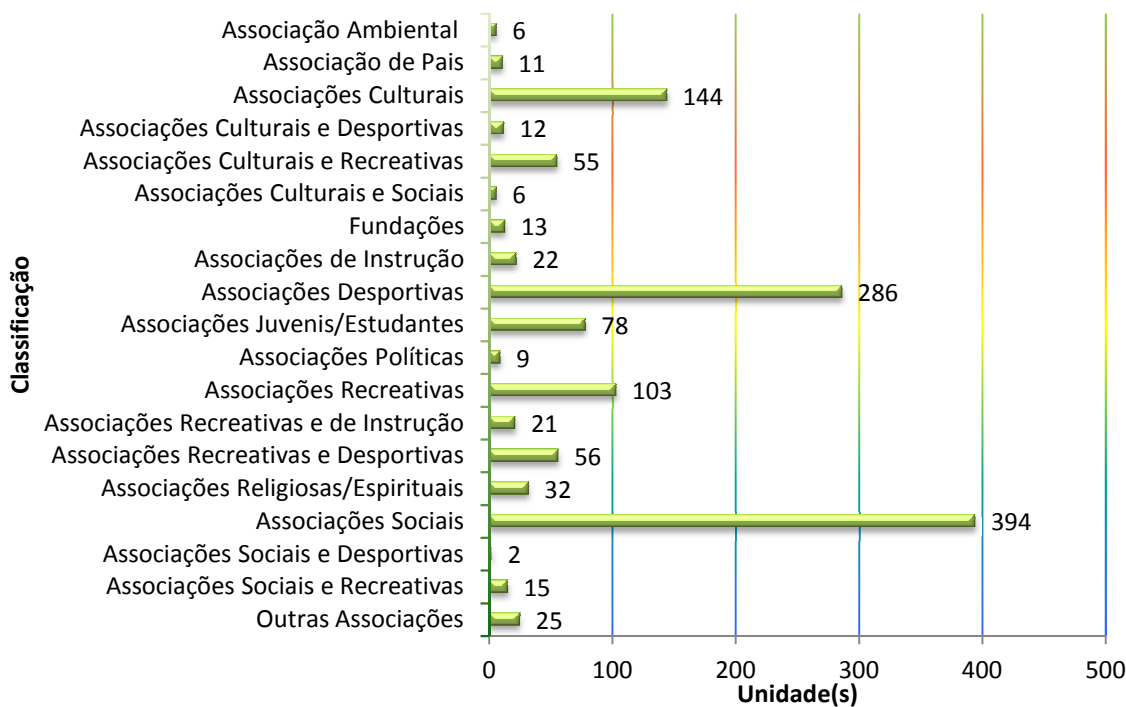
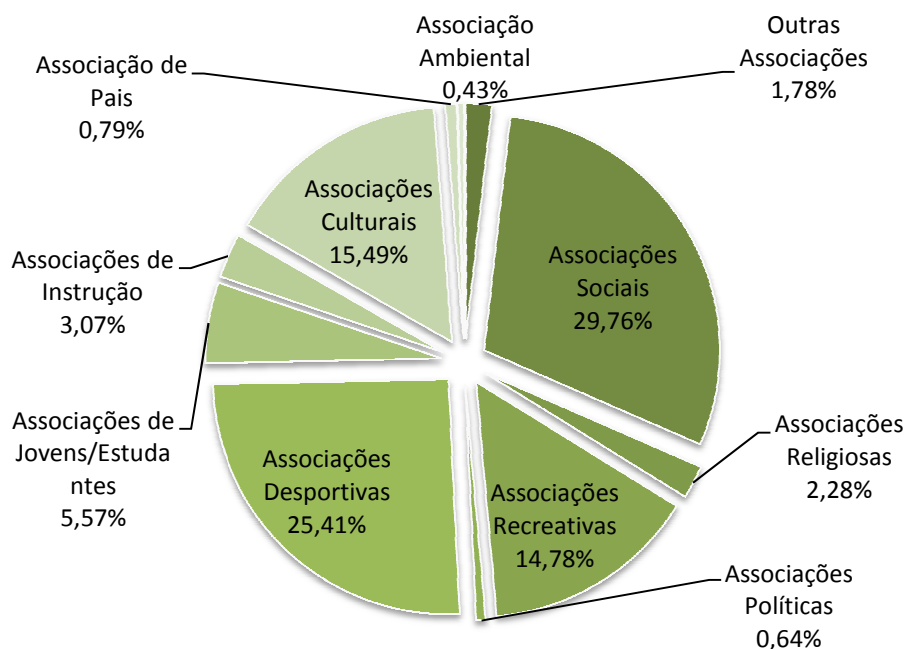


Ilustração 3 – Gráfico 1: Categorização das Associações da RAM

Apesar da diversidade de associações e dos seus domínios e, conquanto algumas associações incluam atributos que transcendem o âmbito global da sua atuação, ao procedermos à sua classificação, desde logo se tornou notória a predominância das entidades que deram início a todo o movimento associativo popular, sobretudo na nossa ilha, de contrastes sociais cada vez mais acentuados, e constantes oscilações na economia regional: as associações sociais.

Neste quadro geral, constatamos que o associativismo regional é fortemente marcado pelas entidades de dinâmica social, desportiva, cultural e recreativa. Estas quatro tipologias representam cerca de 85% do universo das 1290 associações inicialmente apuradas, sendo que cerca de 30% corresponde às associações sociais, 25% às associações desportivas, 16% às associações culturais e cerca de 15% às associações recreativas. Para este apuramento, agregámos as associações com intervenções nos vários domínios, em que constasse uma das quatro classificações antes mencionadas.

Através desta acumulação de dados, pudemos também observar o forte crescimento das associações juvenis e das de instrução. Salvedade-se, contudo, que este último tipo de associações (Instrução) só não surge em maior número por estarem incorporadas nas coletividades de cariz social que desenvolvem, cumulativamente, um papel fundamental na alfabetização e desenvolvimento de competências.



**Ilustração 4 - Gráfico 2: Percentagem por acumulação das classificações do domínio associativo**

Por ventura, poderá verificar-se a existência de outras tantas associações (culturais e não só), no entanto, o produto da nossa investigação, dada a limitação temporal, será considerado como o universo associativo existente, para darmos seguimento ao desenvolvimento deste nosso estudo, numa pesquisa que se considerou obrigatoriamente finalizada no dia 30 de março de 2013, com referência às associações criadas até 31 de dezembro de 2012.

Deste modo, e porque necessitávamos de apurar e delimitar o nosso *corpus* de análise, após termos concluído a primeira fase da pesquisa e classificação do universo associativo reunido, foi-nos possível filtrar as associações com predomínio cultural. Para tal, elaborámos a listagem que de seguida apresentamos, com a inscrição de todas as associações culturais que conseguimos reunir, de modo a ser constituída uma primeira base de dados com o conjunto de informações adquiridas, quer para as associações ativas, quer para as extintas, da qual excluímos as associações “culturais e desportivas” por se terem revelado, exclusivamente desportivas, conforme análise a que procedemos ao cômputo geral das suas atividades: “O associativismo vai constituir um veículo (...) para a prossecução de um leque variado de práticas culturais, apropriando um sentido amplo de cultura, o qual abarca não apenas formas de produção cultural erudita mas, principalmente, formas de cultura popular” (Vilaça & Guerra, 2000, p. 90).

Pelo exposto, apresentamos a listagem das coletividades que gostaríamos de integrar no nosso estudo, contudo, dadas as limitações temporais e profissionais, esta constituiu a primeira fase do nosso processo de triagem, para posterior apuramento da amostra de associações culturais a serem estudadas. Não obstante este fato, a reunião destas agremiações, ainda que algumas estejam extintas, refletem um primeiro levantamento geral das associações culturais criadas na Região Autónoma da Madeira. São elas:

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS</b>
---------------------------------------------

- |                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Arcádia Funchalense</li> <li>2. Associação de Amigos Do Gabinete Coordenador Educação Artística</li> <li>3. Associação Amigos do Brinquedo</li> <li>4. Associação Banda de Nossa Senhora de Fátima – Arco de São Jorge</li> </ol> | <ol style="list-style-type: none"> <li>5. Associação Banda Municipal da Ribeira Brava</li> <li>6. Associação Banda Municipal de Machico</li> <li>7. Associação Banda Municipal do Funchal - Artistas Funchalenses</li> <li>8. Associação Banda Recreio Camponês – Associação Cultural e Recreativa</li> </ol> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

9. Associação Casa da Cultura de São Vicente
10. Associação Centro Cultural e Desportivo da Câmara Municipal do Funchal
11. Associação Centro Cultural e Desportivo dos Viveiros
12. Associação Centro Cultural e Desportivo Luís de Camões
13. Associação Centro Cultural e Recreativo da Cruz da Guarda
14. Associação Centro de Animação, Cultura e Desporto do Porto da Cruz
15. Associação Centro de Cultura e Desporto Mundo da Esperança
16. Associação Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea (ACEAMC)
17. Associação Centro Recreativo e Cultural da freguesia do Monte, Creculmonte
18. Associação Centro Social e Cultural da Camacha
19. Associação Clube do Património do Porto Santo
20. Associação Companhia Contigo - Teatro
21. Associação Coro de Câmara da Madeira
22. Associação Cultural Dois Amigos de São Jorge - Madeira
23. Associação Cultural e Artística Imperatriz Sissy
24. Associação Cultural e Desportiva de São João
25. Associação Cultural e Recreativa Africana-ACRA
26. Associação Cultural e Recreativa da Camacha
27. Associação Cultural e Recreativa do Estreito - ACRE
28. Associação Cultural e Recreativa do Porto Moniz
29. Associação Cultural e Recreativa Espírito Santo
30. Associação Cultural Encontros da Eira
31. Associação Cultural Lírios do Norte
32. Associação da Banda Municipal de Ponta do Sol (Filarmónica "Príncipe de Oldenburg")
33. Associação da Banda Municipal de Santa Cruz
34. Associação da Música Tradicional e Popular da Madeira
35. Associação de Animação Geringonça
36. Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira - Archais
37. Associação de Artistas Plásticos da Madeira - CIRCUL'ARTE
38. Associação de Bandas de Rock da Madeira - Promorock
39. Associação de Bandas Filarmónicas Região Autónoma da Madeira
40. Associação de Bandolins da Madeira
41. Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira -ACAPORAMA
42. Associação de Dança e Artes da Madeira
43. Associação de Dirigentes Sociais e Culturais da Região Autónoma da Madeira - ADSCRAM
44. Associação de Escritores da Madeira
45. Associação de Escritores da Madeira e Açores (AEMA)
46. Associação de Folclore da Boa Esperança
47. Associação de Folclore e Etnografia da Região Autónoma da Madeira - AFERAM
48. Associação de Música e Artes dos Arquipélagos AMIMAR
49. Associação de Produções de Moda Madeira
50. Associação Desportiva e Cultural da Ponta do Pargo
51. Associação Desportiva e Cultural de São Paulo
52. Associação Desportiva e Cultural do Faial
53. Associação do Grupo Experimental de Teatro do Porto Santo

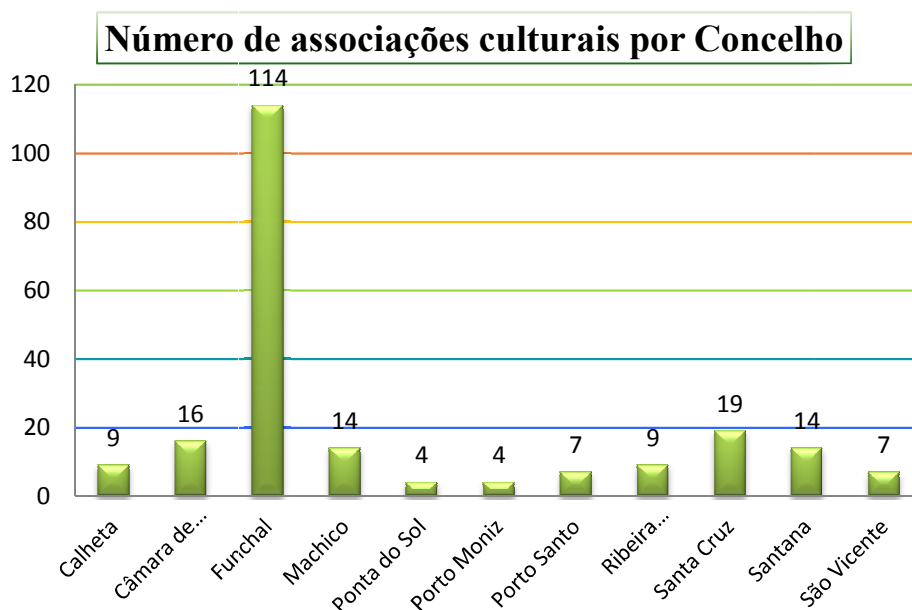
54. Associação dos Amigos da Arte Inclusiva – Dançando com a Diferença
55. Associação dos Amigos do Conservatório de Música da Madeira
56. Associação dos Artistas do Funchal
57. Associação Dramática Inglesa na Madeira - ADIM (MADS)
58. Associação Escola de Samba Caneca Furada
59. Associação Filarmónica Artístico Madeirense
60. Associação Filarmónica União Calhetense
61. ASSOCIAÇÃO FURA SAMBA
62. Associação Grémio Musical 10 de Junho de 1920
63. Associação Grupo Amigos do Teatro
64. Associação Grupo Coral da Santa Teresinha
65. Associação Grupo Coral de São Vicente
66. Associação Grupo Coral do Estreito de Câmara de Lobos
67. Associação Grupo Cultural Flores de Maio
68. Associação Grupo de Cordas da Fajã da Ovelha
69. Associação Grupo Folclórico Cultural e Recreativo de São Martinho
70. Associação Grupo Folclórico e Cultural dos Amigos do Funchal
71. Associação Grupo Folclórico, Cultural e Recreativo do Funchal
72. Associação Grupo Musical 1º de Novembro 1977
73. Associação Grupo Musical Aossesses
74. Associação Grupo Musical e Cultural dos Reis Magos
75. Associação Grupo Teatral de São Gonçalo
76. Associação Internacional de História e Civilização do Açúcar - AIHCA
77. Associação Musical 25 de Janeiro (Orquestra)
78. Associação Musical e Cultural - Xarabanda
79. Associação Musical, Cultural e Recreativa, Coro de Câmara de Câmara de Lobos
80. Associação Orquestra Clássica da Madeira
81. Associação Orquestra Ligeira da Madeira
82. Associação para o Estudo do Património Cultural e Natural da Região da Madeira
83. Associação Quebra Costas
84. Associação Regional de Teatro Experimental - ARTE
85. Associação Regional Teatro e Espetáculos
86. Associação Rota da Cal
87. Associação Salão Ideal
88. Associação Socio Cultural do Seixal
89. Associação Sócio-Cultural da Fonte
90. Associação Sócio-Cultural do Caniçal – “O Calhau”
91. Associação Tuna D’elas
92. Associação Tuna Universitária da Madeira
93. Associação UPS - Unidos Pelo Samba
94. Atelier de Dança Música e Artes - ADMA
95. Ateneu Musical da Madeira
96. Banda de Santa Cruz
97. Banda do Porto Moniz
98. Banda Filarmónica do Caniço-Eiras
99. Banda Velha de Câmara de Lobos - Banda Municipal de Câmara de Lobos
100. Casa do Povo de Água de Pena
101. Casa do Povo de Arco de São Jorge
102. Casa do Povo de Boaventura
103. Casa do Povo de Calheta
104. Casa do Povo de Camacha
105. Casa do Povo de Câmara de Lobos
106. Casa do Povo de Caniçal
107. Casa do Povo de Caniço
108. Casa do Povo de Curral das Freiras

109. Casa do Povo de Faial
110. Casa do Povo de Fajã de Ovelha
111. Casa do Povo de Gaula
112. Casa do Povo de Ilha
113. Casa do Povo de Imaculado Coração de Maria
114. Casa do Povo de Jardim da Serra
115. Casa do Povo de Machico
116. Casa do Povo de Monte
117. Casa do Povo de Nossa Senhora de Piedade - Porto Santo
118. Casa do Povo de Paul do Mar
119. Casa do Povo de Ponta Delgada-Madeira
120. Casa do Povo de Ponta do Pargo
121. Casa do Povo de Ponta do Sol
122. Casa do Povo de Porto Moniz
123. Casa do Povo de Quinta Grande
124. Casa do Povo de Ribeira Brava
125. Casa do Povo de Santa Cruz
126. Casa do Povo de Santana
127. Casa do Povo de Santo António
128. Casa do Povo de Santo António Serra
129. Casa do Povo de São Jorge
130. Casa do Povo de São Martinho
131. Casa do Povo de São Roque
132. Casa do Povo de São Roque do Faial
133. Casa do Povo de São Vicente
134. Casa do Povo de Serra de Água
135. Casa do Povo de Tabua
136. Casa do Povo do Campanário
137. Casa do Povo do Estreito de Câmara de Lobos
138. Casa do Povo do Porto da Cruz
139. Centro Cultural de Santo António
140. Centro Cultural e Desportivo da Freguesia da Ilha
141. Centro Cultural e Desportivo de São Gonçalo
142. Centro Cultural e Desportivo Luís De Camões
143. Centro de Cultura e Recreio Pontassolense
144. Centro Literário e Recreativo "Gonsalves Zarco"
145. CINEFORUM DO FUNCHAL - Fórum de Arte Ciência e Cultura
146. Circulo Bandolinístico de Santo António
147. Círculo Bandolístico Camaralobense
148. Club Filarmónico
149. Companhia de Teatro da Madeira - COM.TEMA
150. Cooperativa de Cinema Plano XXI - CRL
151. Coro de Câmara da Madeira
152. Coro de Câmara de Câmara de Lobos
153. CULTURAL - Associação dos Amigos da Cultura da RAM
154. Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação - Núcleo de Inclusão pela Arte - Grupo de Mímica e Teatro OFICINA VERSUS
155. Estudantina Académica da Madeira
156. Fábrica de Sonhos
157. Fantocheiros da Madeira, Associação Cultural
158. Filarmónica do Faial - Filarmónica União Recreio Faialense
159. Fórum Cultural Lusófono e Europeu
160. Grupo "Os Folcloristas" da Madeira
161. Grupo Animação Musical Ventos Do Norte
162. Grupo Bandolinístico União de Santo António
163. Grupo Coral do Arco da Calheta
164. Grupo Coral São Gonçalo
165. Grupo Cultural de Santa Maria
166. Grupo de Folclore Cultural e Recreativo de São Martinho

167. Grupo de Folclore da Ponta do Sol
168. Grupo de Folclore de Machico
169. Grupo de Folclore do Rochão
170. Grupo de Folclore e Etnográfico da Boa Nova
171. Grupo de Folclore e Recreativo da Quinta Grande
172. Grupo de Folclore Monteverde
173. Grupo de Recreio Rosa Branca alterado para "Grupo Recreativo Musical do Alto"
174. Grupo de Teatro da Nazaré
175. Grupo de Teatro de Machico
176. Grupo Folclórico Cultural do Concelho do Funchal - Carlos Santos
177. Grupo Folclórico da Camacha
178. Grupo Folclórico de Santa Rita
179. Grupo Folclórico do Jardim da Serra
180. Grupo Folclórico do Porto Santo
181. Grupo Folclórico e Cultural "O Santa Luzia"
182. Grupo Folclórico, Cultural e Recreativo do Funchal
183. Grupo Musical 10 de Maio de 1937
184. Grupo Musical 15 de Agosto de 1932 – Monte
185. Grupo Musical 1º de Novembro 1977
186. Grupo Musical 20 de Maio de 1932
187. Grupo Musical 24 de Junho de 1933
188. Grupo Musical 25 de Fevereiro de 1923
189. Grupo Musical Carvalheiro
190. Grupo Musical União da Fé
191. Grupo Recreativo Imparcial 1º de Novembro de 1926
192. Grupo Veteranos da Folia
193. Instituto Cultural da Madeira
194. João Egidio Andrade Rodrigues
195. João Nunes Atanázio
196. Liga das Artes Gráficas do Funchal
197. Maria Isabel Gomes Melo Borges De Castro
198. Maria José Dos Reis Pita
199. Memórias Gastronómicas - Associação Cultural
200. Museu da Baleia
201. Orfeão Madeirense
202. Orquestra de Câmara da Madeira
203. Os Cariocas - Associação Cultural e Recreativa Escola de Samba
204. Sociedade 5 de Outubro de 1913
205. Sociedade de Concertos da Madeira
206. Sociedade dos Artistas Funchalenses
207. Sociedade Dramática Esperança
208. Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e das Artes
209. Sociedade Histórica da Independência de Portugal
210. Sociedade Musical de Porto Santo (alteração da "Banda Municipal do Porto Santo)
211. Teatro Experimental do Funchal, Associação Cultural
212. Teatro METAPHORA - Associação de Amigos das Artes
213. Teatro União de Machico
214. Tuna de Enfermagem da Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny – Enfertuna
215. Tuna D'Elas - Tuna Feminina da Universidade da Madeira
216. TUN'UMA - Tuna Mista da Universidade da Madeira
217. Turma do Funil

No total, são 217 coletividades, que abarcam várias tipologias de associativismo cultural: academias, associações de representatividade (coletivas), Bandas Filarmónicas ou Municipais, Casas do Povo, associações subordinadas às Casas do Povo, Grupos de Música, de Teatro, de Dança, de Artes Plásticas, Grupos Corais e Vocais, de instrumentos específicos, Grupos Folclóricos, de Tocares e Cantares, Casas da Cultura e Centros Culturais, associações subordinadas ao Gabinete Coordenador de Educação Artística, Fundações, Museus, Sociedades, Orquestras, Tunas, Trupes Carnavalescas (incluindo associações com o nome do dirigente) e associações com dinâmicas culturais variadas (simbiose do património cultural com artes performativas e ações de divulgação da cultura local).

As coletividades listadas encontram-se distribuídas pelos onze concelhos que constituem o Arquipélago da Madeira, sendo notória a ênfase nos concelhos mais cosmopolitas, dos quais se destaca o concelho da cidade capital, o Funchal, numa representação de 52,5% do total das associações culturais.



**Ilustração 5 - Gráfico 3: Número de associações culturais por concelho**

Após a apresentação gráfica da distribuição por concelhos, não será estranho verificar, se atentarmos às origens das associações culturais regionais, a posição do concelho de Santa Cruz, dado o número de grupos e associações subordinadas às Casas do

Povo no domínio da música e do folclore, sobretudo na freguesia da Camacha. Já na vertente das bandas filarmónicas e considerada a diversidade de Casas do Povo pelas freguesias que constituem este concelho, Câmara de Lobos sobrepõe-se ao número de associações culturais de Machico e Santana, onde predominam os grupos folclóricos, as bandas filarmónicas e as Casas do Povo.

O Funchal, segundo os Censos de 2011<sup>35</sup>, tem uma população composta por 111.892 habitantes. Ao efetuarmos a relação entre o número de associações e o dos habitantes, constatamos que, para cada associação cultural, com sede no Funchal, há uma correspondência para 981 pessoas. Já no concelho de Santana, por si mais rural e com índice populacional menor, constata-se uma maior dinâmica associativa, já que a relação é de 551 habitantes por associação cultural (densidade populacional inferior à dos concelhos que possuem maior número de associações culturais).

Apesar do nosso levantamento, o Registo Nacional de Pessoas Coletivas (RNPC), indicou-nos que a Região Autónoma da Madeira, possui registadas 113 associações culturais, nos seus cerca de 828 km<sup>2</sup>, para uma população de 267.785 habitantes, divergência que aponta para a ausência de formalização (estatuto jurídico) de grande parte das associações.

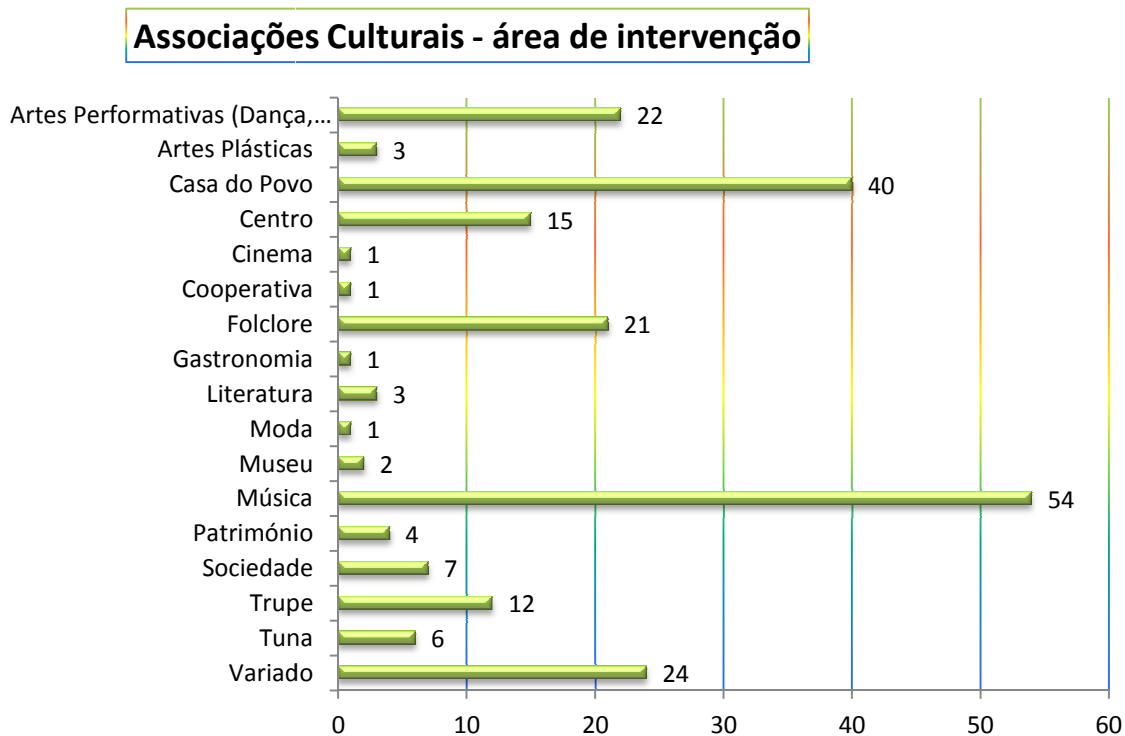
Estas associações do sector cultural incluem, além de museus, monumentos, cinemas, bibliotecas, mediatecas, instituições culturais como casas da cultura e centros culturais, teatros, centro de congressos, também atividades socioculturais do sector recreativo. Existe um grande número de associações que produzem e/ou organizam espetáculos performativos, que dinamizam a preservação do património histórico, mas também pequenas coletividades culturais especializadas na área da dança, poesia, pintura, literatura, filatelia e música - esta última prática tem registado, nas últimas décadas, um aumento significativo.

Reunidas as associações culturais, e por uma questão de limitação do *corpus* de análise, tal como já adiantámos anteriormente, partimos para filtragens que nos permitissem assumir um compromisso válido para com o critério de seleção das associações culturais a estudar, numa ótica em que se não perdesse a cientificidade do estudo e para que a amostra fosse compatível com as limitações temporais. Pelas razões

---

<sup>35</sup> [http://www.ine.pt/scripts/flex\\_definitivos/Main.html](http://www.ine.pt/scripts/flex_definitivos/Main.html), acedido no dia 3 de maio de 2013.

supra mencionadas, classificámos as 217 associações culturais apuradas segundo as 17 áreas de intervenção, conforme espelhamos no gráfico abaixo representado.



**Ilustração 6 - Gráfico 4: Associações por área de intervenção**

Num primeiro momento, constatámos o predomínio de associações culturais na área da música, num total de 54 coletividades (cerca de 25% do universo em estudo). Desta aglomeração, resulta a junção de 23 Bandas Municipais, Filarmónicas, Recreativas; 17 grupos musicais; 10 grupos corais e 4 de orquestra, de que são exemplo: Associação Banda Municipal do Funchal - Artistas Funchalenses, Banda Recreio Camponês – Associação Cultural e Recreativa; Associação Grupo Musical Aosesses; Associação Grupo Coral do Estreito de Câmara de Lobos; Orquestra de Câmara da Madeira.

Para além da música, registámos a preponderância das associações constituídas como Casas do Povo, numa representação de 18,4% do universo associativo cultural apurado. Note-se que, para além das Casas do Povo, existem outros organismos que derivam destas coletividades, de que são exemplo o Grupo Musical "São de Leste" (Casa do Povo do Caniçal), Orquestra de Bandolins da Casa Povo de São Roque do Faial, Grupo Coral e Instrumental da Casa do Povo da Ponta do Sol, Grupo de Danças da Casa do Povo do Curral das Freiras, Grupo de Marchas Populares da Casa do Povo da Quinta Grande,

Grupo de Teatro da Casa do Povo de São Jorge, Grupo Folclórico da Casa do Povo da Camacha, TUNACEDROS da Casa do Povo de São Roque do Faial, entre outras. Estas coletividades surgem da vontade dos sócios das Casas do Povo em especializarem as várias vertentes da cultura, criando agrupamentos que lhes permitissem, não só entrar nos concursos difundidos pelo INATEL e outras coletividades artísticas, mas também para poderem apresentar contratos programas específicos e recorrerem a fundos próprios da sua área de intervenção. É notório que neste tipo de organismos predomina a área da música (20 coletividades onde sobressaem grupos corais, instrumentais, orquestras e tunas), artes performativas (14 associações na área da dança e teatro) e folclore (8 agrupamentos).

Após as áreas de intervenção de maior ênfase, somos a destacar as 24 associações culturais que rotulamos com o lexema “Variado”, uma vez que perfilham várias dinâmicas culturais que não permitem o enquadramento estanque numa área restrita. Fazem parte deste grupo a Associação Grupo Cultural Flores de Maio, a Associação Musical e Cultural – Xarabanda, o Ateneu Musical da Madeira, a Associação Sócio-Cultural da Fonte, a CULTURAL - Associação dos Amigos da Cultura da RAM, entre outras.

Apesar de alguns grupos folclóricos estarem incorporados na categoria das Casas do Povo, ainda se verifica a existência de 21 associações cuja área predominante é a do folclore. Alguns dos grupos, segundo o que aclarámos junto de alguns dirigentes, derivam de associações já existentes, mas divergências nas organizações de origem levaram alguns sócios a formar o seu próprio grupo folclórico. São exemplos de associações culturais cujo domínio é o folclore: Associação Grupo Folclórico Cultural e Recreativo de São Martinho, Associação Grupo Folclórico e Cultural dos Amigos do Funchal, Grupo de Folclore e Etnográfico da Boa Nova, Grupo de Folclore Monteverde.

“Não só a intervenção social encara o teatro como um aliado, como também o teatro encontra no social e nas comunidades um lugar de descoberta e renascimento” (Bosco, 2012, p. 19). É nesta senda que vemos representadas 22 associações vinculadas às artes performativas, onde predominam as atividades ligadas à dança e ao teatro. Neste conjunto destacamos as associações: Associação do Grupo Experimental de Teatro do Porto Santo, Teatro Experimental do Funchal, Associação Cultural, Associação dos Amigos da Arte Inclusiva – Dançando com a Diferença e o Atelier de Dança Música e Artes – ADMA. Contrapõe-se a esta vertente a diversidade de coletividades das artes plásticas. Tal deve-se, sobretudo, à fusão de iniciativas de associações de âmbito social,

recreativo e associações de instrução, que potenciam a intervenção das suas comunidades em atividades de expressão artística plástica. Note-se, contudo, o papel cultural e também instrutivo da Associação Porta 33.

No seguimento da classificação das associações culturais por área de intervenção, optámos por apartar, não só as Casas do Povo, como ainda os Centros culturais, as Associações Juvenis/Estudantes, as Associações pertencentes à Direção Regional da Educação e Tunas, decisão justificada pela existência de códigos normativos específicos para com alguns destes tipos de organismos, e pela sua dependência relativamente a padrões governamentais.

Andrade & Franco, no livro *Organizações sem fins lucrativos*, subdividem as organizações, em Portugal, no quadrante da cultura e lazer, em: associações culturais, recreativas e desportivas; Casas do Povo; Fundações culturais; Clubes sociais e recreativos; museus; Sociedades históricas e literárias; Associações de artes performativas e companhias: teatro, dança, etc.; Associações de estudantes e Associações juvenis (Andrade & Franco, 2007, p. 24). Na nossa investigação, adotámos mais classificações, para lapidar a amostra de estudo, pelo que agrupámos as trupes ou grupos carnavalescos, atendendo ao padrão do seu âmbito (a maioria circunscreve-se à dinamização de dois grandes momentos que ocorrem na Ilha da Madeira: Carnaval e Festa da Flor) e as associações de representatividade (consideradas por Drucker como sendo de segundo nível), por assumirem a função de entidades reguladoras para com as associações culturais de atividade semelhante - Associação ACAPORAMA - Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira, Associação de Bandas de Rock da Madeira – PROMOROCK, Associação de Bandas Filarmónicas Região Autónoma da Madeira, Associação de Escritores da Madeira, Associação Regional Teatro e Espetáculos, entre outras.

Apesar do conteúdo cultural notório em cada uma das associações já referidas e categorizadas constatámos que o seu conjunto extravasa a nossa capacidade de análise, por questões temporais, pelo que, sendo a presente investigação, um contributo para o estudo do associativismo cultural da RAM, se optou por excluir não só as associações juvenis, grupos folclóricos, Casas do Povo, Centros culturais, cooperativas, as associações da Direção Regional da Educação, museus, as associações de defesa do património material, as de representatividade, as trupes e as Tunas, mas também as associações de

enquadramento mais específico, como as bandas filarmónicas, os grupos corais, os grupos musicais, as orquestras. No total ficámos com uma amostra de 49 associações, cujo enquadramento cultural se reporta às artes plásticas, às artes performativas, ao cinema, à literatura, à moda, às sociedades (primeiras formas de associações culturais) e às associações de enquadramento variado.

Não obstante a redução significativa, apurámos quais destas associações possuem utilidade pública e, a partir deste último filtro, constituímos o nosso *corpus* de análise para o capítulo seguinte, numa amostra que reúne várias dinâmicas culturais, que se refletem nas seguintes associações, ordenadas alfabeticamente:

- A. Associação Cultural e Desportiva de São João,
- B. Associação Cultural e Recreativa do Estreito – ACRE,
- C. Associação Cultural Encontros da Eira,
- D. Associação Cultural Lírios do Norte,
- E. Associação Desportiva e Cultural de São Paulo,
- F. Associação Desportiva e Cultural do Faial,
- G. Associação dos Amigos da Arte Inclusiva – Dançando com a Diferença,
- H. Associação dos Amigos do Conservatório de Música da Madeira,
- I. Associação Musical e Cultural – Xarabanda,
- J. Porta 33 - Associação Quebra Costas,
- K. Associação Sócio-Cultural da Fonte,
- L. Ateneu Comercial do Funchal,
- M. CINEFORUM DO FUNCHAL - Fórum de Arte Ciência e Cultura,
- N. Teatro Experimental do Funchal, Associação Cultural.

# **CAPÍTULO III**

**AMOSTRA ASSOCIATIVA CULTURAL:  
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

## 1. APRESENTAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES (Pré-análise):

### A) ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE SÃO JOÃO

Nascida em janeiro de 1989, esta associação foi constituída por um grupo de moradores do sítio de São João, concelho da Ribeira Brava, que pretendia:

Promover o melhor aproveitamento dos associados e familiares, realização de conferências e palestras culturais e cursos de formação culturais, musicais e desportivos, criação e desenvolvimento de agrupamentos artísticos, etc.<sup>36</sup>

A associação contou com o apoio da Câmara Municipal local e da Cooperativa COORURAL (transferência das instalações), para que fosse possível o desenvolvimento do seu objeto: a promoção de atividades culturais, desportivas e recreativas para toda a comunidade. Desde logo, vários grupos locais se juntaram à associação, nomeadamente: o grupo de dança juvenil *Soseldon*, grupo de música popular *Semente*, grupo de xadrez e grupo de atletismo.

Em outubro do mesmo ano, a associação formalizou a sua constituição em notário e em dezembro já contava com 75 associados inscritos.

No decorrer da sua atividade, a associação foi adotando o conceito de clube, espaço de equipas, fechando a sua atividade ao desporto, cuja

“(…) comunidade participante [era] constituída por atletas, treinadores, funcionários, pais, família em geral, representantes do poder autárquico, económico e social. Como sistema aberto o clube desenvolve interações não apenas com treinadores e atletas mas com outros sistemas familiares, Autárquicos, Associações Recreativas e Culturais e Federações.<sup>37</sup>

Em 1999, a associação desenvolveu o projeto *Mais e Melhor Música*, em parceria com a Casa do Povo da Ribeira Brava, cuja atividade se refletiu na formação/educação musical de várias faixas etárias e na constituição de grupos artísticos advindos destas formações, papel que reconhecidamente se traduz nos apoios concedidos pela Câmara Municipal da Ribeira Brava.

No âmbito deste projeto, em 2001, surgiu a Tuna Infanto-Juvenil Ribeirabravense, cuja estreia ocorreu em Setembro de 2002, num concerto realizado no Museu Etnográfico da Madeira. Seguiu-se a participação nos Encontros Regionais de Tunas e Orquestras de

<sup>36</sup> Constituição da “Associação Cultural e Desportiva de São João”, Cota: Caixa nº 2, Nº 41

<sup>37</sup> <http://www.acdsj.com/regulamento-interno>, acedido no dia 10 de outubro de 2012.

Bandolins. “Desde então tem tido uma participação regular em espetáculos a nível regional e realizado concertos em escolas, lares de 3.<sup>a</sup> idade e centros culturais”<sup>38</sup> e conta já com 24 executantes (na faixa etária dos 9 aos 16 anos), dirigidos pelo Diretor Artístico Eleutério Côrte, cujos repertórios vão desde o género popular, ligeiro à música clássica.

Para além da Tuna, a Associação Cultural e Desportiva de São João viu nascer no seu seio, em 2002, a Orquestra Bandolinística Ribeirabravense, fruto do projeto anteriormente referido. Também sob a direção de Eleutério Côrte, este agrupamento musical é composto por 25 elementos e “Dedica-se especialmente à música erudita, clássica e não clássica cumprindo um programa anual de concertos, especialmente em salões e auditórios”<sup>39</sup>, já participou em vários Festivais e Encontros Regionais, programas radiofónicos e televisivos, concertos e espetáculos em todos os concelhos da Região Autónoma da Madeira, em Viana do Castelo, Coimbra, Lisboa e Alentejo.

A Escola de Formação Musical integra, para além da Tuna e da Orquestra, o Ensemble de Violas Ribeirabravense e a Tuna de Instrumentos Tradicionais Ribeirabravense, agregando cerca de 80 alunos que desenvolvem, nesta associação, a sua aptidão musical.

No seu relatório de atividades de 2005:

(...) na área da cultura, a Associação cumpriu com brio e perfeição o seu desiderato, proporcionando à população do concelho, desde os mais novos aos mais velhos um conjunto de oportunidades de participação em diversas modalidades artísticas, especialmente a música, mas sem nunca esquecer o teatro, as marchas populares, as festas, etc.<sup>40</sup>

Atualmente é manifesta a sobreposição da prática desportiva ao âmbito cultural a que a associação se propôs, sobretudo pela falta de espaços próprios no concelho, de condições da sede da associação e, devido à queda abrupta nos apoios financeiros estatais.

Em setembro de 2010, a associação lançou-se na vanguarda do marketing cultural ao criar uma panóplia de “vantagens” para angariar novos sócios. Entre estas, sobressaem os descontos nas áreas de formação e lojas, participação nos vários cursos de música e na integração das várias modalidades de desporto, exame médico dos atletas gratuito, possibilidade de participação em todas as atividades da associação (jantar de natal, festa de

<sup>38</sup> <http://www.bandolins-madeira.net/orquestras/tuna-ribeirabravense/>, acedido no dia 30 de março de 2013.

<sup>39</sup> <http://www.bandolins-madeira.net/orquestras/ob-ribeirabravense/>, acedido no dia 30 de março de 2013.

<sup>40</sup> Associação Cultural e Desportiva de São João: *Em Revista*, nº 1, agosto de 2005, p.3. Disponível em [http://www.acdsj.com/images/stories/Acdsj\\_downloads/Revistas/revista1set2005.pdf](http://www.acdsj.com/images/stories/Acdsj_downloads/Revistas/revista1set2005.pdf), acedido no dia 30 de março de 2013.

carnaval); participação gratuita nas modalidades de voleibol, atletismo, ténis de mesa e bilhar e a possibilidade de utilizar de forma gratuita as instalações da associação. Contudo, após a entrevista ao presidente da Direção, Joel Tomás, foi notória a desilusão face à atual incapacidade de resposta para com atividades que transcendam as já praticadas (que se concentram, sobretudo, na área do desporto).

A associação mantém, no entanto, um departamento de música, em colaboração com a Casa do Povo da Ribeira Brava através do qual realizam alguns concertos ao longo do ano, sobretudo nas épocas festivas (natal, carnaval, páscoa, festas de Verão) “sempre associado à Casa do Povo porque é lá que damos as aulas de música, de viola, rajão, braguinha (...)”<sup>41</sup>.

Das atividades culturais sobressaem apenas as cerca de 12 atuações médias anuais, cujo pico é atingido nas festividades de natal, situação que a direção atual pretende alterar assim que consiga reunir condições próprias na sua sede e no próprio concelho.

## B) ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DO ESTREITO DE CÂMARA DE LOBOS (ACRE)

A associação foi fundada em Abril de 1997, com o intuito de promover atividades culturais e recreativas na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, bem como proporcionar intercâmbios com outros grupos regionais, de forma a contribuir para a ocupação, recreação e enriquecimento dos tempos livres de toda a população do Estreito. “Dentro das suas atividades imediatas estaria a promoção da festa das vindimas, do cortejo de carnaval e também a organização de exposições, conferências e teatro”<sup>42</sup>. Na realidade, estes são os objetivos orientadores que constam nos Estatutos da associação, em paralelo com a prestação de um serviço público no domínio cultural e recreativo com vista à descentralização cultural ativa.

A associação surgiu em parceria com a Junta de Freguesia do Estreito:

Quando ela iniciou a sua atividade foi para ajudar a organizar eventos culturais e desportivos na freguesia; ser uma parceira da Junta de Freguesia e estar sempre

---

<sup>41</sup> Entrevista realizada ao Presidente da Direção da Associação Cultural e Desportiva de São João, Maio de 2013, sede da associação.

<sup>42</sup> [http://www.concelhodecamaradelobos.com/dicionario/associacao\\_cultural\\_recreativa\\_estreito.html](http://www.concelhodecamaradelobos.com/dicionario/associacao_cultural_recreativa_estreito.html), acedido em 3 de fevereiro de 2013.

associada à Junta, tendo em conta que os corpos gerentes são os mesmos da Junta, embora tenha estatutos próprios<sup>43</sup>

Pudemos confirmar que a atividade desta coletividade tem primado pela organização dos eventos locais a que inicialmente se propôs, contudo, e mais recentemente, tem centrado o âmbito da sua atuação no campo social, enquanto única distribuidora de produtos alimentares para as famílias carenciadas do Estreito (cerca de 1700 pessoas estão a beneficiar deste apoio, segundo o Presidente da associação). Para além desta atividade, a associação é responsável pelo funcionamento do “Centro Intergeracional” na Fajã das Galinhas, um ponto de encontro entre jovens e idosos, aliciados ora pelos equipamentos informáticos ora pela convivialidade que este espaço propicia.

Se outrora esta associação possuiu orçamentos de cerca de €80.000 para a Festa das Vindimas, hoje os apoios concedidos são, sobretudo para assegurar o cumprimento da agenda cultural, sem a grandeza que outrora esta freguesia conheceu. Os fundos atribuídos para a vertente social são separados dos encargos culturais, ou seja, só são aplicados a produtos sociais.

A par da realização do Cortejo de carnaval e da organização da Festa das Vindimas, os dirigentes da associação têm vindo a centrar a sua atividade em planos de ajuda às famílias locais, através de projetos de apoio social, sem descurar a elevação do espírito, por intermédio de concursos recreativos que apelam à cultura tradicional, como é exemplo o Campeonato Regional de Carros de Pau.

### C) ASSOCIAÇÃO CULTURAL ENCONTROS DA EIRA

No aclamado berço do futebol madeirense, constituiu-se na Camacha, em novembro de 1995, a Associação Cultural Encontros da Eira.

A sua constituição oficial só ocorreu em junho de 1998, data em que os seus estatutos revelaram que o seu objetivo visava a "recolha e recuperação do património cultural, musical e popular português"<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Entrevista realizada ao Presidente da Direção da Associação Cultural e Recreativa do Estreito de Câmara de Lobos (ACRE), junho de 2013, na Junta de Freguesia do Estreito de Câmara de Lobos.

<sup>44</sup> “Associação Cultural Encontros da Eira”, Cota: Caixa nº 5, Nº 19.

A associação tornou-se conhecida por toda a comunidade madeirense, não só pelo trabalho desenvolvido pelos seus membros, como também pelo grupo de música tradicional “Encontros da Eira” que transpôs para o público as mais variadas pesquisas sonoras recolhidas pelos dirigentes da associação. Apesar de o seu período experimental ter ocorrido em 1996, o grupo consagrou-se com oito membros e editou o seu primeiro disco em 1998:

Sem demérito para projetos existentes, este grupo de oito amigos pretendia de certa forma dizer que a vila da Camacha também queria marcar presença, na nobre missão de investigar, recolher, preservar e divulgar relíquias do nosso cancionero.<sup>45</sup>

Sendo um grande sonho do grupo, o primeiro CD foi intitulado “Retalhos de Tradição” e teve o apoio da produtora Almasud Records. Outros seis discos foram gravados: em 2001, “Aquintro dia”; em 2002, “Instrumentais d'Outrora” e “O Melhor dos Encontros da Eira”, em 2007, “Raízes do Povo” e em 2008 o CD “Meia Volta”, apresentado na FNAC. Alguns destes discos foram alvo de várias edições.

Para além do suporte sonoro, a associação foi responsável pela edição de duas monografias: em setembro de 2001, publicaram o livro “Retalhos de Aquintro dia” e em dezembro de 2008, o livro “A Maria Ascensão e o Grupo Folclórico da Camacha”.

Do registo de atuações musicais, contam com participações em festivais e concertos, não só por toda a ilha, mas também em Portugal Continental, nos Açores em França, em Inglaterra e na Venezuela. Num espaço de 20 anos, a associação somou 297 concertos, várias participações em programas televisivos e radiofónicos, entrevistas e conta com várias referências na imprensa local e nacional.

Para tal muito contribuiu, não só o impacto do grupo musical, mas a abertura para a dinamização de várias atividades culturais, das quais se destacam: a produção e organização de espetáculos, cursos de formação, de que é exemplo o Curso de Iniciação aos Instrumentos tradicionais da Madeira, destinado a jovens dos 6 aos 14 anos; *Masterclass* de flauta transversal, lecionado por um dos membros da associação (flautista Carla Sousa), vários seminários, conferências, workshops e exposições, atividades maioritariamente realizadas na Junta de Freguesia e Casa do Povo da Camacha, bem como com o apoio da empresa de formação CAMFOR. Esta dinâmica tinha por objetivo

---

45

[http://www.encontrosdaeira.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=95&Itemid=87](http://www.encontrosdaeira.com/index.php?option=com_content&view=article&id=95&Itemid=87)

contribuir para o “engrandecimento cultural/musical da vila da Camacha, do concelho de Santa Cruz e por consequência da Madeira”<sup>46</sup>.

Na atualidade, a associação reflete um decréscimo no número de atuações devido, simultaneamente, à falta de apoios e interesse dos próprios sócios.

#### D) ASSOCIAÇÃO CULTURAL LÍRIOS DO NORTE

A 5 de abril de 1990, juntou-se um grupo de praticantes de folclore do concelho de Santana para constituir uma associação cuja designação visa homenagear as flores que decoravam, e distinguiam as ruas locais (lírios). Todavia, só após três anos de experiência, é que a sua constituição foi oficializada, em março de 1993, por intermédio do depósito dos estatutos no notário do Funchal. Dos seus estatutos consta como atividade principal a promoção, realização e divulgação de atividades artísticas, culturais e recreativas; na prática esta associação caracteriza-se, sobretudo, pelas suas atuações enquanto grupo de folclore, bem como pelo fomento do ensino, em jeito de transmissão de conhecimentos, em relação aos instrumentos musicais que compõem a orquestra do grupo, principalmente com os mais novos, numa tentativa de aproximá-los das tradições, garantir o interesse pela herança cultural local e, em pano de fundo, proporcionar a ocupação de tempos livres de forma enriquecedora e saudável, num intercâmbio de experiências entre os membros e a juventude local. Distinguem-se dos outros grupos, visualmente, por possuírem um avental associado ao traje, elemento que, segundo a Sra. D. Inês Fernandes, dirigente da associação, não se verifica em mais nenhum grupo.

Apesar da tentativa da associação em ter um grupo de teatro, com a saída dos mais jovens do concelho devido aos estudos, a dinâmica dos sócios torna-se mais restrita, pelo que “os” Lírios do Norte orientam a sua prestação no campo recreativo, ao atuarem em várias unidades hoteleiras, assim garantindo, não só a sua sobrevivência enquanto praticantes de folclore, mas também a sua própria subsistência e recreação dos sócios e participantes da associação.

---

46

[http://www.encontrosdaeira.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=108:info&catid=39:informacoes&Itemid=75](http://www.encontrosdaeira.com/index.php?option=com_content&view=article&id=108:info&catid=39:informacoes&Itemid=75)

Da imprensa regional sobressaem os artigos de informação da participação do Grupo de Animação Lirios do Norte, nas festas gastronómicas de Machico e nas festividades das várias freguesias do concelho de Santana.

#### E) ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE SÃO PAULO

Desde 2006 que os periódicos locais refletem a incidência da atividade da Associação Desportiva e Cultural de São Paulo no plano desportivo, essencialmente nas vertentes do atletismo e futebol.

As referências apuradas reportam o desempenho desportivo da associação. No entanto, graças ao testemunho do Sr. Irineu Trindade, foi-nos possível aferir que a dinâmica cultural da associação foi desenvolvida por intermédio da existência de um grupo de folclore e de um grupo de teatro entretanto inativos.

Não obstante a escassez de informação acerca desta associação, mesmo no que diz respeito à imprensa regional, pudemos aferir, através da entrevista feita ao antigo dirigente da associação, que a entidade, enquanto associação desportiva e cultural, tinha como objetivos principais a satisfação e recreação de tempos livres da comunidade local.

Normalmente os grupos de folclore e de teatro eram sempre convidados para atuar nas festividades do concelho, contudo, não há um registo de quantas peças terão sido realizadas.

Das suas últimas atividades registadas em 2012, sobressai apenas o apoio que a associação proporcionou nas festividades da EB1/PE de São Paulo

#### F) ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DO FAIAL

Da junção do gosto pelo desporto e cultura musical, surgiu, em janeiro de 1978 a associação que viria a mudar o calendário de eventos da freguesia do Faial: “Tentou-se preencher um vazio existente na expressão cultural e desportiva da freguesia” (Andrade M., s.d., p. 4), criando a oportunidade de divulgá-la e desenvolvê-la culturalmente.

Segundo o resumo da história desta associação, em 1981, a coletividade já contava com mais de 200 sócios, dimensão que lhe conferiu a possibilidade de recorrer às

instalações do polidesportivo do Faial, dotando-a de melhores condições para os seus associados.

O maior feito da associação foi a criação do Festival da Canção do Faial, um concurso organizado na década de 80, com o apoio da Administração Pública, que teve como objetivo a descoberta e divulgação de novos talentos, não só no campo musical, mas também na vertente da produção literária, já que as músicas a concurso tinham que ser originais:

Para muita gente o Festival passou a ser a oportunidade de poder subir a um palco e enfrentar uma plateia, para outros, os emigrantes, foi uma maneira de voltar à sua terra, desfrutando de um espectáculo inovador, que passou a utilizar como pano de fundo as ruínas da velha ponte do Faial, os três arcos que restam da construção de 1904 e, em segundo plano a magnífica estrutura da nova ponte de 1985-86.<sup>47</sup>

Para além de um marco na agenda cultural de Santana, o Festival da Canção do Faial foi o primeiro festival madeirense a realizar-se fora do Funchal, tendo sido responsável pela “promoção de muitos músicos e intérpretes amadores da Região Autónoma da Madeira” (Andrade M. , s.d., p. 9), e pela internacionalização do evento, através da integração de concorrentes da Macaronésia.

Para além deste evento e de todas as atividades relacionadas com o desporto, a associação deu corpo ao grupo de animação “Nova Geração”, com jovens da freguesia que sentiam gosto pela arte dramática; organizou espetáculos de solidariedade, exposições, concursos de poesia, fotografia e pintura, sessões de cinema, conferências, debates, ações de formação e de sensibilização ambiental, torneios de futebol, passeios a pé, entre outras atividades mais pontuais. “Com tudo isto, a A.D.C.F. contribuiu para a descentralização cultural, recreativa e desportiva” (Andrade M. , s.d., p. 7)

Das notícias mais frequentes, nos periódicos regionais (DN e JN), constam atividades de celebração do dia da árvore, dia do idoso, Dia de Reis, atendendo à gestão dos dois Centros Intergeracionais do Faial. Em abril de 2011 destaca-se a promoção de atividades, em conjunto com o Centro Social Municipal do Lombo de Cima, na freguesia do Faial. Para além da expressão plástica, dança, teatro, jogos e a prática de desporto, também foram realizadas atividades no âmbito da culinária tradicional (DN 14/04/2011).

---

<sup>47</sup> <http://juntafreguesiafaialmadeira.blogspot.pt/2006/03/associo-desportiva-e-cultural-do.html>

## G) ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ARTE INCLUSIVA – DANÇANDO COM A DIFERENÇA

Desde setembro de 2001 que a Madeira ganhou mais competências sociais, éticas e artísticas, ao ser divulgado um projeto que almejava a inclusão social de pessoas portadoras de deficiência motora, através das artes, da dança, teatro e música. Este projeto surgiu no Serviço de Arte e Criatividade, da agora extinta Direção Regional de Educação Especial e Reabilitação (DREER), e foi desde logo liderado por Henrique Amoedo, atual diretor artístico da associação.

O manifesto crescimento do grupo, que até junho de 2007 permaneceu vinculado à DREER, não se compadecia com as limitações daí decorrentes nem com a morosidade das autorizações para a concretização de eventos e apoios, pelo que foi formalizada a Associação dos Amigos da Arte Inclusiva – Dançando com a Diferença. Apesar desta alteração na sua constituição, foi mantido o seu objetivo principal: o da modificação da imagem social das pessoas com deficiência, através da contínua validação do seu papel para além das fronteiras físicas que as limitam: “de bailarinos se trata, que dançam com o corpo e não “apesar do corpo””<sup>48</sup>. Numa simbiose de bailarinos sem e com deficiências, diluem-se as diferenças, numa união de gestos, coreografias e emoções, que visa valorizar as capacidades das pessoas mesmo na diferença.

Na senda dos vários protocolos que têm permitido a subsistência da associação, é possível verificar quais os que têm maior impacto no seu decurso:

Destacam-se o protocolo de residência no Centro das Artes Casa das Mudanças estabelecido com a Sociedade de Desenvolvimento Ponta do Oeste e a criação de grupos de dança para a população menos jovem, num protocolo estabelecido com a Câmara Municipal do Funchal e ainda a colaboração com a Secretaria Regional de Educação / Direção Regional dos Assuntos Culturais / Direção Regional de Educação Especial e Reabilitação, na manutenção e desenvolvimento das actividades de Dança Inclusiva na Região Autónoma da Madeira.<sup>49</sup>

Do seu repertório constam 19 criações inovadoras, cujo reconhecimento tem proporcionado a criação de outras associações similares noutros espaços da Europa, África e América do Sul:

Nestes onze anos a Dança Inclusiva, aqui produzida, foi levada a mais de quarenta cidades em catorze diferentes países [de que são exemplo a Bélgica, Holanda e

<sup>48</sup> <http://www.aaaid.com/>, acedido no dia 23 de janeiro de 2013.

<sup>49</sup> *Ibidem*.

Brasil], muitas vezes inserida em eventos e/ou teatros de grande importância no cenário artístico, ultrapassando largamente o universo da Educação Especial, das Terapias ou os da Reabilitação e conquistando o respeito no cenário artístico internacional.<sup>50</sup>

A sua importância e divulgação têm sido frequentes, não só nos periódicos regionais, como na imprensa nacional (Expresso, Público, Jornal de Letras, entre outros), imprensa estrangeira, noticiários de vários canais (RTP, SIC) e em vários sítios da internet, de teatros e organizações sociais, como é exemplo o da Amnistia Internacional de Portugal: “A Amnistia Internacional Portugal recomenda o espetáculo “Desafinado”, do Grupo Dançando com a Diferença, que hoje, 23 de março, e amanhã estará pelas 21 horas na Sala Principal do Teatro São Luiz, em Lisboa.”<sup>51</sup>

Acerca das dificuldades que a associação tem sentido, no Semanário *Expresso*, no Suplemento “Atual”, do dia 17/08/2013, p. 16, pode ler-se:

O profissionalismo e a exigência artística pressupõem um trabalho quotidiano, que no último ano tem sido possível graças à dedicação e voluntariado daqueles que antes tinham um vínculo contratual com o coletivo. Inclui-se aqui uma equipa que garante a produção, a orientação de aulas de dança para grupos com características específicas e os próprios bailarinos.

A atividade da Associação dos Amigos da Arte Inclusiva – Dançando com a Diferença revelou-se comprometida em 2012, devido à falta de liquidez financeira, como consequência, não só da falta de recursos humanos já evidenciada no parágrafo anterior, mas também devido à quebra nas fontes de receita, motivo que levou à apresentação da última criação de 2012 apenas em agosto de 2013. O futuro da associação, segundo Henrique Amoedo, passa por uma espécie de emigração: a internacionalização do projeto através de digressões. Com a venda de espetáculos para os vários países, a associação prevê a capacidade de gerar receita própria para lhe permitir assegurar quer a subsistência, quer a produção de espetáculos com a frequência desejada.

---

<sup>50</sup> *Ibidem.*

<sup>51</sup> [http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=931:dancando-com-a-diferenca-no-sao-luiz&catid=49:eventos&Itemid=25](http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=931:dancando-com-a-diferenca-no-sao-luiz&catid=49:eventos&Itemid=25), acedido no dia 3 de junho de 2013.

## H) ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA MADEIRA

Criada em junho de 1993, a Associação dos Amigos do Conservatório de Música da Madeira teve como principais sócios fundadores o Secretário Regional do Turismo e Cultura em exercício de funções na altura, João Carlos Abreu, a então Diretora Regional dos Assuntos Culturais, Manuela Aranha e a presidente da comissão instaladora, Inês Clode, do Conservatório de Música da Madeira, bem como outros elementos de várias nacionalidades. A associação pretendia, não só, realizar concertos de música erudita de forma regular, mas também “promover o gosto pela música e encorajar o interesse pelo estudo de música, apoiando jovens e talentosos estudantes de música.”<sup>52</sup>

A sua primeira atuação ocorreu a 19 de dezembro de 1993, no Cine Casino, e desde então têm sido várias as atuações no palco do Teatro Baltazar Dias, por ser a única sala de espetáculos, na ilha, que possui um piano de cauda.

Para além de professores e alunos do Conservatório, é frequente o convite a intérpretes estrangeiros, pelo que o apoio estatal se revela fundamental para assegurar os encargos na concretização dos eventos da associação:

A Associação continua a ter apoio pontual da DRAC, tendo sido, em 2003, assinado um Protocolo de desenvolvimento e cooperação e, em 2006 [para além de ter sido conferido o estatuto de Utilidade Pública] e 2012 [e 2013], um Contrato-Programa de dinamização cultural com o Governo Regional, através da DRAC, o que representa mais um sinal de confiança na excelência de programação e contribuição ao panorama cultural da RAM.

Sendo uma organização sem fins lucrativos, a associação tem canalizado o lucro das atividades que realiza em prol do apoio a jovens músicos que pretendam seguir os estudos nesta área. Por estes motivos, a associação tem-se revelado responsável pela iniciativa de educar o público madeirense para o “consumo” de música erudita e, por outro lado, pelo fomento do ensino a jovens com aptidões musicais, por intermédio da concessão de bolsas, de apoio na aquisição de instrumentos e na prossecução dos estudos fora da Região Autónoma da Madeira (em sete anos, a associação concedeu cerca de €15.000 em bolsas de estudo):

(...) a Região ganha por duas vezes: a população tem a oportunidade de ouvir uma série de concertos de boa qualidade e, assistindo a esses concertos, apoia os seus

---

<sup>52</sup> Resenha histórica da associação, gentilmente enviada pelo dirigente, Prof. Robert Andres.

próprios filhos, na procura do enobrecimento espiritual e na formação de uma personalidade mais rica e sensível.<sup>53</sup>

Do seu repertório constam mais de 215 concertos, nos quais, em cerca de dois terços dos espetáculos, participaram protagonistas intérpretes estrangeiros e nos restantes, madeirenses e artistas de Portugal Continental. Destes convidados, constam nomes sonantes do panorama musical mundial, tais como:

(...) os pianistas Pascal Rogé, Artur Pizarro, Peter Katin, Martino Tirimo (...), os violinistas Ilya Grubert, Grigori Zhislin, Zakhar Bron, Alessandro Perpich e Kyrylo Stetsenko, os flautistas István Matuz, Zoltán Gyöngyössi, e Luís Meireles, a cantora Marie McLaughlin, o trompista Radovan Vlatković, o tubista Sérgio Carolino, os guitarristas Alirio Diaz e Dejan Ivanović e o Trio de guitarras de Zagreb.

Para além desta importância no contexto musical madeirense, a Associação Amigos do Conservatório de Música da Madeira doou ao Conservatório Escola das Artes (antigo Conservatório da Madeira), o espólio musical do seu sócio fundador, Dr. John V.A. Ranalow, pelo que, em sua homenagem, se constituiu nesse espaço a “Mediateca Memorial Dr. John V. A. Ranalow”.

Apesar da fragilidade do tecido económico, é importante que as pessoas assistam aos concertos e colaborem com doações, para que os objetivos a que a associação se propôs possam manter-se, com vista à:

(...) contribuição e participação ativa na promoção de um clima de colaboração e comunicação produtivas, entre as entidades culturais e a sociedade; valorização dos jovens músicos talentosos da Região; elevação contínua da vida cultural na Região; integração da cultura musical na sociedade.

#### D) ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL XARABANDA

Em 1981, sob a designação “Algozes”, fundou-se o grupo que viria a dar origem, em 1989 à Associação Musical e Cultural Xarabanda, por intermédio da conjugação do gosto e interesse na recolha e divulgação da música tradicional madeirense, através:

- da representação em palco - desta associação fazem parte o Grupo Musical Xarabanda, o Grupo Vocal feminino Seis P’O Meia Dúzia e a Orquestra de Ponteado da

---

<sup>53</sup> *Ibidem.*

Madeira que, partilhando o interesse da valorização do património imaterial ilhéu, levam (e revalidam) a música tradicional madeirense a novos públicos;

- da gravação de 4 discos do Grupo Xarabanda (*Tocares e Cantares Tradicionais; Longe da Vista Me Vai; Sete Dúzias de Mentiras; Cantigas ao Menino Jesus*) e um do grupo Seis P’O Meia Dúzia (*De Pés Descalços*);

- da edição de livros tais como *Rostos e Traços das Bandas Filarmónicas Madeirenses; Noites da Madeira; Recolha Xarabanda I: Romances e Cantigas Narrativas; Crónicas de Outros Tempos; Cinco Olhares sobre o Património Musical Madeirense*;

- da publicação da Revista *Xarabanda*, semestral, sobre a cultura tradicional madeirense, bem como posters e duas coleções de postais (uma de Barcos de Pesca da Madeira e outra de instrumentos musicais populares da Madeira);

- da constituição de um Centro de Investigação e Documentação, através de bibliografia específica sobre a antropologia cultural da Madeira, etnomusicologia e musicologia, num contexto musical rural e urbano (biblioteca, fonoteca e arquivo fotográfico) “(...)com o objetivo de permitir aos seus associados e a todos os interessados pelas realidades do nosso património etnomusicológico, o mais fácil acesso à informação sobre qualquer aspeto da cultura tradicional”<sup>54</sup>. Neste âmbito realça-se a participação no projeto de recolhas etnomusicológicas com o Instituto de Etnomusicologia da Universidade Nova de Lisboa, com o objetivo de “documentar a diversidade de Práticas Musicais, na Madeira e Porto Santo”;

- da difusão de uma Escola de Cordofones Tradicionais Madeirenses (Braguinha Rajão e Viola de Arame);

- da promoção de vários workshops e ações de sensibilização subordinadas à temática da musicologia;

- da integração nos roteiros de turismo cultural, através de uma parceria com o operador de viagens TUI Portugal, desde 2004, com vista à divulgação do

“ (...) património musical madeirense, com sessões de música e dos instrumentos musicais da nossa tradição, através da apresentação ao vivo, do Grupo Musical Xarabanda, na sede desta associação, vendo, ouvindo e falando dos instrumentos e da música tradicional”<sup>55</sup>;

<sup>54</sup> [http://xarabanda.pt/?page\\_id=64](http://xarabanda.pt/?page_id=64), acedido no dia 4 de setembro de 2012.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

- da divulgação online através do sítio <http://xarabanda.pt/>, perfil no Facebook e MySpace.

Através dos vários projetos, a Associação Xarabanda tem vindo a destacar-se no património musical, sobretudo no que diz respeito à investigação antropológica cultural, etnografia e, mais incisivamente, no que concerne ao património etnomusicológico. De acordo com o que o dirigente desta associação nos informou, o objetivo é o de recuperar o “património dito erudito” (espólios – música escrita - do séc. XIX), para “reconstituir a história da música (...) feita na Madeira” (não madeirense), por “madeirenses nascidos, ou de outras culturas: ingleses, franceses, espanhóis (...) que contribuíram para a valorização do património musical”.

É das associações culturais cuja dinâmica extravasa as atuações musicais e a publicação de produtos referentes à própria associação. Tem-se revelado um parceiro de investigação aos mais diversos estudiosos, aprendizes e interessados de uma forma geral, na cedência de informação, formação, instrumentos e até infraestruturas.

A multiplicidade de projetos desenvolvidos por esta associação tem promovido no público um renovado interesse pela música tradicional madeirense, resultante da fusão da prática de instrumentos tradicionais com repertórios mais ecléticos, onde na importação da cultura do Outro, se mantêm os traços da singularidade madeirense.

## J) PORTA 33 - ASSOCIAÇÃO QUEBRA COSTAS

No edifício onde já habitou o poeta Herberto Helder, está em funcionamento, desde outubro de 1990, a galeria *Porta 33*, no âmbito de um projeto com vista ao fomento e divulgação da arte contemporânea na Madeira, através da combinação de uma galeria, ateliê e bar.

A fundação da galeria partiu do interesse de um grupo de madeirenses associados às artes, entre os quais constam nomes como os de Cecília Vieira de Freitas, Maurício Reis e António Dantas. Em 1991, face às dificuldades de subsistência no mercado, converteram a galeria na “Associação Quebra Costas” (com referência à rua onde se situa a galeria), onde, a par da galeria, se propuseram organizar diversos eventos subordinados à temática das artes, tais como colóquios, palestras, *workshops* e debates, projeção de filmes,

organização de seminários, visitas guiadas às exposições e a criação de um “centro de documentação de cultura contemporânea”<sup>56</sup>.

Para a concretização dos seus objetivos, a associação “Convida os artistas a realizarem exposições inéditas e, sempre que possível, a partir das vivências por eles experimentadas na Madeira.”<sup>57</sup>. Nesta senda, a galeria da Associação Quebra Costas já acolheu exposições individuais e coletivas, de artistas nacionais (como Lourdes Castro ou Rigo) e estrangeiros (Amy Yoes ou Diango Hernández) e desde o ano de 2000 que envida esforços para trazer outras perspetivas à Madeira, ao convidar artistas para residir e produzir na ilha:

Sendo uma instituição sem fins lucrativos, a Porta 33 mantém uma actividade lateral como galeria de arte, opção que permite estimular o colecionismo de arte contemporânea com parâmetros de qualidade. Esta actividade comercial contribui para financiar alguns dos custos fixos da instituição.<sup>58</sup>

Para além dos custos referidos, a associação criou, em 2009, uma bolsa de estudo que é concedida, anualmente, a um jovem artista madeirense, com o objetivo de facultar a sua integração no meio artístico. Refira-se, contudo, que a receita gerada não tende, por si, a ser suficiente para a atividade da associação que, desde 1993, conta com apoios de terceiros (empresas), do Governo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, e Fundações.

Nos jornais locais, mais especificamente no *Diário de Notícias da Madeira*, a par das atividades organizadas pela Associação Quebra Costas, é publicitada a agenda de cada evento, com referência à “Porta 33”, como por exemplo: “A galeria Porta 33 organiza, entre 10 e 14 de Janeiro, um workshop com Javier Nuñez Gasco. O artista espanhol tem trabalhos em diversas técnicas, como a fotografia, o vídeo e a escultura”<sup>59</sup>.

## K) ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DA FONTE

A associação é um suporte legal para ser usado a bem da comunidade, quer por iniciativa dos seus dirigentes, por iniciativa dos seus sócios e o aval da direção, quer em colaboração com outras entidades públicas ou privadas, sempre que inseridas neste espírito do bem comum.

<sup>56</sup> <http://www.porta33.com/apresentacao/apresentacao.html>, acessido no dia 3 de janeiro de 2013.

<sup>57</sup> *Ibidem*.

<sup>58</sup> *Ibidem*.

<sup>59</sup> *Diário de Notícias da Madeira*, secção “5Sentidos”, 5 de janeiro de 2011. Disponível em <http://www.dnoticias.pt/actualidade/5-sentidos/243722-workshop-com-javier-nunez-gasco>

De acordo com o dirigente da Associação Sócio-Cultural da Fonte, é este o princípio diferenciador que caracteriza a associação a que pertence. Apesar de as suas atividades serem mais de âmbito social, não pudemos deixar de observar que, neste organismo, se fomenta a procura da cultura, a descoberta de necessidades associada à quebra de mitos, num público-alvo que desconhecia a ocupação de tempos livres, sem que tal representasse trabalhar.

A associação remonta às festas populares de São João, de 1995, em que através da recolha de géneros e de financiamento dos moradores do Sítio da Fonte, se proporcionou uma ceia de São João a todos os que se juntaram a esta iniciativa. A partir deste encontro, manifestaram-se outras necessidades, como a de proporcionar aos habitantes locais que não conheciam outras freguesias, o primeiro passeio-convívio, ainda sem que a associação estivesse constituída. A partir de 28 de agosto de 1998, e apesar de voltado para os sócios, este organismo abre as suas atividades ao público em geral, sobretudo para a comunidade do sítio em que está inserida.

A dificuldade em caracterizar a dinâmica da associação reflete-se na panóplia de atividades realizadas, desde a área da saúde, estímulo da prática de desporto, promoção do voluntariado e ajuda social, educação (onde se inclui acompanhamento escolar), cultura (popular, usos e costumes, cultura contemporânea), recreação (passeios, viagens, visitas), divulgação e demais atividades, com participantes que vão desde os 4 aos 85 anos.

Dos vários projetos da associação, destacam-se:

- 1 – Lés-a-lés - estada dos sócios em hotéis fora do Funchal.
- 2 – Cultura é Formosura – estímulo para as atividades culturais, através de idas a exposições, ao teatro, a concertos, entre outras atividades. A maior parte das visitas às exposições surge integrada num programa que inclui outras atividades para os associados.
- 3 – Andando – organização de caminhadas pedestres por toda a ilha.
- 4 – Tradições – Santos Populares; Pão por Deus; São Martinho.
- 5 – Passeio-Convívio: excursões.
- 6 – Atividades de Verão – onde se inclui o projeto “Aprendiz de Cientista”.
- 7 – Criar+arte (desde 2008) – “Olhar Três Vezes”, na Quinta do Revoredo. Coletivo de artistas: Rui Camacho (fotografia), Marco Fernandes (fotografia) e Rui Soares (pintura) deram o mote aos associados. O objetivo era o de “criar oportunidades aos sócios

que desejem desenvolver o seu espírito criativo em áreas artísticas, de caráter visual e/ou literário; valorizar o património artístico regional e promover acontecimentos artísticos; “Olhar Duas Vezes” e “Novos Olhares”, sendo a última composta por obras de 5 jovens fotógrafos realizada na Junta de Freguesia de São Gonçalo

8 – Participações no programa “Lado a Lado”, da RTP-Madeira

9 – Encontro Cultural – troca de experiências gastronómicas e de lazer com culturas estrangeiras;

10 – Formação nas vertentes sociais e de formação pessoal;

11 – Artesanato: Produtos – CORES – divulgação e promoção de trabalhos em vimes, enquanto produtos de economia solidária.

12 – Dia da Associação – aniversário. Realização de atividades lúdicas;

13 – Saúde com movimento – Passeio de Bicicletas

14 – Campeonatos de Cassino, na sede da associação

15 – Esgravatar – pequena parcela agrícola à disponibilidade dos sócios

16 – Presença em Feiras e Mercadinhos; na Expo-Sénior; Feira Transregional de Economia Solidária;

17 - Jovens Empreendedores, dos 10 aos 30 anos – venda de produtos manufaturados e de peças de artesanato doadas por diversos artesãos e artistas regionais (valorização do artesanato regional), apoio de ideias inovadoras, com recurso a formação específica, para aplicações financeiras.

17 – Voluntariado Juvenil (entre os 14 e os 30 anos)

18 – Torneios de matraquilhos

19 – Jornal “A Fonte” – “Boletim quadrimestral” cuja distribuição era gratuita para os sócios.

20 – Pintarola – intenção de “desenvolver toda a criatividade latente nos nossos associados na área das artes plásticas, assim como proporcionar condições e acompanhamentos a todos quantos queiram complementar o seu quotidiano com uma atividade na área da pintura”, através da inscrição, no mínimo, de 4 aulas. Enquanto as telas eram da responsabilidade dos participantes, já as tintas, diluentes, pincéis e óleo foram fornecidos pela associação.

21 – “Cria bisalhos” – “adoção” de galinhas poedeiras, num espaço cedido à associação, para pessoas que não têm espaço próprio para a criação destes animais.

A crise, a morte de sócios e a inevitável repetição de atividades tem-se repercutido no decréscimo da adesão dos associados às atividades inicialmente propostas pela associação.

#### L) ATENEU COMERCIAL DO FUNCHAL

Foi com as comemorações do tricentenário da morte de Camões que, a 10 de Junho de 1880, se fundou o Atheneu Comercial de Lisboa. Em 1884, a então *Sociedade Euterpe* muda a sua denominação para Ateneu Comercial do Porto e, em 1885, Coimbra inaugura o Ateneu Popular. Na Madeira, só a 8 de Dezembro de 1898 é que a ilha aderiu a esta vaga de ideias, ao fundar o Ateneu Comercial do Funchal. Esta entidade pretendia colmatar a ausência de um organismo que defendesse os comerciantes madeirenses, reunisse toda esta classe e lutasse pelos interesses laborais, pela instrução e pela cultura.

A ideia de uma associação de classe remontava a Novembro de 1897, altura em que um grupo de empregados do comércio se reunia num quarto alugado na Rua da Sé. Formou-se, na altura, uma comissão que tentou angariar o maior número de adesões junto da “Classe do Caixeirato”. Com um registo de 100 adesões, o Ateneu estava pronto a ser inaugurado, no 2º andar da Rua Direita (lugar onde permaneceu até 1900).

Os primeiros estatutos, redigidos conforme os do Ateneu de Lisboa, foram aprovados por Alvará Régio a 22/12/1899. O Ateneu tinha como objetivos o de proporcionar um lugar de lazer aos empregados e a valorização intelectual dos associados e famílias, daí o projeto para a criação de escolas primárias, cursos de aperfeiçoamento linguístico para os sócios, lições para melhorar as técnicas comerciais, conferências públicas sobre arte e literatura, sessões científicas, palestras, biblioteca, criação de tardes dançantes, festas de carácter regional, *matinéés* para crianças, representações teatrais, encontros coletivos, entre outras atividades.

Os seus estatutos foram alterados e aprovados em 1925, sob Alvará da República, de forma a permitir uma maior liberalização face à admissão de sócios, que abarcasse igualmente patrões e empregados.

Das várias atividades relacionadas com o Ateneu, até 1910, destacamos as aulas ministradas, a homenagem a Almeida Garrett, a recolha de fundos para erguer um monumento a Câmara Pestana, a fundação de uma Tuna e de um grupo dramático, a luta pela Lei do Descanso Semanal e a promoção de viagens pela ilha.

Passando para o Largo da Sé, até 1905, o Ateneu edificou o marco da sua existência, na Rua dos Ferreiros, nº 108.

Em 1905 a instituição refletia a incidência no desporto, artes e letras, pelo que, a 5 de Fevereiro de 1910 surgiu o “Grupo Desportivo do Ateneu Comercial”. Em 1913, estes “rapazes do Ateneu”, instituíram “O Athenista”, órgão que congregava a Classe do Comércio e defendia os seus interesses, “em virtude do evoluir da coletividade somente na prática das Artes e Desporto”. O “Órgão dos Empregados do Comércio” teve como diretor Carlos Figueira e dedicava-se à abordagem dos problemas profundos da classe. Deixou de ser publicado devido à falta de apoios e pressão por parte dos patrões sobre os comerciantes.

O primeiro colapso do Ateneu ocorreu com a 1ª Guerra Mundial. Chegou-se a constituir uma comissão orientada por Álvaro de Almeida Fernandes e Raúl de Sousa para reorganizar a instituição. Em 1925, iniciou-se um período de participação política que envolveu a solicitação, aos Ministros do Comércio e da Guerra, da inclusão dos representantes das Associações Económicas da Madeira no “Conselho Superior de Economia Nacional”, nomeadamente o Ateneu e a Associação Comercial, atual ACIF. Voltou-se também neste ano a incentivar os sócios para o sentido lúdico do baile.

Em 1926 foi enviada uma delegação a Lisboa para se encontrar com vários ministros, com vista à proteção do comércio madeirense, mais facilidades no envio/recepção de encomendas e telégrafo-postais; abertura ao público do posto rádio-telegráfico do Funchal; montagem do telégrafo sem fios no Porto Santo; entre outros.

1936 marca o ano da fundação do Núcleo Fotográfico do Ateneu (NFA), centro fotográfico para amadores, pelo que, em 1937, decorreu o “I Salão de Arte Fotográfica” subordinado à temática “Cenas do Arquipélago da Madeira”.

A segunda G.M. trouxe de novo a instabilidade à ilha pelo que, perante a escassez de bens de primeira necessidade, fome e conflitos, a atividade do Ateneu também esmoreceu. No entanto, em 1942, realizou-se um marco que viria a replicar-se até aos dias de hoje: a Festa da Primavera. Esta consistia em exposições florais e distribuição de prémios em jogos florais que ocorriam anualmente.

Na associação predominava a “Crítica” e o “Diálogo”. Poetas e retóricos liam as suas obras e estabeleciam cursos (reforçando a ideia mais didática de liceu). Realizaram conferências em que participaram inúmeros professores liceais nas áreas da Religião,

Ciências, Literatura, Teatro, Geografia e Jornalismo, como Ângelo Augusto da Silva, Carlos Montenegro, Horácio Bento Gouveia, Avelino Gonçalves,... Foi uma geração que se revelou fundamental para a literatura da Madeira e para a história do Ateneu.

Durante a década de 40 e 50, para além da promoção de várias palestras e eventos, o Ateneu revelou-se um “mecenas” na cultura regional madeirense, através da realização de concursos literários e de fotografia, em que eram atribuídos prémios aos vencedores, a expensas da própria associação.

Em 1944, realizaram-se as Festas de Verão e as Festas de Inverno, que, onze anos mais tarde, levaram à organização, em 1955, pela primeira vez, da Festa da Flor. Esta ideia que já remontava ao ano de 1933, para uma exposição de flores naturais nos salões do Ateneu, só se materializou em 1954 com a Festa da Rosa e, no ano seguinte, já se assumiu como Festa da Flor. Para a história regional fica também a realização, em 1956 e 1957 do I e II Ralis Automóvel do Ateneu.

Nos anos 70, sob a direção do paisagista Fernando Pessoa e do Prof. Francisco Simões, renovou-se a Festa da Flor. As exposições contavam com críticas bastante positivas na comunicação social. Com o crescimento da exposição, cedo se passou à magnitude que hoje conhecemos e que dá a conhecer parte da nossa imagem no mundo: a Festa da Flor, para além de ser símbolo do Ateneu, é um símbolo-cartaz da Madeira.

O Ateneu, contudo, começou a desvanecer-se com a falta de associativismo. Tentou-se equilibrar as atividades recreativas com as intelectuais e tornar a casa mais eclética, mas a sua atividade acabou por extinguir-se, mesmo tendo sido declarada a sua utilidade pública em 1981. José Laurindo Goes, no seu artigo sobre o Ateneu, solicitou aos corpos diretivos que relançassem o Ateneu, modernizando-o, através do diálogo com instituições de cultura; melhorando as iniciativas tradicionais; que incrementassem núcleos de Património, Artes, Letras, Música, Teatro; fundação de uma galeria de arte, reestruturação da biblioteca, promoção de ciclos literários, colóquios, debates, palestras sob várias temáticas (Goes, Estabelecimento e evolução do Ateneu Comercial do Funchal, 1985).

Na atualidade, a estrutura física do Ateneu mantém-se (sede). Optaram as entidades estatais por adjudicar o espaço e hoje é possível almoçar/jantar no Ateneu e visitar exposições, num espaço reservado à restauração, mas onde se mantêm os traços da germinação de iniciativas culturais inovadoras.

## M) CINE FORUM DO FUNCHAL - FORUM DE ARTE CIENCIA e CULTURA (FACIC)

O Cine Forum do Funchal nasceu a 22 de Novembro de 1966, da iniciativa de um grupo de intelectuais da Liga Universitária Católica, de que fazia parte António Loja e Fernando Nascimento. Era esperado como clube de cinema, com ligação à Cinemateca Nacional. Contudo, foi a diversidade de debates e eventos pontuais de alcance internacional que imortalizou a já inativa associação. “Seria impossível repetir hoje essas sessões em que as pessoas ficavam no Teatro a debater até à meia-noite e mais” (Calisto, 2001, p. 22). Na realidade, esta associação distinguiu-se das demais por fomentar o debate após a visualização das projeções, pelo que o apelo à discussão sobre os filmes quase se revelava mais importante do que a projeção em si.

A resenha dos principais eventos é possível através dos artigos pontuais que surgem no *Diário de Notícias da Madeira*, *Tribuna da Madeira* e *Jornal da Madeira*.

No DN, de 16 de janeiro de 1997, Luís Rocha ressalva a exposição alusiva às três décadas de atividade “ao longo das quais esta agremiação promoveu no Funchal importantes acontecimentos culturais (...) fértil em eventos bastante significativos” de que são exemplo o espetáculo do norte americano John Cage, da companhia de bailado de Merce Cunningham, no Teatro Municipal Baltazar Dias a peça de teatro “O Adorável Mentiroso”, no Teatro Eunice Muñoz e Jacinto Ramos, e a Assembleia Mundial dos Realizadores de Cinema (1983), no Cine Casino, sobre a qual o dirigente José Maria Silva teceu o seguinte comentário:

Alguna crítica do Continente (não da Madeira, que não compreendeu a importância da iniciativa) considerou-a como um acontecimento político-cultural mais importante da nossa História recente. Isto porque a nova regulamentação para os direitos de autor dos realizadores de cinema ficou exarada nas actas, o que é tão importante como a Carta de Atenas para os arquitectos (...) (Rocha, 1997, p. 19).

Ainda no mesmo artigo, José Silva dá conta da publicação, em primeira página no jornal “Le Monde”, de uma crítica a enaltecer a Assembleia Mundial dos Realizadores de Cinema: “Afirmaram que a história política do cinema tinha sido, de facto, escrita na Madeira durante esses cinco dias.”, pois aqui se definia uma regulamentação apropriada para com os direitos de autor:

Jack Lang, o então ministro francês da cultura, que esteve na Madeira, declarou que quinze dias depois, a nova regulamentação seria lei na França. Seis meses depois,

um congresso de sociedades de autores dedicou uma conferência ao assunto. Foi o reconhecimento dos direitos de autor para os realizadores (...) (Rocha, 1997, p. 19)

Lamentavelmente, esta atividade não se repetiu, pelo que, apesar do sucesso de ter trazido à ilha 150 realizadores de todo o mundo, dos quais se destacaram Costa Gravas, Georges Ivens e Manoel de Oliveira, o seu desfecho não se revelou muito produtivo: apesar da possibilidade de a Madeira servir de palco à re-estreia de cinco filmes franceses históricos entretanto recuperados, por falta de disponibilidade da sala de cinema (sobreposição de eventos no Teatro Municipal e pagamento exorbitante para outras salas particulares) os mesmos nunca chegaram a ser exibidos na Região.

Costa Gravas e Jack Lang perguntaram “como é que era possível que tal acontecesse numa terra civilizada, que não se disponibilizasse gratuitamente uma sala para um acontecimento dessa envergadura” (Rocha, 1997, p. 19).

Sobre o concerto de John Cage, o artigo reflete a pouca receptividade ao experimentalismo da “técnica dodecafónica” do norte-americano: “setenta por cento das pessoas não perceberam nada.” Recusando-se, inclusive, a aplaudir. “Os outros trinta por cento aplaudiram entusiasticamente” (Rocha, 1997, p. 19), entre os quais sobressaiu a figura de António Aragão.

Para 2007 estavam previstas várias conferências, desde a literatura, história, filosofia, etc, bem como a projeção de filmes, com agendamento quinzenal: “Havia sessões extra e vários estúdios a funcionar (Teatro, Casino, Cine Parque), além de periódicos, cursos de cinema” (Calisto, 2001, p. 22) . Trouxeram antestreias de filmes comerciais, de filmes vanguardistas e de realizadores em voga, bem como organizavam sessões infanto-juvenis quinzenalmente e o Festival de Outono em Lisboa.

Chegaram, inclusive, a realizar várias “retrospectivas piratas”, de que são exemplo a do Cinema Mudo Americano e a do Expressionismo Alemão.

Também foi realizada, nesta associação, uma pós graduação em bioética, um espetáculo de danças da Tailândia, e conferências designadas “Aula de Cultura”, “sobre a origem do Estado moderno, sobre arte moderna e outros temas”. (Rocha, 1997, p. 19).

Antes do Cine Forum, existia o Cine Clube, cujos “Horários das sessões incómodos e proibição de debates dificultavam a ação do clube” pelo que estava criada a abertura para uma nova agremiação: “O Cine Forum – historia José Maria da Silva – era uma organização europeia, criada em Itália por um padre jesuíta. O acento tónico da instituição

era o debate, nem sequer era o filme.” (Calisto, 2001, p. 22). Contudo, apesar de os sócios fundadores recearem que o debate fosse limitado/interdito por questões políticas, os estatutos foram aprovados pelo Secretariado Nacional da Informação. Na origem desta associação funchalense constam nomes como o de Rui Vieira, Klut de Andrade, Rebelo Quintal, Artur André, Padre Paquete de Oliveira e a Dra. Tula.

Na década de 70 a associação aventurou-se ainda no projeto “Casa da Cultura”, cujo objetivo era o de proporcionar concertos de música contemporânea, exposições de artes plásticas (“Círculo de Artes Plásticas”) e a criação de núcleos de estudos científicos.

Inicialmente, a subsistência do Cine Forum dependia “apenas” das receitas de bilheteira, quotas dos sócios e patrocínios, contudo, dadas as várias fases de declínio e instabilidade financeira interna, em 1979, foi celebrado um protocolo entre a associação e a Secretaria Regional da Educação, voltando-se o clube para atividades do domínio do cinema, teatro, música e bailado, através da atuação de coros, orquestras sinfónicas, realização de óperas, musicais, ballet, em que participaram convidados do Teatro Bolschoi de Moscovo, a Ópera de Pequim e Amália Rodrigues.

Sendo manifesta a incompatibilidade da ação associativa face ao domínio político regional, já a 30 de julho de 1989 é publicado no *Jornal da Madeira* um excerto das *Notas Históricas*, da Direção do Cine Forum: “a perseguição, tal como aos primeiros cristãos, foi fundamental para a mística criada ao redor do nome do Cine Forum, hoje uma instituição tão popular no Funchal como um clube de futebol ou um templo de peregrinação” (Rodrigues M. , 1989, p. 10)

A 23 de novembro de 2001, é reportada a composição dos Recursos Humanos desta associação, no semanário *Tribuna da Madeira* - 12 funcionários (menos 18 do que no início) – e que a “principal fonte de receita vem dos sorteios feitos no continente – já que o clube é um dos três grupos autorizados em Portugal para esse efeito” (Calisto, 2001, p. 23). Porém, a sua atividade só sobreviveu até 2003.

#### N) TEF - TEATRO EXPERIMENTAL DO FUNCHAL, ASSOCIAÇÃO CULTURAL.

Da necessidade de desenvolver o gosto e a arte dramática na Região Autónoma da Madeira, surgiu, em 1975, o Grupo Experimental de Teatro do Funchal, no âmbito dos

Serviços Culturais da Câmara Municipal do Funchal. Contudo, em 1984 o grupo constituiu-se como cooperativa e 22 anos depois como associação cultural TEF – Teatro Experimental do Funchal (2006).

Hoje conta com cerca de 130 espetáculos realizados e mais de 50 animações teatrais, assistidos por mais de 750.000 espetadores locais, nacionais e estrangeiros: “Os nossos espectadores constituem-se, em 75%, pela faixa etária que vai dos 2 aos 16 anos e os restantes de adultos”<sup>60</sup>

Para além dos espetáculos, o TEF, como é sobejamente conhecida a associação, ministra cursos de Formação de Artistas de Teatro, realiza oficinas de teatro para escolas, artistas e comunidade interessada e é presença assídua em eventos de solidariedade e sensibilização social.

Tal como acontece com a maioria das associações estudadas, esta coletividade garante a sua subsistência através de apoios concedidos pelo Governo Regional da RAM, e Secretarias que detiveram a pasta da Cultura (Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Secretaria Regional da Educação e Cultura), a Câmara Municipal do Funchal, e através da colaboração de várias entidades privadas.

Uma das mais-valias concedidas a esta associação, por intermédio do protocolo assinado com a Câmara do Funchal no ano de 2000, foi a cedência do Cine Teatro de Santo António, pelo que o TEF passou a ser a companhia residente desta sala, motivo que “proporcionou ao grupo a possibilidade de redimensionar o seu trabalho na senda da sua profissionalização plena”<sup>61</sup>. A sua atividade tem revelado uma dedicação especial aos mais jovens, por intermédio de encenações que mesclam o humor com a componente educacional – Serviço Educativo do TEF. “Há, excepcionalmente, mais vida quando se faz teatro... Experimente o teatro na Madeira, de todas as companhias, grupos, associações, colectividades e tendências.”<sup>62</sup>

Em 2005, com o apoio das Comemorações dos 500 anos da Cidade do Funchal, a associação reuniu a sua biblioteca temática: a Teatroteca Fernando Augusto. O seu nome advém do espólio que a compõe, uma vez que

(...) é constituída pela biblioteca pessoal do Dramaturgo Fernando Augusto, doada ao actor Elvío Camacho, com cerca de 1500 livros, bem como os livros de teatro adquiridos por este último e foi cedida por empréstimo ao TEF, através de protocolo,

<sup>60</sup> <http://www.tef.pt/TEF/Prologo.html>, acessido no dia 20 novembro de 2012.

<sup>61</sup> *Ibidem.*

<sup>62</sup> *Ibidem.*

perfazendo um total de 2500 volumes. Esta Teatroteca serve todos os leitores, artistas e grupos de teatro interessados na área do teatro(...).

Em 2007, esta associação cultural, com o apoio da Nestlé e da agência de publicidade e marketing DuplaDP, transformou o espaço de cafetaria do Cine Teatro de Santo António e converteu-o no “Café dos Artistas”, onde, em dias de espetáculos, são membros do próprio grupo a dinamizar aquele espaço. Para além de imagens do grupo, a ala que ladeia o espaço foi convertida numa galeria para exposições.

Já em 2013, a companhia coproduziu a peça Dramas & Papaias com o grupo de teatro “Quandoéquetecalas?!?”, “Uma boa história de comédia popular, que de uma forma bem humorada, brinca com todo o imaginário típico da nossa Ilha.”<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> *Diário de Notícias da Madeira*, secção “5 Sentidos”, de 14 de fevereiro de 2013. Disponível em <http://www.dnoticias.pt/actualidade/5-sentidos/370013-pot-pourri-a-madeirense-em-cena>, acedido no dia 30 junho 2013.

Nota: ao contrário dos artigos informativos, no *Diário de Notícias da Madeira*, acerca dos eventos que as associações promovem, pudemos constatar que este periódico discorre sobre o conteúdo das peças, num discurso apelativo ao leitor.

## 2. ANÁLISE DOS DADOS

Após o conhecimento prévio das associações culturais que constituem o *corpus* da análise, constatámos que duas delas, o *Ateneu Comercial do Funchal* e o *Cine Forum do Funchal*, já não se encontravam ativas, pelo que o contributo dos seus dirigentes não foi passível de ser recolhido, motivo que nos levou à não concretização das entrevistas. Apesar de ainda ativa, também não nos foi possível incluir o contributo do dirigente da associação *Porta 33 – Associação Quebra Costas*, uma vez que, após contato telefónico e solicitação por correio eletrónico, foi recusado o agendamento da entrevista.

No seguimento do exposto, foi-nos possível concretizar onze entrevistas, a dez dirigentes e a um ex-dirigente (por nomeação da atual dirigente), através dos quais reunimos a informação própria do funcionamento das associações culturais que perfilam o nosso quotidiano, na tentativa de caracterizar o associativismo cultural ativo, as suas reminiscências e a sua projeção no futuro. As entrevistas ocorreram em horário pós laboral, sem que o guião base se revelasse limitativo aos dirigentes mais entusiastas para a descrição da atividade associativa, pelo que esta abordagem de recolha de informação para a melhor compreensão do problema em estudo, se revelou deveras eficaz e aprazível, pois foi-nos possível obter o testemunho, em discurso direto, da devoção, orgulho e uma certa complacência face ao associativismo praticado na ilha, numa altura em que falseiam as expectativas financeiras.

No âmbito da primeira caracterização das associações culturais que compõem a nossa amostra, pudemos já constatar que, a par das atividades desta índole, surgem também as atividades lúdico-desportivas, no entanto, o motivo que levou estas associações a constituírem-se e as atividades por elas preconizadas, ultrapassam estas limitações. Foi por este motivo que quisemos estudar a multiplicidade de características inerentes a estas agremiações que distribuem a cultura, um pouco por todo o arquipélago da Madeira.

Foi nosso propósito, com o ponto anterior (“Apresentação das Associações”), contextualizar as associações entrevistadas, de modo a que se pudesse ter presente o tipo de associações inquiridas, para, posteriormente, efetuar uma análise dos dados obtidos por entrevista, não de forma individual, mas através da compilação dos segmentos de texto significativos e do estabelecimento de relações nodais. Optámos por não identificar a

referência aos entrevistados, conferindo-lhes um código aleatório, de D1 a D11 (D=Dirigente), como referente para cada um dos participantes no estudo.

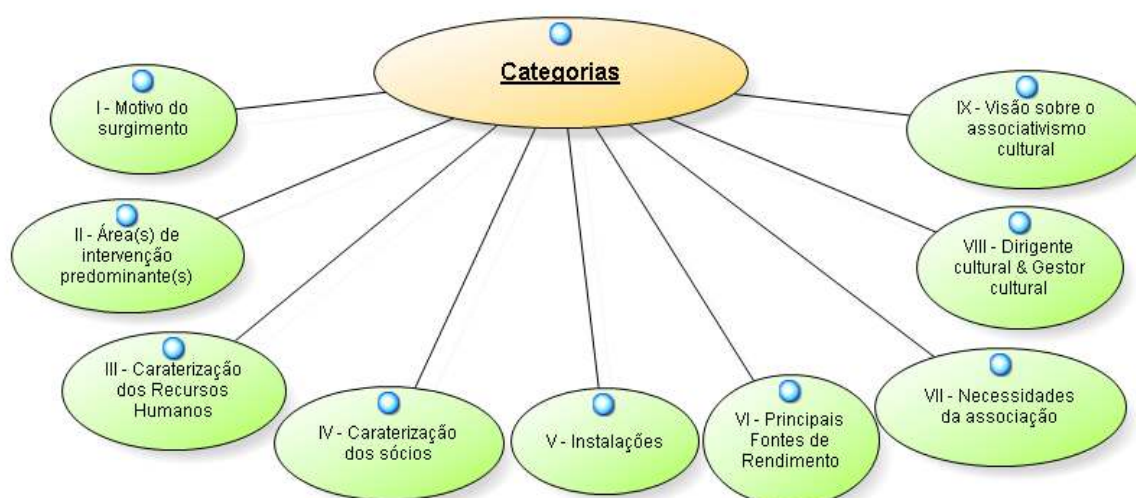
Para facilitar a compilação e exposição dos dados, socorremo-nos do programa de análise qualitativa *NVivo* (Versão 10), através do qual nos foi possível dar seguimento à codificação defendida por Bardin:

Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação (...) dos dados brutos do texto, transformação essa que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão (...) (Bardin, 1995, p. 108).

Na senda da metodologia deste autor e de Vala (1986), a partir da transcrição das entrevistas e da importação dos ficheiros no programa *NVivo*, demos início ao processo de categorização dos : “(...) elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação (...) e por reagrupamento (...)” (Bardin, 1995, p. 117) através do estabelecimento de um “(...) termo-chave que indica a significação central do conceito que se quer apreender (...)” (Vala, 1986, p. 111).

Para a construção de categorias adotámos um procedimento misto, em que combinámos um sistema de categorias fechado, estabelecido previamente de acordo com as questões colocadas e, posteriormente, integrámos subcategorias, num procedimento aberto, face ao enquadramento das respostas dos dirigentes.

Estabelecendo a correspondência das categorias (ou “nós”, segundo a terminologia do programa) às questões formuladas, obtivemos a seguinte distribuição:



**Ilustração 7 – Esquema das Categorias**

A categorização das questões através do programa *NVivo* permitiu-nos analisar e juntar as unidades de conteúdo de cada entrevistado, por intermédio da desconstrução do discurso, num conjunto de subcategorias<sup>64</sup> que correspondem à topicalização da variedade de respostas obtidas. Dentro de cada subcategoria, o programa permite a inclusão das várias unidades de conteúdo que se enquadram nas classificações atribuídas (segmentos de texto que caracterizam e desenvolvem a subcategoria a que cada resposta está adstrita).

A primeira categoria visa perceber o motivo que levou ao surgimento das associações, na tentativa de aferir se existem razões predominantes que justifiquem a contínua criação deste tipo de coletividades e se o motivo que as fez surgir persiste no domínio das suas atividades, já que, segundo o sociólogo parisiense Roger Sue “(...) as associações são praticamente os únicos agrupamentos públicos que conservam a confiança dos indivíduos. Nem as igrejas, nem os sindicatos, e menos ainda os partidos políticos, que compõem com as associações os principais corpos intermediários, partilham este privilégio” (Sue, 2004, p. 124).

2.1. Através da análise das respostas da Categoria I – Motivo do surgimento da associação, criámos as seguintes **subcategorias**:



Ilustração 8 – Categoria I: Motivo do surgimento

Com base na análise das unidades de conteúdo, o esquema traduz a variedade de motivos que levaram à fundação das associações culturais em estudo, sem que, contudo, algumas respostas se circunscrevam a uma subcategoria apenas (ocorrência de vários objetivos comuns à criação de uma associação). Apesar de sabermos que a afinidade dos sócios fundadores por uma determinada atividade é factor essencial para a criação e

<sup>64</sup> Vide Apêndice C – Esquema geral da codificação das entrevistas.

formalização de uma associação, o motivo primordial reflete um olhar voltado para a comunidade, em que se pretende, através da atividade da associação, colmatar as **necessidades da população local**, como se pode constatar no seguinte gráfico:

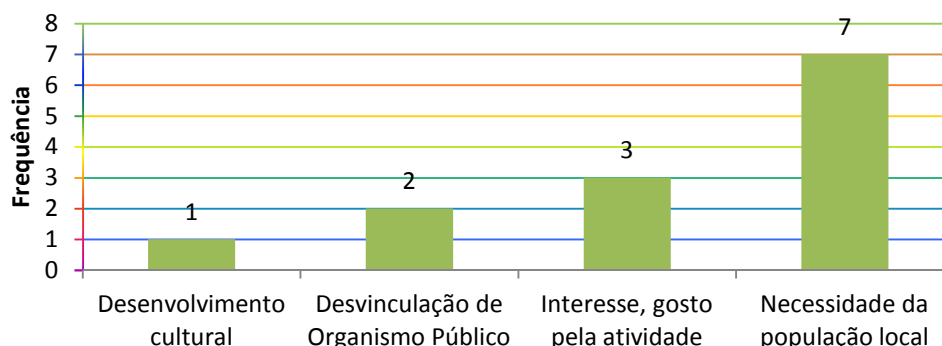


Ilustração 9 - Gráfico 5: Motivos (Frequência de respostas)

Tal atitude reveste-se no discurso dos dirigentes enquanto visão de uma melhoria da diversidade (ou introdução de atividade) cultural que os rodeava, na qualidade de interessados no próprio âmbito de atividade, mas, sobretudo, como garante da disponibilização de atividades que só existiam fora do conceito local: sobre a freguesia “(...) tinha muita coisa... na área cultural menos” (D4); “Quando ela [(associação)] iniciou a sua atividade foi para ajudar a organizar eventos culturais e desportivos na freguesia” (D5); “Devido às necessidades sentidas pela população do concelho”/“Nós trabalhamos para o concelho” (D9); “Criar uma associação para a população local, sem subsídios, sem apoios, só com a população local” (D10);

em cada sítio, cada zona, ter pequenas associações em que incentivassem as pessoas a fazerem de tudo: qualquer sócio quer fazer qualquer coisa e a associação apoia... em todas as áreas!/Era mais para despertar para as coisas que há; que as pessoas fossem avançando nessa área (D7).

Sobre o **desenvolvimento cultural**, o segmento que melhor retrata este objetivo de D2 é o de “intervir na consciência das pessoas e dizer que a tua cultura é tão importante quanto a dos outros”, contudo, apesar de ser um motivo, não é o único fundamento para a existência desta associação. O **interesse/gosto pela atividade** desenvolvida pela coletividade acaba por estar na origem e na construção dos alicerces basilares da associação de D2: “O problema da cultura e da identidade, da busca do conhecimento é comum em todo o lado, não era só deste pequeno grupinho que mudou mentalidades (...)”.

Através da combinação dos dados e entrevistas, foi-nos possível constatar que a maior parte das associações só formalizou a sua constituição após um período de atividade dos sócios fundadores. Apesar de não constar como resposta de todos os entrevistados, foi um facto que se fez notar, após a descrição das atividades já realizadas, já que para remontar ao motivo, os dirigentes faziam uma retrospectiva sobre o que teriam sido os primórdios da associação que integram: “Após o 25 de abril de 1974, as pessoas estavam muito ativas; havia muitas atividades: era o canto, a música, a dança, o teatro... e a juventude aderiu e houve jovens que se reuniram e decidiram fazer teatro!” (D11).

Não obstante o manifesto de todas as associações se sentirem impelidas para dinamizar a cultura regional madeirense e dos sócios fundadores revelarem interesse pela política missionária da agremiação, duas das associações, outrora subordinadas a organismos de governação pública, optaram pela **desvinculação dos organismos públicos** para concorrerem a outro tipo de programas, outras fontes de financiamento e dinamizarem atividades sem a demora inerente às autorizações prévias destes organismos: “a morosidade nas autorizações e cedência de meios para a concretização de atividades, levou à fundação da associação” (D1).

De uma forma geral, podemos afirmar que os motivos que levaram à criação das associações em análise mantiveram a sua essência, ainda que a atividade destas coletividades se projete noutros âmbitos de atuação, como manifestado no sector social.

2.2. No que concerne à Categoria II – Área(s) de intervenção predominante(s), construímos as seguintes subcategorias: Atividades Recreativas, Dança, Desporto, Música, Social, Teatro. Através do registo da frequência de ocorrências das respostas, elaborámos o gráfico seguinte, para ilustrar a sua distribuição:

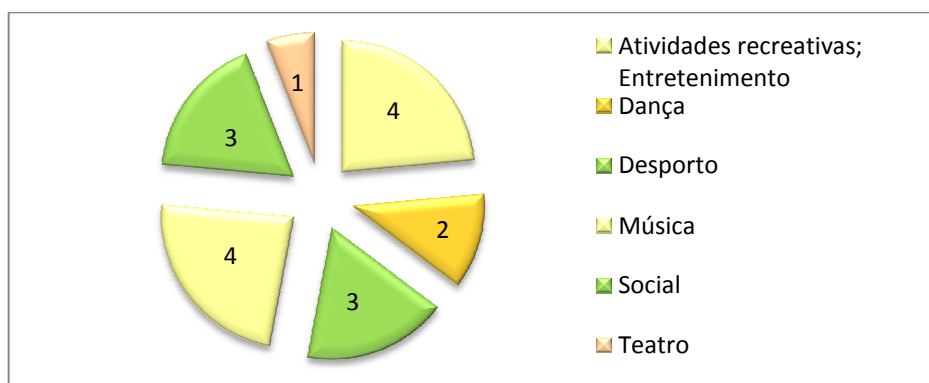


Ilustração 10 - Gráfico 6: Áreas de Intervenção (Amostra)

Podemos constatar uma equivalência entre o domínio da **música** e das **atividades recreativas**. Tal facto não espanta se refletirmos sobre as atuações que grande parte das associações culturais ligadas à música presta nos vários espaços públicos. Contudo, do domínio das atividades recreativas/entretenimento, surgem associações que visam a ocupação de tempos livres com atividades culturais, ou um despertar para a própria cultura, através da simbiose de atividades lúdicas e culturais:

(...) é uma associação local, praticamente de rua, onde as pessoas têm ali um início, pessoas que nunca tinham ido a certos sítios da Madeira, ido a um concerto ou estado num hotel... É uma espécie de ponto de partida, daí a dificuldade em caraterizar as atividades da nossa associação (D7).

No que concerne à subcategoria **Música**, as frequências de resposta devem-se ao facto de que, na amostra, estão incluídas associações cujas atividades englobam a música erudita (uma frequência) e outras a música tradicional (três participantes). Também no caso da subcategoria **Dança** encontrámos o registo específico do folclore e da dança de inclusão.

O **Desporto** também surgiu no topo das áreas de intervenção. Atendendo a que algumas associações são culturais e desportivas, denota-se esta sobreposição na atualidade: “Neste momento a associação está mais virada para o desporto, porque temos mais atividades desportivas do que atividades culturais.”(D9). Tal deve-se, em alguns casos, à diferença no acesso a fundos para o desporto em detrimento da cultura, tal como acontece com a vertente da subcategoria **Social**, que vem de encontro à proporção atribuída na categoria anterior, dado o interesse manifesto nas necessidades da população local:

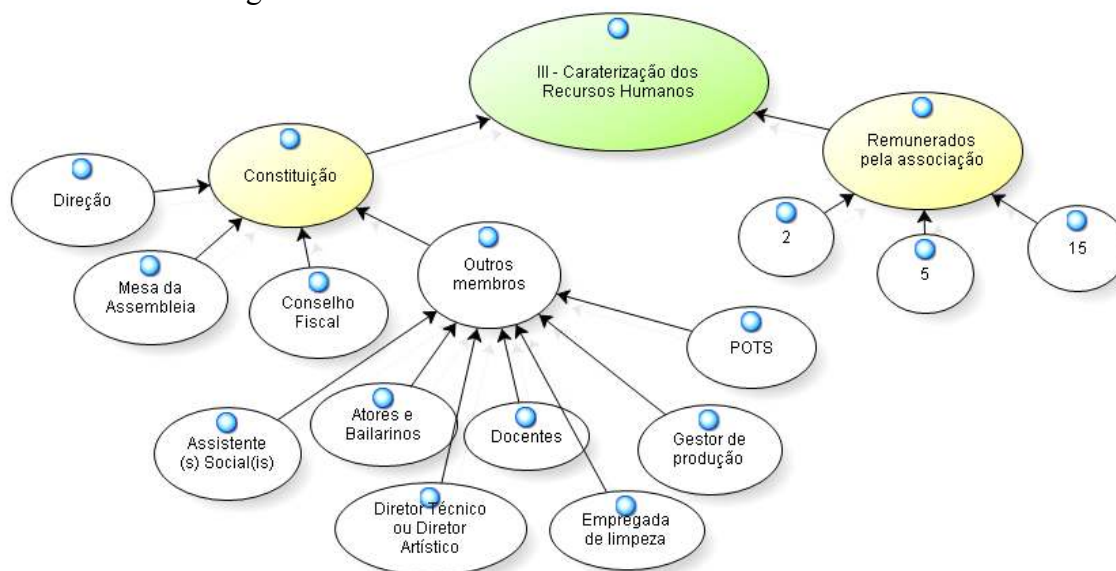
“Com o passar do tempo a associação hoje está mais virada para a vertente social, tendo em conta que esta associação é a única distribuidora de produtos alimentares para as famílias carenciadas./ (...) o nosso objetivo é alguns eventos e ter esta associação virada para a parte social” (D5).

Por último, surge a área do **Teatro**, com apenas um registo, no entanto, somos a salientar que algumas das associações inquiridas também chegaram a criar os seus próprios grupos de teatro. No entanto, para além de não caraterizarem a atividade predominante da associação, nenhuma, segundo o discurso dos dirigentes participantes, persistiu no tempo.

Com esta abordagem, pretendemos aferir sobre se a designação das associações, por si, refletia o domínio da sua intervenção. Não obstante o facto de algumas não implicarem qualquer sugestão, constatou-se que a maioria das associações culturais e

desportivas tendem a impulsionar mais a dinâmica desportiva, remetendo para segundo plano as atividades de âmbito cultural.

2.3. A III - Categoria visa reunir o núcleo de constituintes que compõem os recursos humanos das associações culturais em estudo. É composta por duas subcategorias, que se ramificam da seguinte forma:



**Ilustração 11 - Esquema categoria III e subcategorias**

Através da exportação da construção da categoria no programa *NVivo*, podemos obter um primeiro indício sobre a panóplia de constituintes que integram os recursos humanos das associações culturais: poderá não ser equitativa face ao número de membros remunerados para o exercício de funções nestas coletividades. Tal ocorre, sobretudo, porque os dirigentes (entre outras pessoas que trabalham nas associações) o fazem de forma voluntária. Na sua maioria, até consta, nos estatutos da associação, a proibição de retribuição financeira para o corpo dirigente. Há, contudo, apoios do Estado que se refletem na mobilidade de funcionários públicos, dirigentes, educadores, (...) que são destacados para exercerem funções nas associações, bem como na afetação de funcionários do Instituto de Emprego da Madeira, através dos Programas Ocupacionais para Desempregados (POD) ou Trabalhadores Subsidiados (POTS).

Em relação à composição dos órgãos diretivos: a Direção é composta por 5 membros (6 frequências) ou então por três membros (5 ocorrências). Já o Conselho Fiscal, bem como a Mesa da Assembleia são compostos, em todas as associações culturais, por três membros cada.

Na tentativa de identificar o sexo, idade e habilitações literárias, a resposta mais comum reflete uma uniformidade entre os sexos, dentro de uma faixa etária entre os 40-50, cuja escolaridade média se situa entre o secundário e o ensino superior.

Em relação à situação profissional destes constituintes, e tal como se pode constatar pelo carácter benemérito das suas atividades, apenas uma minoria não se encontra “empregado por conta de outrem”, verificando-se o predomínio da atividade voluntária, gratuita. Há, contudo, uma associação (apenas) que se distingue:

Não temos nenhum voluntário a trabalhar na associação. Quem trabalha, todo o mundo recebe e, neste momento, somos contra o voluntariado. Se calhar, vamos ter que passar por aí porque já não há subsídios, mas enquanto que houver subsídios, as pessoas têm que ser pagas. Não tem lógica nenhuma estar numa instituição sem pagar e noutras a receber, no mesmo concelho./Tem que ser igual para todos! (D9).

No total são quatro associações que remuneram trabalhadores - numa delas não foi possível apurar o número de elementos pagos. Os outros casos encontram-se representados em número no esquema.

Para além da associação que D9 dirige, duas das outras associações possuem prestadores de serviços (“recibos verdes”) e uma outra associação consegue manter, a expensas próprias, um empregado de limpeza. Desde os trabalhadores destacados/alocados às associações culturais, aos dirigentes e colaboradores aposentados ou desempregados, a realidade é que a ação das associações culturais reveste-se de muita força de vontade e criatividade dos seus dirigentes, que não são abonados para o efeito:

O associativismo cultural da Madeira só existe graças às pessoas que estão à frente das associações devido à boa vontade e à carolice dessas mesmas pessoas, portanto, quem está à frente das associações, desportivas e culturais não remuneradas na Região Autónoma da Madeira... são pessoas que têm amor à camisola e à sua terra (...) e que não querem deixar morrer as associações que apareceram nas suas freguesias e querem que elas continuem pelo tempo (...) (D6).

Na sequência do discurso de D6 e face a leitura feita acerca do reconhecimento da importância do dirigente associativo, notamos que:

O termo *carola*, profusamente utilizado no meio para descrever (...) *dirigente associativo voluntário benévolo*, não constituem mais do que marcadores sociais linguísticos destinados precisamente a efectuar essa valorização, quer seja pelo destaque da determinação que é necessária aos indivíduos que ousam desempenhar tal papel (...) quer pela distinção e celebração do carácter voluntário permanente da actividade do dirigente associativo (...) (Leitão, Ramos, & Silva, 2009, p. 100)

Na realidade, constatamos que os dirigentes acabam por exercer vários papéis que, a título voluntário, revelam algumas consequências pessoais, sobretudo porque a maior

parte dos inquiridos trabalha em localidades diferentes, sem prejuízo do dispêndio pessoal que, no final do dia, as decisões administrativas e gestão de atividades exigem.

É de salientar o pormenor da equidade dos géneros (feminino/masculino) dos membros que compõem os corpos diretivos, a contrastar com as associações constituídas antes de 1990.

2.4. Para além da estrutura interna das associações culturais, a sua caracterização depende também da outra metade que a constitui: os sócios. Foi por querermos traçar um perfil do “Sócio” que tentámos obter um quadro geral de características. Neste sentido, criámos a categoria IV – Sócios, onde recolhemos informações acerca das seguintes subcategorias:



Ilustração 12 - Esquema categoria IV e subcategorias

No geral, devemos salientar que a maior parte das associações culturais que integram o nosso estudo não possuem dados atualizados quanto aos seus sócios. As respostas a este segmento do guião da entrevista foram, em todos os casos, baseadas em estimativas do dirigente inquirido, sem qualquer suporte documental<sup>65</sup>. Contudo, se formos a atender à abertura das associações para os estudantes, locais, familiares de sócios, “ Isso acaba às vezes sendo desvirtuado, nos números e teorias, nos números e nas estatísticas” (D1); “Não é uma associação de porta fechada para os sócios e o Governo percebeu isso, quando declarou de interesse público” (D2). Pelo exposto, foi conclusão fácil perceber que o número de sócios, por si, não explica a atividade ou dinamismo destas coletividades.

No que se refere ao papel dos sócios, o Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República<sup>66</sup> determina que:

<sup>65</sup> Aquando da pergunta sobre a quantificação de sócios, fomos indagados sobre se deveriam ser incluídos os sócios falecidos e os não pagantes, porque havia apenas a referência ao número de sócios pelo registo da inscrição.

<sup>66</sup> Parecer n.º 611/2000 da PGR, de 11/01/2001, publicado no *Diário da República*, II Série, de 06/03/2001, p. 4221.

(...) nas associações são as pessoas dos associados que dão existência, organizam e disciplinam a vida e destino da corporação, dirigindo-a de dentro e tomando nas suas mãos, mediante alterações do pacto estatutário e de outras deliberações, a sorte do ente jurídico – ‘os associados não só põem de pé a organização corporacional, mas entram para ela, ficando a dirigi-la por si próprios ou através de órgãos por eles designados’

A escala do número de sócios, por estimativa dos dirigentes inquiridos, é a seguinte:

**Tabela 1 - Quantificação dos Sócios**

Número de Sócios	Frequência de Ocorrências	Participantes
Cerca de 20	2	D2, D3
33	1	D11
Entre 40-50	5	D4, D5, D6, D8, D10
Cerca de 100	1	D1
Cerca de 300	1	D7
Cerca de 700	1	D9

Note-se que, quer no caso de D7, quer no caso de D9, este número de sócios não corresponde aos sócios pagantes: “Sócios para mim são os que estão inscritos na associação. Existe dois tipos de sócios: os que pagam e os que não pagam! Os que não pagam são cerca de 700 e tal; os pagantes são cerca de 400... e já vão ser muitos!” (D9)

Há autores como Roger Sue e Pierre-Patrick Kaltenbach que consideram redutor a medição da importância do fenómeno associativo através do número de pessoas inscritas, até porque revemos a situação que Sue explora nas respostas dos dirigentes inquiridos: “Pode-se manifestar simpatia, interesse e apoio a toda uma espécie de associações sem aderir às mesmas com um cartão de inscrição. E não é raro ver “simpatizantes” serem mais activos numa associação do que os seus aderentes” (Sue, 2004, p. 124), sejam eles atores, pais, amigos,...

Do quadro de **faixas etárias** apurado, que variam entre menores de 18 anos e 69 anos, constatou-se que a idade predominante dos sócios se enquadra entre os 30 e os 39 anos (D1, D3, D5, D8, D10) e dos 40 aos 49 anos (D5, D6, D11), numa estrutura de sexo misto.

Outrora os estatutos defendiam atributos diferentes para os vários tipos de sócios, subdividindo-os em várias categorias. Hoje não acontece com tanta frequência.

Nesta subcategoria, as respostas incidiram sobre sete papéis, nomeadamente:

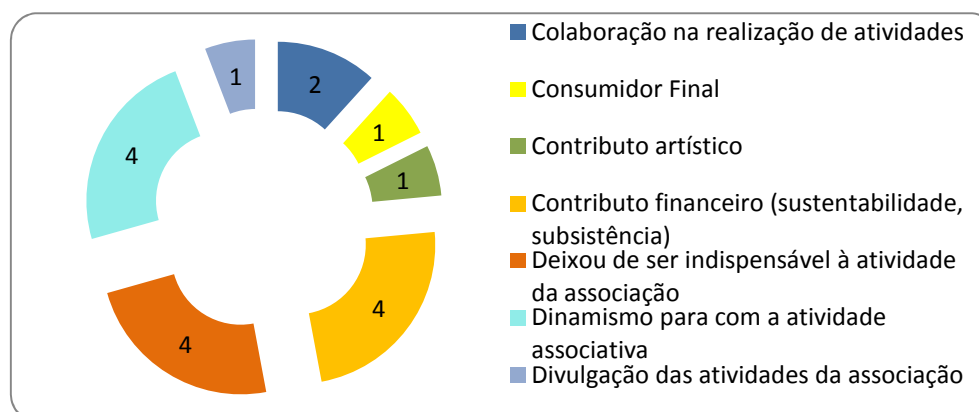


Ilustração 13 - Gráfico 7: Papel dos sócios

Tal como podemos averiguar, se, por um lado, quatro dirigentes consideram que o contributo dos sócios se reflete no *dinamismo da associação* a que pertencem - “São os sócios que fazem parte dos órgãos colegiais, são os sócios que são os atores, são técnicos, são tudo! Além das outras pessoas com quem trabalhamos!” (D11) - outros quatro dirigentes são da opinião que os sócios deixaram de ser *indispensáveis* ao funcionamento da sua coletividade - “O sócio deixou de ser o membro indispensável à subsistência e projeção da associação./A nossa projeção foi dada não em relação ao número de sócios! E o retorno em termos da população, pelo bem comum, em termos da defesa da tradição musical” (D2); “Como o intuito é a nível social, não estamos muito preocupados com o número de sócios; queremos é fazer o trabalho da associação, mas, se calhar, vamos começar a aderir a mais alguns sócios” (D5). Num caso mais extremo, o papel constatado, face à relevância dos sócios é “Quase nenhum! Quem trabalha são os elementos da Direção; é que decidem tudo e fazem tudo! Os sócios, marca-se reunião e eles nem aparecem! Ou seja, não querem saber...” (D9).

No geral, pudemos constatar que a importância dos sócios se espelha no seu *contributo financeiro*, ainda que por vezes o seja também pessoal, sem que isso signifique que exerçam influência sobre as orientações seguidas pela associação: “Os sócios, com as suas quotas, mantêm a associação” (D7);

“Não vale a pena ter 500 sócios se eles não pagam”. “Os sócios têm que contribuir financeiramente, mas eu não acho que seja o principal. Acho que os sócios têm que efetivamente acreditar no objeto da associação e têm que estar envolvidos nas atividades, para fazer com que esse objeto seja cumprido” (D1);

Já foram os sócios os responsáveis pela sobrevivência da associação./Há quatro, cinco anos

atrás, sem as injeções financeiras dos sócios, não teria sido possível sobreviver (D3).

Sobre esta necessidade financeira, comum aos vários tipos de associações culturais, considerámos também o argumento de Manuel Fernandes Spínola, Presidente da Banda Municipal de Machico:

“Quem tem medo de se associar? Isto faz-me lembrar a frase do Salazar: ‘Orgulhosamente sós’ (...). Estamos a perder dinheiro por não estarmos associados. As bandas estão numa situação tal que o dinheiro é fundamental para a sua continuidade.”, (Sardinha & Camacho, 2001, p. 160)

Roger Sue defende que hoje estamos perante uma identidade individual que já não é “(...) determinada por uma filiação (comunidade de pertença), nem por uma condição (classe social) e nem mesmo por uma situação (profissão). Ela participa da diversidade das experiências, situações e relações que os indivíduos constroem” (Sue, 2004, p. 87) sejam eles sócios, utentes ou apenas elementos participantes/consumidores das atividades culturais difundidas – o indivíduo plural.

No que diz respeito à *colaboração na realização de atividades*, verificamos que, apesar das necessidades financeiras de qualquer coletividade entrevistada, há associações que não cobram quotas, como D4, D5, D8 e D11, que sobrepõem a presença e participação dos sócios nos eventos que são realizados: “Já se envolveram mais do que agora, mas eu sei que, se for preciso, temos sempre uma meia dúzia de sócios que estão dispostos sempre a colaborar.” (D6);

(...)Se a gente vai exigir uma quota, as pessoas ficam assim... e eles contribuem quando a gente recebe/faz algum intercâmbio; eles estão prontos a trabalhar; uns ajudam com pão, outros ajudam com vinho (...) e também em convívios, toda a gente participa, de uma maneira talvez mais rentável do que se eles dessem uma quota anual (D8).

Refira-se que as associações culturais acima referidas são coletividades de menor dimensão e atividades mais nos domínios do recreativo e social do que propriamente cultural. É, no entanto, uma realidade cada vez mais comum, a de os sócios contribuírem com tempo e não com dinheiro, ou então, dada a diversidade de atividades, há uma associação cultural que aduz outra perspectiva para a sua atuação: D7 assume que o papel do sócio “É o papel de *consumidor final!* A associação é tipo a agência de viagens que organiza o passeio, tu pagas e tu vais”; ou seja, o corpo dirigente passa a construir atividades atrativas que vão ao encontro aos gostos do seu público-alvo, em iniciativas lúdico-culturais, cujo custo-benefício, para os associados, valide a sua quota anual.

Outra perspectiva, não de consumidores mas de colaboradores e concretizadores dos objetivos da entidade, é a do dirigente D11, cujo papel atribuído aos sócios equivale à sua própria atividade na associação cultural: “São atores!// É contribuir artisticamente, sem pagarem quaisquer quotas”.

Para além de outrora terem sido os alicerces para que a associação não esmorecesse por falta de financiamento, os sócios acabaram, na associação que D3 dirige, por assumir a função de *divulgar as atividades da associação*: “Papel dos sócios? A divulgação da associação na sociedade.”. Apesar de este papel não ter sido focado pela maioria dos dirigentes, podemos salientar que ele esteve inerente nas entrevistas, uma vez que grande parte dos sócios são os “consumidores” das atividades preconizadas pelas coletividades a que pertencem, bem como as sugerem a familiares, amigos, ou mesmo nas redes sociais (como pudemos constatar com os casos específicos das associações culturais de D1, D3 e D11).

No que se refere à participação dos sócios, quisemos verificar em que circunstâncias os dirigentes sentiam mais a sua colaboração: se em momentos mais burocráticos ou formais, ou se se revelava em momentos relacionados com ações da associação cultural.

Tabela 2 – Nível de participação dos sócios

	Em todas as atividades	Ativamente	Moderadamente	Pouco	Inexistente
<b>Na concretização dos eventos</b>	2	3	5	1	0
<b>Na preparação das atividades</b>	1	1	5	4	0
<b>Nas Assembleias</b>	1	0	7	3	0
<b>No pagamento das quotas</b>	0	2	3	2	4
<b>Outras situações destacadas: Divulgação</b>	0	0	1	0	0
<b>Outras situações destacadas: Voluntariado</b>	0	2	0	0	0

O quadro espelha a imagem que os dirigentes transmitiram nas entrelinhas das respostas a esta questão. Era frequente remontar-se às origens da associação como termo comparativo para a fraca participação dos sócios nos dias de hoje. Na realidade, a maior

concentração de respostas circunscreve-se à participação nas assembleias gerais, ainda que moderada e cada vez menor com o tempo: “Naturalmente que o movimento de adesão (...) não significa o mesmo que a participação na sua vida interior. Aliás, seria descabido esperar que não existisse um ‘desfasamento’ entre a *motivação de aderir* e a *motivação de participar*” (Carvalho A. M., 1997, p. 51). Na sequência de uma visão mais racional, Alcides Monteiro refere que a “acção colectiva e os processos de mobilização são (...) concebidos como espaços para a prossecução dos interesses individuais (...) e as organizações que daí resultam como estruturas mobilizadoras de interesses, recursos, oportunidades e estratégias” (Monteiro, 2004, p. 119).

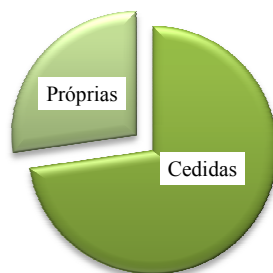
2.5. Feita a caracterização da “alma” por detrás de cada associação, nomeadamente a missão, a área de intervenção, o corpo dirigente e os sócios, também era nosso intuito identificar o tipo de infraestruturas que suportam a associação no seu dia-a-dia, no que diz respeito a espaços próprios ou cedidos, e que tipos de espaços são facultados aos seus sócios. Para tal, criámos a categoria V – Infraestruturas.

Neste sentido, pré-concebemos uma estrutura (grelha)<sup>67</sup> que diferencia a relação da associação com os espaços na subcategorias de *cedido* e *próprio*, através da menção a: sede, direcção, sala de reuniões, arquivo, sala de leitura, biblioteca, sala de conferências, estúdio, sala de espetáculos, pavilhão, salão de festas, bar, cinema e “outros”; infraestruturas que têm por base a nossa leitura dos estatutos e a descrição de atividades internas das associações culturais, desde o século XIX aos dias de hoje. Dada a importância cimeira junto da população das associações desportivas e até mesmo das sociais, logo elas revelaram outro poder económico que não subjazia às associações culturais, no entanto “(...) é a sede que materializa objectivamente a vontade dos seus membros, simultaneamente pessoal e colectiva, em se agremiarem em torno de objectivos comuns, numa *associação*” (Leitão, Ramos, & Silva, 2009, p. 111).

A disponibilidade de espaços pode ser constatada através do gráfico que abaixo ilustramos, relativamente à propriedade das instalações:

---

<sup>67</sup> Cf. Apêndice A – Guião da Entrevista.



**Ilustração 14 - Gráfico 8: Disponibilidade de espaços**

Apenas três associações culturais não têm espaço cedido por algum organismo público. Note-se, contudo, que o espaço de uma das associações é alugado, apesar de o pagamento da renda não estar a ser feito há algum tempo. Só duas associações culturais possuem, na realidade, um espaço mesmo seu (D9 E D10). As restantes 8 associações ocupam espaços das Câmaras Municipais, Casas do Povo, entidades subordinadas ao Governo Regional e escolas.

Na sua maioria, as associações possuem um espaço reservado à Direção, que é onde também se concentram os serviços administrativos (função geralmente desempenhada pelos próprios dirigentes) e uma sala polivalente. Consoante as áreas de atividade, a especificidade de espaços desdobra-se entre estúdio e salas de espetáculo fora da própria sede (Teatro Municipal Baltazar Dias, Cine Teatro de Santo António, Casa das Mudas, Ginásio de São Martinho, Salões paroquiais). No geral, as associações dispõem de espaços mais restritos, mais especializados, porque também os próprios sócios já não frequentam as associações como antigamente. Hoje, possuímos inúmeras infraestruturas que suplantaram a oferta das associações pelo que, gradualmente, lhes foi retirada alguma importância enquanto espaço de consumo cultural. As sedes acabam por assumir o papel de local de trabalho, de ensaio, de preparação, de edição. A cultura passou a ser “oferecida” fora de portas, não só para os associados, mas para toda uma comunidade interessada. Contudo, as que possuem espaços próprios para atuações performativas, continuam a receber os seus sócios, familiares e amigos nas suas instalações.

Não obstante o próprio desenvolvimento cultural da população madeirense e da dinâmica de vários espaços de livre acesso aos interessados na leitura, constatou-se, desde logo, uma alteração em relação à biblioteca: se outrora as associações culturais representavam o espaço onde os sócios podiam ter acesso aos periódicos e às mais diversas monografias, hoje verifica-se que a existência de bibliotecas nas associações culturais visa a concentração temática de bibliografia sobre a sua atividade predominante. São, pois, na

maioria dos casos, bibliotecas temáticas, cujas referências se reportam à própria área de intervenção, seja ela música, teatro ou até um arquivo onde são mantidas todas as publicações referentes à associação, que qualquer pessoa pode consultar.

Foi notório, contudo, o desânimo face às limitações físicas, condicionantes, por sua vez, da atividade pretendida pelo corpo dirigente para as suas associações culturais:

(...) o contexto de incerteza e de falta de perspectivas gerado pela ausência de estruturas de apoio (...) é muitas vezes fomentador, nos indivíduos, de sentimentos de impotência e desmotivação que podem ter como consequência o abandono do projecto associativo (Leitão, Ramos, & Silva, 2009, p. 111)

2.6. Para aferirmos a sustentabilidade das associações culturais, criámos a categoria VI – Fontes de Rendimento, em que questionámos os dirigentes sobre os principais meios de subsistência financeira da coletividade a que pertencem. Do quadro de hipóteses, foram registadas as seguintes respostas:

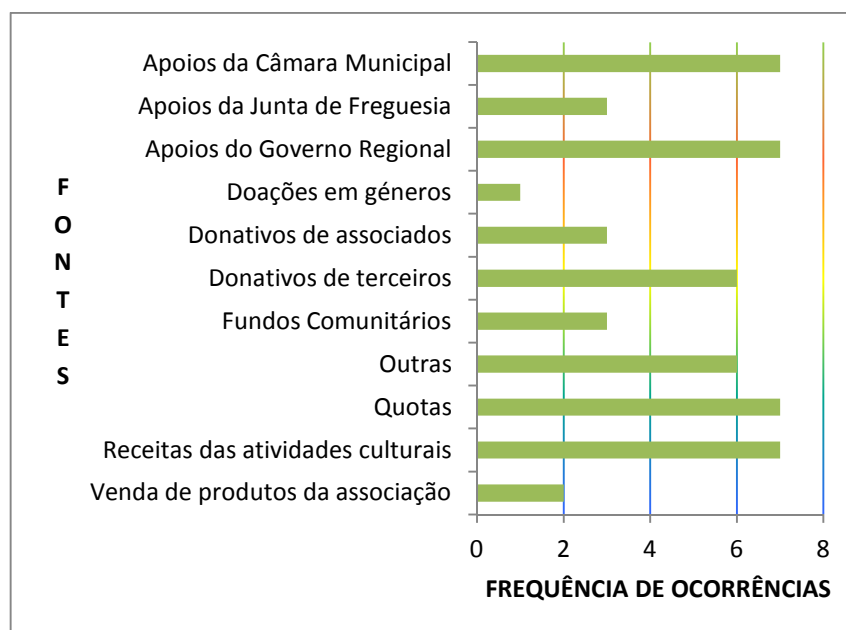


Ilustração 15 - Gráfico 9: Fontes de subsistência

Em termos comparativos, apurou-se que nenhuma das associações culturais em estudo depende de uma única fonte de financiamento, mesmo contabilizando as quatro associações que não praticam o sistema de pagamento de quotas. Reconheceu-se o predomínio dos apoios públicos (Câmaras Municipais e Secretarias do Governo Regional) a par das receitas das atividades culturais e quotas: “Há claros reflexos na disponibilidade

financeira de estas desenvolverem um trabalho melhor, embora não dependam apenas dos subsídios do Governo Regional, este representa uma grande fatia das receitas.” (Cardoso, Especial Subsídios, 2013, p. 7)

Apesar da manifesta necessidade subsidiária, a tendência neste apoio tem sido a de redução ou extinção: “Neste momento, a gente sobrevive, à custa de alguns concertos e da venda de CD’s, não temos apoios nenhuns.” (D4); “Neste momento é zero!” (D9). No caso das associações que exercem funções de cariz social ocorre, inclusivamente, a separação dos fundos obtidos: “tudo o que se gasta na animação, diz respeito a verbas cedidas pelo Governo na área da animação. Não se tira qualquer verba da associação dada para efeitos sociais para isso” (D5).

Ao longo dos anos, o matutino *Diário de Notícias* da Madeira tem apresentado artigos acerca da atribuição de subsídios, num balanço anual, que se baseia nos números divulgados pelo Jornal Oficial da RAM. Neste sentido, remontámos à edição de 2000 onde, em referência ao ano de 1999, se pode ler: “De todas as rubricas que registaram um maior volume de subsídios, a Cultura foi a que recebeu a fatia mais pequena” (Aguiar, 2000, p. 8), mais 7% do que em 1998. No entanto, este aumento cedo se desvirtuou em cortes sucessivos. Na edição deste mesmo periódico, de 2004, pudemos verificar que o declínio já era notório desde então: “Um dos domínios onde é visível a política de contenção do executivo madeirense é a Cultura. Os apoios para esta área estão praticamente ao mesmo nível há quatro anos” (Luís, 2004, p. 10)

Se atentarmos nos artigos *Especial Subsídios*, de 2012 e 2013 do *Diário de Notícias da Madeira* verificamos que os títulos denunciam o “Corte Geral” e que os “Privados Sofrem”: “Desde 2002, ano em que o DIÁRIO contabilizara 78,7 milhões de euros nos apoios concedidos pelo Governo Regional, que não se verificavam nas contas finais dos ‘Subsídios’ um valor tão baixo, quase 212,8 milhões de euros.” (Cardoso, Especial Subsídios, 2012), a que nem o sector do desporto tem resistido.

Face ao último apuramento realizado pelo jornal em referência, destaca-se o apoio a 66 entidades, em que “O ‘campeão’ dos apoios à Cultura continuou a ser, como tem sido norma nos últimos anos, a Orquestra Clássica da Madeira (...)” (Cardoso, Especial Subsídios, 2013, p. 7). Do balanço de todas as associações apoiadas, colocando em contraponto as de 1999 a 2012, verificámos a referência a todas as 14 associações que constituem a nossa amostra. No entanto, em 2012, constam apenas apoios a 5 das 14

associações estudadas, num decréscimo acentuado: Associação Quebra Costas – Porta 33, Associação Teatro Experimental do Funchal – Companhia de Teatro, ACRE – Associação Cultural e Recreativa do Estreito, Associação Amigos do Conservatório de Música da Madeira e Associação dos Amigos da Arte Inclusiva – Dançando com a Diferença.

Destaque-se também o papel dos donativos que, apesar dos benefícios fiscais inerentes, já representaram uma fonte de subsistência paralela, no entanto, dado o panorama económico português, a maioria das associações ainda não auferiu desta fonte de financiamento no presente ano económico (era muito frequente a referência ao “já recebemos!” ou “Já foi!”, “Já deram, agora...”, seguido de um olhar cabisbaixo, e sentimento de derrota que as palavras não registaram).

Das “Outras” fontes de financiamento, destacam-se os patrocínios, os empréstimos, e as receitas obtidas através da dinamização de aulas temáticas e formações (casos verificados em apenas três associações).

No geral, pela súpula dos discursos e emoções registadas, pudemos aferir que a maioria das associações culturais está a tentar subsistir com recurso às próprias atividades, geradoras de receita, dada a dificuldade na obtenção de apoios de forma atempada e suficiente à sua gestão.

2.7. No seguimento desta ideia, quisemos justificar os fundamentos que nos levaram a criar a categoria VII – Necessidades da Associação e as seguintes subcategorias:



Ilustração 16 - Esquema categoria VII e subcategorias

No que diz respeito à subcategoria **logística**, cinco dirigentes reportaram a necessidade de espaços convenientes e diferenciados para a prática das atividades que realizam, nomeadamente salas com acústica adequada e maior diversidade de salas de

espetáculos: “precisamos de melhores condições, para melhor servir o público” (D2); “(...) um espaço onde a acústica fosse melhor.”(D8); “Falta espaços: salas com 200/300 lugares (...) que não seja o Teatro, com valores mais acessíveis para estimular a produção de espetáculos” (D3); “A nível da logística, o problema prende-se ao Teatro Municipal, porque se fosse de outra maneira, haveria outras possibilidades” (D11).

O que nos falta no nosso concelho é um anfiteatro (...) para fazermos eventos, concertos, teatro. Não temos! (...) no nosso concelho... e na nossa sede! Queremos fazer alguma coisa aqui na nossa sede, mas não há dinheiro! Por isso, uma das coisas fundamentais, para a cultura, é um espaço onde se possa fazer algo; que as pessoas possam ver./ (...) Não tem um local digno de fazer alguma coisa; nada! Tem um salão paroquial, que devia ser a Casa da Cultura (D9).

Para além da necessidade de equipamentos culturais, e face ao que já foi exposto quanto às fontes de subsistência das associações culturais, verificou-se que quase todas as associações acusaram a **necessidade financeira** em primeira instância (10), à exceção de uma associação: “O que a gente quer, a gente consegue./Mais importante que o dinheiro... a gente precisa é de uma mudança de mentalidade dos sócios!” (D7). Também D1 afirmou que “Hoje faz muita diferença mas não é o principal.”

Na realidade, após a explicação do dirigente D7 percebemos que a subsidiopendência tem levado à preguiça de grande parte dos associados, quer na colaboração e dinâmica, quer na divulgação e “consumo” das próprias atividades, em que contam que “(...) o Governo dá, mas o Governo já não está a dar!” (D7).

Contudo, algumas das outras dez associações, na ótica de poderem oferecer um produto com um valor acessível aos madeirenses, reforçam a obrigatoriedade do recurso aos subsídios públicos: “Basicamente a nível económico; Mais apoios significa mais programas” (D6);

(...)[a associação] tem todos os meios humanos para poder resolver tudo: há pessoal com formação na área, profissionais habilitados a todos os níveis para serem atores, formadores, luminotécnicos, sonoplastas, sonógrafos, figurinistas, cenógrafos, aderecistas... os meios humanos existem, o que não existe é o meio financeiro (D11).

Outra das necessidades sentidas por duas associações (ainda que no decorrer da entrevista tenha sido manifesta por outros dirigentes, de uma forma mais superficial) prende-se com a disponibilidade de **Recursos Humanos**: em muitas associações culturais, o pessoal de apoio pertence ao Programa Ocupacional de Desempregados ou de Trabalhadores Subsidiados, do Instituto de Emprego da Madeira, pelo que a rotatividade

destes funcionários é um fato, uma vez que a duração destes programas não excede um ano e não são passíveis de serem renovados, daí a resposta de D6: “Ter alguém fixo, porque temos que recorrer sempre aos *POTs*”. A necessidade de D3 vai ao encontro à especialização dos recursos: “Alguém apto para candidaturas a programas, ou prestar apoio legal”. Este mesmo dirigente foi o único a apontar esta mesma necessidade ao nível da **formação**: “Formação para a candidatura a programas, ou apoio legal” (D3).

Quando questionados sobre que **Outras** situações de alguma forma condicionavam a atividade da associação cultural, seis dirigentes responderam:

- 1 - Ser mais valorizado internamente: as pessoas conhecem[-nos] muito mais (...) fora da Madeira do que na Madeira, mas aí eu estou apontando o dedo para a gente também, porque internacionalizar o grupo acabou sendo uma necessidade para a gente ter dinheiro (...) (D1).
- 2 - “Consciência cultura. Falta o reconhecimento da atividade” (D3)
- 3 - “(...) falta de concertos” (D4);
- 4 - “Mudança de mentalidade dos sócios” (D7);
- 5 - “O que eu gostava, e qualquer uma associação gostava, era mais elementos, pessoas, mesmo pessoas de idade, que entrassem mais nestas coisas” (D8);
- 6 - “ (...) [a associação] apesar do reconhecimento público, quer é ter trabalho”.

Em súpula, estes dirigentes acusam a falta de valorização cultural do empenho das suas associações, bem como a falta de eventos, que, por si, condicionam a ação das coletividades que dirigem.

2.8. Face às respostas e argumento obtidos, inscrevemos, na categoria VIII - Papel do dirigente cultural equivalente a gestor cultural, as subcategorias “**Concorda**”, “**Discorda**” e “**Outra situação**” e obtivemos a seguinte frequência de respostas:

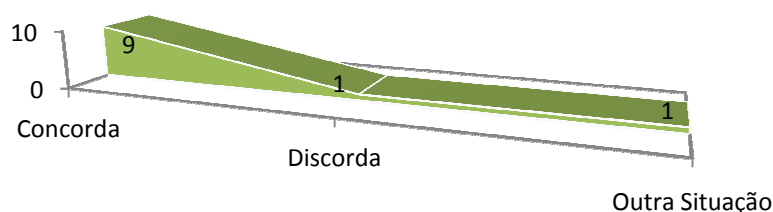


Ilustração 17 - Gráfico 10: Dirigente no papel de gestor cultural

Da totalidade dos dirigentes inquiridos, nove dirigentes **concordam** que, na posição que ocupam, assumem o papel de gestor cultural na coletividade a que pertencem. Sabendo que

o papel do Estado é o de “Apoiar, libertar e incentivar a criação artística, nas suas mais diversas áreas, tendo em conta que o Estado não é um produtor de cultura”<sup>68</sup>, verifica-se a assimilação do dirigente das associações culturais, mais do que um produtor de cultura, à de um gestor cultural. A espontaneidade foi recorrente em algumas respostas afirmativas, das quais transcrevemos: “Nós fazemos gestão cultural! (D6); “Aqui nesta associação, que tem muitas vertentes, é!” (D7); “O dirigente gere pessoas e tem que ter essa responsabilidade! (D8); “Gere tudo! Recursos humanos, financeiros e materiais. É tudo!” (D9).

Outros dirigentes reportaram-se ao seu caso, num contraponto subentendido face a sua opinião generalista em relação às restantes associações:

Eu não vejo de outra forma. Se dirige uma associação cultural tem que ser um gestor cultural. Nem sei se alguém consegue ver de outra forma!/ (...) o que você nunca pode perder aqui é que você não pode ser mais gestor do que dirigente. É onde está a diferença! O dinheiro não pode sobrepor os objetivos da associação, senão eu fazia uma empresa e não uma associação (D1).

Sim, deveria! No meu caso é, uma vez que estou responsável por todas as fases de organização dos concertos, desde a programação até à execução; passa tudo por mim. Neste sentido, (...) a programação é a título de gestão cultural, ou a que se oferece (D3).

Se fizer um bom trabalho, é/É preciso muita insistência para se conseguir os apoios que se quer e tem que ter ideias, senão a associação fica um bocado sem ideias, sem futuro. Com a agressividade que há e com a falta de dinheiro que há, tem que ser muito imaginativo, tem que ser muito criativo para se fazer alguns eventos (...) (D7).

As associações, à exceção das de empregadores ou patronais, podem “praticar atos de comércio, ainda que com o objetivo de obter um ganho, que lhe permita, por exemplo, adquirir meios financeiros para a prossecução do seu fim de benemerência” (Alves, 2008, p. 59), desde que pertinentes aos fins para que se constituíram – ex. venda de livros na sede, dinheiro de bilheteira derivado de espetáculos realizados pela associação. Neste sentido, não é permitido às associações a distribuição de lucros e atos de esbanjamento patrimonial, mas o reinvestimento dos lucros na sua atividade (formação, aquisição de materiais, pagamento de salas, custos com publicações, etc.) juntamente com a responsabilidade de gestão de dinheiro público:

(...) são poucos os dirigentes que tiveram a mentalidade de serem gestores, mas isso é muito complicado! Se eu colocasse (...) um dos nossos produtos, ao preço normal, eu não tinha público./ (...) estruturas do próprio Governo cobram 50% do que eu cobro já! E depois tem outras associações altamente subsidiadas que cobram outro valor. / Conseguem sobreviver os que acharem outras formas para sair dessa, por que

<sup>68</sup> <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/primeiro-ministro/secretario-de-estado-da-cultura/sobre-o-secretario-de-estado-da-cultura.aspx> acedido no dia 20 de fevereiro de 2013.

todo o mecanismo está armado dessa forma. Sempre funcionou assim: se eu sou altamente subsidiado, posso cobrar um preço mais barato (...) D1.

Neste sentido, muitos dirigentes referiram a necessidade de serem “criativos”, como reflexo da dinâmica necessária à obtenção de meios que lhes permitam subsistir e gerar produtos para os seus sócios, simpatizantes e comunidade em geral. O dirigente cultural tem à sua mercê o “acionamento” não só dos recursos materiais e humanos, mas também a própria negociação intrínseca no espaço e tempo da cultura local, ao socorrer-se de equipamentos culturais disponíveis a várias as entidades<sup>69</sup>. Mais do que o “patrão”, os dirigentes culturais inquiridos refletiram uma postura de intervenção dinâmica na negociação, projeção e implementação de programas imprescindíveis à atividade da coletividade que lideram:

A Gestão Cultural é determinada pelos diferentes territórios em que a ação cultural se leva à prática: um equipamento cultural, um departamento de cultura de um município, uma associação, uma fundação, uma cidade, um território nas suas múltiplas escalas. Tem de estar disponível para escutar e interagir com a diversidade e a evolução dos fenómenos sociais, sejam eles de natureza estritamente cultural, de natureza económica, política, sociológica ou outra (Portugal & Marques, 2007, p. 9).

Já o contributo de D4 é o de uma posição mais neutra, (Outra situação) mas também de projeção:

Sim e não... porque eu conheço pessoas que são dirigentes associativos, que não promovem espetáculos, não promovem, nem estão á frente. Nem sequer ligam... Apesar de ultimamente se reparar que as coisas já se equilibraram mais as coisas...

De acordo com Rui Nunes, os princípios orientadores que devem pautar a gestão do dirigente cultural prendem-se com a *ambição*, no sentido evolutivo da sua dinâmica e transversalidade não só na cultura, mas também nos meios sociais e económicos; a *excelência*; a *mudança*; o *partenariado* entre agentes culturais, económicos, sociais, educativos e políticos; a *inclusão*, *proximidade* e *gestão eficiente*, com o intuito de promover uma “intervenção integrada e transversal onde as ofertas culturais enraizadas – museus, teatros, bibliotecas – sejam articuladas com outros tipos de manifestação artística e mesmo com atividades lúdicas que promovam horizontalmente diversos fenómenos culturais” (Nunes, 2012, p. 13), de forma a assegurarem, não só o consumo dos produtos da associação, mas a conversão da própria associação numa parte de quem usufrui da sua

---

<sup>69</sup> Cf. Apêndice D - Breve caracterização dos equipamentos culturais da RAM.

existência (clientes, utentes, beneficiários, doadores, financiadores, membros e associados – *stakeholders*).

No entanto, sob o prisma do dirigente D10, esse papel não se verificava (**Discorda**) uma vez que:

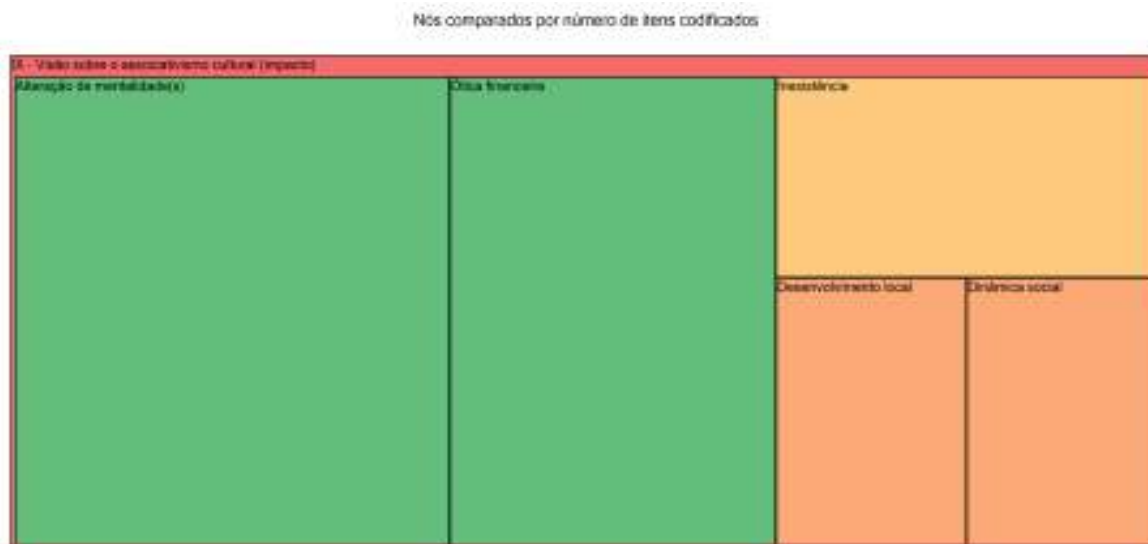
Ninguém tomava uma decisão sozinho, nem o presidente nem ninguém (...). Acho que essa associação (antes) nunca teve presidente, teve um coletivo de pessoas, e a gente tomava a decisão que se ia fazer aquilo. Quando era para assinar, assinava o presidente, porque era preciso, mas era tudo num coletivo que a gente fazia.

Não obstante o facto de a decisão ser tomada por um coletivo nesta associação cultural, não quisemos conduzir a resposta, pois, na primeira parte da entrevista, foi-nos possível perceber o papel de gestor cultural que o dirigente em causa exercia, no que se refere à gestão e angariação de fundos próprios, uma vez que a sua política financeira era: “sem subsídios, sem apoios, só com a população local. Isso era o objetivo!” (D10).

A senda dos dirigentes é, pois, a de gerir fundos, assegurar o cumprimento dos estatutos, estabelecer compromissos entre o âmbito da associação e o papel de cada sócio na concretização de atividades, satisfazer as necessidades do seu mercado e das pessoas que nele participam (comunidade associativa ou geral), procurar novas oportunidades (análise SWOT), prever estratégias eficientes face à dinâmica de atividades já existentes (cinco forças de Porter) e perceber qual a sua relação para com o “mercado cultural” em que está inserido, ao nível da sua participação e reflexo do seu crescimento (Matriz BCG). A emergência do liberalismo, a proliferação e sofisticação das opções, conduziram ao crescimento da diversidade de oferta, pelo que a satisfação das exigências do público reflete o princípio da livre escolha: “a arte moderna é aberta, requer a intervenção manipuladora do utente, a eliminação da distância entre a obra e o espetador” (Sousa, 1994, p. 175).

2.9. Na nossa última abordagem aos dirigentes das associações culturais da amostra reunida, optámos por uma questão que de todas se revelou ser a mais aberta e divergente. Era nosso objetivo perceber, da parte de pessoas que já praticam o associativismo cultural há vários anos (décadas inclusive), se era possível traçar um percurso do associativismo cultural madeirense, quer no que respeita à sua influência no passado, quer no que se refere à sua projeção no futuro. Nesta categoria, designada IX - Visão sobre o associativismo cultural, dada a amplitude de respostas (alguns dirigentes

proporcionaram várias concepções), aglomeramo-las em várias subcategorias cuja preponderância se apresenta no mapa de árvore<sup>70</sup> da categoria em questão:



**Ilustração 18 - Mapa de árvore: categoria IX e subcategorias**

Tendo sido uma questão mais eclética, foram raros os dirigentes que traçaram a sua visão sobre o associativismo cultural na Madeira, abrangendo o pretérito, o presente e o futuro, conquanto as unidades de conteúdo que melhor ilustram esta situação se inscrevam na subcategoria **A questão das mentalidades**. Registámos, por um lado, no tocante à associação cultural que D2 dirige, uma nova sensibilidade cultural e abertura a novas práticas e dinâmicas culturais:

Numa perspetiva, sempre a 30 anos, verificou-se a aceitação do património que a cultura erudita não abarcava./ (...) há mudanças do nível de mentalidade, de aceitação; há 30 anos, ouvíamos apupos... as pessoas interessadas ficavam lá atrás. Não era no Casino (!) eram espaços públicos/ (...) as associações do séc. XX e XXI são associações que têm um espaço de administração que não precisam de ser tão grandes para receber as pessoas, permanecer e conviver ali (D2).

Esta alteração positiva, na mentalidade das pessoas, também foi salientada pelo dirigente D1 “No começo eram poucas pessoas, mas depois foram aumentando./ O público formou-se junto com a associação” mas também por D8:

(...) quando eu comecei a fazer a pesquisa destas coisas (eu e outros elementos do grupo) a gente notava na cara das pessoas, que elas sentiam-se à vontade e contavam aquilo com entusiasmo; iam às festas da Ponta Delgada a pé, iam para o outro lado... Deram letras e músicas... / Acho que isto foi um passo importante e futuramente

<sup>70</sup> O mapa foi exportado do programa *NVivo*, em que *Nós* estão para “subcategorias” e *itens codificados* para “fontes de referência”. O tamanho de cada caixa representa quantos dos itens de escopo selecionados são codificados pelo item de exibição.

continuará a ser importante.../Há um registo destas coisas; as pessoas lembraram-se dos tempos passados e faziam questão de a gente ouvir (D8).

Por outro lado, existem associações culturais que ainda aguardam por essa mudança na população local: (...) as pessoas estão muito interessadas pela vertente tradicional... e falta-nos ainda uma base sólida, interessada em música erudita que não seja puro elitismo./ (...) O público continua a ser maioritariamente estrangeiro” (D3); “Já vivo o associativismo desde os anos 70 e não tem nada a ver uma coisa com a outra... O associativismo tem de ser repensado, porque cada vez mais as pessoas estão a ficar individualistas<sup>71</sup>” (D11).

Esta última descrição reflete, para D11 e também para D6, a alteração da mentalidade dos próprios dirigentes e sócios das associações culturais, que, têm preterido o ideal colectivo em prol de interesses tendenciosos e mais individualistas:

As pessoas, hoje em dia, olham mais a participar nas coisas na vertente de ter uma retribuição monetária ou, se não for monetária, terem algum benefício (...). / Está-se a perder o verdadeiro sentido do associativismo, que era se associar, como ser humano, como pessoa, como eu dar o meu contributo, a senhora dar o seu, outro dar o dele e, deste contributo, nós todos conseguirmos levar uma causa para a frente (D6).

A este propósito, anotamos também o referido por D7: “Há *tipo quase* empresas produtoras de cultura que não têm nada a ver com associativismo. Pode ter o nome, para algumas isenções, mas não é mais que uma empresa de eventos, que o objetivo é ganhar dinheiro; não é associativismo...”.

Salientamos ainda que, do cômputo de registos inscritos na subcategoria “Alteração de Mentalidades”, este facto é abordado, pelos dirigentes, em relação à comunidade em geral, aos sócios, mas também face às pessoas que desenvolvem a ação das próprias associações culturais (outros dirigentes).

Do panorama geral descrito, verificou-se, por um lado, a abertura do público/comunidade madeirense às atividades culturais propaladas pelas associações e, no reverso desta imagem, a descrença face à sobreposição de interesses financeiros que envolvem quem participa na gestão e desenvolvimento destas coletividades:

(...) as condições de hoje já são diferentes: a procura, as necessidades e as propostas, a diversidade cada vez maior; as associações vão reduzindo o número de sócios, porque os interesses são cada vez maiores” (D2).

Esta situação poderá dever-se ao que Roger Sue designa como “adesão distanciada”:

---

<sup>71</sup> No sentido em que cada pessoa quer desenvolver o seu próprio projeto e não projetos em comum.

(...) está-se mais próximo de um investimento de tipo profissional fundado na acção e na competência, às quais se deve acrescentar a partilha dos mesmos valores democráticos, do que naquele da afiliação (Sue, 2004, p. 132)

Esta mudança de mentalidades leva a uma nova faceta do associativismo cultural, em que se assiste à atualização dos paradigmas das associações culturais, para coletividades fornecedoras de escolhas culturais.

Ainda nesta subcategoria, e em antítese, o dirigente D4 apontou uma característica geral dos madeirenses: “(...) não são por norma associativistas; nunca foram! Não são.../A Madeira, neste sentido, pouco evoluiu (...)”. Já o dirigente D5 considera que o associativismo: “O madeirense sempre gostou de estar entre pessoas, de festas, de animação. É um avale cultural. É importante até para a malta jovem, porque a parte cultural é importantíssima para os jovens, terem ocupação com coisas que não sejam destrutivas para a vida deles (...)” (D5).

Há, contudo, ainda outra visão acerca da esperança média de vida das associações culturais:

Cada vez mais nascem associações de tudo e de nada (...) [com ] uma duração menor de vida. / Nascem com uma grande força de vontade (...) mas dá trabalho. Se não houver uma convicção interior e uma definição do tal projeto, as coisas não duram muito tempo. / Todos os projetos que ainda estão vivos nasceram nos anos 80 (D2).

Sobre a vertente **social**: “É duvidoso que categorias tão gerais como a saúde, (...) a cultura ou o desporto deixem quaisquer actividades sociais fora do âmbito das associações” (Sue, 2004, p. 138). Neste sentido, alguns dirigentes, como D5, D6, D8 e D9, transmitiram a ideia de que o futuro das associações culturais dependerá da inclusão da componente social no exercício das suas atividades: “O futuro das associações acho que passa pela vertente social; creio que as associações vão estar mais voltadas para o social. A parte cultural será entregue aos municípios e ao Governo e as associações terem um papel mais social” (D5). Não dando lugar à exclusão da componente cultural, a associação que D8 dirige visa ampliar a sua área de intervenção, numa mescla que junta o recreativo e o social: “para esta gente nova não se cansarem só destas coisas mais antigas; pôr outras coisas que eles se possam sentir atraídos, dentro da própria associação, para também fazermos mais alguma coisa” (D8). Uma necessidade sentida por D9, no entanto, condicionada por falta de meios financeiros:

As associações existem num determinado núcleo, de uma população. E as associações, tirando as Casas do Povo e as Juntas de Freguesia, sentem, sabem quais são as necessidades da população. Nós, se existimos, uma associação existe nalgum

sítio, nalgum núcleo, é para ajudar a população (...) mas neste momento as coisas estão paradas (D9).

Por outro lado, a visão do dirigente D1 permitiu outra abordagem: “Eu acho que há associativismo cultural na Madeira, muito, mas acho que ele está muito enredado com a política partidária, por um lado, e com as estruturas governamentais por outro”. Esta afirmação vem no seguimento da dependência, quer financeira, quer de infraestruturas, que são continuamente solicitadas às entidades públicas (subcategoria inerente à **sustentabilidade das associações**):

(...) nunca senti nenhuma pressão no sentido: você tem que fazer isto porque eu te dou isto; nunca senti. Mas acho que às vezes as coisas podiam ser mais livres; as pessoas podiam tentar achar outros caminhos e, no que diz respeito à cultura, em Portugal, de forma em geral, a cultura foi construída no pós 25 de abril de uma forma em que as pessoas dependessem dos apoios estatais./ Mesmo os agentes culturais, ou gestores culturais ou dirigentes associativos não pensaram no próximo passo: de uma forma geral, ‘como posso eu fazer para ser autossustentável?’(...) muito provavelmente esses subsídios vão acabar e a coisa vai ter que funcionar de outra forma (D1).

A visão deste dirigente passa pelo fim de uma era de dependência de fundos públicos para um trabalho em prol da autossustentabilidade das associações culturais, de gestão cultural, em que é fundamental a inclusão destas coletividades no mercado: “(...) a gestão das associações deve passar pela autossuficiência financeira (...) ser eficientes nas suas estratégias de marketing, de comunicação e de tudo o mais porque elas vão concorrer num mercado aberto” (D1).

Na perspetiva de vários dirigentes das associações culturais em amostra, os apoios subsidiários são inevitáveis para a sobrevivência das suas agremiações:

Há atividades culturais aqui que são de perfil original (...). Não temos hipótese de subsistir nesta ilha sem apoios, porque não temos um mercado, mas por outro lado, não se pode negar que é preciso ter essas atividades também, portanto só a questão da política cultural e atribuição de apoios permitirão a sobrevivência da associação. Não podemos perder uma vertente inteira da atividade cultural... (D3).

(...) noutro tempo eu dizia que se nos dessem 10% do que dão ao desporto era muito bom! Neste momento eu penso que já não chega!

(...) o futuro das associações não é risonho... Infelizmente, acho que não é... como não é nas nossas profissões! O parente pobre infelizmente é a cultura, é sempre esse que eles vão cortar... sempre foi e sempre será (D4)<sup>72</sup>.

<sup>72</sup> Uma posição comum a vários autores que abordam o movimento associativo, tal como se pode ver no Prefácio de Leitão, Ramos, & Silva (2009): “Numa sociedade onde persistem assimetrias económicas e

As associações vão ter futuro enquanto tiverem apoio. Quando deixarem de ter apoio, as associações deixam de funcionar. /A conjuntura atual está mais difícil mas continuamos a ter apoio, continua a haver apoio (...). Estamos a voltar ao que devia ser uma associação que é com pouco fazer muito (D5).

Nos tempos que estamos e no tempo que se aproxima, uma associação para se manter, e, no meu caso, que não pertencemos a nenhuma Secretaria, tem que ter força de vontade de continuar, porque no fundo, vimos isto nascer e as Casas do Povo, se não for numa altura é noutra, que sempre têm um apoio da Secretaria. Agora, as associações têm que ter um apoio, principalmente de Juntas de Freguesia e da Câmara, porque, se for só pelos próprios meios, não é fácil (D8).

As associações, como tudo, será autossustentada quando o público e as pessoas que aderirem a esses projetos, também saibam o valor desse trabalho. Eu posso fazer sem apoio subsidiário o meu espetáculo, desde que o público perceba que um bilhete de €10 não é caro. O problema está aí! A questão do associativismo, a nível do empresariado e do mecenato nesta Ilha... está tudo tão *destrambelhado* que será uma utopia estar a dizer coisas bonitas... neste momento, a questão é caótica. Neste momento é possível investir para que as pessoas possam evoluir; há que descobrir o quê – mas tudo o que se faz é fruto da boa vontade. / (...) é nestes moldes que o associativismo pode funcionar: no encontro de ideias, do querer construir as coisas sem pensar que vai ter apoios de um lado e de outro, saber usar os meios que dispõem, das possibilidades e daqueles com quem podemos dialogar para nos ajudar, pois de outra maneira não vai funcionar (...) As pessoas podem ajudar em vários aspetos numa associação: cedência ou empréstimo de materiais ou espaços físicos, disponibilizar obras a fim de que as pessoas possam usufruir; pagamento de despesas correntes com a associação e dividida entre os seus membros... são exemplos que poderão funcionar o associativismo, mas as pessoas já não têm paciência (D11).

Na senda da importância dos apoios financeiros públicos, dois dirigentes, por sua vez, aquando indagados sobre a sua visão no respeitante ao associativismo cultural, rapidamente levantaram a ideia da **inexistência** de associativismo: “Não há associativismo cultural na Madeira, zero, muito pobre. Não há apoio! (D9)”;

Não há associativismo cultural: (...) o associativismo desportivo foi criado no dinheiro! (...), logo, não existe!/Enquanto houve dinheiro, as pessoas foram dando dinheiro e foram calando certa gente; agora como não há dinheiro, não há nada, não há associativismo (D10).

Num semblante revoltado (e agitado, até) estes dois dirigentes expressaram as maiores condicionantes das suas coletividades, não só devido à falta de apoios, mas também pela sua má distribuição.

Não podemos deixar de referir que as associações culturais, enquanto agentes de produção e promoção cultural, fazem parte do designado “Terceiro Sector”, introduzido

---

sociais que se refletem nas relações de trabalho e na qualidade de vida dos cidadãos (...) a cultura, o recreio e o desporto acabam por ficar na segunda linha das preocupações dos governantes e dos próprios indivíduos”.

por J. Delors e J. Gaudin em 1979. Este sector torna-se distinto por englobar um conjunto de instituições diversificadas entre si, cuja atividade de produção e distribuição de bens e prestação de serviços se distanciam dos dois agentes económicos predominantes: do Estado (poderes públicos) e do Mercado (empresas privadas com fins lucrativos). Assim, para além do sector público e do sector privado, “O Terceiro Sector integra aquelas organizações que, não sendo Estado, produzem bens e serviços de interesse geral e que, sendo privadas, não têm como objetivo principal a apropriação individual do lucro.” (Sílvia Ferreira, in IV Congresso Português de Sociologia)<sup>73</sup>.

Para além da caracterização do terceiro sector, as associações surgem ainda articuladas com o sector não lucrativo; sector sem fins lucrativos; economia social; economia solidária; organizações não-governamentais; organizações da sociedade civil – proliferação de termos que, no seu conjunto, são absorvidos pela designação do terceiro sector - “As organizações do terceiro sector são as incubadoras de novas ideias (...) ajudam a preservar as tradições e abrem portas a novas experiências intelectuais.” (Andrade & Franco, 2007, p. 12), e fornecem o tempo e espaço onde muitos aprendem o significado de participação democrática, o sentido de companheirismo e o sentimento de coesão social.

No entanto, o facto de as associações culturais não possuírem fins lucrativos não significa que elas próprias não possam gerar lucro. A diferença reside em que o lucro é reinvestido nas atividades de serviço à comunidade, consoante os propósitos de cada associação. Desta forma, não só conseguem rentabilizar os seus produtos, como lutar pela sua autossustentabilidade. “It’s not that these institutions are “non profit”, that is, that they are not businesses”; todavia, o produto de uma instituição sem fins lucrativos pode, muitas vezes, não ser visível; traduz-se no homem mudado, de necessidades satisfeitas ou desperto a novos paradigmas: “a changed human life altogether”; “the non-profit organization exists to bring about a change in individuals and in society. (Drucker P. , 1990, p. 19).

Apesar de se enquadrar num sector próprio, o terceiro sector mantém relações de interdependência com os outros dois, atendendo a que a média das receitas anuais do sector terciário ronda os 40% do PIB nacional. A reciprocidade ocorre na própria justificação do 3º sector: este último só existe porque o Estado ou o Mercado não conseguem responder a todas as necessidades sociais.

---

<sup>73</sup> <http://www.3sector.net/index/terceirosector> acessido no dia 11 de Dezembro de 2011.

A cultura não se resume a uma ocupação pública geradora de despesas suplementares; ela tem também um papel preponderante na economia privada, onde dispõe de um forte potencial de crescimento, portador de elementos de criatividade, de inovação e de produção benéficos para as economias regionais e locais (Associação de Promoção e Desenvolvimento de Barroso, 1999, p. 27).

Nesta ótica, o sector cultural reflete a sua importância na capacidade de gerar empregos, na viabilidade de localizar novos investimentos (locais, nacionais ou estrangeiros), influencia a renovação de zonas desfavorecidas e promove um papel positivo na promoção da integração sociocultural (coesão social), prometendo auxiliar o desenvolvimento sustentável das cidades modernas, enquanto factor dinamizador da mudança.

As associações culturais, embora sejam consideradas “sem fins lucrativos”, à semelhança das empresas, possuem uma missão, resultados, estratégias e inovação.

A ausência de planeamento estratégico formal, regular e sistemático levou ao incremento da importância da gestão como ferramenta para a otimização de recursos e garante financeiro a médio e longo prazo (já que a tendência é a planificação por atividade). Torna-se, pois, necessário implementar “mecanismos de auscultação e feedback eficazes, que aproximem as organizações dos seus clientes diretos e das comunidades que pretendem beneficiar” (Lisboa, 2004, p. 690).

Um dos problemas com que estas entidades se deparam advém da constante necessidade de atrair voluntários, formá-los e gerir o seu desempenho, a troco de uma gratificação que não vai além da satisfação pessoal. O grande retorno que o voluntário obtém é o de sentir-se socialmente válido.

O voluntário é, segundo a Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, o “indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora”, que por sua vez deve ser de interesse público.

Ora, nos dias em que vivemos, em que o exercício polivalente de funções e papéis cada vez mais se desdobra e multiplica no escasso tempo disponível pós laboral, confrontamo-nos, pois, com uma crise não de vontade, mas de falta de tempo para conseguir manter as associações a subsistir com as atividades dos voluntários. Junte-se a esta limitação, o défice de participação, não só do público mais jovem, como da própria população pertencente à comunidade, ainda que se pressuponha que “A participação nas

organizações sem fins lucrativos permite que os indivíduos se sintam socialmente válidos.” (Lisboa, 2004, p. 680)

Estes motivos vêm ainda fragilizar mais o poder económico das associações já de si débil, uma vez que as associações dependem maioritariamente de apoios financeiros estatuais; as quotas nem sempre são pagas pelos sócios e os donativos tendem a refletir-se na concessão de espaços ou materiais (quando muito).

Urge, pois, que se crie o elo entre as atividades culturais e o desenvolvimento económico regional e local, através da realização e valorização de projetos de cooperação inter-regional no vetor cultural: “Uma cultura regional específica (...)pode provocar o desenvolvimento económico (criação de empresas e postos de trabalho), valorizar o património cultural, promover a identidade territorial e construir a Europa dos cidadãos” (Associação de Promoção e Desenvolvimento de Barroso, 1999, p. 29).

Para contrariar o pessimismo dos teóricos que discutem a crise do associativismo, no sítio do *Público*, no dia 22 de Janeiro de 2012, num artigo intitulado *Em 2012, vamos conhecer o vizinho, cuidar da horta e integrar uma associação*<sup>74</sup> pode ler-se:

O presidente da Cáritas Diocesana do Porto, Barros Marques, acredita que estes comportamentos fomentarão "um estilo de vida mais comunitário e menos individualista: "E regressarão as grandes tertúlias e o associativismo, como espaços de debate, de troca de impressões, de esclarecimento, nos quais as pessoas sintam que estão a remar juntas.

Numa situação de alteração de mentalidades, de recuperação da dependência socioeconómica estatal, a tradição alia-se à modernidade, facilitando as iniciativas individuais e coletivas, pelo que se contribui para o reconhecimento da imagem cultural da população e do seu território. Neste sentido, as associações culturais revelam-se coletividades capazes de gerar ativos consideráveis e de mobilizar amplos recursos humanos, na sua maioria voluntários.

Hoje, verificamos que, para a prática de uma política cultural ativa e integradora, são necessários mecanismos de parcerias sociais, partenariado entre atores, agentes, Estado e comunidades locais; participação e cooperação entre agências públicas, associações públicas e privadas, empregadores, sindicatos, o sector voluntário e comunitário, para a

---

<sup>74</sup> <http://www.publico.pt/Sociedade/em-2012-vamos-conhecer-o-vizinho-cuidar-da-horta-e-integrar-uma-associacao-1530217> acedido no dia 22 de Janeiro de 2012.

promoção de projetos locais e de desenvolvimento cultural: “(...) conceitos como “partenariado” e “rede” constituem a linguagem de novas formas de solidariedade num contexto de acção-à-distância” (Rodrigues & Stoer, 1996, p. 21), através do qual a cultura tem que ser vista como instrumento de desenvolvimento, por intermédio de alianças com outros sectores, para deixar de ser o “parente pobre” face à diminuição de apoios governamentais.

Apesar de a solução, em Portugal, ter resultado “[d]a mistura de “novas” e “velhas” formas de solidariedade” (Rodrigues & Stoer, 1996, p. 22), as associações culturais com maior dinamismo na sociedade têm vindo a descobrir medidas sustentáveis de desenvolvimento cultural local, através da abertura a mais públicos e da prossecução de objetivos que lhe permitam alcançar a sua autossustentabilidade – “os anos 1990 estavam para a democratização da cultura assim como os anos 2000 estão para a sustentabilidade” (Faria, 2010, p. 1)

São números e estratégias possíveis, que assentam na capacidade criativa e persistente dos gestores/dirigentes culturais, na fluidez e valência das suas artes, para garantir a sobrevivência de organismos que outrora correram o risco de ser “subsidiodependentes”, sem, todavia, confundirem a criação e projeção com o fabrico inculcado pelas indústrias culturais de Theodor Adorno e Max Horkheimer (arte como objeto de mercado; atividade em prol da oferta e procura do mercado; espetador como consumidor, sujeito passivo na escolha), já que as associações, enquanto agentes culturais, são os atores responsáveis por um conjunto de competências próprias que colocam ao serviço da sua comunidade, independentes da administração central e de outros poderes públicos.

Uma das estratégias já adotadas na Região visa a integração da dimensão cultural nas estratégias de desenvolvimento turístico: “a herança cultural de uma região contribui não só para o desenvolvimento de uma identidade local ou regional, mas também atrai os turistas” (Associação de Promoção e Desenvolvimento de Barroso, 1999, p. 128), o que representa uma possibilidade na criação de emprego e difusão da cultura local: “A instituição sem fins lucrativos não se limita a prestar um serviço: quer que o utente final não seja consumidor, mas participante ativo, alguém que *faça* algo” (Drucker P. F., 1993, p. 65). Como já constatámos com alguns testemunhos dos dirigentes associativos, a sobrevivência das associações culturais tem resultado da “carolice”, da criatividade dos

seus dirigentes, mas também de um novo grupo de coletivos que, mesmo não sendo sócios, se integram na agremiação, colmatando algumas ausências e algumas necessidades, ainda que em géneros e não em recursos financeiros.

Cabe ao dirigente/gestor cultural, descobrir as oportunidades que resultam da fraqueza dos mercados (análise SWOT<sup>75</sup>), já que é apanágio das associações culturais a satisfação de necessidades que nem o Estado, nem o mercado conseguem colmatar.

---

<sup>75</sup> *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats.*

# **CONCLUSÃO**

O associativismo nasceu na Revolução Industrial e, em Portugal, alcançou o seu apogeu com o 25 de abril de 1974, com a democratização cultural. Como consequência, tornou-se notório o alargamento e formação de públicos, bem como a participação ativa nos destinos cívicos e culturais das comunidades, numa equidade natural envolta na construção voluntária de bases como a igualdade e liberdade. Verificou-se, cumulativamente, o pluralismo da expressão intelectual e artística e a abertura dos espaços e instrumentos culturais à atividade das coletividades, sob a forma de apoio.

Hoje, apesar de acusarem maior declínio, as associações culturais mais relevantes são fruto dos jovens que nasceram desta dinâmica, motivados pela busca de soluções para lacunas que lhes eram próximas (ainda que tenham adequado alguns dos objetos das associações culturais, na senda da satisfação de necessidades dos sócios).

Após a incursão pelas coletividades que estiveram na origem do associativismo cultural na Região Autónoma da Madeira, consultados todos os estatutos disponíveis no Arquivo Regional da Madeira e outros facultados pelos dirigentes associativos, para caracterizar o associativismo cultural do séc. XIX e XX, realizadas todas as entrevistas possíveis e os seus dados tratados e após todas as leituras, o presente estudo não apresenta conclusões definitivas, mas um primeiro passo para a descoberta do mundo associativo cultural regional. Esta temática continua a merecer mais estudos aprofundados, pelo que a nossa investigação se revela um ponto de partida para um estudo mais pormenorizado, desta dinâmica que tantos benefícios tem trazido, não só à população local, como também à população que visita a Ilha.

Iniciámos o estudo com a procura de esclarecimentos sobre o associativismo, quanto à sua definição, contexto legislativo, particularidades que distanciam estas coletividades das outras existentes no mesmo Terceiro Sector. Após o enquadramento teórico necessário, e já com uma visão mais consciente dos códigos normativos próprios das associações culturais, tentámos apurar o universo associativo cultural regional.

A dificuldade em caracterizar o associativismo cultural foi logo sentida quando confrontados com a ausência de dados atualizados, na deslocação a vários organismos públicos para aceder a documentação vária, sem sucesso, pelo que o ponto de partida da investigação deixou de ser a obtenção de contatos das associações, para a obtenção de uma listagem com a designação de todas as associações culturais constituídas na Região Autónoma da Madeira. Foi, sem dúvida, uma das componentes mais morosas e até

confusa, devido à confluência de várias fontes e designações aproximadas para uma mesma associação, no entanto, com o recurso às ferramentas próprias do *Excel*, foi-nos possível elaborar a tabela que apresentámos em apêndice, com a totalidade de associações de que tomámos conhecimento pelas mais diversas fontes, bem como a sua categorização face à tipologia da sua intervenção (social, cultural, desportiva, religiosa, entre outras).

Elaborado o universo possível destas agremiações, apraz-nos saber que cerca de 16% da totalidade de associações apuradas, são culturais (ou desenvolvem atividades culturais) e que outras tantas têm surgido já nos últimos dois anos, ultrapassando, deste modo, as 217 associações culturais registadas. Também a própria destriça entre as associações ditas culturais, revelou-se um processo difícil, dada a fragmentação associativa, uma vez que grande parte se autointitula como cultural, desportiva, recreativa. Na realidade, as associações culturais acabam por se revelar mais ecléticas ao abarcar todos estes domínios, aos quais algumas acresceram a componente social, enquanto outras se desvincularam das atividades culturais e se concentraram no desporto e atividades recreativas. Tais opções decorrem da viabilidade e sustentabilidade que as atividades organizadas possam proporcionar, dados os cortes nos apoios financeiros a que a cultura, ano após ano, tem estado sujeita.

Neste núcleo de associações culturais, encontrámos o registo de bandas filarmónicas, grupos corais, grupos folclóricos, grupos musicais, grupos etnográficos, trupes, Casas do Povo, centros culturais, museus, associações de teatro, dança, literatura, artes plásticas, património, moda, de representatividade e até associações designadas *Sociedades*. Na sua maioria, associações que produzem ou organizam espetáculos ao vivo (atuações), ensinam a prática de instrumentos, grupos vocais, bem como associações cuja missão é a da preservação e divulgação do património imaterial madeirense. Não sendo possível estudá-las a todas, optámos por criar um sistema de exclusão fundamentado no agrupamento de características próprias (grupos corais, bandas, grupos folclóricos, entre outros) para chegarmos a uma amostra de associações culturais cujo domínio fosse mais amplo. Optou-se pelo critério da “utilidade pública” para restringir o corpo de análise às 14 associações apuradas, ainda que apenas doze tenham feito parte da análise de dados, dada a impossibilidade de realização da entrevista aos seus dirigentes, que a recusaram, ou simplesmente porque a associação já se extinguiu. Numa ótica de pirâmide invertida, começámos com todo o universo associativo, apurámos quais as associações culturais,

classificámo-las quanto à sua área de intervenção e excluímos associações como as acima referidas. Neste estágio, contabilizámos 49 associações culturais, pelo que, não sendo viável a execução da entrevista a todos os dirigentes, apurámos quais das associações culturais possuem o estatuto de “utilidade pública” e aí atingimos o vértice da nossa pirâmide, com uma amostra que reuniu as várias vertentes da cultura e várias especificidades das associações culturais e desportivas, tal como era nossa pretensão desde o início.

Através das entrevistas, do contato com os dirigentes e posterior análise das suas respostas, foi-nos possível estabelecer relações, perceber os modos de funcionamento e constrangimentos que afetam as associações. Da remota importância das bibliotecas, dos jogos lúdicos e recreativos, da consulta de periódicos, da instrução cultural, as associações em amostra revelaram-se produtoras de cultura, não só para os sócios, como também para a comunidade em geral.

A contrastar com o ligeiro aumento de associações registadas em 2012, está, no entanto, o decréscimo apontado pelos dirigentes quanto ao número de sócios (ainda que pagantes), sendo notória a ausência de um registo ou controlo atualizado quer do número de sócios, quer do número de atividades realizadas. Por um lado, os dirigentes passaram a imagem de uma ação interventiva face às necessidades imediatas dos seus sócios ou participantes, sem atender à preocupação de manter uma base de dados. Existem, por outro lado, várias associações culturais cujos dirigentes arquivam todas as informações veiculadas pelos periódicos locais, pelo que, através da consulta destes artigos, existe a possibilidade de decifrar os números destas associações, ainda que de forma parcial.

Em relação aos aspetos que caracterizam a componente humana das associações culturais, verificámos que a idade média dos sócios se enquadra na faixa etária dos 30 aos 50 anos, não se tendo constatado a predominância de um género específico (nem mesmo nas associações culturais e desportivas). Esta situação refletiu-se também no que diz respeito aos órgãos dirigentes, circunscrevendo-se as idades ao intervalo apurado para os sócios, cuja frequência de resposta mais comum, sobre o sexo predominante, foi: “misto”.

É de salientar o facto de se ter observado um acréscimo no grau de habilitações dos dirigentes (licenciatura) e dos sócios (12º ano), que reflete o grau de desenvolvimento e acessibilidade ao ensino na Madeira.

No que concerne à dinâmica de atividades realizadas pelas associações culturais entrevistadas, verificou-se o caráter pontual dos projetos concretizados, relacionados, maioritariamente, com festas temáticas (Natal, Reis, Vindimas,...)

Foi a confluência de vários instrumentos (monografias, entrevistas, conversas informais, webgrafia) que nos permitiu traçar, se bem que de forma mais abrangente, o percurso associativo das agremiações culturais na Madeira, desde as bandas, às tertúlias, passando pelas Casas do Povo e FNAT, até chegar às coletividades que constituíram a nossa amostra - as associações culturais de reconhecida utilidade pública - para aferirmos quanto ao mecanismo que envolve o seu funcionamento: desde a sua missão, aos recursos humanos, aos sócios, às instalações, às formas de subsistência, à gestão cultural, entre outras abordagens.

Constatámos que o motivo que leva ao surgimento das associações culturais da Madeira deriva, sobretudo, da mescla de vontades e interesse dos fundadores, bem como da sua aptidão na área de intervenção e crença na viabilidade do projeto cultural a desenvolver.

Sobre as associações culturais e desportivas, pudemos aferir que a sua designação procedeu de objetivos mais abrangentes, para que a atividade da coletividade não fosse limitada (concurso a contratos-programa ou outros apoios subsidiários), ao restringir-se à área do desporto. Na realidade, algumas destas associações contribuíram com atividades marcantes para o panorama cultural madeirense, mas, perante a falta de verbas no sector cultural, acabam por concretizar atividades para as quais são subsidiadas (desporto).

De forma genérica, pudemos observar que os sócios deixaram de olhar a coletividade com a mesma entrega de outrora, em grande parte devido à modernização da sociedade, e a todas as benesses advindas do progresso e da industrialização, que trouxeram consigo fenómenos como os da urbanização, consumismo, racionalização, diferenciação, burocratização, crescente divisão social do trabalho e aumento do individualismo, processos relacionados com a própria constituição do Estado, que não têm vindo a fortalecer os laços sociais:

Na opinião dos autores, o que existe, aquilo a que se assiste, é a uma crise da própria sociedade, que se reflecte no associativismo (e não, apenas, a uma crise específica do MAP). As dificuldades de recrutamento surgem associadas, fundamentalmente, a três questões principais:

- a) Aos valores reinantes na sociedade (individualismo crescente, rendição ao consumismo, etc.)
- b) Elevado nível de exigência (a vários níveis)

c) Alterações ao nível das relações de trabalho<sup>76</sup>

Numa sociedade de consumo imediato, as associações hoje para persistirem necessitam de uma base sólida, de dirigentes gestores, caso contrário sucumbem ao imediatismo:

a par da indisponibilidade dos dirigentes associativos (...), a falta de visibilidade e reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas associações recreativas, culturais e desportivas, como a falta de apoio direto do Estado (...) estão entre as principais preocupações no que concerne ao fenómeno associativo (Leitão, Ramos, & Silva, 2009, p. 90).

As associações levaram anos a conquistar o seu espaço e o seu público, situação que hoje não se revela viável.

Mark Warren apontou os efeitos positivos do associativismo, visíveis a três níveis:

1) Nível individual: aumento da informação, das competências simbólicas, do sentido crítico, da tolerância social e política, do sentimento de participação e das virtudes cívicas em geral;

2) Nível da esfera pública: representação de interesses de grupos específicos, contribuição para a comunicação pública e para a deliberação política;

3) Nível institucional: representação de interesses, identidades e orientações normativas, suporte de ações coletivas de protesto e resistência, funções de coordenação e regulação, papel subsidiário na implementação de políticas públicas (Warren, 2004, p. 88).

Apesar da finalidade inicial que deu origem à criação das associações culturais, verifica-se que esta é ajustada mediante a procura do público geral - os objetivos não são de tão longo prazo, nem tão fechados aos sócios, com vista à cativação de novos participantes. No entanto, conquanto a circulação de informação, conhecimento, dinheiro, bens de consumo, pessoas e imagens se tenha intensificado, as associações veem diluídas as procuras e apostas no seu sector, pelo que a sua atividade tem vindo a esmorecer, a par do recuo da despesa da administração central e conseqüente falta de apoios estatais. Outro dos fatores que não abona a favor da situação das associações culturais é a forte dependência de voluntários, dada a falta de liquidez para o pagamento de funcionários próprios da instituição:

---

<sup>76</sup> [http://www.rcpedicoes.com/ver\\_Manual-do-Dirigente-Associativo.htm](http://www.rcpedicoes.com/ver_Manual-do-Dirigente-Associativo.htm), acedido no dia 20 de julho de 2013.

Quelques-unes gèrent des équipements en relation très étroite avec les collectivités publiques et en s'appuyant sur des professionnels salariés, d'autres combinent un recours à l'emploi salarié et une participation active de bénévoles, d'autres, enfin sont de petites associations de membres qui ne s'appuient que sur du travail bénévole (Tchernonog)<sup>77</sup>

Na realidade, apenas em três associações culturais, da amostra de onze entrevistadas, se manifestou a possibilidade de retribuir financeiramente um trabalhador, contudo, segundo nos foi informado pelos dirigentes, à exceção de uma associação, tal disponibilidade deve-se à existência de contratos-programa e apoios governamentais.

Autores como Roger Sue conseguem ver as potencialidades do que são as ameaças reportadas por alguns dirigentes, nomeadamente no que diz respeito à Internet:

A Internet como rede é a metáfora tecnológica desta procura e desta transformação da ligação social em “associação” (...). Logo uma socialização em rede, figura tecnológica e operatória da ligação social de associação. Uma rede que funciona como uma imensa associação de associações, ressuscitando virtualmente o mito da associação universal do século XVIII (Sue, 2004, p. 87).

A ocupação de tempos livres, cada vez menores e menos livres, tende a extrapolar-se para a tecnologia e exploração de *gadgets*, pelo que se verifica a tentativa de as associações procederem à atualização dos seus paradigmas, para descobrir novas formas de recuperação e de desenvolvimento da herança cultural local, de forma a acompanhar a crescente diversificação de fluxos e recursos culturais. Refira-se, também, a par da importância do turismo no Arquipélago da Madeira, a cativação de indivíduos estrangeiros (turistas), através do realce da identidade local (caso da Associação Xarabanda).

O objetivo é que a sociedade passe a perspetivar a cultura como um veículo para uma verdadeira regeneração social através do empenhamento proactivo dos diversos agentes do sector, da participação alargada dos cidadãos e da promoção de uma verdadeira diversidade cultural que promova a coesão social (Nunes, 2012, p. 12).

Da atividade desenvolvida pelas associações, destaca-se a fusão de eventos culturais e recreativos, em espaços institucionais (salas de teatro, centros cívicos, casas do povo) já que as sedes não reúnem as condições próprias para a concretização de tais acontecimentos. A cedência da sede e de equipamentos para os espetáculos traduz, para algumas associações culturais, o único apoio à sua atividade, pelo que o envolvimento dos sócios e mobilização de outras pessoas interessadas, tendem a colmatar outras necessidades não subsidiadas, pelo que a sede acaba por ser um espaço mais virtual, dada a diversidade

77

[http://www.culturecommunication.gouv.fr/content/download/74603/569207/file/TdD28\\_Associations%20et%20pol%20culturelle\\_partie2.pdf](http://www.culturecommunication.gouv.fr/content/download/74603/569207/file/TdD28_Associations%20et%20pol%20culturelle_partie2.pdf)

de outros espaços a que as associações podem recorrer. Esta participação, contudo, é mais visível nas associações de produção cultural (teatro, dança e música) onde a fidelização de públicos se revela maior (identificação com as práticas culturais realizadas).

Das dificuldades apontadas pelos dirigentes sobressaíram a falta de apoios financeiros e o decréscimo no número de adesões. É notória a dependência das associações culturais face ao apoio quer do Governo Regional, quer das entidades camarárias.

A alternativa, sem que se incorra numa perspetiva meramente empresarial, parece-nos possível através do fomento de novas estratégias para a angariação e conquista de novos sócios, através da atualização do projeto associativo, para que as contrapartidas pelo pagamento de quotas/mensalidades façam sobressair a participação na construção e perpetuação de uma cultura identitária local, em que se envolve o sócio como agente construtor de uma independência financeira face ao Estado, na conquista do espaço coletivo no mercado cultural.

Mais do que empresas produtoras de cultura, as associações inquiridas parecem-nos assumir o papel de “incubadoras criativas”, devido ao fomento do gosto por dinâmicas culturais na comunidade em que estão inseridas e devido à liberdade de participação que conferem aos interessados na sua atividade.

Se outrora as associações culturais forneciam os *códices* ao leitor interessado, por intermédio do acesso a bibliotecas e periódicos que o sócio não tinha meios de adquirir, ou favoreciam as trocas de ideias em debates e saraus concorridos, hoje, que contrapartidas existem para atrair um sócio a uma determinada coletividade, para além do desconto nos produtos da associação em causa? Na realidade, verificámos que o corpo de sócios, que se encontra registado nas associações estudadas na atualidade, é composto, maioritariamente, pelos membros que ingressaram à altura da constituição da associação e pelas pessoas que reconhecem benefícios, mormente de descontos em mensalidades, em espetáculos/produções culturais, formações ou outras acessibilidades, como consequência do pagamento de quotas. No entanto, após escuta de alguns dirigentes, também eles outrora sócios e depois de toda a pesquisa tratada, somos da opinião de que não há valor, preço, para o sentimento de pertença a uma coletividade que prima por validar, manter e eternizar a sua identidade cultural. Para além de fazerem parte da *estória* de recolha da História, os associados têm em si a capacidade de intervenção democrática cultural, uma participação cívica que visa dinamizar as várias vertentes da cultura, seja no cumprimento da missão da associação a

que pertence, seja na divulgação da herança cultural madeirense, através de produtos culturais alternativos, de essência verdadeira, em que o madeirense se revê e recria, sem sentir que a sua cultura foi mercantilizada.

Algumas associações culturais terão soçobrado, muitas outras, porém, resistiram e mantêm-se ativas, contribuindo para o enriquecimento do património cultural, através da sua preservação e valorização. Urge que as associações descubram em si capacidades empreendedoras, ainda que já existam associações exportadoras de cultura, como é o caso da associação Dançando com a Diferença, que, impulsionada pela falta de verbas regionais, levou o seu trabalho a vários teatros do Brasil; ou a Associação Xarabanda, com um projeto inédito em parceria com a agência de viagens TUI:

cada acto de consumo de um bem ou evento cultural põe em jogo as relações entre a conformação material e simbólica (...) e as disposições e competências práticas, as linguagens, os padrões de orientação comportamental, as narrativas e as representações do mundo, as obras referenciais (...) não só o *habitus*, como também os patrimónios, as tradições, as artes e outros bens colectivos (...) e as possibilidades de combinação por eles abertas (Fortuna & Silva, A cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural, 2002, p. 427).

À guisa de conclusão, cremos que a solução para ultrapassar a designada “crise do associativismo” passa por estratégias de gestão cultural, em que, para além da procura de novas “forças” se fomente um redesenvolvimento assente nos pilares da valorização da herança cultural local, através de mecanismos de identificação que atraiam a participação não só do público-alvo destas coletividades, mas também de investidores, sinergias e *partenariados*, para que a cultura deixe de ser vista como uma despesa, mas antes um factor de desenvolvimento.

## **BIBLIOGRAFIA**

(norma APA, sexta edição)

- Aguiar, M. (28 de fevereiro de 2000). Atribuição de Subsídios em 1999: Cultura sobre timidamente. *Diário de Notícias*, p. 8.
- Alves, J. (2008). *Controlo da Legalidade da Constituição e Estatutos de Associações e Fundações: Apontamentos, Peças Processuais e Legislação*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Andrade, A. M., & Franco, R. C. (2007). *Economia do Conhecimento e Organizações Sem Fins Lucrativos*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Andrade, M. (s.d.). *Associação Desportiva e Cultural do Faial: Mais de Vinte Anos de História*. Santana: Associação Desportiva e Cultural do Faial.
- Araújo, E., Duarte, A. M., & Ribeiro, R. (2007). *O Tempo, as Culturas e as Instituições*. Lisboa: Fernando Mão de Ferro.
- Associação de Promoção e Desenvolvimento de Barroso, P. (1999). *Contributos para uma metodologia de gestão do património cultural europeu*. Montalegre: CEACTION.
- Baptista, M. M. (2009). *Cultura: Metodologias e Investigação*. Lisboa: Ver o Verso Edições, Lda.
- Bardin, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Billaud, J. (1996). *L'homme et la culture: Racines et perspectives*. Lyon: Chronique Sociale.
- Bosco, A. C. (2012). Teatro Social e de Comunidade. In J. D. Pereira, M. F. Vieites, & M. d. Lopes, *Teatro e Intervenção Social* (pp. 19-26). Chaves: Intervenção - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Branco, F. C. (1990). A Sociedade Funchalense dos amigos das Ciências e Artes. In *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira* (pp. pp. 311-326).
- Cabecinhas, R. (2009). Investigar representações sociais: Metodologias e níveis de análise. In M. M. Baptista, *Cultura: Metodologias e Investigação* (pp. 51-66). Lisboa: Maria Manuel Baptista.
- Caldeira, A. M. (2007). *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX: 1900-1925*. Funchal: Eco do Funchal.
- Caldeira, S. (1996). Clube Funchalense (1839-1870). *Islenha*, n.º 18, pp. 24-32.

- Calisto, L. (23 de novembro de 2001). Cine Forum: 35 anos de suspense. *Tribuna da Madeira*, 22-23.
- Cardoso, F. J. (28 de março de 2012). Especial Subsídios. *Diário de Notícias*, pp. 1-8.
- Cardoso, F. J. (15 de abril de 2013). Especial Subsídios. *Diário de Notícias*, pp. 1-8.
- Carvalho, A. M. (1997). *O Dirigente Desportivo Voluntário*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Carvalho, J. M. (2005). *Organizações Não Lucrativas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Castelo Branco, F. (1990). A Sociedade Funchalense dos Amigos das Ciências e Artes. II *CIHM*, (pp. 311-326).
- Castro, A. M., Brazão, M. E., & Vieira, M. H. (2001). *No Báu da Criação: Associação Desportiva e Cultural do Faial (1978-2001)*. s.l.: Direção Regional dos Assuntos Culturais e Câmara Municipal de Santana.
- Confederação do Desporto de Portugal. (2002). *Associativismo, inovação social, desenvolvimento*. Algés: Confederação do Desporto de Portugal.
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. (2010). *Declaração sobre a identidade cooperativa*. Obtido em 12 de 11 de 2011, de Web site da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social:  
<http://www.inscoop.pt/Inscoop/sectcooperativo/identidadecooperativa.html>
- Costa, A. F., & Conceição, C. P. (2005). *Cultura Científica e Movimento Social*. Oeiras: Celta Editora.
- Costa, Maria de Fátima Gameiro da; et al. (2007). *Manual dos procedimentos de constituição e legalização de uma sociedade empresária*. Maringá: Unicorpe.
- Cuche, D. (1999). *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais* (1ª edição ed.). (M. S. Pereira, Trad.) Lisboa: Fim de Século.
- Debord, G. (2012). *A sociedade do espectáculo*. (F. Alves, & A. Monteiro, Trads.) Lisboa: Antígona Editores Refractários.
- Decreto-lei n.º 23.051*. (s.d.). Obtido de  
<http://www.dre.pt/pdf1s/1933/09/21700/16621664.pdf>
- Domingues, F. C. (1990). Jean Joseph d'Orquigny e a sociedade patriótica do Funchal. II *CIHM*, (pp. 231-245).
- Drucker, P. (1990). *Managing the Non-profit organization*. EUA.
- Drucker, P. F. (1993). *As organizações sem fins lucrativos*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Durkheim, É. (1963). *Educação Moral*.

- Estatística, I. N. (1998). *Associações Culturais e Recreativas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Faria, H. (01 de abril de 2010). Obtido de <http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=671>
- Featherstone, M. (1997). Culturas Globais e Culturas Locais. In C. (. Fortuna, *Cidade, cultura e globalização: Ensaio de Sociologia* (pp. 83-103). Oeiras: Celta Editora.
- Ferin, I. (2002). *Comunicação e culturas do quotidiano*. Lisboa: Quimera.
- Flores, A. M. (1991). Prefácio. In A. A. Ramos, *As Coletividades de Almada (1980-1910)* (p. 10). Almada: Junta de Freguesia de Almada.
- Fortin, M. F. (1999). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Fortuna, C. (1999). *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Oeiras: Celta Editora.
- Fortuna, C., & Silva, A. S. (2002). A cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural. In B. d. Santos, *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* (pp. 409-439). Porto: Edições Afrontamento.
- Goes, J. L. (1985). Estabelecimento e evolução do Ateneu Comercial do Funchal. *Atlântico, n.º 2*, pp. 127-135.
- Goes, J. L. (1991). Registos de Ontem. *Isleña, n.º 8 (Jan.-Jun.1991)*, pp. 89-93.
- Goodolphim, C. (1876). *A Associação: História e Desenvolvimento das Associações Portuguezas*. Lisboa: Typographia Universal.
- Hall, R. H. (1984). *Organizações: Estruturas e processos*. Rio de Janeiro: Prentice-Hall.
- Herskovits, M. J. (1948). *Man and his works: Antropologia cultural* (Vol. II). São Paulo: Mestre Jou.
- Keesing, F. M. (1961). *Antropologia Cultural* (Vol.2). (W. Dutra, Trad.) Brasil: Fundo de Cultura S.A.
- Lanfant, M.-F. (1972). *Les théories du loisir*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lei n.º 2144. (s.d.). Obtido de <http://dre.pt/pdf1sdip/1969/05/12700/05910596.pdf>
- Leitão, S. C., Ramos, G. P., & Silva, A. (2009). *Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal*. Lisboa: Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Lima, L. (1982). As associações como instâncias educativas promotoras de desenvolvimento. *Gil Vicente, Revista de Cultura e Actividades, III*.

- Lino, L. S. (02 de outubro de 2002). GR já atribuiu "utilidade pública" a 134 entidades na Madeira. *Diário de Notícias*, 20.
- Lisboa, J. (. (2004). *Introdução à Gestão das Organizações*. Barcelos: Grp. Ed. Vida Económica.
- Lopes, J. T. (2000). *A cidade e a cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: ed. Afrontamentos.
- Lopes, M. d. (2008). *Animação Sociocultural em Portugal*. Amarante: Intervenção - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Lúis, M. F. (23 de fevereiro de 2004). Subsídios 2003. *Diário de Notícias*, p. 10.
- Madeira Cultura*. (09 de setembro de 2011). Obtido de <http://cultura.madeira-edu.pt/entidades/Entidades/tabid/264/>
- Maroy, C. (1997). A análise qualitativa de entrevistas. In C. Maroy, D. Ruquoy, F. Digneffe, & e. al., *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Medina, J. (. (2002 - 1). *História de Portugal* (Vols. XIV - "Portugal Democrático"). Lisboa: S.A.P.E.
- Medina, J. (. (2002 - 2). *História de Portugal* (Vols. XIX - "A Monarquia Constitucional"). Lisboa: S.A.P.E.
- Melo, D. (2010). *A Cultura Popular no Estado Novo*. Coimbra: Angelus Novus.
- Melo, D. d. (1999). O Associativismo Popular na Resistência Cultural ao Salazarismo: a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio. *Rev. Penelope – Fazer e Desfazer a História*, nº 21, pp. 95-130.
- Mendes, V., & Ferreira, G. (2008). *Legislação sobre Associações* (4ª ed.). Porto: Legis Editora.
- Miranda, J., & Medeiros, R. (2005). *Constituição Portuguesa Anotada* (Vol. Tomo I). Coimbra: Coimbra Editora.
- Monteiro, A. (2004). *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra: Quarteto.
- Nunes, R. (. (2012). *Cultura e Sociedade*. Porto: Cordão de Leitura.
- Olson, M. (1998). *A Lógica da Acção Colectiva: Bens Públicos e Teoria dos Grupos*". Oeiras: Celta Editora.
- Payne, M. (. (1997). *Cultural and Critical Theory*. Oxford: Blackwell Publishers.

- Pestana, C. (maio de 1952). Academias e Tertúlias da Madeira. *Das Artes e da História da Madeira*, 2, nº 12, p. 35 e 36.
- Pestana, C. A. (1985). *A Madeira: Cultura e Paisagem*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- Pinto, M. d. (2001). *Novas sedes do INATEL: passado e presente*. Lisboa: INATEL.
- Pires, M. L. (2004). *Teorias da Cultura*. Lisboa: Universidade Católica.
- Portugal, J., & Marques, S. (. (2007). *Gestão Cultural do Território: Coleção Públicos nº 4*. Porto: SetePés.
- Ramos, L. A. (1994). Cultura e política no século XVIII. *As sociedades insulares no contexto das interinfluências culturais do século XVIII* (p. 7 a 13). Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Transportes e Centro de Estudos do Atlântico.
- Rebello, G. A. (2007). *Herança Cultural e Associações Culturais Locais: interação e desenvolvimento local*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Rocha, L. (16 de 01 de 1997). Cine Forum: trinta anos de espectáculos. *Diário de Notícias da Madeira*, 19.
- Rodrigues, F., & Stoer, S. R. (1996). *Papel do(s) partenariado(s) na promoção da coesão social: POrtugal*. Porto: ADEF - Associação de Desenvolvimento e Formação.
- Rodrigues, M. (30 de 7 de 1989). Cine Forum do Funchal: os negócios da cultura. *Jornal da Madeira*, 10-11.
- Rousseau, J.-J. (1999). *O Contrato Social*. São Paulo: Martins Fontes.
- Santos, M. d., & Conde, I. (1990). Mecenato cultural de empresa em Portugal. *Análise Social*, XXV (107), pp. 375-439.
- Sardinha, V., & Camacho, R. (2001). *Rostos e Traços das Bandas Filarmónicas Madeirenses*. Funchal: Associação Musical e Cultural Xarabanda e Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- Silva, F. A., & Meneses, C. A. (1998). *Elucidário Madeirense*. Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura.
- Sousa, L. M. (1994). Estratégias de comunicação para viabilizar políticas culturais da Administração Local. *I Curso de Gestão do Património Cultural* (pp. 171-201). Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica.
- Sue, R. (2004). *Renovar a Ligação Social*. Porto: Campo das Letras.

- Tchernonog, V. (s.d.). *Ministère de la Culture et de la Communication*. Obtido de [http://www.culturecommunication.gouv.fr/content/download/74603/569207/file/TdD28\\_Associations%20et%20pol%20culturelle\\_partie2.pdf](http://www.culturecommunication.gouv.fr/content/download/74603/569207/file/TdD28_Associations%20et%20pol%20culturelle_partie2.pdf).
- Teixeira, M. (1995). *O Professor e a Escola: Perspectivas Organizacionais*. Amadora: McGraw-Hill de Portugal.
- Vala, J. (1986). A Análise de Conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto, *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Valente, J. C. (1999). *Estado Novo e Alegria no Trabalho - Uma História Política da FNAT*. Lisboa: Edições Colibri/INATEL.
- Viegas, J. M. (1986). Associativismo e dinâmica cultural. *Sociologia: Problemas e Práticas*, p. 103 a 121.
- Vieira, A. (2001). *História da Nau Sem Rumo*. Funchal: Nau Sem Rumo e Alberto Vieira.
- Vilaça, H., & Guerra, P. (2000). O espaço urbano enquanto contexto específico de dinamismos associativos. *Revista da Faculdade de Letras*, 10, pp. 79-129.
- Warren, M. (2004). Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia? In J. M. Viegas, A. C. Pinto, & S. Faria, *Democracia: Novos Desafios, Novos Horizontes*". (pp. 85-95). Oeiras: Celta Editora.

### **PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS CONSULTADAS**

*Comércio do Funchal*

*Das Artes e da História da Madeira*

*Diário de Notícias*

*Diário da Madeira*

*Revista Islenha*

*Revista Xarabanda*

*Jornal da Madeira*

*Tribuna da Madeira*

## **WEBGRAFIA**

<http://maps.google.pt/maps>

<http://www.hrea.org/>

[http://debates.parlamento.pt/Constituicoes\\_PDF/CRP-1911.pdf](http://debates.parlamento.pt/Constituicoes_PDF/CRP-1911.pdf)

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/primeiro-ministro/secretario-de-estado-da-cultura/sobre-o-secretario-de-estado-da-cultura.aspx>

<http://www.gov-madeira.pt/madeira/elect/pgmforms.do2?ENT=PGRM&TAB=INFO>

<http://cultura.madeira-edu.pt/>

<http://www.artistas-funchalenses.org/historial.asp>

<http://cp7nene.blogspot.com/search?updated-max=2010-04-17T09:38:00-07:00>

[www.infoempresas.com](http://www.infoempresas.com)

[www.racius.com](http://www.racius.com)

<http://juventude.gov-madeira.pt/>

<http://www.ine.pt/>

<http://www.acdsj.com/>

<http://www.bandolins-madeira.net/orquestras/tuna-ribeirabravense/>

[http://www.concelhodecamaradelobos.com/dicionario/associacao\\_cultural\\_recreativa\\_estreito.html](http://www.concelhodecamaradelobos.com/dicionario/associacao_cultural_recreativa_estreito.html)

<http://www.encontrosdaeira.com/>

<http://juntafreguesiafaialmadeira.blogspot.pt/2006/03/associacao-desportiva-e-cultural-do.html>

<http://www1.cm-funchal.pt/>

<http://www.porta33.com/>

<http://xarabanda.pt/>

<http://www.aaidd.com/>

<http://www.amnistia-internacional.pt/>

<http://www.tef.pt/TEF/Prologo.html>

<http://www.3sector.net/index/terceirosector>

<http://www.publico.pt/Sociedade/em-2012-vamos-conhecer-o-vizinho-cuidar-da-horta-e-integrar-uma-associacao-1530217>

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/primeiro-ministro/secretario-de-estado-da-cultura/sobre-o-secretario-de-estado-da-cultura.aspx>

[http://www.rcpedicoes.com/ver\\_Manual-do-Dirigente-Associativo.htm](http://www.rcpedicoes.com/ver_Manual-do-Dirigente-Associativo.htm)

# **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - Guião da Entrevista

### 1. Caracterização da Associação

#### 1.1. Motivo que levou ao seu surgimento

#### 1.2. Identificação e caracterização institucional

Nome/Designação social	
Morada	
Localidade	
Sítio na Internet	
Email	
Data de fundação	
Ano de constituição legal	
Estatuto jurídico?	
Pertença a Confederação, Federação, União?	
Área predominante (Literatura, Música, Teatro, Dança, etc)	

#### 1.3. Lema da associação (princípios diferenciadores que a destacam das demais).

### 2. Resumo da atividade (em número ou breve descrição)

<b>Concertos</b>	
<b>Folclore</b>	
<b>Dança</b>	
<b>Teatro</b>	
<b>Publicações</b> - suporte: <u>físico</u> (revistas, jornais, livros); <u>digital</u> (CD, DVD); <u>virtual</u> (Blog, jornal)	

### 3. Instalações que a Associação possui

	Sede	Direção	Sala de reuniões	Arquivo	Sala de leitura	Biblioteca	Sala de conferências	Estúdio	Sala de espetáculos	Pavilhão	Salão de festas	Bar	Cinema	Outros
<b>Espaços Próprios</b>														
<b>Espaço(s) Cedido(s)</b>														

Outro (especifique). \_\_\_\_\_

### 4. Quantificação dos Recursos Humanos disponíveis

Cargo/Função	Nº de membros	Sexo	Idade	Remunerados pela Associação
Mesa da Assembleia Geral	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Direção	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Conselho Fiscal	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Serviços Administrativos	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Outros* (a especificar)	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Outro (especifique). \_\_\_\_\_



### 6.3. Nível de participação

	Participam pouco	Participam moderadamente	Participam ativamente	Participam em todas as atividades	N/A
Nas Assembleias Eleitorais.					
Nas Assembleias Ordinárias.					
Na preparação das atividades organizadas pela Associação.					
Na concretização dos eventos.					
No pagamento das quotas.					
Outras situações a relevar					

### 7. Principais fontes de rendimento que permitem a subsistência da Associação:

- |                                                                            |                                                          |
|----------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Quotas                                            | <input type="checkbox"/> Apoios do Governo               |
| <input type="checkbox"/> Rendimentos de bens próprios (alugueres, por ex.) | <input type="checkbox"/> Apoios da Administração Central |
| <input type="checkbox"/> Publicidade                                       | <input type="checkbox"/> Fundos Comunitários             |
| <input type="checkbox"/> Serviços de restauração                           | <input type="checkbox"/> Donativos de associados         |
| <input type="checkbox"/> Receitas das atividades culturais                 | <input type="checkbox"/> Donativos de terceiros          |
| <input type="checkbox"/> Venda de Produtos da Associação                   | <input type="checkbox"/> Doações                         |
| <input type="checkbox"/> Apoios da Junta de Freguesia                      | <input type="checkbox"/> Outras receitas a especificar*  |
| <input type="checkbox"/> Apoios da Câmara Municipal                        | _____                                                    |
|                                                                            | _____                                                    |

---

**8. Papel do dirigente associativo equivalente ao papel do gestor cultural?****9. Necessidades sentidas na associação**

No plano financeiro	
Ao nível da logística	
Quanto ao número de Recursos Humanos	
Na área da Formação	
Outra(s) a especificar	

**10. Visão sobre o associativismo cultural na Madeira: impacto, importância e projeção destas entidades na sociedade madeirense.**

**APÊNDICE B – Listagem das Associações**

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
AA UMA (IVMONUMENTAL SERENATA ACADÉMICA DA MADEIRA)	Recreativa
ABRAÇO-ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOAS COM VIH-SIDA	Social
ABRIGO INFANTIL DA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Social
ACADEMIA DE COMBATE DA MADEIRA	Desportiva
ACADEMIA DE LÍNGUAS DA MADEIRA	Instrução
ACADEMIA DE MÚSICA DA MADEIRA	Instrução
ACADEMIA FUNCHALENSE	Instrução
ACADEMIA MUSICAL RECREIO E INSTRUÇÃO	Recreativa e Instrução
ACADEMIA OPEN DANCE	Instrução
ACADÉMICO CLUBE DESPORTIVO DO FUNCHAL	Desportiva
ACADÉMICO MARÍTIMO MADEIRA ANDEBOL SAD	Desportiva
ACREDITAR-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DAS CRIANÇAS C/ CANCRO	Social
ADCIMA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIRURGIA DA MADEIRA	Outra
ADECOM - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SÍTIO DA CORUJEIRA - FREGUESIA DO MONTE	Social
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RAM - ADERAM	Social
ALBERGUE DISTRITAL DO FUNCHAL	Social
ALBERGUE DE MENDICIDADE DA PSP	Social
ALDEIA DA PAZ	Social
AMAPEL - ASSOCIAÇÃO MADEIRENSE DE APOIO AO ENSINO LIVRE	Social
AMIGOS DO JARDIM BOTANICO DA MADEIRA	Recreativa
AMIGOS FUTSAL CLUBE	Recreativa e Desportiva
AMOFORTE, ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO FORTE SÃO JOSE	Recreativa
AMTTT - ASSOCIAÇÃO DA MADEIRA DE TODO-O-TERRENO TURISTICO	Recreativa e Desportiva
ANCORA - ASSOCIAÇÃO DE FAMILIARES E AMIGOS DOS DOENTES DE CASA DE SAUDE CAMARA PESTANA	Social
APEL - ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO LIVRE	Social
ARCÁDIA FUNCHALENSE	Cultural e Recreativa
AREOPAGO - ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELIGIOSA	Religiosa/Espiritual
ASILO DE MENDICIDADE E ÓRFÃOS DO FUNCHAL	Social
ASILO DOS VELHINHOS DO FUNCHAL	Social
ASSEMBLEIA DOS ÚNICOS	Recreativa e Instrução
ASSEMBLEIA PONTASSOLENSE	Recreativa e Instrução
ASSISTÊNCIA AOS ESTRANGEIROS POBRES	Social
ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL - AMI	Social
ASSISTÊNCIA NACIONAL AOS TUBERCULOSOS	Social

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS VEÍCULOS ANTIGOS E CLÁSSICOS	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO – CRIADOS, COZINHEIROS E EMPREGADOS DE BOTEQUIM	Social
ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO GABINETE COORDENADOR E EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	Cultural
ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SÃO VICENTE	Social
ASSOCIAÇÃO DESENV. COMUNITÁRIO DA COSTA NORTE DAMADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CÂMARA DE LOBOS	Social
ASSOCIAÇÃO - SERVIÇOS SOCIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL	Social
ASSOCIAÇÃO STUDANTINA DAMADEIRA (XI FEST. TUNAS ATL.)	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO "OS CARLOS", GRUPO CULTURAL E FILANTRÓPICO	Recreativa
ASSOCIAÇÃO 28 DE MAIO MONTANHA FOOT-BALL CLUB	Desportiva
ASSOCIAÇÃO A PORTUGUESA DE DESPORTOS SÃO MARTINHO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA (1901-10)	Desportiva
ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO ACADÉMICO CLUB DESPORTIVO DO FUNCHAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO AERoclUBE DA MADEIRA	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO AMAW - MADEIRA ANIMAL WELFARE	Social
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA NATUREZA - MADEIRA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA SAUDE MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE SANTIAGO IPSS	Social
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BRINQUEDO	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO AMIGOS ÍNTIMOS DA RÁDIO	Recreativa
ASSOCIAÇÃO ANIMAD	Social
ASSOCIAÇÃO ANTI - ALCOÓLICA DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO ANTONIANA DE GINÁSIO, CULTURA E FÍSICO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO AREAM - AGÊNCIA REGIONAL DA ENERGIA E AMBIENTE DA RAM	Ambiental
ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA DE EDUCAÇÃO PELA ARTE NA MADEIRA	Instrução
ASSOCIAÇÃO ASSEMBLEIA DE DEUS	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO ATLÉTICO CLUB MADEIRENSE	Desportiva
ASSOCIAÇÃO AURA	Social
ASSOCIAÇÃO AUXÍLIO MATERNAL DO FUNCHAL	Social
ASSOCIAÇÃO BANDA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – ARCO DE SÃO JORGE	Cultural
ASSOCIAÇÃO BANDA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA	Cultural
ASSOCIAÇÃO BANDA MUNICIPAL DE MACHICO	Cultural
ASSOCIAÇÃO BANDA MUNICIPAL DO FUNCHAL - ARTISTAS FUNCHALENSES	Cultural

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO BANDA RECREIO CAMPONÊS – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO BARMEN DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO BARREIRENSE FOOT-BALL CLUB	Desportiva
ASSOCIAÇÃO BARRIGAS DE ESPERANÇA	Social
ASSOCIAÇÃO BELENENSES DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO BENEMÉRITA. (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO BOM SUCESSO FOOT-BALL CLUB	Desportiva
ASSOCIAÇÃO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA RIBEIRA BRAVA	Social
ASSOCIAÇÃO BUSHIDOKAI	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO CALHETA TÊNIS CLUBE	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CAMACHA HÓQUEI CLUBE	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CAPOEIRA ALTO ASTRAL - MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CARVALHEIRO FOOT-BALL CLUB	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CASA DA CULTURA DE SÃO VICENTE	Cultural
ASSOCIAÇÃO CASA DO BENFICA NA MADEIRA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO CASA DO ENFERMEIRO DA RAM	Recreativa
ASSOCIAÇÃO CASA DO PESSOAL E DOS FUNCIONÁRIO DAS FINANÇAS DO DISTRITO DO FUNCHAL	Recreativa
ASSOCIAÇÃO CASA DO VOLUNTÁRIO	Social
ASSOCIAÇÃO CATÓLICA	Social
ASSOCIAÇÃO CATÓLICA DO FUNCHAL – JUVENTUDE PATRIÓTICA FUNCHALENSE (1911 – 20)	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO CATOLICA INTERNACIONAL AO SERVIÇO DA JUVENTUDE FEMININA	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO CCCS – RS – CENTRO CÍVICO CULTURAL E SOCIAL DA RIBEIRA SECA	Social e Recreativa
ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE AGRICULTURA PORTUGUESA	Social
ASSOCIAÇÃO CENTRAL RÁDIO TÁXIS DO INFANTE	Social
ASSOCIAÇÃO CENTRO BUDISTA DA MADEIRA	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL	Cultural e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DOS VIVEIROS	Cultural e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO LUÍS DE CAMÕES	Cultural e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DA CRUZ DA GUARDA	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO CENTRO DE ANIMAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO PORTO DA CRUZ	Cultural e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO MUNDO DA ESPERANÇA	Cultural e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CENTRO DE ESPÍRITA PAZ, AMOR E FRATERNIDADE, DA MADEIRA	Religiosa/Espiritual

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA (ACEAMC)	Cultural
ASSOCIAÇÃO CENTRO DE TREINO DE MAR DOS ESCUTEIROS MARÍTIMOS	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CENTRO DESPORTIVO DA RIBEIRA DE JOÃO GOMES	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CENTRO DESPORTIVO DE ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES	Recreativa
ASSOCIAÇÃO CENTRO DOS ANTIGOS ALUNOS SALESIANOS DA MADEIRA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO CENTRO ESPÍRITA AMOR E DEUS	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO CENTRO ESPÍRITA LUZ, AMOR E FRATERNIDADE	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO CENTRO ESPÍRITA SÃO BENEDITO E ESTRELA GUIA	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO CENTRO RECREATIVO E CULTURAL DA FREGUESIA DO MONTE, CRECULMONTE	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL DESPORTIVO DE CÂMARA DE LOBOS	Social e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA CAMACHA	Cultural e Social
ASSOCIAÇÃO CENTRO SÓCIO RECREATIVO DO MONTE	Social e Recreativa
ASSOCIAÇÃO CEPS – CLUBE ESCOLA DO PORTO SANTO	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO CERNE - CASA DA EUROPA DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO CERVEJA FOOT-BALL CLUB	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CEUFONIA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO CHOUPANA FUTEBOL CLUB	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CICLO MADEIRA CLUB DESPORTIVO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CINE CLUB DA MADEIRA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO CLASSE DOS TRABALHADORES MARÍTIMOS DO FUNCHAL, (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO CLUB DESPORTIVO E RECREATIVO DOS PRAZERES	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUB DESPORTIVO JUVENTUDE PORTO SANTO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUB ILHA ATLÂNTICA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO CLUB MOTARD'S DA MADEIRA	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUB NAVAL DO PORTO SANTO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUB PÉS LIVRES	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUB S. MARTINHO EUROPA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO CLUB SPORTS DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUB SPORTS DO CANIÇO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE AMIGOS DO BASQUETE	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE CAROCHA DA MADEIRA	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE AUTOMÓVEIS CLÁSSICOS DA MADEIRA	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE ENTUSIASTAS DE NAVIOS	Recreativa e

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE FUTEBOL ANDORINHA DE SANTO ANTÓNIO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE FUTEBOL UNIÃO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE GOLF DO SANTO DA SERRA (MADEIRA)	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE GOLFE DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MONTANHA DO FUNCHAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE TÊNIS DE MESA DA ESCOLA DO LOMBO SEGUNDO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE TÊNIS DE MESA DE SANTANA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE TÊNIS DE MESA DO FUNCHAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE TÊNIS DE MESA PIRILAMPO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE TÊNIS DE SANTA TERESINHA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE TÊNIS DO FUNCHAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DE TIRO, CAÇA E PESCA DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO BARTOLOMEU PERESTRELO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO C.D.E.P. FUNCHAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO DA FREGUESIA DA ILHA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO DA SÉ	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO DE SANTA RITA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO DE SANTO ANTÓNIO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO DE SÃO FILIPE	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO DO ARCO DE SÃO JORGE	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO DO CURRAL DAS FREIRAS	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO ESCOLA DO PORTO DA CRUZ	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO INFANTE D. HENRIQUE – C.D.I.	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE DO PATRIMÓNIO DO PORTO SANTO	Cultural
ASSOCIAÇÃO CLUBE FORÇA 5 MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE FUTEBOL CANIÇAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE HÍPICO DO PORTO SANTO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE MADEIRENSE C.B.	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE MAREZIA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE NATAÇÃO DA MADEIRA – C.N.M.	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE NAVAL DA CALHETA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE NAVAL DE SÃO VICENTE	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE NAVAL DO CANIÇAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE NAVAL DO FUNCHAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE NAVAL DO PORTO DA CRUZ	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CLUBE PALHEIRO GOLFE	Desportiva

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO COLÉGIO S. JOÃO	Instrução
ASSOCIAÇÃO COLUMBÓFILA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO FUNCHAL - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO MACHICO - ACIM	social
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO NORTE DA MADEIRA	Outra
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO PORTO SANTO	social
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL NORTE MADEIRA	social
ASSOCIAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO COMPANHIA CONTIGO - TEATRO	Cultural
ASSOCIAÇÃO CONFEDERAÇÃO ATLÁNTICA DE MUNICÍPIOS - CAM	Social
ASSOCIAÇÃO CONFRARIA DO VINHO DA MADEIRA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO CONSELHO EUROPEU DO DIREITO DO AMBIENTE	Ambiental
ASSOCIAÇÃO CORO DE CÂMARA DA MADEIRA	Cultural
ASSOCIAÇÃO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS (CNE)	Recreativa
ASSOCIAÇÃO CORPO RECREATIVO VOLUNTÁRIOS FUNCHALENSE	Recreativa
ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA MADEIRA	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA MOCIDADE PORTUGUESA	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO CRUZADA APOSTÓLICA	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO CT3 MADEIRA CONTEST TEAM	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CULTURAL CANTINHO DA EUROPA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E RECREATIVA DE SÃO MARTINHO	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOIS AMIGOS DE SÃO JORGE - MADEIRA	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DRAGOEIRO	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA IMPERATRIZ SISSY	Cultural
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE BOA VENTURA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE SÃO JOÃO	Cultural e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DO ARCO DA CALHETA	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DO JARDIM DA SERRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA S. VICENTE	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA – JUVENTUDE INTERACTIVA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA AFRICANA-ACRA	Cultural e Social
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA CAMACHA	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DO ESTREITO - ACRE	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DO GALEÃO	Social e Recreativa
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DO PORTO MONIZ	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA ESPIRITO SANTO	Cultural e Recreativa

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO CULTURAL ENCONTROS DA EIRA	Cultural
ASSOCIAÇÃO CULTURAL IDADE D'OURO	Social
ASSOCIAÇÃO CULTURAL LÍRIOS DO NORTE	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA DE BASEBOL E SOFTBOL DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO CULTURAL ROTA DOS ESPETOS	Recreativa
ASSOCIAÇÃO CURRAL TERRA AMIGA	Social
ASSOCIAÇÃO DA BANDA MUNICIPAL DE PONTA DO SOL (FILARMÓNICA "PRÍNCIPE DE OLDENBURG")	Cultural
ASSOCIAÇÃO DA BANDA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ	Cultural
ASSOCIAÇÃO DA CLASSE DE CHAUFFERS. (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DA CLASSE DE FABRICANTES DE CALÇADO. (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DA CLASSE DOS CARREIROS DO MONTE. (1931 -43)	Social
ASSOCIAÇÃO DA CLASSE DOS EMPREGADOS DA INDÚSTRIA HOTELEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DA CLASSE DOS INDUSTRIAIS MADEIRENSES. (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DA CLASSE DOS METALÚRGICOS. (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DA CLASSE DOS TAOEIRO DO FUNCHAL. (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DA CLASSE DOS TRABALHADORES MADEIRENSES DO FUNCHAL. (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA DO FUNCHAL, (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DA CLASSE VENDEDORES DE VÍVERES A RETALHO, (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Social
ASSOCIAÇÃO DA GOTA DO LEITE DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DA IGREJA PENTECOSTAL CATEDRAL VIDA	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO DA INDÚSTRIA - ASSOCIAÇÃO DA CONSTRUÇÃO-RAM	Social
ASSOCIAÇÃO DA MADEIRA DESPORTO PARA TODOS	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DA MÚSICA TRADICIONAL E POPULAR DA MADEIRA	Cultural
ASSOCIAÇÃO DA UNIÃO DESPORTIVA ESTUDANTIL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE	Social
ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DE CÂMARA DE LOBOS	Social
ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DO FUNCHAL OU ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DA CARIDADE DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DAS ENFERMEIRAS DA CASA DE SAUDE CÂMARA PESTANA	Social
ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS	Social
ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃZINHAS DOS POBRES	Social
ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES REPUBLICANAS. (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS FONTES	Social

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO NORTE DA ILHA DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO SÍTIO DA ROCHA DO NAVIO	Recreativa
ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE MADEIRA-AÇORES	Social
ASSOCIAÇÃO DE ANDEBOL DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE ANIMAÇÃO GERINGONÇA	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO DE ANTIGOS ESTUDANTES DE COIMBRA E MADEIRA - AAECM	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ARQUEOLOGIA E DEFESA DO PATRIMÓNIO DA MADEIRA - ARCHAIS	Cultural
ASSOCIAÇÃO DE ARTÍFICES MADEIRENSES	Social
ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS PLÁSTICOS DA MADEIRA - CIRCUL'ARTE	Cultural
ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇAS FRACAS	Social
ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS INDIGENTES DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS FRACAS	Social
ASSOCIAÇÃO DE ATIRADORES CIVÍIS MADEIRENSES	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - AARAM	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE BADMINTON DA RAM	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE ROCK DA MADEIRA - PROMOROCK	Cultural
ASSOCIAÇÃO DE BANDAS FILARMÓNICAS REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Cultural
ASSOCIAÇÃO DE BANDOLINS DA MADEIRA	Cultural
ASSOCIAÇÃO DE BASKET-BALL DO FUNCHAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE BASQUETEBOL DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA DO FUNCHAL	Social
ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA DOIS COFRES (1901-10)	Social
ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO PORTO SANTO	Social
ASSOCIAÇÃO DE BRIDGE DAMADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES DA ILHA DO PORTO SANTO (ACIPOSA)	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES DA MADEIRA E PORTO SANTO	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE CASAS DO POVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA -ACAPORAMA	Cultural
ASSOCIAÇÃO DE CAVALEIROS OBSS - PORTUGAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DAS INDÚSTRIAS MADEIRENSES	Social
ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS AJUDANTES DE PEDREIRO, (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS CARPINTEIROS E ARTES CORRELATIVAS (1901-10)	Social

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS CHAPELEIROS	Social
ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS CRIADOS E ARTES CORRELATIVAS DO CONCELHO DO FUNCHAL	Social
ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS EMPREGADOS DAS CASAS DE BORDADOS DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO	Social
ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS MESTRES E EMPREITEIROS DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS TRABALHADORES BRAÇAIS DO FUNCHAL	Social
ASSOCIAÇÃO DE COLECCIONADORES DO PORTO SANTO	Recreativa
ASSOCIAÇÃO DE CONFERÊNCIAS DO ENSINO	Instrução
ASSOCIAÇÃO DE CULTURA FÍSICA E AERÓBICA DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE DANÇA E ARTES DA MADEIRA	Cultural
ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES DA REGIÃO AUTONOMA DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO FUNCHAL	Social
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA COSTA NORTE DA MADEIRA - ADENORMA	Social
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA ILHA DO PORTO SANTO - ADIPS	Social
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA RAM – ADRAMA	Social
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA RIBEIRA BRAVA - ADBRAVA	Social
ASSOCIAÇÃO DE DESPORTOS DA MADEIRA - ADM	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE DESPORTOS DO PORTO SANTO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES DESPORTIVOS	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES SOCIAIS E CULTURAIS DA REGIÃO AUTONOMA DA MADEIRA - ADSCRAM	Cultural e Social
ASSOCIAÇÃO DE DOENTES C/ LUPUS	Social
ASSOCIAÇÃO DE ECOLOGIA ADERNO	Ambiental
ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS PELO MÉTODO JOÃO DE DEUS (1901-10)	Social
ASSOCIAÇÃO DE ESCRITORES DA MADEIRA	Cultural
ASSOCIAÇÃO DE ESCRITORES DA MADEIRA E AÇORES (AEMA)	Cultural
ASSOCIAÇÃO DE ESCUTEIROS DE PORTUGAL (1931 -43)	Recreativa
ASSOCIAÇÃO DE ESGRIMA DAMADEIRA 33.253	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DA CALHETA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTANA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO CARMO	Juvenil/Estudantes

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO GALEÃO	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO PORTO MONIZ	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PADRE MANUEL ÁLVARES	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA SÃO VICENTE	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA COMPLEMENTAR DO TIL	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA PREPARATORIA DO PORTO SANTO	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA PROFISSIONAL ATLÂNTICO	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SECUNDÁRIA DR. ÂNGELO AUGUSTO DA SILVA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SECUNDÁRIA DO PORTO SANTO	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO FRANCO	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SECUNDÁRIA JAIME MONIZ	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SECUNDÁRIA MACHICO	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DA ESCOLA SÃO JOSÉ DE CLUNY	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONAL CRISTÓVÃO COLOMBO	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DE ARTE E DESIGN DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DE MATEMÁTICA E ENGENHARIAS DA MADEIRA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO CONSERVATÓRIO – ESCOLA DE ARTES DA MADEIRA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO INSTITUTO SUPERIOR DA ADMINISTRAÇÃO E LÍNGUAS DA MADEIRA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO INSTITUTO SUPERIOR DE ARTES PLÁSTICAS DA MADEIRA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DOS BARREIROS	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE CIÊNCIAS DA MADEIRA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE LETRAS DA MADEIRA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DE MEDICINA DENTÁRIA DE ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA - ADAM	Social
ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS PSIQUIÁTRICOS DA MADEIRA	Outra

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO DE EXPORTADORES DE VINHO (1931 -43)	Social
ASSOCIAÇÃO DE FABRICANTES DE PÃO	Social
ASSOCIAÇÃO DE FADO MAX	Recreativa
ASSOCIAÇÃO DE FAMILIARES E AMIGOS DO DOENTE MENTAL	Social
ASSOCIAÇÃO DE FOLCLORE DA BOA ESPERANÇA	Cultural
ASSOCIAÇÃO DE FOLCLORE E ETNOGRAFIA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - AFERAM	Cultural
ASSOCIAÇÃO DE FRONT OFFICES DOS HOTEIS DA REGIÃO AUTONOMA DA MADEIRA	Outra
ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DO FUNCHAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA DA MADEIRA - AGIM	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DO ATLÂNTICO	Outra
ASSOCIAÇÃO DE JET SKI E MOTONÁUTICA DAMADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DE JOVENS AO ENCONTRO DA NATUREZA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE JOVENS EMPRESÁRIOS MADEIRENSES	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE JUDO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE KARATÉ DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE KARTING DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE MANIPULADORES DE PAO DO FUNCHAL, (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS MADEIRENSES (1921 -30)	Social
ASSOCIAÇÃO DE MOTOCICLISMO DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE MUSICA E ARTES DOS ARQUIPELAGOS AMIMAR	Cultural
ASSOCIAÇÃO DE NATAÇÃO DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE NATAÇÃO DO FUNCHAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA BARTOLOMEU PERESTRELO	Pais
ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA SECUNDARIA JOÃO GONÇALVES ZARCO	Pais
ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE SÃO VICENTE	Pais
ASSOCIAÇÃO DE PAIS DOS ALUNOS DA ESCOLA PREPARATÓRIA DE SIMÃO GONÇALVES DA CÂMARA - CALHETA	Pais
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA B1 PE DO TANQUE SANTO ANTÓNIO	Pais
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA DR.º ÂNGELO AUGUSTO DA SILVA	Pais
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO COLÉGIO DE SANTA TERESINHA	Pais
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA PREPARATÓRIA E SECUNDÁRIA DO PORTO SANTO	Pais

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA SALESIANA DE ARTES E OFÍCIOS	Pais
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DO COLÉGIO DO INFANTE	Pais
ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DA MADEIRA - APCM	Social
ASSOCIAÇÃO DE PASTORES DAS SERRAS DE SANTO ANTÓNIO, SÃO ROQUE E AREIRO	Social
ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE PESCA DESPORTIVA DA RAM	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÕES DE MODA MADEIRA	Cultural
ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO MUSICAL DA REGIÃO AUTONOMA DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO DA RAM	Social
ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA	Social
ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DA REGIÃO AUTONOMA DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DAS REGIÕES DA MADEIRA E DOS AÇORES - APRAMA	Social
ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DA MADEIRA. (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO À TERCEIRA IDADE DA SANTA - PORTO MONIZ	Social
ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO E INSTRUÇÃO DO SEXO FEMININO DO FUNCHAL	Social
ASSOCIAÇÃO DE PUROS DO FUNCHAL	Outra
ASSOCIAÇÃO DE RADIOAMADORES DA REGIÃO DA MADEIRA - ARRM	Social
ASSOCIAÇÃO DE RECREIO AQUI NINGUÉM MANDA MAIS DO QUE EU	Recreativa
ASSOCIAÇÃO DE RECREIO FLOWERS FUTEBOL CLUBE, (1931 -43)	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE REGANTES DA LEVADA DA MADALENA	Social
ASSOCIAÇÃO DE REGANTES DA LEVADA DA SERRA DE SANTO ANTÓNIO	Social
ASSOCIAÇÃO DE REGANTES DA LEVADA DO POÇO DO LOMBO E PAREDÃO	Social
ASSOCIAÇÃO DE REGANTES DA LEVADA DOS MOINHOS	Social
ASSOCIAÇÃO DE REGANTES DO JANGÃO	Social
ASSOCIAÇÃO DE S. JOÃO DE DEUS	Social
ASSOCIAÇÃO DE SENHORIOS E PROPRIETÁRIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DE SLOTS DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS A LUTUOSA INSULAR	Social
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DOS ARTÍFICES FUNCHALENSES, (1911 – 20)	Social

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS E MONTEPIO MARÍTIMO FUNCHALENSE	Social
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS PEDRO ÁLVARES CABRAL, (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL CRESCER SEM RISCO	Social
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE PROFESSORES	Social
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL MAGIA DO SONHO	Social
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL MONTE DE AMIGOS	Social
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PÊROLA	Social
ASSOCIAÇÃO DE SQUASH DO FUNCHAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE SURDOS, PAIS, FAMILIARES E AMIGOS DA MADEIRA (ASFAM)	Social
ASSOCIAÇÃO DE TEATRO AMADOR DO LIVRAMENTO - A TAL	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DE TÉCNICOS DE ARBITRAGEM DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE TERAPEUTAS DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DE TODO O TERRENO DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTES E MERCADORIAS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ATMARAM	Outra
ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DE VIGILANTES DA NATUREZA DA MADEIRA	Ambiental
ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DE VOO LIVRE DA MADEIRA - AVLM	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CLUBE DRAGÃO BRANCO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL E RECREATIVA BAIRRO DA ARGENTINA	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL SANTO ANTÓNIO SERRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DA CAMACHA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DA SERRA DE AGUA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE CAMPANÁRIO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE MACHICO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE MUAY THAI DAMADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE SÃO ROQUE DO FAIAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DO CARAMANCHÃO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DO PORTO DA CRUZ	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DA PONTA DO PARGO	Cultural e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE SÃO PAULO	Cultural e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DO FAIAL	Cultural e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DO MONTE - ADCM	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DOS FUNCIONÁRIOS DA DIREÇÃO REGIONAL DAS PESCAS	Recreativa
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL RIBEIRA DA JANELA	Recreativa e Desportiva

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA ÁGUA DE PENA	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DE ENXURROS	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DE PESCA DE S ROQUE	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DE PONTA DELGADA	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DO CAMPANÁRIO	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA GALOMAR	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA OS PROFETAS	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA OS XAVELHAS	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PONTASSOLENSE	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PORTO DA CRUZ	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DO CENTRO ESPÍRITA FILIAL REDENTOR	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO DO CENTRO ESPÍRITA LUZ DA VERDADE	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO DO CLERO DO FUNCHAL	Social
ASSOCIAÇÃO DO CLUB NAVAL MADEIRENSE	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DO CLUB OLÍMPICO DE FOOT-BALL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DO CLUBE DE CANICULTURA DA MADEIRA	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DO CORPO CONSULAR DA REGIÃO AUTONOMA DA MADEIRA	Outra
ASSOCIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SALVAÇÃO PÚBLICA	Social
ASSOCIAÇÃO DO GABINETE DE LEITURA DO FUNCHAL	Recreativa e Instrução
ASSOCIAÇÃO DO GRUPO EXPERIMENTAL DE TEATRO DO PORTO SANTO	Cultural
ASSOCIAÇÃO DO NÚCLEO DE ÁRBITROS DE FUTEBOL DO FUNCHAL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DO PATRONATO DE S.PEDRO	Social
ASSOCIAÇÃO DO REGISTO CIVIL, (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DO SPORTING CLUB DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO PORTO DA CRUZ	Social
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS BRASILEIROS NA MADEIRA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA 4 L - MADEIRA	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ARTE INCLUSIVA – DANÇANDO COM A DIFERENÇA	Cultural
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA BOA MESA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ENDOCRINOLOGIA DA MADEIRA	Outra
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA JAIME MONIZ	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA MADEIRA	Cultural
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO DEPARTAMENTO DE CARDIOLOGIA MÉDICO - CIRÚRGICA DO CENTRO HOSPITALAR DO FUNCHAL	Social

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PARQUE ECOLÓGICO DO FUNCHAL	Ambiental
ASSOCIAÇÃO DOS ANIVERSARIANTES DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO MONTE	Social
ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO CENTRO POLIVALENTE DO FUNCHAL	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO DO FUNCHAL	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DIOCESANO DO FUNCHAL	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ESTUDANTES DE COIMBRA NA MADEIRA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DOS ARMADORES DE PESCA DO ATUM E OUTRAS ESPÉCIES	Social
ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS DO FUNCHAL	Cultural
ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA CALHETA	Social
ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE S. BENTO	Social
ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE SANTANA	Social
ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS MADEIRENSES E CORPO VOLUNTÁRIO DE SALVAÇÃO PÚBLICA DO FUNCHAL	Social
ASSOCIAÇÃO DOS CAÇADORES DA ILHA PORTO SANTO	Social
ASSOCIAÇÃO DOS CATRAEIROS E NEGOCIANTES MARÍTIMOS (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DOS DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE	Social
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS	Social
ASSOCIAÇÃO DOS DIABÉTICOS DA MADEIRA ADRAM -	Social
ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO	Social
ASSOCIAÇÃO DOS ENFERMEIROS DA CASA DE SAÚDE CÂMARA PESTANA. (1921 -30)	Social
ASSOCIAÇÃO DOS ESCOTEIROS DE PORTUGAL	Social
ASSOCIAÇÃO DOS FABRICANTES DE CALÇADO DO FUNCHAL (1931 -43)	Social
ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	Social
ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DO PORTO MONIZ	Social
ASSOCIAÇÃO DOS INDUSTRIAIS DE CONSTRUÇÃO MADEIRA - ASSICOM	Social
ASSOCIAÇÃO DOS INDUSTRIAIS DE PADARIA (1931 -43)	Social
ASSOCIAÇÃO DOS IRMÃOS S. JOÃO DE DEUS (1931 -43)	Social
ASSOCIAÇÃO DOS JARDINS-ESCOLA JOÃO DE DEUS	Social
ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DA MADEIRA E PORTO SANTO	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Outra

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO DOS NADADORES SALVADORES DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA COMPLEMENTAR DO TIL	Pais
ASSOCIAÇÃO DOS PASTORES DO CONCELHO DO FUNCHAL, (1931 -43)	Social
ASSOCIAÇÃO DOS PEDREIROS E CARPINTEIROS DO FUNCHAL (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO DOS POBRES DESAMPARADOS	Social
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS (1901-10)	Social
ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO DOS PSICÓLOGOS DA MADEIRA	Outra
ASSOCIAÇÃO DOS REGANTES DA LEVADA DO MOINHO DA LOMBADA DA PONTA DO SOL	Social
ASSOCIAÇÃO DOS SOCORROS MÚTUOS DO SEXO FEMININO DO FUNCHAL "15 DE SETEMBRO DE 1901"	Social
ASSOCIAÇÃO DOS SOCORROS MÚTUOS DOS SAPATEIROS FUNCHALENSES	Social
ASSOCIAÇÃO DOS SÚBDITOS INGLESES NA MADEIRA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO DOS UTENTES DE MARINAS	Social
ASSOCIAÇÃO DOS VETERINÁRIOS DA MACARONÉSIA	Outra
ASSOCIAÇÃO DRAMÁTICA INGLESA NA MADEIRA - ADIM (MADS)	Cultural
ASSOCIAÇÃO EMPRESÁRIOS DA ZONA HISTÓRICA SANTA MARIA	Social
ASSOCIAÇÃO ESCOLA DE SAMBA CANECA FURADA	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO ESCOLA NUNO ÁLVARES PEREIRA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO ESCOLINHA DE GUARDA-REDES DE FUTEBOL ZEREDES	Desportiva
ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA DE MESA BRANCA, DE LÃ CARDEC, SÃO LUÍS GONZAGA, LÍRIO ROXO E ESTRELA CORRENTE	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO ESQUADRA COURAÇADA DE NAVEGAÇÃO TERRESTRE	Recreativa
ASSOCIAÇÃO ESQUADRÃO MARITMISTA	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO ESTUDANTINA ACADÉMICA DA MADEIRA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO FAMA - FÓRUM AUTONOMIA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO FILANTROPIA DOS ESTUDANTES DO FUNCHAL	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA ACADÉMICA FUNCHALENSE	Recreativa
ASSOCIAÇÃO FILARMÓNICA ARTÍSTICO MADEIRENSE	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO FILARMÓNICA UNIÃO CALHETENSE	Cultural
ASSOCIAÇÃO FLOWERS FOOT-BALL CLUB	Desportiva
ASSOCIAÇÃO FORUM CULTURAL E DESPORTIVO DE SANTO ANTÓNIO	Social e Recreativa
ASSOCIAÇÃO FULL - CONTACT/KICK - BOXING DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO FUNDAÇÃO FELÍCIO	Fundação

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO FURA SAMBA	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO FUTEBOL CLUBE NACIONAL DE PORTO SANTO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO GOTA DE LEITE DO FUNCHAL	Social
ASSOCIAÇÃO GRÉMIO 5 D'OUTUBRO	Recreativa e Instrução
ASSOCIAÇÃO GRÉMIO MUSICAL 10 DE JUNHO DE 1920	Cultural
ASSOCIAÇÃO GRÉMIO TRABALHO	Recreativa e Instrução
ASSOCIAÇÃO GRUPO AMIGOS DO TEATRO	Cultural
ASSOCIAÇÃO GRUPO COLUMBÓFILO DE SANTA MARIA MAIOR	Desportiva
ASSOCIAÇÃO GRUPO CORAL DA SANTA TERESINHA	Cultural
ASSOCIAÇÃO GRUPO CORAL DE SÃO VICENTE	Cultural
ASSOCIAÇÃO GRUPO CORAL DO ESTREITO DE CÂMARA DE LOBOS	Cultural
ASSOCIAÇÃO GRUPO CULTURAL FLORES DE MAIO	Cultural
ASSOCIAÇÃO GRUPO DE CAMPISMO DE SANTO ANTÓNIO	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO GRUPO DE CORDAS DA FAJÃ DA OVELHA	Cultural
ASSOCIAÇÃO GRUPO DE DANÇAS E CANTARES DE MACHICO	Recreativa
ASSOCIAÇÃO GRUPO DE JOVENS CANIÇALENSES	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO GRUPO DE JOVENS DA ENCARNAÇÃO	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO GRUPO DE TEATRO DA CASA DO POVO DO ESTREITO - GRUTCAPE	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO GRUPO DESPORTIVO AZINHAGA - CENTRO DE RECREIO POPULAR	Desportiva
ASSOCIAÇÃO GRUPO DESPORTIVO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO GRUPO DESPORTIVO DO ESTREITO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO GRUPO DESPORTIVO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO GRUPO DESPORTIVO RÁDIO NAVAL PORTO SANTO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO GRUPO DESPORTIVO VASCO GIL	Desportiva
ASSOCIAÇÃO GRUPO FOLCLÓRICO CULTURAL E RECREATIVO DE SÃO MARTINHO	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO GRUPO FOLCLÓRICO E CULTURAL DOS AMIGOS DO FUNCHAL	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO GRUPO FOLCLÓRICO JUVENIL MAX	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO GRUPO FOLCLÓRICO, CULTURAL E RECREATIVO DO FUNCHAL	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO GRUPO INFANTE JUVENIL ILHA DOS AMORES	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO GRUPO JUVENIL E TEATRAL DE SANTA CECÍLIA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO GRUPO MUSICAL 1º DE NOVEMBRO 1977	Cultural
ASSOCIAÇÃO GRUPO MUSICAL AOSSESSES	Cultural
ASSOCIAÇÃO GRUPO MUSICAL E CULTURAL DOS REIS MAGOS	Cultural
ASSOCIAÇÃO GRUPO RECREATIVO DESPORTIVO E CULTURAL DO MONTE	Social e Recreativa
ASSOCIAÇÃO GRUPO ROMARIAS E TRADIÇÕES	Recreativa

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO GRUPO TEATRAL DE SANTA CECÍLIA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO GRUPO TEATRAL DE SÃO GONÇALO	Cultural
ASSOCIAÇÃO GUIAS DE PORTUGAL	Outra
ASSOCIAÇÃO HÍPICA DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO HOLY TRINITY CHURCH	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO HÓQUEI CLUBE PORTO SANTO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO HOT CLUB DA MADEIRA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS	Social
ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS CANICENSE	Social
ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE SANTANA	Social
ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO FUNCHAL	Social
ASSOCIAÇÃO I GO OCEANS - INVESTIGAÇÃO E GESTÃO DE OCEANOS	Outra
ASSOCIAÇÃO IGREJA PENTECOSTAL - CATEDRAL DE VIDA	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO INDUSTRIA DE PANIFICAÇÃO DA MADEIRA - AIPM	Social
ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DE TÁXI DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - AITRAM	Social
ASSOCIAÇÃO INSULAR DE GEOGRAFIA	Instrução
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CARIDADE	Social
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE HISTORIA E CIVILIZAÇÃO DO AÇUCAR - AIHCA	Cultural
ASSOCIAÇÃO IRMÃS FRANCISCANAS DO COLÉGIO DE SANTA TERESINHA	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO ISLAMICA DA MADEIRA	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO JESUS BENVINDO À TERCEIRA IDADE	Social
ASSOCIAÇÃO JUDO CLUBE DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO JUDO CLUBE DE SÃO MARTINHO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO JUVENIL “OS IMPARÁVEIS DE SÃO JORGE”	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO - APIS JOVEM	Social
ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE ANTONIANA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE ASSOCIATIVA ILHA DA MADEIRA	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE BENEMERITA DO FUNCHAL. (1931 - 43)	Social
ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE CLUBE DE S. JOÃO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE DEHONIANA COLÉGIO MISSIONÁRIO SAGRADO CORAÇÃO	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO KARATE REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - A.K.R.A.M	Desportiva
ASSOCIAÇÃO KUNG-FU-PUNHO DE FERRO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO LEVADA DA SERRA DA ALEGRIA - S ROQUE	Social
ASSOCIAÇÃO LEVADA DA SERRA DA TABUA	Social

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO LEVADA PARA A EUROPA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO LIBERAL DA MADEIRA	Política
ASSOCIAÇÃO LIGA DOS AMIGOS DOS DOENTES CARDÍACOS DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO LIONS CLUBE DE SÃO VICENTE E NORTE	Desportiva
ASSOCIAÇÃO LIVRE DOS EXPORTADORES DE FRUTAS E PRODUTOS HORTÍCOLAS DA ILHA DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO LUZ DO SOL NASCENTE	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO MADEIRA TRANSQUADRASOLO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO MADEIRENSE DE ANESTESIOLOGIA	Outra
ASSOCIAÇÃO MADEIRENSE DE BILHAR	Desportiva
ASSOCIAÇÃO MADEIRENSE DE DEFESA DO CONSUMIDOR	Social
ASSOCIAÇÃO MADEIRENSE DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS LOCAIS	Social
ASSOCIAÇÃO MADEIRENSE DE MULHERES EMPRESÁRIAS	Social
ASSOCIAÇÃO MADEIRENSE FUNDADORA DE JARDINS DE INFÂNCIA	Social
ASSOCIAÇÃO MADEIRENSE PARA O ESTUDO DO CANCRO - AMPEC	Social
ASSOCIAÇÃO MADEIRENSE PROMOTORA DO BEM PÚBLICO	Social
ASSOCIAÇÃO MADEIRENSE PROMOTORA DO BEM PÚBLICO E AUXÍLIO MÚTUO	Social
ASSOCIAÇÃO MÃO AMIGA - ASSOCIAÇÃO DE ALCOOLOGIA CAMAROLENSE	Social
ASSOCIAÇÃO MARINA FUNCHAL	Social
ASSOCIAÇÃO MONTEPÉ - CLUBE DE MONTANHISMO E PASSEIOS A PÉ DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO MOTARDS DA RIBEIRA BRAVA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO DE APOIO À GRÁVIDA	Social
ASSOCIAÇÃO MUNICÍPIOS REGIÃO AUTÓNOMA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO MUSICAL 25 DE JANEIRO (ORQUESTRA)	Cultural
ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL - XARABANDA	Cultural
ASSOCIAÇÃO MUSICAL, CULTURAL E RECREATIVA, CORO DE CÂMARA DE CÂMARA DE LOBOS	Cultural
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ÁRBITROS DE TÊNIS DE MESA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FREGUESIAS - ANAFRE	Social
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JOGADORES DE TÊNIS DE MESA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS - ANET	Outra
ASSOCIAÇÃO NAU SEM RUMO	Recreativa
ASSOCIAÇÃO NAÚTICA DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO NAÚTICA DE CÂMARA DE LOBOS	Desportiva
ASSOCIAÇÃO NAÚTICA DE MACHICO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS	Religiosa/Espiritual

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE ÁRBITROS DE FUTEBOL DO FUNCHAL PARA NAFRAM – NÚCLEO DE ÁRBITROS DE FUTEBOL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO NÚCLEO LEÕES DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO NUMISMÁTICA E ARQUEOLÓGICA DO FUNCHAL	Outra
ASSOCIAÇÃO O CLUBE NAVAL DO PORTO SANTO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO O NINHO	Social
ASSOCIAÇÃO OPERAÇÃO VIDA	Social
ASSOCIAÇÃO OPERÁRIA FUTEBOL-CLUB (1931 -43)	Recreativa
ASSOCIAÇÃO ORNITOLÓGICA DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA CLÁSSICA DA MADEIRA	Cultural
ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA LIGEIRA DA MADEIRA	Cultural
ASSOCIAÇÃO OUSEM - OUTSTANDING SOLUTIONS FOR EMPOWERMENT	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO P/ PLANEAMENTO DA FAMÍLIA	Social
ASSOCIAÇÃO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Instrução
ASSOCIAÇÃO PARA A REDE MÓVEL MARÍTIMA DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO - ASA	Social
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ORTOPEDIA DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA RAM - ADRAMA	Social
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SÍTIO DA CORUJEIRA, FREGUESIA DO MONTE - ADECOM	Social
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS MÉDICOS - A.E.M.	Instrução
ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL DA REGIÃO DA MADEIRA	Cultural
ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO E PROMOÇÃO DA SAUDE NA RIBEIRA BRAVA	Social
ASSOCIAÇÃO PATA-PORQUE OS ANIMAIS TAMBEM SE AMAM	Social
ASSOCIAÇÃO PATRIMÓNIO DOS POBRES DA FREGUESIA DA CALHETA	Social
ASSOCIAÇÃO PATRIMÓNIO DOS POBRES DA FREGUESIA DE CÂMARA DE LOBOS	Social
ASSOCIAÇÃO PATRIMÓNIO DOS POBRES DA FREGUESIA DE SANTANA	Social
ASSOCIAÇÃO PATRIMÓNIO DOS POBRES DA FREGUESIA DO FUNCHAL	Social
ASSOCIAÇÃO PATRIMÓNIO DOS POBRES DO CONCELHO DA PONTA DO SOL	Social
ASSOCIAÇÃO PATRIMÓNIO DOS POBRES DO CONCELHO DE MACHICO	Social
ASSOCIAÇÃO PATRIMÓNIO DOS POBRES DO CONCELHO DE SANTA CRUZ	Social
ASSOCIAÇÃO PATRIMONIO DOS POBRES DO CONCELHO DE SÃO VICENTE	Social

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO PATRIMÓNIO DOS POBRES DO CONCELHO DO PORTO MONIZ	Social
ASSOCIAÇÃO PESCA DESPORTIVA DA REGIÃO AUTONOMA DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO PITI TÊNIS CLUBE	Desportiva
ASSOCIAÇÃO POLÍCIAS FLORESTAIS RAM	Social
ASSOCIAÇÃO PORTO FUTEBOL CLUBE DE CÂMARA DE LOBOS	Desportiva
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE DEMERARA	Social
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CERTIFICAÇÃO - APCER	Social
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DEFICIENTES DA DELEGAÇÃO MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOENTES PARKINSON	Social
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS FAMILIARES E AMIGOS DE DOENTES DE ALZHEIMER	Social
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA P/ A QUALIDADE	Social
ASSOCIAÇÃO PRABHÁTA NOVO AMANHECER	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO PRESENÇA FEMININA	Social
ASSOCIAÇÃO PRÓ MOCIDADE NOSSA SENHORA DAS DORES - APM	Social
ASSOCIAÇÃO PRODUTORES BORDADO TAPEÇARIAS OBRA VIMES MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE EDUCAÇÃO POPULAR	Social
ASSOCIAÇÃO PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO LIVRE (1901-10)	Social
ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DO ORFANATO DO SANTO DA SERRA	Social
ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA CASA DOS POBRES DESAMPARADOS	Social
ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA MOCIDADE - ESCOLA ARTES E OFÍCIOS	Social
ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA SOPA AOS POBRES	Social
ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DE ESTUDANTES POBRES	Social
ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DO ORFANATO DO SANTO DA SERRA	Social
ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DO RECOLHIMENTO DO BOM JESUS DA RIBEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DOS POBRES DO FUNCHAL	Social
ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DOS ANIMAIS SANTO ANTÃO	Social
ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DOS INTERESSES MORAIS E ECONÓMICOS DA MOCIDADE DE SANTA MARIA MAIOR)	Social
ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DOS POBRES (SOPA ECONÓMICA)	Social
ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DOS SOCORROS MÚTUOS 4 DE SETEMBRO DE 1862	Social
ASSOCIAÇÃO PROTECTORA UNIÃO MADEIRENSE DA CALIFÓRNIA	Social
ASSOCIAÇÃO QUEBRA COSTAS	Cultural
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA ACHADA DE GAULA- "MALTA DO FUROR"	Recreativa
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA JUVENTUDE PORTOMONIZENSE	Recreativa

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA RAPOSEIRA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE NOSSA SENHORA DE FATIMA DO ARCO DE S. JORGE	Recreativa
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DESPORTIVA FAJÃ DO PENEDO	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DO FUNCHAL	Recreativa
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL AMIGOS DOS CARROS DE PAU DE AGUA DE PENA - A R C A C P A P	Recreativa
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E DESPORTIVA CLUBE ESKAPE	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA NOSSA SENHORA FÁTIMA	Recreativa
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA RADAR	Recreativa
ASSOCIAÇÃO RECREIO FAMILIAR PONTASOLENSE	Recreativa e Instrução
ASSOCIAÇÃO RECREIO MUSICAL UNIÃO DA MOCIDADE	Recreativa
ASSOCIAÇÃO RECREIO PORTOSANTENSE	Recreativa
ASSOCIAÇÃO REFÚGIO DA FREIRA	Ambiental
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ	Religiosa/Espiritual
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA DOS AUDITORES DA QUALIDADE	Outra
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE ACTIVIDADES SUBAQUATICAS DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CANOAGEM DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA - AREARTÍSTICA	Instrução
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE JET SKI E MOTONÁUTICA DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE TEATRO EXPERIMENTAL - ARTE	Cultural
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE TRIATLO DA MADEIRA - ARTM	Desportiva
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE VELA, CANOAGEM E REMO DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS AUTARCAS SOCIAL DEMOCRATAS DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NA MADEIRA - DTIM	Social
ASSOCIAÇÃO REGIONAL TEATRO E ESPETÁCULOS	Cultural
ASSOCIAÇÃO ROBERT REID KALLEY	Social
ASSOCIAÇÃO ROTA DA CAL	Cultural
ASSOCIAÇÃO ROTARY CLUBE DE MACHICO - SANTA CRUZ	Social
ASSOCIAÇÃO SALÃO GINÁSIO DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO SALÃO IDEAL	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO SANTANA CIDADE SOLIDÁRIA	Social
ASSOCIAÇÃO SEMEAR SABER	Instrução
ASSOCIAÇÃO SHOTO CLUBE DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO SHOTOKAN KOKUSAI KARATE DE SANTO ANTÓNIO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO SIMÉTRICO GINÁSIO CLUBE	Desportiva

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS PROFISSIONAIS DA POLÍCIA ASPP/PSP	Social
ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA MADEIRA	Social
ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE SÃO VICENTE PAULO	Social
ASSOCIAÇÃO SOCIO CULTURAL DO SEIXAL	Cultural e Social
ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL ALTERNATIVAS JOVENS	Juvenil/Estudantes
ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DA FONTE	Cultural e Social
ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DO CANIÇAL – “O CALHAU”	Cultural e Social
ASSOCIAÇÃO SOCORROS MÚTUOS NA INABILIDADE FEMINISTA DA MADEIRA D. FILIPA DE VILHENA, (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO SOCORROS MÚTUOS NA INABILIDADE GONÇALVES ZARCO, (1911 – 20)	Social
ASSOCIAÇÃO SORRISO DO ATLÂNTICO	Social e Recreativa
ASSOCIAÇÃO SPORTING CLUBE DE PORTO SANTO	Desportiva
ASSOCIAÇÃO SPORTING CLUBE DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO SPORTS CLUB (1901-10)	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO THE ANGLO AMERICAN CLUB	Desportiva
ASSOCIAÇÃO TUNA D’ELAS	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO TUNA UNIVERSITÁRIA DA MADEIRA	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO ULTRAS ONDA AZUL - UOA	Recreativa e Desportiva
ASSOCIAÇÃO UNIÃO DE PRODUTORES AGRÍCOLAS DA MADEIRA (UPRAM)	Social
ASSOCIAÇÃO UPS - UNIDOS PELO SAMBA	Cultural e Recreativa
ASSOCIAÇÃO VIDA ATLÂNTICO	Social
ASSOCIAÇÃO VITÓRIA FUTEBOL CLUB	Desportiva
ASSOCIAÇÃO WING TSUN/LEUNG TING DA MADEIRA	Desportiva
ASSOCIAÇÃO ZARCO - CENTRO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO E DE DESPORTO	Outra
ASSOCIATION AMICALE FRANÇAISE DE MADÈRE	Recreativa
ATELIER DE DANÇA MÚSICA E ARTES - ADMA	Cultural
ATENEU COMERCIAL DO FUNCHAL	Outra
ATENEU MUSICAL DA MADEIRA	Cultural
ATKDM - ASSOCIAÇÃO DE TAEKWONDO DA MADEIRA	Desportiva
AUXÍLIO MATERNAL	Social
BANCO COMERCIAL DA MADEIRA	Social
BANCO DA MADEIRA (1921 -30)	Social
BANDA DE SANTA CRUZ	Cultural
BANDA DO PORTO MONIZ	Cultural
BANDA FILARMONICA DO CANIÇO-EIRAS	Cultural
BANDA RECREIO DOS LAVRADORES	Recreativa
BANDA VELHA DE CÂMARA DE LOBOS - Banda Municipal de Câmara de Lobos	Cultural

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
BÁSQUETE CLUBE DO PORTO SANTO	Desportiva
BOLSA DE ESTUDOS "ANTÓNIA GEORGINA"	Social
CAIXA DE SOCORROS DAS CASAS EXPORTADORAS DE BORDADOS ALEMÃES	Social
CAIXA ECONÓMICA DO FUNCHAL	Social
CAMADEIRA - CLUBE AVENTURA DAMADEIRA	Recreativa e Desportiva
CÂMARA DE LOBOS VIVA-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	Social
CÂMARA DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS	Social
CÂMARA ECLESIAÍSTICA DO FUNCHAL	Social
CAMINHO-ASSOC.FAMILIARES AMIGOS CRIANÇAS CENTRO REABILITAÇÃO PSICOPEDA.SAGRADA FAMILIA	Social
CARITAS DIOCESANA DO FUNCHAL	Social
CASA BOLIVARIANA VENEZUELANA DA CULTURA EM MADEIRA	Social e Recreativa
CASA DA EUROPA NA MADEIRA - CERNE	Social e Recreativa
CASA DA MADEIRA DE COIMBRA	Social e Recreativa
CASA DA MADEIRA DO NORTE	Social e Recreativa
CASA DA MADEIRA EM LISBOA	Social e Recreativa
CASA DA MADEIRA NO RIO DE JANEIRO	Social e Recreativa
CASA DA MADEIRA NOS AÇORES	Social e Recreativa
CASA DA SAGRADA FAMÍLIA E REFÚGIO DE S. VICENTE DE PAULO	Social
CASA DO POVO DE ÁGUA DE PENA	Cultural
CASA DO POVO DE ARCO DE SÃO JORGE	Cultural
CASA DO POVO DE BOAVENTURA	Cultural
CASA DO POVO DE CALHETA	Cultural
CASA DO POVO DE CAMACHA	Cultural
CASA DO POVO DE CÂMARA DE LOBOS	Cultural
CASA DO POVO DE CANIÇAL	Cultural
CASA DO POVO DE CANIÇO	Cultural
CASA DO POVO DE CURRAL DAS FREIRAS	Cultural
CASA DO POVO DE FAIAL	Cultural
CASA DO POVO DE FAJÃ DE OVELHA	Cultural
CASA DO POVO DE GAULA	Cultural
CASA DO POVO DE ILHA	Cultural
CASA DO POVO DE IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA	Cultural
CASA DO POVO DE JARDIM DA SERRA	Cultural
CASA DO POVO DE MACHICO	Cultural
CASA DO POVO DE MONTE	Cultural
CASA DO POVO DE NOSSA SENHORA DE PIEDADE - PORTO SANTO	Cultural
CASA DO POVO DE PAUL DO MAR	Cultural
CASA DO POVO DE PONTA DELGADA-MADEIRA	Cultural

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
CASA DO POVO DE PONTA DO PARGO	Cultural
CASA DO POVO DE PONTA DO SOL	Cultural
CASA DO POVO DE PORTO MONIZ	Cultural
CASA DO POVO DE QUINTA GRANDE	Cultural
CASA DO POVO DE RIBEIRA BRAVA	Cultural
CASA DO POVO DE SANTA CRUZ	Cultural
CASA DO POVO DE SANTANA	Cultural
CASA DO POVO DE SANTO ANTÓNIO	Cultural
CASA DO POVO DE SANTO ANTÓNIO SERRA	Cultural
CASA DO POVO DE SÃO JORGE	Cultural
CASA DO POVO DE SÃO MARTINHO	Cultural
CASA DO POVO DE SÃO ROQUE	Cultural
CASA DO POVO DE SÃO ROQUE DO FAIAL	Cultural
CASA DO POVO DE SÃO VICENTE	Cultural
CASA DO POVO DE SERRA DE ÁGUA	Cultural
CASA DO POVO DE TABUA	Cultural
CASA DO POVO DO CAMPANÁRIO	Cultural
CASA DO POVO DO ESTREITO DE CÂMARA DE LOBOS	Cultural
CASA DO POVO DO PORTO DA CRUZ	Cultural
CASA DOS PESCADORES	Social
CASA DOS POBRES DESAMPARADOS, (1911 – 20)	Social
CAUSA SOCIAL – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA	Social
CENTRO COLUMBÓFILO DO FUNCHAL	Desportiva
CENTRO CULTURAL DE SANTO ANTÓNIO	Cultural
CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA FREGUESIA DA ILHA	Cultural e Desportiva
CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DE SÃO GONÇALO	Cultural e Desportiva
CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DOS FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA JUDICIÁRIA DO FUNCHAL	Recreativa
CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DOS TRABALHADORES DE EMPRESA DE ELECTRICIDADE DA MADEIRA	Recreativa
CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO LUIS DE CAMÕES	Cultural e Desportiva
CENTRO DA MÃE - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	Social
CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL “O NINHO”	Social
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MADEIRA - CITMA	Instrução
CENTRO DE CULTURA E RECREIO PONTASSOLENSE	Cultural e Recreativa
CENTRO DE ESTUDOS NACIONAIS AIRES D'ORNELAS	Instrução
CENTRO DE RECREIO POPULAR DE S. GONÇALO	Recreativa
CENTRO DE TREINO MAR ESCUTEIROS MARÍTIMOS	Instrução
CENTRO DO DESPORTO CULTURA E RECREIO DO PESSOAL DOS CTT	Recreativa
CENTRO LITERÁRIO E RECREATIVO "GONSALVES ZARCO"	Cultural e Recreativa
CENTRO MADEIRENSE	Social

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
CENTRO MADEIRENSE DO PORTO	Social
CENTRO MANUEL DE ARRIAGA	Política
CENTRO MONÁRQUICO DA MADEIRA	Política
CENTRO REPUBLICANO - MANOEL D'ARRIAGA	Política
CENTRO REPUBLICANO AZEVEDO RAMOS	Política
CENTRO REPUBLICANO EVOLUCIONISTA DA MADEIRA	Política
CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DA NAZARÉ	Social
CENTRO SOCIAL DAS COMUNIDADES MADEIRENSES	Social
CENTRO SOCIAL DESPORTIVO CÂMARA LOBOS	Social e Desportiva
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. VICENTE	Social
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Social
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO ARCO DA CALHETA	Social
CHOUPANA FUTEBOL CLUBE	Desportiva
CICLOMADEIRA CLUBE DESPORTIVO 87.722 62.404 6.961	Recreativa e Desportiva
CINEFORUM DO FUNCHAL - FORUM DE ARTE CIENCIA E CULTURA	Cultural
CIRCULO BANDOLINÍSTICO DE SANTO ANTÓNIO	Cultural
CÍRCULO BANDOLÍSTICO CAMARALOBENSE	Cultural
CLUB "WESTERN STAFF CLUB"	Recreativa
CLUB 1º DE MAIO	Desportiva
CLUB ALEMÃO "DEUTSCHE VEREIN"	Social e Recreativa
CLUB ASSEMBLEIA PONTASOLENSE	Recreativa e Instrução
CLUB COLUMBÓFILO DA CIDADE DO FUNCHAL	Desportiva
CLUB DE AMADORES DE PESCA "ESTALEIROS"	Recreativa e Desportiva
CLUB DE CAÇADORES DA MADEIRA	Desportiva
CLUB DE FUTEBOL S. JOÃO	Desportiva
CLUB DE TURISMO	Recreativa
CLUB DESPORTIVO NACIONAL. (1921 -30)	Desportiva
CLUB DESPORTIVO V 8	Desportiva
CLUB DOS ESTRANGEIROS	Recreativa
CLUB ECONÓMICO	Social
CLUB FILARMÓNICO	Cultural
CLUB FUNCHALENSE	Recreativa
CLUB FUNCHALENSE DE RECREIO E INSTRUCÇÃO	Recreativa
CLUB GIBRALTAR UNION	Outra
CLUB INGLÊS DA MADEIRA (BRITISH COUNTRY CLUB IN MADEIRA)	Recreativa
CLUB INTERNACIONAL DO FUNCHAL	Recreativa
CLUB LIBERDADE	Recreativa
CLUB MADEIRENSE	Recreativa
CLUB MADEIRENSE EM CURAÇAU	Recreativa
CLUB NAVAL LISBOA FUNCHAL	Desportiva

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
CLUB NAVAL MADEIRENSE (1901-10)	Desportiva
CLUB RECREATIVO	Recreativa
CLUB RECREIO E INSTRUÇÃO	Recreativa
CLUB RECREIO E UNIÃO	Recreativa
CLUB RECREIO INDEPENDENTE	Recreativa
CLUB REPUBLICANO DA MADEIRA	Recreativa e Instrução
CLUB RESTAURAÇÃO	Recreativa e Instrução
CLUB SANTACRUZENSE	Desportiva
CLUB SPORT JUVENTUDE DE GAULA	Desportiva
CLUB SPORT MARÍTIMO	Desportiva
CLUB SPORT NÁUTICO TAPADINHA	Desportiva
CLUB UNIÃO	Desportiva
CLUB UNIÃO PONTASOLENSE	Desportiva
CLUB UNIÃO RIBEIRABRAVENSE	Desportiva
CLUB WASHINGTON	Desportiva
CLUB(E) FILATÉLICO DA MADEIRA	Recreativa
CLUBE ALIANÇA	Desportiva
CLUBE DE ATLETISMO DO FUNCHAL	Desportiva
CLUBE DE CAMPISMO DA MADEIRA	Desportiva
CLUBE DE FUTEBOL ANDORINHA DE SANTO ANTÓNIO	Desportiva
CLUBE DE FUTEBOL CANIÇAL	Desportiva
CLUBE DE FUTEBOL CARVALHEIRO	Desportiva
CLUBE DE GOLF DO SANTO DA SERRA	Desportiva
CLUBE DE KICK-BOXING/FULL-CONTACT DO FUNCHAL	Desportiva
CLUBE DE MOTARDS DAMADEIRA	Desportiva
CLUBE DE TÊNIS-DE-MESA – GEST LÍDER	Desportiva
CLUBE DE TÊNIS-DE-MESA DA PONTA DO SOL	Desportiva
CLUBE DE TÊNIS-DE-MESA DE STA. TERESINHA	Desportiva
CLUBE DE TÊNIS-DE-MESA DO FUNCHAL	Desportiva
CLUBE DE TIRO DA MADEIRA	Desportiva
CLUBE DE TIRO, CAÇA E PESCA DAMADEIRA	Desportiva
CLUBE DESPORTIVO ‘OS ESPECIAIS’	Desportiva
CLUBE DESPORTIVO 1º DE MAIO	Desportiva
CLUBE DESPORTIVO AQUÁTICO	Desportiva
CLUBE DESPORTIVO BARREIRENSE	Desportiva
CLUBE DESPORTIVO CURRAL DAS FREIRAS	Desportiva
CLUBE DESPORTIVO DA RIBEIRA BRAVA	Desportiva
CLUBE DESPORTIVO E CULTURAL DO PORTO MONIZ	Desportiva
CLUBE DESPORTIVO E RECREATIVO DE SÃO JORGE	Recreativa e Desportiva
CLUBE DESPORTIVO E RECREATIVO DOS PRAZERES	Recreativa e Desportiva
CLUBE DESPORTIVO E RECREATIVO SANTANENSE	Recreativa e Desportiva

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
CLUBE DESPORTIVO ESCOLA BÁSICA SEC. SANTA CRUZ	Recreativa e Desportiva
CLUBE DESPORTIVO ESCOLA DO PORTO DA CRUZ	Recreativa e Desportiva
CLUBE DESPORTIVO ESCOLA FRANCISCO FRANCO	Recreativa e Desportiva
CLUBE DESPORTIVO ESCOLA SANTANA - CDES	Recreativa e Desportiva
CLUBE DESPORTIVO GARACHICO	Desportiva
CLUBE DESPORTIVO INFANTE D. HENRIQUE	Desportiva
CLUBE DESPORTIVO NACIONAL	Desportiva
CLUBE DESPORTIVO PORTOSANTENSE	Desportiva
CLUBE DESPORTIVO SANTA RITA	Desportiva
CLUBE DESPORTIVO SÃO ROQUE	Desportiva
CLUBE ESCOLA 'O LICEU'	Juvenil/Estudantes
CLUBE FUNCHALENSE	Social e Recreativa
CLUBE FUTEBOL CANIÇAL	Desportiva
CLUBE FUTEBOL UNIÃO, FUTEBOL SAD	Desportiva
CLUBE JUDO BRAVA	Desportiva
CLUBE KARATÉ CANIÇO	Desportiva
CLUBE KARATÉ RIBEIRA BRAVA	Desportiva
CLUBE NAVAL DE SÃO VICENTE	Desportiva
CLUBE NAVAL DO FUNCHAL	Desportiva
CLUBE PALHEIRO GOLF	Desportiva
CLUBE PORTUGAL TELECOM	Social
CLUBE RESTAURAÇÃO	Recreativa e Desportiva
CLUBE SPORT MARÍTIMO DAMADEIRA	Desportiva
COLÉGIO DE S. JOÃO	Social
COMISSÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Social
COMPANHIA DE SEGUROS GARANTIA FUNCHALENSE	Social
COMPANHIA DE SEGUROS MADEIRENSE	Social
COMPANHIA DE TEATRO DA MADEIRA - COM.TEMA	Cultural
CONDUTORES DE BOIS	Social
CONFEDERAÇÃO FUNCHALENSE	Social
CONFERÊNCIA DE S. VICENTE DE PAULO	Social
CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA SENA ORDEM TERCEIRA SÃO DOMINGOS	Social
COOPERATIVA AGRÍCOLA DA MADEIRA	Social
COOPERATIVA CONSTRUTORA PREDIAL DO FUNCHAL	Social
COOPERATIVA DE ASSOCIAÇÃO DE CLASSE CARPINTEIROS E MARCENEIROS	Social
COOPERATIVA DE CINEMA PLANO XXI - CRL	Cultural

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
COOPERATIVA DE CONSTRUÇÃO DOS CARPINTEIROS E ARTES CORRELATIVAS	Social
COOPERATIVA DE LACTICÍNIOS DO NORTE	Social
COOPERATIVA DE LACTICÍNIOS MADEIRENSE	Social
COOPERATIVA DE PANIFICAÇÃO	Social
COOPERATIVA DOS ALFAIATES	Social
COOPERATIVA POPULAR DO FUNCHAL	Social
CORO DE CÂMARA DA MADEIRA	Cultural
CORO DE CÂMARA DE CÂMARA DE LOBOS	Cultural
CORPO NACIONAL DE ESCUTAS	Recreativa
CORPO NACIONAL DE ESCUTAS (CNE)-ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS	Recreativa
CORPO NACIONAL DE ESCUTAS-AGRUPAMENTO 217 - CNE	Recreativa
CORPO NACIONAL DE ESCUTAS-AGRUPAMENTO 432	Recreativa
CORPO RECREATIVO VOLUNTARIOS FUNCHALENSES	Recreativa
CRIAMAR - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO E APOIO A CRIANÇAS E JOVENS	Social
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DA MADEIRA	Social
CULTURAL - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA DA RAM	Cultural e Recreativa
DANÇA COMIGO - ASSOCIAÇÃO DE DANÇA DESPORTIVA	Recreativa e Desportiva
DELEGAÇÃO DA MADEIRA DA ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER PORTUGAL	Social
DELEGAÇÃO DA MADEIRA DA FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE	Juvenil/Estudantes
DELEGAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DA CRUZ VERMELHA NO FUNCHAL, (1911 – 20)	Social
DESPORTIVO DE MACHICO - UNIÃO DESP. E CULT. MACHICO	Desportiva
DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E REABILITAÇÃO - NÚCLEO DE INCLUSÃO PELA ARTE - GRUPO DE MÍMICA E TEATRO OFICINA VERSUS	Cultural
DOIS FUTEBOL CLUBE	Desportiva
EMPREGADOS DE INDÚSTRIA HOTELEIRA (1931 -43)	Social
EMPRESA UNIÃO FABRIL DOS RETALHISTAS MADEIRENSES (1911 – 20)	Social
EQUIPA DE JOVENS DE NOSSA SENHORA	Juvenil/Estudantes
ESCOLA DE BAILADO CARLOS FERNANDES	Instrução
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE S. JOSÉ DE CLUNY	Instrução
ESCOTEIROS DE PORTUGAL-GRUPO 24 - AEP	Recreativa
ESFUMA-ESCOLA DE FUTEBOL DA MADEIRA	Desportiva
ESQUADRAS DE NAVEGAÇÃO TERRESTRE	Recreativa
ESTRELA DA CALHETA FUTEBOL CLUBE	Desportiva
ESTRELA FUTEBOL CLUBE	Desportiva
ESTROBOSCOPIO - OFICINA DE FOTOGRAFIA E AUDIOVISUAIS	Recreativa e Instrução
ESTUDANTINA ACADÉMICA DA MADEIRA	Cultural e Recreativa
ETPRAM-EMPRESA DE TRABALHO PORTUÁRIO-ETP LDA	Social

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
EXCELSIOR CRICKET CLUB	Desportiva
EXTERNATO DONA MARIA AMÉLIA	social
FÁBRICA DE SONHOS	Cultural e Recreativa
FANTOCHEIROS DA MADEIRA, ASSOCIAÇÃO CULTURAL	Cultural e Recreativa
FILARMÓNICA DO FAIAL - FILARMÓNICA UNIÃO RECREIO FAIALENSE	Cultural e Recreativa
FORUM CULTURAL LUSOFONO E EUROPEU	Cultural e Recreativa
FUNDAÇÃO CECÍLIA ZINO	Fundação
FUNDAÇÃO D. JACINTA ORNELAS PEREIRA E JOÃO PEREIRA	Fundação
FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE – DELEGAÇÃO DA MADEIRA	Fundação
FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA	Fundação
FUNDAÇÃO JOÃO PEREIRA	Fundação
FUNDAÇÃO JOSÉ BERARDO	Fundação
FUNDAÇÃO MADEIRA CLASSIC	Fundação
FUNDAÇÃO MÁRIO MIGUEL	Fundação
FUNDAÇÃO MARY JANE WILSON	Fundação
FUNDAÇÃO PATRONATO SÃO FILIPE	Fundação
FUNDAÇÃO PORTUGUESA A COMUNIDADE CONTRA A SIDA	Fundação
FUNDAÇÃO SOCIAL DEMOCRATA MADEIRA	Fundação
FUTEBOL CLUBE BOM SUCESSO	Desportiva
GABINETE DE LEITURA DE PONTA DELGADA	Instrução
GAULA É, ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DO ARTESANATO E DA CULTURA GAULESA	Social
GRÉMIO "PÁTRIA PORTUGUESA"	Política
GRÉMIO DE SOLIDARIEDADE MADEIRENSE	Social
GRÉMIO DOS BORDADOS	Social
GRÉMIO LITERÁRIO DOS ARTISTAS MADEIRENSES	Recreativa
GRUPO DESPORTIVO ALMA LUSA	Desportiva
GRUPO "OS FOLCLORISTAS" DA MADEIRA	Cultural e Recreativa
GRUPO ANIMAÇÃO MUSICAL VENTOS DO NORTE	Cultural
GRUPO ARTÍSTICO RECREATIVO OPERÁRIO	Recreativa
GRUPO BANDOLINÍSTICO UNIÃO DE SANTO ANTÓNIO	Cultural
GRUPO CHARANGA CRUZADO CANICENSE	Recreativa e Desportiva
GRUPO COLUMBÓFILO ASAS DO ATLÂNTICO	Desportiva
GRUPO COLUMBÓFILO PÉROLA DO ATLÂNTICO	Desportiva
GRUPO CORAL DO ARCO DA CALHETA	Cultural
GRUPO CORAL SÃO GONÇALO	Cultural
GRUPO CULTURAL DE SANTA MARIA	Cultural
GRUPO DE AMADORES DE PESCA DESPORTIVA DAMADEIRA	Desportiva
GRUPO DE ANIMAÇÃO NOVA GERAÇÃO	Recreativa
GRUPO DE DESPIQUE DO PORTO SANTO	Recreativa
GRUPO DE FOLCLORE CULTURAL E RECREATIVO DE SÃO MARTINHO	Cultural e Recreativa

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
GRUPO DE FOLCLORE DA PONTA DO SOL	Cultural e Recreativa
GRUPO DE FOLCLORE DE MACHICO	Cultural e Recreativa
GRUPO DE FOLCLORE DO ROCHÃO	Cultural e Recreativa
GRUPO DE FOLCLORE E ETNOGRÁFICO DA BOA NOVA	Cultural e Recreativa
GRUPO DE FOLCLORE E RECREATIVO DA QUINTA GRANDE	Cultural e Recreativa
GRUPO DE FOLCLORE MONTEVERDE	Cultural e Recreativa
GRUPO DE JOVENS CANIÇALENSES	Juvenil/Estudantes
GRUPO DE JOVENS COORDENADOR DA PASTORAL JUVENIL	Juvenil/Estudantes
GRUPO DE RECREIO ROSA BRANCA ALTERADO PARA "GRUPO RECREATIVO MUSICAL DO ALTO"	Cultural e Recreativa
GRUPO DE ROMARIAS ANTIGAS DO ROCHÃO	Recreativa
GRUPO DE TEATRO DA NAZARÉ	Cultural
GRUPO DE TEATRO DE MACHICO	Cultural
GRUPO DESPORTIVO AZINHAGA	Desportiva
GRUPO DESPORTIVO CULTURAL DE SANTANA	Desportiva
GRUPO DESPORTIVO DA APEL	Desportiva
GRUPO DESPORTIVO DA JUVENTUDE CATÓLICA ANTONIANA	Desportiva
GRUPO DESPORTIVO DA LEVADA	Desportiva
GRUPO DESPORTIVO DO ESTREITO	Desportiva
GRUPO DESPORTIVO DO GRÉMIO, (1911 – 20)	Desportiva
GRUPO DESPORTIVO ESTREITO	Desportiva
GRUPO DESPORTIVO IDEAL	Desportiva
GRUPO DESPORTIVO JVENTUDE CATÓLICA ANTONIANA	Desportiva
GRUPO DESPORTIVO MAURITÁNEA	Desportiva
GRUPO DRAMÁTICO GIL VICENTE – RIBEIRA BRAVA	Recreativa
GRUPO EXCURSIONISTA "OS TUÍVES"	Recreativa
GRUPO FOLCLÓRICO CULTURAL DO CONCELHO DO FUNCHAL - CARLOS SANTOS	Cultural
GRUPO FOLCLÓRICO DA CAMACHA	Cultural e Recreativa
GRUPO FOLCLÓRICO DE SANTA RITA	Cultural e Recreativa
GRUPO FOLCLÓRICO DO JARDIM DA SERRA	Cultural e Recreativa
GRUPO FOLCLÓRICO DO PORTO SANTO	Cultural e Recreativa
GRUPO FOLCLÓRICO E CULTURAL "O SANTA LUZIA"	Cultural
GRUPO FOLCLÓRICO, CULTURAL E RECREATIVO DO FUNCHAL	Cultural e Recreativa
GRUPO GINÁSIO MADEIRENSE	Desportiva
GRUPO INFORMAL DE JOVENS “CIDADANIA JOVEM”	Juvenil/Estudantes
GRUPO INFORMAL DE JOVENS “LUGAR DA SERRA DINÂMICO”	Juvenil/Estudantes
GRUPO INFORMAL DE JOVENS “MUSICARTE”	Juvenil/Estudantes
GRUPO INFORMAL DE JOVENS “OS RADICAIS”	Juvenil/Estudantes
GRUPO INFORMAL DE JOVENS “PREVENIR É NÃO CONSUMIR”	Juvenil/Estudantes
GRUPO INFORMAL DE JOVENS “TRIBO MOISÉS”	Juvenil/Estudantes
GRUPO JUVENIL DE DANÇA DA RIBEIRA FUNDA	Juvenil/Estudantes

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
GRUPO JUVENTUDE SANTANENSE	Juvenil/Estudantes
GRUPO LITERÁRIO E RECREATIVO "GONSALVES ZARCO"	Recreativa e Instrução
GRUPO MADEIRENSE DE FADOS DE COIMBRA	Recreativa
GRUPO MUSICAL 10 DE MAIO DE 1937	Cultural
GRUPO MUSICAL 15 DE AGOSTO DE 1932 – MONTE	Cultural
GRUPO MUSICAL 1º DE NOVEMBRO 1977	Cultural
GRUPO MUSICAL 20 DE MAIO DE 1932	Cultural
GRUPO MUSICAL 24 DE JUNHO DE 1933	Cultural
GRUPO MUSICAL 25 DE FEVEREIRO DE 1923	Cultural
GRUPO MUSICAL CARVALHEIRO	Cultural
GRUPO MUSICAL UNIÃO DA FÉ	Cultural
GRUPO RECREATIVO CRUZADO CANICENSE	Recreativa
GRUPO RECREATIVO DO LOMBO DOS AGUIARES	Recreativa
GRUPO RECREATIVO IMPARCIAL 1º DE NOVEMBRO DE 1926	Cultural e Recreativa
GRUPO RECREATIVO MUSICAL TRAPICHENSE	Recreativa
GRUPO RECREATIVO VARIEDADES DE GAULA	Recreativa
GRUPO RECREATIVO VOLUNTÁRIO DO FUNCHAL, (1911 – 20)	Recreativa
GRUPO SPORT AUTOMOBILISTA	Recreativa e Desportiva
GRUPO SPORTIVO CONTINENTAL E MADEIRENSE, (1911 – 20)	Recreativa e Desportiva
GRUPO SPORTIVO OPERÁRIO MADEIRENSE	Recreativa e Desportiva
GRUPO UNIÃO 5 DE OUTUBRO DE 1918	Recreativa e Instrução
GRUPO VETERANOS DA FOLIA	Cultural e Recreativa
IATE CLUBE DA PONTA DO SOL	Desportiva
IATE CLUBE DE SANTA CRUZ	Desportiva
IDEAL FOOT-BALL CLUB	Desportiva
IGREJA EVANGÉLICA DE LOUROS	Religiosa/Espiritual
IGREJA EVANGÉLICA DE PORTUGAL	Religiosa/Espiritual
IMPÉRIO FUTEBOL CLUB	Desportiva
INETESE-ASSOCIAÇÃO P/ O ENSINO E FORMAÇÃO	Instrução
INSTITUIÇÃO DE S. VICENTE DE PAULO NO FUNCHAL	Social
INSTITUTO COMERCIAL	Social
INSTITUTO CULTURAL DA MADEIRA	Cultural
JOÃO EGÍDIO ANDRADE RODRIGUES	Cultural e Recreativa
JOÃO NUNES ATANÁZIO	Cultural e Recreativa
JOCKEY CLUB	Desportiva
JOVENS CRISTÃOS DA ACÇÃO CATÓLICA RURAL	Juvenil/Estudantes
JUNTA DIOCESANA DO FUNCHAL DA OBRA DE PROTECÇÃO AS RAPARIGAS	Social
JUVENTUDE ATLÂNTICO CLUB	Juvenil/Estudantes
JUVENTUDE BENEMÉRITA DO FUNCHAL	Social
JUVENTUDE CATÓLICA DO FUNCHAL	Juvenil/Estudantes

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
JUVENTUDE CATÓLICA PORTUGUESA - UNIÃO DIOCESANA DO FUNCHAL	Juvenil/Estudantes
KARATÉ CLUBE MADEIRA	Desportiva
LA MADEIRA VERDE STELO	Instrução
LAWMADEIRA - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ADVOGADOS	Outra
LAZARETO DA RIBEIRA DE GONÇALO AIRES	Social
LAZARETO FUTEBOL CLUB	Desportiva
LEVADA DO PICO DOS IRÓS DA FREGUESIA DE GAULA	Social
LEVADA NOVA DO CURRAL E CASTELEJO	Social
LIGA DA CRUZ BRANCA	Social
LIGA DA MOCIDADE REPUBLICANA - "DR.º ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA"	Recreativa e Instrução
LIGA DAS ARTES GRÁFICAS DO FUNCHAL	Cultural
LIGA DOS AMIGOS DA ESCOLA DO CONCELHO DA RIBEIRA BRAVA	Social
LIGA DOS AMIGOS DA MEDICINA III DOS MARMELEIROS	Outra
LIGA DOS AMIGOS DA PATOLOGIA MAMÁRIA DA MADEIRA	Outra
LIGA DOS COMBATENTES	Social
LIGA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA	Social
LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO	Social
LUDENS CLUBE DE MACHICO	Desportiva
MADEIRA ANDEBOL SAD	Desportiva
MADEIRA CLUB (1901-10)	Desportiva
MADEIRA RUGBY CLUBE	Desportiva
MADEIRA RURAL-ASSOCIAÇÃO DE TURISMO EM ESPAÇO RURAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Social
MADEIRA SQUASH CLUBE	Desportiva
MÃO AMIGA-ASSOCIAÇÃO ALCOOLOGIA CAMARALOBENSE	Social
MARAVILHAS FOOT-BALL CLUB	Desportiva
MARIA ISABEL GOMES MELO BORGES DE CASTRO	Cultural e Recreativa
MARIA JOSÉ DOS REIS PITA	Cultural e Recreativa
MARÍTIMO DA MADEIRA FUTEBOL SAD	Desportiva
MEMÓRIAS GASTRONÓMICAS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	Cultural e Recreativa
MISERICÓRDIA DO FUNCHAL – BANCO AGRÍCOLA INDUSTRIAL	Social
MONTE INTERNACIONAL CLUB	Desportiva
MONTEPIO DE CÂMARA DE LOBOS – S. PEDRO GONÇALVES TELMO	Social
MONTEPIO DO CLERO SECULAR PORTUGUÊS	Social
MONTEPIO DO PROFESSORADO	Social
MONTEPIO FUNCHALENSE (1901-10)	Social
MONTEPIO MADEIRENSE – SOCORROS MÚTUOS	Social
MONTEPIO MARÍTIMO MADEIRENSE (1901)	Social
MONUMENTAL CLUB	Recreativa
MOVIMENTO CATÓLICO DE ESTUDANTES	Juvenil/Estudantes

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
MOVIMENTO CONVÍVIOS FRATERNOS PARÓQUIA DO PIQUINHO	Recreativa
MOVIMENTO DE ESTUDANTES CATÓLICOS DA MADEIRA	Juvenil/Estudantes
MOVIMENTO DOS JOVENS CRISTÃOS DA MADEIRA	Juvenil/Estudantes
MUSEU DA BALEIA	Cultural
MUSIC CLUB QUINTA DEÃO	Recreativa
NOVO CLUB RESTAURAÇÃO	Recreativa
NÚCLEO CRISTÃO DOS CTT DO FUNCHAL	Social
OBRA SOCIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÂMARA DE LOBOS	Social
OFICINA DE S. JOSÉ	Instrução
OLHAR FUTURO-ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SEM FINS LUCRATIVOS	Social
ONZE ACADÉMICO	Desportiva
OPERÁRIO FLOWERS FOOT-BALL CLUB	Desportiva
OPERÁRIO FOOT-BALL CLUB	Desportiva
ORDEM DOS ADVOGADOS	Social
ORDEM DOS ARQUITECTOS	Social
ORDEM DOS BIÓLOGOS	Social
ORDEM DOS ECONOMISTAS - FUNCHAL	Social
ORDEM DOS ENFERMEIROS	Social
ORDEM DOS ENGENHEIROS	Social
ORDEM DOS FARMACÊUTICOS	Social
ORDEM DOS MÉDICOS-REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Social
ORFEÃO MADEIRENSE	Cultural
ORQUESTRA DE CÂMARA DA MADEIRA	Cultural
OS CARIOCAS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA ESCOLA DE SAMBA	Cultural e Recreativa
PALMEIRA FUTEBOL CLUB	Desportiva
PARTIDO RADICAL MADEIRENSE	Política
PÁTRIA FUTEBOL CLUBE	Desportiva
PATRIMÓNIO DOS POBRES DA FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO	Social
PATRONATO DA CONFERÊNCIA DE SÃO VICENTE DE PAULO DA PONTA DO SOL	Social
PATRONATO DE SÃO PEDRO	Social
PILAR FUTEBOL CLUB	Desportiva
PRESTIGE DANCE - CLUBE DE DANÇA DESPORTIVA	Recreativa e Desportiva
PROFISSIONAIS DE TRANSPORTES. (1931 -43)	Social
QUERCUS-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	Social
RALI VINHO DA MADEIRA	Recreativa e Desportiva
REAL ASSOCIAÇÃO DA MADEIRA	Política
REAL ASSOCIAÇÃO VINÍCOLA DA MADEIRA	Social
REAL CELTA FOOT-BALL CLUB	Desportiva
REAL INSTITUTO DE SOCORROS A NÁUFRAGOS (1901-10)	Social

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
RECREATIVA DA ACHADA DE GAULA - MALTA DO FUROR	Recreativa
RECREIO MUSICAL ARTÍSTICO FUNCHALENSE	Recreativa e Instrução
RECREIO MUSICAL UNIÃO DAMOCIDADE	Recreativa e Instrução
REVELA - CLUBE DE FOTOGRAFIA DA MADEIRA	Recreativa
SALÃO DO REINO DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ	Religiosa/Espiritual
SANASMADEIRA - ASSOCIAÇÃO MADEIRENSE PARA SOCORRO NO MAR	Social
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MACHICO	Social
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTA CRUZ	Social
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO FUNCHAL (1911 – 20)	Social
SANTA CRUZ XXI-GESTÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM	Social
SANTO ANDRÉ DA IGREJA DA ESCÓCIA	Religiosa/Espiritual
SD PORTO SANTO (XIX MADEIRA ISLAND OPEN)	Desportiva
SECRETARIADO DOS CURSOS DE CRISTANDADE	Religiosa/Espiritual
SEMI- INTERNATO DE SANTA CLARA – FUNCHAL	Social
SINDICATO AGRÍCOLA DE CÂMARA DE LOBOS	Social
SINDICATO AGRÍCOLA DE SANTA CRUZ	Social
SINDICATO DOS PRODUTORES DE BANANAS	Social
SKAL CLUBE DA MADEIRA	Outra
SMASH TÊNIS CLUBE	Desportiva
SOCIEDADE 4 DE MARÇO DE 1900	Social
SOCIEDADE 5 DE OUTUBRO DE 1913	Cultural
SOCIEDADE 6 DE JANEIRO DE 1904 (1901-10)	Social
SOCIEDADE AGRÍCOLA MADEIRENSE	Social
SOCIEDADE CARITATIVA	Social
SOCIEDADE CARITATIVA DO IMPÉRIO DE S. JOÃO	Social
SOCIEDADE COLUMBOFILA DA MADEIRA	Desportiva
SOCIEDADE COLUMBOFILA DE MACHICO	Desportiva
SOCIEDADE COOPERATIVA	Social
SOCIEDADE COOPERATIVA CONSTRUÇÃO PREDIAL DO FUNCHAL	Social
SOCIEDADE COOPERATIVA DE CONSUMO E CREDITO DO FUNCHAL	Social
SOCIEDADE COOPERATIVA UNIÃO DOS LAVRADORES	Social
SOCIEDADE COOPERATIVA UNIÃO DOS VITICULTORES	Social
SOCIEDADE DA JUVENTUDE CATÓLICA	Juvenil/Estudantes
SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA	Social
SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA DE SANTA MARIA	Social
SOCIEDADE DE CONCERTOS DA MADEIRA	Cultural
SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO "OS DEZ"	Desportiva
SOCIEDADE DE RECREIO TEATRAL	Recreativa
SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO	Social
SOCIEDADE DE UNIÃO INDUSTRIAL E CONTRAFAÇÃO (1901-10)	Social

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
SOCIEDADE DOS ARTISTAS FUNCHALENSES	Cultural
SOCIEDADE DRAMÁTICA ESPERANÇA	Cultural
SOCIEDADE ESQUADRA INDEPENDENTE NAVEGAÇÃO TERRESTRE	Recreativa
SOCIEDADE ESTRELA BRILHANTE	Recreativa e Instrução
SOCIEDADE EXCURSIONISTA E.I.N.T.	Recreativa
SOCIEDADE FILANTRÓPICA ACADÉMICA	Recreativa
SOCIEDADE FRATERNIDADE	Social
SOCIEDADE FUNCHALENSE DOS AMIGOS DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES	Cultural
SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL	Cultural
SOCIEDADE HUMANITÁRIA	Social
SOCIEDADE JOSÉ JULIO RODRIGUES DE PROTECÇÃO ÀS BORDADEIRAS	Social
SOCIEDADE MARÍTIMA, (1901-10)	Desportiva
SOCIEDADE MÉDICA DA MADEIRA	Social
SOCIEDADE METROPOLITANA DE DESENVOLVIMENTO SA	Social
SOCIEDADE MUSICAL DE PORTO SANTO (ALTERAÇÃO DA "BANDA MUNICIPAL DO PORTO SANTO)	Cultural
SOCIEDADE PATRIÓTICA D'ORQUIGNY	Recreativa e Instrução
SOCIEDADE PATRIÓTICA MADEIRENSE	Recreativa e Instrução
SOCIEDADE PERSEVERANÇA	Social
SOCIEDADE PISCATÓRIA	Social
SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES CRL	Social
SOCIEDADE PORTUGUESA ESTUDO AVES DA MADEIRA	Instrução
SOCIEDADE PROMOTORA DE BENEFÍCIOS PARA OS POBRES	Social
SOCIEDADE PROMOTORA DO BEM PÚBLICO E AUXÍLIO MÚTUO	Social
SOCIEDADE PROTECTORA DA INFÂNCIA DESVALIDA	Social
SOCIEDADE PROTECTORA DE BENEFÍCIOS PARA POBRES	Social
SOCIEDADE PROTECTORA DOS ANIMAIS DOMESTICOS DO FUNCHAL	Social
SOCIEDADE RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO	Recreativa
SOCIEDADE RECREIO ACADÉMICO	Recreativa
SOCIEDADE RECREIO MUSICAL	Recreativa
SOCIEDADE TÁLIA	Social
SOPA DOS POBRES DA SAGRADA FAMÍLIA DE GAULA	Social
SOPA ECONÓMICA	Social
SPORT CLUB DA PALMEIRA (CÂMARA DE LOBOS)	Desportiva
SPORT LISBOA E MADEIRA	Desportiva
SPORTING CLUB SANTACRUZENSE	Desportiva
STRANGERS CLUB	Recreativa
SURF CLUB	Desportiva
TEATRO EXPERIMENTAL DO FUNCHAL, ASSOCIAÇÃO CULTURAL	Cultural
TEATRO METAPHORA - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DAS ARTES	Cultural

<b>DESIGNAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES</b>	<b>Classificação</b>
TEATRO UNIÃO DE MACHICO	Cultural
TEMPLO DOURADO - ASSOCIAÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE MÓVEIS E IMÓVEIS	Social
TERTULIA "SABER VIVER O VINHO"	Recreativa
TUNA DE ENFERMAGEM DA ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE SÃO JOSÉ DE CLUNY –ENFERTUNA	Cultural e Recreativa
TUNA D'ELAS - TUNA FEMININA DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA	Cultural e Recreativa
TUN'UMA - TUNA MISTA DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA	Cultural e Recreativa
TURF CLUB	Recreativa e Desportiva
TURMA DO FUNIL	Cultural
UMAR-UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA	Social
UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MADEIRA	Social
UNIÃO DE SANTO ANTÓNIO FOOT-BALL CLUB	Desportiva
UNIÃO DESPORTIVA DE SANTANA	Desportiva
UNIÃO FOOT-BALL CLUB	Desportiva
UNIÃO MADEIRENSE EM NEW BEDFORD EUA	Social
UNIÃO MERIDIANOS PORTUGAL	Social
UNIÃO MUSICAL RIBEIRA BRAVENSE	Recreativa e Instrução
UNIÃO PORTUGUESA DOS ADVENTISTAS DO SÉTIMO DIA	Religiosa/Espiritual
UNIÃO SOCIEDADE CLUBETE	Desportiva
UNIDOS FOOT-BALL CLUB DA MADEIRA	Desportiva
VALOUR FUTEBOL CLUBE - ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DO ROSÁRIO	Desportiva
VASCO DA GAMA FOOT-BALL CLUB	Desportiva
VENDEDORES MARÍTIMOS (1931 -43)	Social
VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO D' ASSIS	Religiosa/Espiritual
VESPA CLUBE DA MADEIRA	Recreativa e Desportiva

**APÊNDICE C – Esquema geral da codificação das entrevistas (exportado do programa NVivo)**

Categories e Subcategorias	Frequência de respostas
<b>I - Motivo do surgimento</b>	
Desenvolvimento cultural	1
Desvinculação de Organismo Público	2
Interesse ou gosto pela atividade	3
Necessidade da população local	7
<b>II - Área(s) de intervenção predominante(s)</b>	
Atividades recreativas / Entretenimento	4
Dança	2
Folclore	1
Desporto	3
Música	4
Social	3
Teatro	1
<b>III - Caracterização dos Recursos Humanos</b>	
<b>Constituição</b>	
<i>Conselho Fiscal</i>	
3	11
<i>Direção</i>	
3	5
5	6
<i>Mesa da Assembleia</i>	
3	11
<i>Outros membros</i>	2
Assistente(s) Social(is)	1
Atores e Bailarinos	1
Diretor Técnico ou Diretor Artístico	1
Docentes	2
Empregada de limpeza	1
Gestor de produção	1
POTS	4
<b>Remunerados pela associação</b>	4
15	1
2	1
5	1
<b>IV - Caracterização dos sócios</b>	
<b>Faixa etária predominante</b>	
-18 anos	1
20-30	1
30-39	6
40-49	3
60-69	1
<b>Nível de participação (média)</b>	

<i>Na concretização dos eventos</i>	
Ativamente	3
Em todas as atividades	2
Moderadamente	5
Pouco	1
<i>Na preparação das atividades</i>	
Ativamente	1
Em todas as atividades	1
Moderadamente	5
Pouco	4
<i>Nas Assembleias</i>	
Ativamente	0
Em todas as atividades	1
Moderadamente	7
Pouco	3
<i>No pagamento das quotas</i>	
Ativamente	2
Em todas as atividades	0
Inexistente	4
Moderadamente	3
Pouco	2
<i>Outras situações</i>	
Divulgação	1
Voluntariado	2
<b>Papel dos sócios</b>	
Colaboração na realização de atividades	2
Consumidor Final	1
Contributo artístico	1
Contributo financeiro (sustentabilidade, subsistência)	4
Deixou de ser indispensável à atividade da associação	4
Dinamismo para com a atividade associativa	4
Divulgação das atividades da associação	1
<b>Quantificação</b>	
33	1
Cerca de 100	1
Cerca de 20	2
Cerca de 300	1
Cerca de 700	1
Entre 40-50	5
<b>V - Instalações</b>	
Cedidas	8
Próprias	3
Aluguer	1
<b>VI - Principais Fontes de Rendimento</b>	
Apoios da Câmara Municipal	7
Apoios da Junta de Freguesia	3
Apoios do Governo Regional	7

Doações em géneros	1
Donativos de associados	3
Donativos de terceiros	6
Fundos Comunitários	3
Outras	6
Quotas	7
Receitas das atividades culturais	7
Venda de produtos da associação	2
VII - Necessidades da associação	
Formação	1
Logística	5
Outras	6
Falta de eventos	2
Valorização ou reconhecimento interno	2
Plano Financeiro	10
Recursos humanos	2
VIII - Papel do dirigente cultural equivalente a gestor cultural	
Concorda	9
Discorda	1
Outra situação	1
IX - Visão sobre o associativismo cultural (impacto)	
Alteração de mentalidade(s)	8
Desenvolvimento local	2
Dinâmica social	2
Inexistência	3
Ótica financeira	6

## **APÊNDICE D - Breve enumeração dos equipamentos culturais da RAM**

Para além do seu vasto património natural, reconhecido pela UNESCO (Floresta Laurissilva), dos trilhos que acompanham as “levadas”, do mais alto promontório da Europa (Cabo Girão), das grutas vulcânicas de São Vicente, (...) o património edificado e classificado, bem como o património imaterial do arquipélago madeirense, têm sido proficuos na germinação das suas sementes culturais, apesar das suas limitações em termos de dimensão de públicos e de exposição externa.

O património cultural, por sua vez, reflete as características de cada povo, a sua identidade, tradição, as alterações sofridas no tempo e espaço, resultantes da partilha de experiência entre locais e visitantes face às variadas circunstâncias climáticas, topográficas, disponibilidade de materiais de construção, num misto de crenças e religiões que levaram à multiplicidade de formas e materiais físicos culturais visíveis em todos os cantos do arquipélago madeirense.

A diversidade do património cultural depende-se no seu universo territorial (dos monumentos à paisagem humanizada), na variedade das suas regiões e significados (do imóvel ao imaterial, do erudito ao popular), conjugados com a extensão temporal que lhe é concedida pelo progresso da sociedade que o produz e que constantemente adiciona novos valores ao seu desenvolvimento imaterial e simbólico: “O conceito de património cultural é de natureza evolutiva, isto é, corresponde à crescente preocupação internacional em proteger as grandes obras da cultura e da natureza” (Sousa, 1994, p. 172). Os referentes psico-socio-economico-culturais modelam as motivações, dando origem a movimentos coletivos que se refletem na dinâmica cultural da sociedade em que vivemos.

Dele resulta um património edificado composto por igrejas, capelas, ermidas, conventos, colégios, fortes, fortalezas, estátuas, monumentos, palácios, solares, quintas, teatros, museus, núcleos e vários equipamentos culturais que a Região Autónoma da Madeira possui para desenvolvimento cultural dos seus locais e visitantes, tais como:

- |                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                          |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Arquivo Regional da Madeira</li> <li>• Auditório do Jardim Municipal do Funchal</li> <li>• Casa Museu Frederico de Freitas</li> <li>• CEHA - Centro de Estudos de História do Atlântico</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro Cívico do Caniçal</li> <li>• Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos</li> <li>• Centro Cívico do Porto da Cruz</li> <li>• Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo</li> </ul> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

- Centro Cultural John dos Passos
- Centro das Artes Casa das Mudas
- Fórum Machico
- Madeira Tecnopolo - Centro de Congressos
- Museu da Electricidade - Casa da Luz
- Casa da Cultura da Câmara Municipal de Câmara de Lobos
- Casa da Cultura da Câmara Municipal de Santa Cruz
- Casa da Cultura da Câmara Municipal de Santana
- Centro de Promoção Cultural de São Vicente
- Centro Cívico de Animação e Cultura Edmundo Bettencourt
- Centro Cívico e Cultural de Santa Clara - Universo de Memórias João Carlos Abreu

- Centro Cultural John dos Passos
- Galeria dos Prazeres
- Infoart - Galeria da Secretaria Regional do Turismo e Transportes
- Mouraria - Galeria de Arte
- Porta 33 - Galeria de Arte
- Cine-Teatro Municipal de Santo António
- Teatro Municipal Baltazar Dias
- Aquário da Madeira
- Centro de Ciência Viva
- Fundação J. Silvério Pires
- Grutas e Centro de Vulcanismo de São Vicente
- Madeira Magic
- Solar de São Cristóvão - Casa do Artista.

A estes espaços são de acrescentar as quarenta Casas do Povo dispersas pelas freguesias da RAM, oito salas de cinema ativas, cerca de vinte bibliotecas, o Centro de Congressos da Madeira, o espaço Engenhos da Calheta e, como não poderia deixar de constar, o universo museológico madeirense, composto por vários núcleos e pelos seguintes museus:

- |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Casa-Museu Frederico de Freitas</li> <li>▪ Casa Colombo – Museu do Porto Santo</li> <li>▪ Museu de Arte Contemporânea</li> <li>▪ Centro das Artes Casa das Mudas</li> <li>▪ Museu Etnográfico da Madeira</li> <li>▪ Museu Quinta das Cruzes</li> <li>▪ Núcleo Histórico de Santo Amaro (Torre do Capitão)</li> <li>▪ Museu – Biblioteca Mário Barbeito de Vasconcelos</li> <li>▪ Museu da Electricidade – Casa da Luz</li> <li>▪ Museu “A Cidade do Açúcar”</li> <li>▪ Museu da Baleia</li> <li>▪ Museu de Arte Sacra do Funchal</li> <li>▪ Museu Henrique e Francisco Franco</li> <li>▪ Museu Militar da Madeira</li> <li>▪ Museu Municipal do Funchal (História Natural)</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Centro Cívico e Cultural de Santa Clara - Universo de Memórias João Carlos Abreu</li> <li>▪ Photographia - Museu “Vicentes”</li> <li>▪ Fundação Berardo – Jardins da Quinta “Monte Palace”</li> <li>▪ Madeira Story Centre</li> <li>▪ Madeira Wine Company</li> <li>▪ Museu do Brinquedo da Madeira</li> <li>▪ Museu do Vinho e da Vinha</li> <li>▪ Núcleo Museológico Mary Jane Wilson</li> <li>▪ Núcleo Museológico do IBTAM (Museu do Bordado)</li> <li>▪ Núcleo Museológico Adegas de São Francisco</li> <li>▪ Casa-Museu Dr. Horácio Bento de Gouveia.</li> </ul> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

